

ÉDER RODRIGO GIMENES

**A RELAÇÃO DOS ELEITORES COM PARTIDOS POLÍTICOS
EM NOVAS DEMOCRACIAS: PARTIDARISMO NA AMÉRICA
LATINA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.
Orientador: Prof. Dr. Julian Borba.

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gimenes, Éder Rodrigo

A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias : partidarismo na América Latina / Éder Rodrigo Gimenes ; orientador, Julian Borba - Florianópolis, SC, 2015.

240 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Partidarismo. 3. Comportamento político. 4. Mobilização cognitiva. 5. América Latina. I. Borba, Julian. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

ÉDER RODRIGO GIMENES

**A RELAÇÃO DOS ELEITORES COM PARTIDOS POLÍTICOS
EMNOVAS DEMOCRACIAS: PARTIDARISMO NA AMÉRICA
LATINA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Aprovada em 18 de dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Julian Borba (PPGSP/UFSC – Orientador)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell (PPGSP/UFSC)

Prof. Dr. Tiago Daher Padovezi Borges (PPGSP/UFSC)

Prof. Dr. Yan de Souza Carreirão (PPGSP/UFSC)

Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro (UEM)

Prof^ª. Dr^ª. Luciana Fernandes Veiga (UNIRIO)

À memória de meu pai, Alfredo Gabriel Gimenes, parâmetro de hombridade e o melhor homem que conheci, em quem busco me espelhar, e à presença de minha mãe, Aparecida Rico Gimenes, uma mulher de incrível garra e dedicação incondicional aos filhos, a quem espero sempre orgulhar.

AGRADECIMENTOS

Por mais individual que seja a realização de uma tese, seria leviano considerar essa conquista como algo exclusivamente meu. Dividir essa conquista com aqueles que contribuíram para que esse momento fosse possível não é um dever ou uma obrigação para mim, mas um prazer e uma honra!

Ao meu pai, Alfredo (*in memoriam*), pelo amor, educação e exemplo;

À minha mãe, Aparecida, pelo amor, força, paciência e cuidado;

Aos meus irmãos de sangue, Paulo e Junior, e aos de coração, Valéria, Rafael Vieira, Vivian e Rafael Zanin, pela paciência, apoio, incentivo e demonstração de amor em sua forma mais pura em cada momento dessa atribulada caminhada;

Àquela que sempre me tratou como filho, Maria (Tia Quita), a quem devo muito e considero como segunda mãe;

À Universidade Estadual de Maringá, especialmente a Celenei Oliveira, Mauro Ravagnani, José Márcio Peluso, Ricardo Dias Filho e Leandro Vanalli, pela concessão do afastamento para cursar o doutorado, e a Angela Alves, Inez Pardim e Arthur Pessa, por suprirem minha ausência no trabalho burocrático;

Aos colegas do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS/UFSC) – com destaque à acolhida, carinho e confiança Lígia Lüchmann e Ilse Scherer-Warren – e do Núcleo de Pesquisa em Participação Política (NUPPOL/UEM), pelas conversas e trocas de saberes;

Às Carlas da minha vida (pessoal e acadêmica), Almeida e Ayres, sempre presentes e parceiras, pontuais e cirúrgicas em nossas discussões políticas e ótimas companhias para assuntos triviais;

À Renata Oliveira e José Roberto Paludo, que, juntamente com Carla

Ayres, se debruçaram sobre essa aventura de pesquisar a relação dos eleitores com partidos na América Latina por meio de leituras minuciosas e contribuições vultosas a este texto;

À Wesley Furriel, parceiro de estudos e consultor estatístico estimado;

Aos amigos de Maringá– com louros à paciência, leituras e correções da Ligya e a Amélia, Paulinho, Paty Zanin, Alessandra de Carlos, Maycon Cardoso, Mariana Ikeno, Cathya Gama, Letícia Kosinski, Jucemara Babonie Marcia Capelette – e aos de Florianópolis – em especial aos Diegos, Ferro e Faust Ramos e a mais manezinha das habitantes da grande Jales, Marcia Samed – pela parceria e companheirismo;

À Manuela, Marília, Rafael Gallo, Aline e Helena, amigos que o doutorado me deu, com quem muito aprendi e amadureci dentro e fora das salas de aula;

À Julian Borba, pela ajuda, incentivo, orientação e confiança, mas também pela parceria, pelas trocas e autonomia que me propiciaram amadurecimento acadêmico e pessoal ao longo do doutorado;

À Ednaldo Ribeiro e Yan Carreirão, pelos comentários quando da qualificação desta tese, pela oportunidade de trabalhar em conjunto e pelas contribuições à tese por ocasião da defesa;

À Luciana Veiga, sempre atenta e competente em seus comentários, os quais, em congressos e seminários ao longo do doutorado contribuíram substancialmente para esta tese;

À Carlos Sell e Tiago Borges, pela disponibilidade em compor a banca de defesa e pelas observações decorrentes de tal participação;

À Albertina e Fátima, servidoras do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, pela presteza e paciência;

Aos demais professores que contribuíram, direta ou indiretamente, com a minha formação acadêmica.

A todos que participaram desta conquista, meu MUITO OBRIGADO!

A RELAÇÃO DOS ELEITORES COM PARTIDOS POLÍTICOS EM NOVAS DEMOCRACIAS: PARTIDARISMO NA AMÉRICA LATINA

RESUMO

Entre novas democracias, cenário em que se encontram boa parte dos países da América Latina, ainda são escassos e pouco conclusivos os estudos dedicados ao partidarismo, de modo que estes se concentraram, até o momento, em investigar os determinantes da identificação partidária, em evidenciá-la como aspecto da institucionalização dos sistemas partidários e em discutir a existência do fenômeno do desalinhamento partidário entre as unidades nacionais. Contudo, grosso modo, pouco foi postulado sobre as consequências da evolução de tal indicador aos regimes democráticos. Esta pesquisa se insere no conjunto de discussões acerca da evolução do partidarismo na América Latina. Minha hipótese é de que a identificação partidária tem determinantes individuais e estruturais entre o eleitorado latino-americano, bem como de que os efeitos do apartidarismo não refletem necessariamente um distanciamento daqueles indivíduos com relação à política, por conta da adesão manifestada à democracia. Os resultados encontrados confirmam a multidimensionalidade da identificação partidária, com destaque aos efeitos da sofisticação cognitiva e política em detrimento de atributos da centralidade social, no nível individual, e da “decantação” do regime frente a aspectos de sua “engenharia”. Ademais, observado que o partidarismo evoluiu de maneira diferenciada nos países da região, foi apresentado um modelo de classificação desses relacionamentos em alinhados, parcialmente alinhados, parcialmente não alinhados e não alinhados. Outro aspecto verificado foi a pertinência da tese da mobilização cognitiva e dos perfis de eleitores à América latina e seus efeitos sobre a adesão à democracia. Por fim, a análise detalhada do caso brasileiro expôs debilidades no fortalecimento dos laços partidários no período democrático recente, mas evidenciou também o refinamento político de partidários cognitivos e apartidários quanto ao apoio ao regime e à participação por meio do voto e de protestos.

Palavras-chave: Partidarismo. Eleitores. Partidos políticos. Democracia. América Latina.

THE RELATIONSHIP BETWEEN VOTERS AND POLITICAL PARTIES IN NEW DEMOCRACIES: PARTISANSHIP IN LATIN AMERICA

ABSTRACT

Among the new democracies, scenario in which we found the most countries in Latin America, studies about partisanship are still scarce and inconclusive, in a way that they have so far focused in investigating the determinants of party identification, in demonstrating it as an aspect of institutionalization of party systems and to discuss the existence of partisan phenomenon misalignment between national units. However, broadly speaking, little has been postulated about the consequences of the development of such indicator to democratic regimes. This research is part of a set of discussions about the evolution of partisanship in Latin America. My hypothesis is that party identification has individual and structural determinants of the Hispanic electorate, and that the effects of non-partisanship does not necessarily reflect a detachment of those individuals with regard to politics, because of the accession manifested democracy. The results confirm the multidimensionality of party identification, highlighting the effects of cognitive sophistication and political rather than attributes of social centrality, at the individual level, and "settling" of the front system aspects of his "engineering". Furthermore, provided that the party has evolved differently in the countries of the region, a classification model was presented in these relationships aligned, partially lined, partially non-aligned and non-aligned. Another aspect observed was the relevance of cognitive mobilization thesis and profiles of voters to Latin America and its effects on adherence to democracy. Finally, a detailed analysis of the Brazilian case has exposed weaknesses in the strengthening of party ties in the recent democratic period, but also highlighted the political refinement of cognitive and non-partisan supporters as the support for the regime and participation through voting and protests.

Keywords: Partisanship. Voters. Political parties. Democracy. Latin America.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Simpatia partidária na América Latina (2006-2014) – Dados nacionais (%)	89
Tabela 2. Informações descritivas sobre características individuais para a América Latina (2008)	99
Tabela 3. Informações descritivas sobre características individuais para a América Latina (2014)	100
Tabela 4. Determinantes individuais da simpatia partidária para a América Latina (2008 e 2014)	103
Tabela 5. Informações descritivas sobre características contextuais para a América Latina (2008)	109
Tabela 6. Informações descritivas sobre características contextuais para a América Latina (2014)	110
Tabela 7. Determinantes individuais e de contexto (“engenharia”) da simpatia partidária para a América Latina (2008 e 2014)	112
Tabela 8. Idade das democracias na América Latina	115
Tabela 9. Determinantes individuais e de contexto da simpatia partidária para a América Latina (2008 e 2014)	116
Tabela 10. Variação da simpatia partidária na América Latina (2006-2014) – Dados nacionais (%)	119
Tabela 11. Evolução da escolaridade do eleitorado na América Latina (2008-2014) – Dados agregados (%)	153
Tabela 12. Evolução do interesse por política do eleitorado na América Latina (2008-2014) – Dados agregados (%)	154

Tabela 13. Evolução da mobilização cognitiva do eleitorado na América Latina (2008-2014) – Dados agregados (%)	155
Tabela 14. Evolução da simpatia partidária do eleitorado na América Latina (2008-2014) – Dados agregados (%)	155
Tabela 15. Evolução dos perfis do eleitorado na América Latina (2008-2014) – Dados agregados (%)	156
Tabela 16. Evolução da adesão à democracia entre o eleitorado na América Latina (2008-2014) – Dados agregados (%)	160
Tabela 17. Determinantes individuais da adesão à democracia na América Latina (2008 e 2014)	161
Tabela 18. Variação dos perfis do eleitorado na América Latina (2006-2014) – Dados nacionais (%)	165
Tabela 19. Resultados dos primeiros turnos de eleições presidenciais no Brasil (1994-2014)	184
Tabela 20. Evolução dos perfis do eleitorado no Brasil (2006-2014) – (%)	189
Tabela 21. Perfis do eleitorado na América Latina (2014) – (%) .	190
Tabela 22. Determinantes individuais da adesão à democracia no Brasil (2006 – 2010 – 2014)	193
Tabela 23. Determinantes individuais do comparecimento eleitoral no Brasil (2006 – 2010 – 2014)	196
Tabela 24. Determinantes individuais do protesto no Brasil (2006 – 2010 – 2014)	198

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Cenários de evolução do alinhamento partidário	77
Quadro 2. Evolução do alinhamento partidário na América Latina	78
Quadro 3. Determinantes individuais da identificação partidária na América Latina	97
Quadro 4. Determinantes de contexto da identificação partidária na América Latina (“engenharia”)	108
Quadro 5. Classificação dos sistemas partidários da América Latina a partir da simpatia partidária dos eleitores	139
Quadro 6. Índice de partidarismo cognitivo.....	144

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	19
2 PARTIDARISMO: BREVE BALANÇO DA LITERATURA	27
2.1 DESALINHAMENTO PARTIDÁRIO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS EM DEMOCRACIAS CONSOLIDADAS	28
2.2 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E FORMAS DE RELACIONAMENTO DO ELEITORADO COM PARTIDOS POLÍTICOS	35
2.3 EDUCAÇÃO E PARTIDARISMO	40
2.4 PARTIDARISMO NOS ESTADOS UNIDOS E NA EUROPA	45
2.5 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO PARTIDARISMO NA AMÉRICA LATINA	54
2.6 ESTUDOS RECENTES SOBRE O PARTIDARISMO NA AMÉRICA LATINA	61
3 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA NA AMÉRICA LATINA: RENDIMENTOS EMPÍRICOS	83
3.1 EVOLUÇÃO DO PARTIDARISMO NA AMÉRICA LATINA (2006-2014)	88
3.2 DETERMINANTES DO PARTIDARISMO NA AMÉRICA LATINA (2008-2014)	91
3.3 ELEITORADOS E PARTIDOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA: UMA PROPOSTA DE	

CLASSIFICAÇÃO	118
4 PARTIDARISMO E MOBILIZAÇÃO COGNITIVA NA AMÉRICA LATINA	141
4.1 A TESE DA MOBILIZAÇÃO COGNITIVA	142
4.2 MOBILIZAÇÃO COGNITIVA E PERFIS ELEITORAIS NA AMÉRICA LATINA	151
5 PARTIDARISMO NO BRASIL	173
5.1 SISTEMA PARTIDÁRIO, PARTIDOS E ELEITORADO NO BRASIL	173
5.2 EVOLUÇÃO DO PERFIL DO ELEITORADO BRASILEIRO E EFEITOS SOBRE A DEMOCRACIA (2006-2014)	187
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
REFERÊNCIAS	209

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As formas de engajamento político sofreram expressivas alterações desde a década de 1960, quando eclodiram novos movimentos sociais, se expandiram as modalidades de participação tradicional e surgiram outras formas de atuação, de caráter contestatório¹.

Desde o início da década passada, muitas pesquisas empreendidas em democracias consolidadas têm apresentado resultados que apontam para a ascensão de modalidades não convencionais (INGLEHART; CATTERBERG, 2002; CATTERBERG, 2003; DELLA PORTA, 2003; WELZEL; INGLEHART; DEUSTCH, 2005; NORRIS, 2007; BORBA; RIBEIRO, 2011) e para o declínio ou estabilização das formas convencionais de participação (DALTON; WATTENBERG, 2002; PUTNAM, 2003; BORBA; RIBEIRO, 2011; VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012). Ainda que não haja consenso sobre a relação entre os distintos tipos de participação, são muitos os autores que apontam para a mobilização de ações políticas por meio de repertórios, o que significa que, diante de determinadas circunstâncias, os indivíduos podem atuar politicamente de uma maneira específica ou combinar diferentes modalidades de atuação (BARNES; KAASE, 1979; NORRIS, 2007).

Sobre o primeiro grupo de atividades, diversos estudos destacam a emergência do *cyberativismo* como modalidade de participação (HEIDAR, 2006; BRINGEL, 2011; GALLEGO; OBERSKI, 2011; WITHELEY, 2011), a qual tem sido utilizada tanto para fins de contestação, como na articulação das manifestações

¹Tendo em vista os objetivos desta tese, não me deterei a esta discussão. Limito-me a apontar o competente balanço acerca dos estudos e teorias sobre participação política disponível em Ribeiro e Borba (2015a).

ocorridas em países como Egito, Argentina e Brasil nos últimos anos (MESQUITA, 2013), quanto para acompanhamento e discussões relacionadas à política em geral e às campanhas eleitorais em países como Portugal (CUNHA; FIGUEIRAS, 2013), México (MORENO; MENDIZÁBAL, 2013) e Brasil (TELLES; MUNDIM; LOPES, 2013).

Quanto ao segundo grupo, das também denominadas formas socialmente aceitas de atuação (RIBEIRO; BORBA, 2015a), destacam-se especialmente os partidos políticos, acerca dos quais Dalton, Flanagan e Beck (1984) afirmam que os laços partidários sofreram uma erosão geral em decorrência da modernização política e social das sociedades industriais avançadas, em que consistiria sua hipótese do desalinhamento partidário.

A discussão contemporânea busca identificar os potenciais efeitos desse desalinhamento sobre as democracias consolidadas, seus cidadãos, as instituições políticas e o próprio regime. Para tanto, são considerados aspectos como a caracterização predominante de longo histórico de estabilidade política, sobretudo em razão dos consideráveis estoques de legitimidade democrática, construídos ao longo de gerações socializadas sob a vigência de tal regime.

Já entre as novas democracias, pouca atenção tem sido dispensada à análise do comportamento político dos cidadãos com relação aos partidos políticos, instituições centrais aos regimes representativos, especialmente entre aqueles países onde a democracia ainda encontra-se em processo de consolidação, como nas unidades nacionais latino-americanas (BORBA; GIMENES; RIBEIRO, 2015a). Neste cenário político, majoritariamente caracterizado por recentes períodos militares, a adesão normativa entre os cidadãos com baixa tradição democrática tende a ser mais frágil, o que implica inferir que os efeitos da desafeição partidária podem ser mais deletérios, bem como que é plausível a hipótese de efeitos desestabilizadores ao regime (TORCAL; MONTERO, 2006; RIBEIRO, 2011).

A maior parte dos sistemas partidários dos países latino-americanos se constituiu (ou reconstituiu) nas últimas décadas, com distintas configurações no que diz respeito às experiências não-democráticas, à manutenção ou inexistência de partidos anteriores no sistema e de sua relação com o eleitorado, ao papel dos cidadãos na política etc. Payne (2007) afirma que Colômbia, Costa Rica e Venezuela gozaram de décadas de competição política ininterrupta até os anos 1980, enquanto na Argentina, no Chile e no Uruguai o sistema partidário conformado no período pós-ditatorial conservou características de

períodos anteriores em que houve competição eleitoral. Por fim, o autor destaca Brasil, México, Paraguai e a maioria dos países da América Central, nos quais a transição para a democracia implicou na construção de novos partidos.

Para além das características históricas, a configuração atual das democracias na região segue diversificada por conta dos diferentes sistemas eleitorais, da obrigatoriedade ou facultatividade do voto, da liberdade do sistema político, da organização dos partidos políticos com relação às campanhas eleitorais, da participação das massas em tais instituições, das composições de coligações eleitorais e coalizões de governo, da possibilidade de candidaturas às eleições por parte de indivíduos desvinculados de partidos e da existência, para além da organização em movimentos sociais ou instituições não governamentais, de mecanismos institucionais participativos que têm sido implantados em diversos países da região.

Em se tratando do conhecimento acumulado sobre a participação política, destaco que, no âmbito da América Latina, Borba e Ribeiro (2011) encontraram significativa predição de índices que congregavam modalidades de participação convencional sobre outros que reuniam variáveis de participação não convencional, bem como a relação inversa, em estudos referentes à participação política de cidadãos de Porto Alegre, Montevideu e Santiago. Posteriormente, Ribeiro e Borba (2015a) verificaram resultados semelhantes entre argentinos e brasileiros, bem como para o conjunto de eleitores de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Nesse sentido, a noção de repertórios de ação política encontra evidências também entre os cidadãos da região.

Contudo, tomados os conjuntos de modalidades em separado, os resultados destoam daqueles anteriormente destacados para democracias consolidadas. Sobre a evolução do protesto político na América Latina, Ribeiro e Borba (2015a) analisaram dados do Latinobarômetro para um conjunto de 17 países no período compreendido entre 1995 e 2007 e identificaram variações dissonantes para as sete modalidades destacadas, quais sejam: [1] declínio generalizado da participação em manifestações, à exceção da Venezuela; [2] elevação do envolvimento em protestos não autorizados na região, mas sem padrão de variação nas unidades nacionais; [3] redução generalizada do engajamento em bloqueios de tráfego na região, à exceção da Costa Rica; [4] baixíssimos

percentuais de participação em saques², com variação entre 1 e 3% para o conjunto de países; [5] diminuição ou manutenção das taxas de ocupações de edifícios e fábricas; [6] estabilidade dos índices de indivíduos que participaram de abaixo-assinados ou petições; e [7] variações expressivas dos percentuais de envolvimento em boicotes nas unidades nacionais, porém considerado apenas um ponto no tempo (2004) em que a variável constava no *survey*.

Analisando os dados em seu conjunto, o que identificamos foi uma estabilização ou um declínio das várias modalidades de expressão do protesto político na América Latina, nos últimos anos. Esse panorama favorece a conclusão de que, ao menos em relação ao período analisado, os países dessa região contrariam a tendência à ampliação da contestação documentada pela literatura especializada dos últimos anos (RIBEIRO; BORBA, 2015b, p. 202).

Já no que tange ao desalinhamento partidário, a relevância da discussão sobre o fenômeno entre novas democracias se justifica, conforme a observação de Green, Palmquist e Schickler (2002), em virtude de que apesar de desde a década de 1960 existirem estudos que apontam a redução da influência do partidarismo sobre o comportamento eleitoral e a perda de sua importância à identidade dos indivíduos, tais rumores são exagerados e a investigação sobre laços partidários ainda se apresenta como importante temática à Ciência Política. Tendo em vista que os autores realizaram tal inferência ao se debruçarem sobre o contexto norte-americano, modelo de democracia consolidada, investigar o partidarismo em países onde o regime encontra-se em processo de consolidação se apresenta ainda mais relevante.

Samuels e Zucco Junior (2012) observam que estudos sobre partidarismo focam majoritariamente em comportamento eleitoral, de modo que pouca atenção tem sido dispensada à medida em termos mais

²Sobre os saques, Ribeiro e Borba (2015b, p. 198-199) destacam: “[...] modalidade que envolve maiores custos, principalmente relativos ao risco de conflito com agentes públicos da lei e profissionais de segurança privada. Tais custos, como seria de se esperar, manifestam-se em taxas de participação muito baixas e estáveis na maioria dos países. Em razão do ato de ilegalidade, é importante também considerar na análise desses indicadores o problema da subdeclaração. Mesmo com o anonimato normalmente garantido nas pesquisas de *survey*, é plausível supor que parte dos entrevistados que se envolveram em saques omita essa informação, por temer possíveis responsabilizações”.

gerais, particularmente em novas democracias e especialmente naquelas em que os partidos políticos são jovens e numerosos e a identificação partidária carece de investigações mais aprofundadas. Por sua vez, Lupu (2015) destaca que pouco se sabe sobre o partidarismo e seus condicionantes em democracias em desenvolvimento, tanto tomadas individualmente quanto em conjunto, bem como ao longo do tempo.

Nesse sentido, ao considerarmos a América Latina como campo empírico, há distintas interpretações acerca do fenômeno, bem como críticas aos modelos analisados, desenvolvidos em contextos de democracias consolidadas e utilizados para explicar regimes ainda em processo de consolidação, de modo que a temática ainda é incipiente na região.

Esta pesquisa se insere no conjunto de discussões acerca da evolução do partidarismo na América Latina. Minha hipótese é de que a identificação partidária tem determinantes individuais e estruturais entre o eleitorado latino-americano, bem como de que os efeitos do apartidarismo não refletem necessariamente um distanciamento daqueles indivíduos com relação à política, por conta da adesão manifestada à democracia.

A expectativa é de responder a uma série de questionamentos acerca da relação entre eleitores e partidos políticos, de modo que destaco um amplo conjunto de objetivos específicos. Em um primeiro bloco, relaciono aqueles que têm escopo amplo, ou seja, que focalizam a América Latina como um todo, quais sejam:

[a] Realizar um balanço da literatura produzida sobre o relacionamento dos eleitores com os partidos políticos, tanto em democracias consolidadas quanto em novos regimes, com ênfase na América Latina;

[b] Dialogar com autores destacados no balanço de literatura, a fim de contribuir para a análise acerca dos determinantes da identificação partidária na região;

[c] Postular um modelo analítico que permita avanços na classificação da evolução das formas como os eleitorados se comportam frente aos partidos políticos e a verificação da existência de indícios do fenômeno do desalinamento partidário entre os países latino-americanos;

[d] Testar a tese do apartidarismo e o modelo da mobilização cognitiva no contexto de democracias em processo de consolidação, com vistas à formulação de hipóteses sobre seus possíveis efeitos ao desenvolvimento do regime nas unidades nacionais.

Para além destes aspectos, busco também construir uma análise mais aprofundada sobre o partidarismo em novas democracias, o que implica na necessidade de focar em uma unidade nacional, sobre a qual seja possível o maior detalhamento com relação a aspectos históricos e referentes à formação e caracterização dos sistemas político, partidário e eleitoral, bem como de critérios socioeconômicos e do comportamento político dos eleitores. Dado que o Brasil é um dos países para os quais há considerável volume de informações disponíveis, optei por selecioná-lo, a fim de [e] explorar os efeitos do modelo da mobilização cognitiva sobre a manifestação de apoio normativo à democracia e à sua efetivação, por meio de práticas políticas de distintas naturezas, tradicional e contestatária.

Diante de tais objetivos, esta tese está estruturada em mais cinco capítulos, além deste, introdutório. No segundo capítulo, trato de estudos referentes ao debate sobre a relação entre eleitores e partidos políticos, tanto no contexto europeu e estadunidense quanto na América Latina, sobre a qual apresento argumentos e aspectos históricos e contemporâneos do partidarismo.

O terceiro capítulo é dedicado a análises sobre a identificação partidária na América Latina. Inicialmente, exponho dados de opinião pública sobre a variação da medida e, na sequência, investigo seus determinantes de níveis individual e de contexto. Ainda neste capítulo, e em diálogo tanto com a literatura anteriormente apresentada como com os dados analisados, proponho uma alternativa à proposta de classificação dos tipos de relacionamento estabelecidos pelos eleitorados latino-americanos com os partidos políticos.

No quarto capítulo apresento um modelo de sofisticação política desenvolvido a partir da perspectiva estadunidense e já replicado em países europeus, da mobilização cognitiva, a partir do qual Dalton (2013) estabeleceu uma tipologia dos eleitores. Dado que tal teoria ainda não foi testada entre democracias em processo de consolidação, aplico-a aos indivíduos latino-americanos, a fim de verificar se os perfis de eleitores concernentes a democracias tradicionais também são encontrados na região. Ademais, busco identificar efeitos desta classificação sobre a adesão à democracia dos cidadãos latino-americanos.

Tendo em vista a possibilidade de aprofundamento e de investigação mais detalhada dos achados empíricos expostos nos capítulos anteriores, o quinto capítulo enfoca uma única unidade nacional, de modo que me dedico à exploração da relação estabelecida

pelo eleitorado brasileiro com os partidos políticos desde a redemocratização, com destaque à análise de dados produzidos desde a segunda metade da década passada.

Por fim, o último capítulo trata das considerações finais desta pesquisa e é composto por conclusões sobre a investigação e por questionamentos advindos desta tese, os quais poderão nortear novas pesquisas e contribuir para o fortalecimento da agenda de pesquisas sobre o partidarismo na América Latina e, em alguma medida, sobre tal relação e o desempenho dos regimes democráticos, de modo geral.

A título de esclarecimento, destaco que não há nesta tese um capítulo dedicado aos aspectos técnicos e metodológicos de pesquisa. As informações sobre bancos de dados utilizados, recodificações realizadas e aspectos concernentes aos testes estatísticos empreendidos são dispostas quando de sua aplicação, ao longo do texto.

2 PARTIDARISMO: BREVE BALANÇO DA LITERATURA

Considerando que a participação política é, *per se*, um indicativo importante da vitalidade da democracia, o envolvimento dos indivíduos com os partidos políticos revela-se como relevante sinal de engajamento no processo político (KARP; BANDUCCI, 2007).

Em se tratando do afastamento dos eleitores com relação aos partidos políticos, muitos estudos confirmaram tal diagnóstico nos Estados Unidos (CLARKE; STEWART, 1998; WEBB, 2002; PUTNAM, 2003; DALTON; McALLISTER; WATTENBERG, 2003; DALTON; WELDON, 2007; DALTON, 2013; 2014a) e entre países europeus (WHITELEY; SEYD, 1998; 2002; MAIR, 2000; 2003; MAIR; VAN BIEZEN, 2001; WEBB, 2002; DALTON, 2002; 2013; DALTON; McALLISTER; WATTENBERG, 2003; SEYD; WHITELEY, 2004; FREIRE, 2005; MORALES, 2005; NORRIS, 2007; DALTON; WELDON, 2007; SCARROW; GEZGOR, 2010; WITHELEY, 2011; VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012; GALLEGO; RICO; ANDUIZA, 2012; DALTON, 2013; 2014b; 2014c), ao passo que ainda são incipientes as análises no contexto latino-americano.

Na Europa, cabe destacar, Espanha, Grécia e Portugal são exceções no conjunto de democracias analisadas por van Biezen, Mair e Poguntke (2012), uma vez que em tais países foram identificadas elevações no número de filiados nas últimas décadas. Os autores relacionam esse fenômeno ao recente processo democrático iniciado a partir de meados da década de 1970, com o fim da ditadura em Portugal, que se estendeu aos demais países destacados e atingiu ainda outras nações do Leste Europeu e da América Latina, nas décadas de 1980 e 1990, de modo a constituir um processo denominado por Huntington (1994) como terceira onda de democratização. Entre as demais unidades

nacionais analisadas, todas sofreram substantiva diminuição no número de membros de partidos políticos. A tendência é de redução da filiação partidária à cerca da metade, em um movimento retilíneo desde a década de 1980 até o início do século XXI, identificado em um conjunto de 27 países que inclui democracias consolidadas e jovens, algumas pós-comunistas (VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012).

Diante deste cenário, o presente capítulo apresenta um breve balanço da literatura produzida acerca do relacionamento dos eleitores com os partidos políticos. Nas primeiras quatro seções, trato das causas históricas e dos desdobramentos do fenômeno do desalinhamento partidário nos Estados Unidos e em países europeus, do conceito de identificação partidária, e da maneira como tal indicador tem sido utilizado na discussão sobre o partidarismo, da relevância da educação em modelos explicativos e de debates teóricos e resultados de pesquisas que apontam preditores da referida relação, incluídos estudos recentes que abrangem tanto velhas quanto novas democracias.

Além disso, no que tange especificamente à América Latina, situo a discussão sobre o partidarismo a partir do delineamento histórico do debate desde o fim do século passado e de estudos contemporâneos acerca da institucionalização dos sistemas partidários, dos determinantes de tal relação e de sua evolução, com vistas ao diálogo com o diagnóstico de desalinhamento verificado entre democracias consolidadas.

2.1 DESALINHAMENTO PARTIDÁRIO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS EM DEMOCRACIAS CONSOLIDADAS

No que concerne aos diagnósticos do desalinhamento, estes apontam fatores causais tanto de origem estrutural quanto elementos de nível individual. Em se tratando do contexto, destacam-se as alterações institucionais no interior dos partidos e da competição partidária, as mudanças das prioridades no desempenho de suas funções.

Com relação às funções dos partidos, a interpretação clássica de Key (1964) afirma que é possível dividi-las em três frentes: enquanto organizações, nos governos e junto ao eleitorado. No que tange à questão organizacional, são funções dos partidos o recrutamento de lideranças, o treinamento da elite política e ainda a articulação e a agregação dos interesses da sociedade (KEY, 1964; GUNTHER;

DIAMOND, 2001).

Com relação ao seu papel governativo, os partidos devem organizar o governo, controlar o desempenho administrativo e buscar viabilizar a implementação de suas propostas de políticas públicas, de modo que suas responsabilidades nessa seara se tornam ainda mais relevantes quando as decisões a serem empreendidas envolvem diferenças de cunho normativo ou ideológico. Além disso, Mair (2003, p. 284) entende que a organização do parlamento e do governo seria a função potencialmente mais importante desempenhada pelos partidos, uma vez que estes “[...] parecem ser igualmente necessários, na prática, para a organização dos procedimentos legislativos, o funcionamento das comissões legislativas e os acordos diários sobre a agenda legislativa”.

Sobre as duas primeiras funções, Mair (2003, p. 284) observa que o recrutamento, não apenas de líderes políticos, mas também de funcionários para cargos públicos, tem perdido importância à medida que os partidos “[...] parecem cada vez mais dispostos a transporem os seus limites organizacionais imediatos quando procuram candidatos adequados para determinados cargos e funções”. Sobre as demais atribuições, são destacadas também por Gunther e Diamond (2001) e por Reis (2003, p. 22), que denomina “vocalização” ao processo de apresentação desses interesses na arena política e discorre sobre a “[...] necessidade de agregar interesses inicialmente fragmentários e dar-lhes, assim, visibilidade no processo eleitoral e condições de se fazerem sentir efetivamente nas decisões governamentais”. Conforme Mair (2003), as funções de articulação e agregação de interesses políticos da sociedade têm sido, especialmente a partir das últimas décadas, cada vez mais partilhadas com associações e movimentos não-partidários.

Já as funções dos partidos junto aos eleitores dizem respeito à educação política, à mobilização para a participação e à criação de símbolos capazes de gerar identificação e fidelidade, de modo a simplificar o voto. Nesse sentido, o desenvolvimento da educação e da socialização políticas teriam por finalidade a formação da opinião dos eleitores, por meio da apresentação de temas, de agendas e de perspectivas para as questões sociais.

Mair (2003) distingue partidos políticos e organizações partidárias ao tratar das diferentes funções abordadas por Key (1964). Segundo o autor contemporâneo, os partidos se comportam como tal quando se trata de suas funções agregativas e representativas, as quais dizem respeito à identificação por parte do eleitorado, à mobilização, à socialização e à militância de tais atores, ao passo que as demais

funções, que se referem àquelas de governabilidade e relacionadas às políticas públicas, corresponderiam aos partidos enquanto organizações partidárias. Seriam os partidos como tais que estão fracassando:

De facto, esta distinção fornece-nos uma chave útil para compreendermos exactamente aquilo que a crise dos partidos implica, no sentido em que a persistência e por vezes até o fortalecimento do papel dos partidos enquanto tais são acompanhados por uma erosão das suas bases organizativas, minando desse modo uma chave fundamental da legitimidade política (MAIR, 2003, p. 278).

O primeiro ponto que ilustra o declínio dos partidos enquanto organizações diz respeito ao seu número de membros e ao recente desaparecimento das referidas instituições como organizações de massas. Nesse sentido, os achados de Mair e van Biezen (2001) identificaram decréscimos na filiação partidária para um grupo de 13 países da Europa ocidental, dentre os quais o declínio não se manifestou apenas em função da expansão do eleitorado, mas também no que se refere ao número absoluto de eleitores. Ademais, mesmo entre aqueles que continuam vinculados aos partidos tem sido verificada uma menor participação, o que significa que o ativismo partidário, de fato, está sofrendo redução (GREEN; PALMQUIST; SCHICKLER, 2002; WHITELEY; SEYD, 2002; MAIR, 2003; WHITELEY, 2011; DALTON, 2014).

Contudo, há evidências de que os partidos têm procurado reduzir o efeito da diminuição do número de militantes por meio da alteração de seus mecanismos de alcance do eleitorado: se antes o contato se dava majoritariamente por prospecção local e panfletagem, atualmente os partidos utilizam abrangentes bancos de dados para identificar potenciais eleitores oscilantes, bem como recursos tecnológicos como telefonia móvel e internet (DALTON; FARRELL; McALLISTER, 2011).

Em contrapartida ao afastamento dos eleitores, ainda segundo Mair (2003), a aproximação dos partidos com relação ao Estado e aos governos é crescente nas últimas décadas, de modo que hoje tais instituições são inextricáveis do aparato estatal, conforme já indicaram Katz e Mair (1995). Nesse cenário, o centro de gravidade dos partidos estaria sofrendo alterações, de modo que “os partidos de hoje são partidos diferentes, marcados por uma base organizacional cada vez

mais fraca, mas uma face pública cada vez mais forte e mais eficazmente mantida” (MAIR, 2003, p. 282).

Diferentemente de Mair (2003), há pesquisadores que afirmam que o distanciamento dos partidos de massas com relação aos eleitores tem conduzido à sua falência, por conta da diminuição gradual de sua capacidade de atração da população para a participação (FREIRE, 2005; VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012). Considerando que uma das principais funções dos partidos, classicamente atribuída àqueles de massas, é a mediação entre os interesses do eleitorado e os do Estado (BAQUERO, 2000; DELLA PORTA, 2003; MAIR, 2003), caberia a tais instituições a educação política dos eleitores, com vistas à sua mobilização para a participação e à promoção da identificação dos indivíduos com aqueles que disputam o posto de seus representantes. Para tanto, serianecessário envolver os eleitores no processo eleitoral por meio do voto e do investimento na criação ou no reforço da simpatia ou fidelidade partidária (VEIGA, 2007). Entretanto, desde as últimas décadas do século XX assiste-se a uma mudança de posicionamento dos partidos políticos, que se distanciam cada vez mais dos cidadãos à medida que se aproximam do aparelho estatal (BAQUERO, 2000; MENEGÓZ, 2000; MAIR, 2000; 2003; DALTON, 2013).

Uma explicação coerente para a queda da relevância do ativismo nos partidos de massas é que os líderes desses partidos têm agora menor necessidade de membros individuais, se comparados com o período do surgimento de tal eleitorado (final do século XIX e início do XX), quando se faziam salutareos os membros e seus recursos, tanto humanos como financeiros, para a mobilização política dos eleitores. Com o desenvolvimento da comunicação e do marketing de massa, os partidos podem alcançar os eleitores diretamente, especialmente em épocas de eleições (RIBEIRO, 2004; LAVAREDA; TELLES, 2011; BEZERRA; MUNDIM, 2011; TELLES, 2012; DALTON, 2013) e a primazia do recrutamento de filiados desapareceu. Além disso, como conseguiram atrair grandes doações de organizações empresariais e pessoas ricas, os partidos tornaram-se menos dependentes de pequenas inscrições e de doações de membros individuais (DALTON; McALLISTER; WATTENBERG, 2003; SEYD; WITHELEY, 2004).

Dalton e Wattenberg (2002) também apontam a grande influência da mídia sobre o controle das informações políticas a que a população em geral tem acesso, papel antes desempenhado pelos partidos, e as alterações na prática da política por partidos e candidatos em decorrência de novas técnicas de campanha e de pesquisas de

opinião, como justificativas para a redução da identificação partidária.

Ademais, a formação de grupos de partidos (cartéis), o surgimento de legendas sem bandeiras definidas, a perda da identidade de certos partidos na tentativa de aproximar seu discurso e sua prática àquelas dos partidos que obtêm sucesso no sistema eleitoral (*catch-all*³) e a flexibilização dos acordos, alianças e coligações estabelecidas pelos partidos políticos, dentre outras razões, contribuem negativamente para a construção de vínculos por parte do eleitorado, uma vez que são condições que dificultam a diferenciação das imagens das instituições partidárias pelos eleitores.

Por outro lado, há que se considerar ainda a relevância de fatores exógenos às instituições, em especial o refinamento cognitivo dos indivíduos (BAQUERO, 2000; MAIR, 2003; WITHELEY, 2011; DALTON, 2013). Sob esta perspectiva, o afastamento das massas não seria tratado apenas como consequência, mas também como fator causal do declínio dos partidos enquanto instituições representativas. No campo microssocial, destacam-se os aumentos da escolarização dos indivíduos e da disponibilidade de informação política e, por consequência, de seus recursos cognitivos e políticos, além da proliferação de grupos de interesses (DALTON; WATTENBERG, 2002; DALTON; McALLISTER; WATTENBERG, 2003) e das alterações nas estruturas das relações de trabalho (ALBALA; VIEIRA, 2014).

Segundo Mair (2003) e van Biezen, Mair e Poguntke (2012), os partidos, em especial aqueles de massas, têm sofrido as consequências de um processo amplo de redução do envolvimento dos indivíduos em organizações hierarquizadas, o qual é acompanhado pelo desenvolvimento de valores pós-materialistas e de cidadania crítica e pela opção por formas diretas de auto-expressão (INGLEHART, 1977; NORRIS, 1999; INGLEHART; WELZEL, 2009).

Além da educação, tratada por Putnam (2002) como melhor preditor da vida cívica e sobre a qual me deterei ainda neste capítulo, cabem breves considerações sobre a expansão dos meios de comunicação. Os efeitos da mídia sobre os valores, comportamentos e atitudes políticas dos indivíduos têm sido amplamente analisados pela literatura contemporânea, de modo que há autores, como Patterson

³Termo cunhado para denominar partidos surgidos a partir da transformação de legendas da social democracia que, até a Segunda Guerra Mundial, se caracterizavam pela ideologia, mas posteriormente direcionaram seus esforços à captação de votos, desconsiderando ou minimizando aspectos ideológicos no intuito de atrair mais eleitores, independente da natureza de sua cultura e valores políticos (KIRCHHEIMER, 1966).

(1998) e Mervin (1998), que afirmam que os meios de comunicação são responsáveis pela desconfiança política dos cidadãos, ao passo que outros, como Norris (2000), destacam que a mídia também fornece informações capazes de estimular o engajamento dos cidadãos no que tange à democracia.

Segundo Mesquita (2013), a relação entre a mídia e os valores políticos dos indivíduos é de interação, de modo que a avaliação da qualidade e da legitimidade da democracia pelos cidadãos se dá pela relação entre sua sofisticação política e as informações às quais tais indivíduos acessam.

A partir da década de 1990, críticas à mídia tornaram-se comuns. Uma postura excessivamente crítica em relação à política e aos políticos por parte da mídia – com uma cobertura majoritariamente negativa do processo político – poderia levar a um desencanto dos cidadãos para com seus líderes e instituições políticas, provocando atitudes de cinismo em relação à política e aos políticos, bem como degradando processos de deliberação pública e enfraquecendo os partidos, em sua função de mecanismo eleitoral. [...] Contudo, essa visão negativa acerca do papel dos meios de comunicação de massa para os processos democráticos não é unânime. Existe a perspectiva teórica de que uma combinação de níveis educacionais cada vez mais altos com o acesso cada vez maior a informações políticas tem ajudado a mobilizar os cidadãos, tanto em aumento do conhecimento quanto em termos comportamentais (MESQUITA, 2013, p. 152).

A expansão do acesso à internet é indicativo da possibilidade de uso da informação disponível de maneira mais democrática, ou menos unilateral, já que na maioria dos países há liberdade de acesso a conteúdos diversos, a critério dos indivíduos. No que se refere à relação entre *cyberativismo* e partidarismo, Baker *et al* (2015) afirmam que as redes sociais são importantes canais para alterações nas identidades partidárias.

Diante desse conjunto de constatações, uma série de pesquisas dedicadas a esta discussão apontam distintos efeitos decorrentes do crescente distanciamento entre partidos políticos e o eleitorado, sendo possível separar os argumentos entre pessimistas e otimistas.

Putnam (2002) apresenta uma visão pessimista sobre o futuro do relacionamento entre eleitores e partidos: a redução do engajamento partidário pode conduzir à diminuição do comparecimento eleitoral, à fluidez na formulação de opiniões e opções de votos dos eleitores e ao ceticismo com relação aos processos e instituições representativas. Por sua vez, Whiteley (2011) afirma que os partidos políticos continuam a desempenhar um papel central na governança das democracias modernas, mas reconhece que o declínio em sua base voluntária tem implicações importantes para o futuro da democracia, uma vez que é suscetível de enfraquecer a sociedade civil e minar as relações fundamentais entre os cidadãos e o Estado. As prospecções negativas quanto ao desenvolvimento do cenário político defendem que a descrença com relação ao Estado e às instituições representativas seria um indício de uma crise de legitimidade, a qual pode até mesmo culminar em instabilidade democrática (NORRIS, 1999; SELIGSON; BOOTH; GÓMEZ, 2006).

Em contrapartida, pesquisadores otimistas apontam para o aumento da qualidade da democracia, por conta da maior sofisticação do eleitor (nos termos de Dahl [1997]), como principal efeito do distanciamento entre partidos e o eleitorado. Tais indivíduos, mais críticos com relação às instituições tradicionais e hierarquizadas, seriam portadores de valores fortemente democráticos, bem como orientados para ações políticas mais horizontalizadas e de auto-expressão (NORRIS, 1999; DALTON; McALLISTER; WATTENBERG, 2003; DALTON, 2013).

Considerada a inexistência de consenso acerca dos efeitos do desengajamento, corroboro a afirmação de Dalton, McAllister e Wattenberg (2003, p. 317), de que “o desalinhamento partidário tem potencial para produzir consequências, quer positivas, quer negativas, para a política eleitoral, dependendo do modo como os sistemas partidários e os eleitores reagem neste novo contexto”.

Nesta mesma linha argumentativa, Dalton, Farrell e McAllister (2011) discordam dos pesquisadores que afirmam que os partidos políticos estão em crise. Para os autores destacados, as legendas sofrem processos de adaptação ao contexto político, institucional, organizacional e ainda a aspectos políticos, tais como a alteração da agenda no mundo globalizado por meio da introdução de temáticas pós-materialistas (como gênero, questões ambientais, de imigração etc.). As mudanças dos partidos não seriam apenas causas, mas também consequências de um processo de mudanças sociais que se manifestam no meio político e também nas relações sociais estabelecidas pelos

indivíduos.

Dalton, Farrell e McAllister (2011) relativizam o argumento de que a democracia poderia estar em declínio junto com os partidos ao afirmar que estes estão se adaptando a novas condições políticas contemporâneas e que este processo vem se desenvolvendo há mais de um século, o que significa não uma tendência ao fim da democracia, mas seu fortalecimento por conta da capacidade de adaptação destas instituições essenciais diante de alterações relevantes. Sob tal ponto de vista, a evolução da relação entre partidos e eleitores seria menos preocupante do que diagnostica boa parte da literatura, que toma o conceito dos partidos de massa como referência ao invés de tratar do desempenho dos partidos de modo geral.

Nesse sentido, os autores definem em cinco as formas de relacionamento contemporâneas entre partidos e eleitores, quais sejam: [1] articulação da campanha – recrutamento de candidatos e definição dos parâmetros dos processos eleitorais; [2] ligação participativa – mobilização dos eleitores para votar; [3] ligação ideológica – escolha dos eleitores tendo em conta as informações dos partidos quando da definição de seu voto; [4] ligação representativa – congruência entre preferências políticas dos cidadãos, dos políticos e dos partidos no parlamento e no governo; e [5] política de ligação – preocupação dos partidos em cumprir as promessas de campanha. Suas conclusões apontam que os partidos não são mais os únicos atores responsáveis pela articulação e agregação de interesses dos eleitores, nem mesmo os únicos a quem cabe a determinação da agenda política nas eleições. No entanto, as legendas partidárias mantêm sua relevância ao jogo político e à democracia (DALTON; FARRELL; McALLISTER, 2011).

2.2 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E FORMAS DE RELACIONAMENTO DO ELEITORADO COM PARTIDOS POLÍTICOS

O conceito de identificação partidária tem sido central na literatura internacional sobre comportamento político (MAINWARING, 2001; MAINWARING; TORCAL, 2005b; PAYNE, 2007). Weisberg e Greene (2003) afirmam que a identificação partidária constitui o eixo da compreensão moderna das democracias eleitorais e que esta posição teórica provavelmente se manterá, o que se verifica ao constatar que tal medida é tidacomoindicador primordial do desenvolvimento e da

institucionalização dos sistemas partidários (MAINWARING; SCULLY, 1995; MAINWARING, 2001; DALTON; WELDON, 2007; DALTON, 2007; 2013; PAYNE, 2007). Além disso, níveis elevados de partidarismo podem minimizar a volatilidade eleitoral (DALTON; WELDON, 2007; MAINWARING; ZOCO, 2007).

Em termos gerais, há estudos que apontam que o partidarismo tende a estruturar e dar significado “ao sistema de crenças individuais” (DALTON; McALLISTER; WATTENBERG, 2003, p. 295), da mesma maneira como a existência de vínculos dos eleitores com partidos políticos estrutura, em alguma medida, o voto dos indivíduos, tanto em democracias consolidadas (GREEN; PALMQUIST; SCHICKLER, 2002; WEISBERG; GREENE, 2004; DALTON, 2014)⁴ quanto em regimes mais novos (CARREIRÃO; KINZO, 2004; CARREIRÃO, 2007; RODRÍGUEZ, 2013; LUPU, 2015)⁵.

Em se tratando das teorias que se dedicam a analisar os determinantes da identificação partidária, destaco a distinção entre a abordagem que interpreta tal medida como um fenômeno identitário, decorrente do processo de socialização política (GREEN; PALMQUIST; SCHICKLER, 2002), e aquela que trata tal indicador como um atalho informacional utilizado pelos eleitores como produto de sua avaliação acerca do desempenho dos partidos (DOWNS, 1957)⁶.

A abordagem psicológica interpreta a identificação partidária como elemento central da análise das atitudes e do comportamento político dos indivíduos, construída ao longo de seu processo de socialização. Tal modelo, elaborado por Campbell *et al* (1960), da

⁴No que se refere especificamente aos Estados Unidos, a identificação partidária é parte menor da maneira como os cidadãos típicos se auto-conceituam, uma vez que características como sexo, etnia, religião, classe social e local onde residem são aspectos tomados como identidades sociais fundamentais. No entanto, quando se trata de temas relacionados à política, o partidarismo revela-se altamente influente, superando a capacidade de predição das variáveis identitárias sócio-demográficas (GREEN; PALMQUIST; SCHICKLER, 2002).

⁵Em que pese tal suposição enfrentar questionamentos na literatura recente sobre comportamento eleitoral. Para um balanço da literatura, ver Rennó (2001). Lupu (2015) ressalta que a determinação causal da relação entre partidarismo e escolha eleitoral é complexa e depende de estudos temporais que acompanhem os indivíduos, o que não é possível por meio dos bancos de dados coletados por grandes institutos, mas por estudos de painel. Ainda que estes deem conta de uma população reduzida e que, portanto, sejam capazes de produzir inferências limitadas, tem como aspecto positivo a verificação da causalidade da relação, o que permite avanços nas interpretações acerca do partidarismo tanto no período eleitoral quanto para além dele.

⁶Com relação às teorias explicativas da identificação partidária, há as correntes sociológica, psicológica e racional. Considerando os objetivos desta tese, não me deterei à discussão sobre a primeira e exponho apenas os argumentos centrais das demais. Um balanço sobre tais correntes encontra-se competentemente abordado em Freire (2001) e Cervi (2010).

Escola de Michigan, entende que a identificação partidária se constituiria a partir de bases afetivas e seria, pela ênfase atribuída ao processo de socialização, resistente a alterações. Seu caráter central na constituição do indivíduo lhe conferiria a posição de “extensão do ego” (RICO, 2010).

Em estudo acerca do eleitorado norte-americano, Converse (1964), um dos colaboradores da referida Escola, “publicou o que viria a ser um dos mais influentes trabalhos sobre opinião pública dos Estados Unidos” (RENNÓ, 2001, p. 86), o livro *The nature of belief systems in mass publics*, no qual tratou das discrepâncias na estruturação dos sistemas de crenças de massas e de elites⁷. Segundo o autor, a identificação partidária se sedimentaria ao longo do tempo, à medida que as gerações acumulassem experiência eleitoral e teria a função de atalho cognitivo para a minimização das dificuldades de cidadãos com pouca cognição diante de escolhas eleitorais, uma vez que a diferença entre a quantidade de informações abarcadas pelos sistemas de crenças dos mencionados grupos de indivíduos se deve, em grande parte, à educação. A partir desses resultados, o autor norte-americano classificou as dimensões ideológicas de avaliação dos indivíduos em estratos hierárquicos, por níveis de conceitualização⁸.

Em se tratando da abordagem racional ou econômica, esta afirma que os atores políticos racionais buscam a maximização de suas satisfações subjetivas e se utilizam, para tanto, de atalhos de informação,

⁷ “[...] mesmo com as críticas que tal abordagem recebeu a partir da década de 1970, vários trabalhos recentes têm apresentado evidências empíricas relevantes sobre a importância da socialização política na explicação da IP (MILLER; SHANKS, 1996; GREEN; PALMQUIST; SCHICKLER, 2002; RICO, 2010)” (GIMENES *et al*, 2015, p. 5).

⁸ Segundo Baquero e Prá (2007, p. 143), “a referida classificação deu origem à tipologia de estratos de eleitores e que se constitui na contribuição mais relevante do autor, bem como no instrumento analítico conceitual que permitirá compreender a dinâmica do comportamento político”. Em escala decrescente, os níveis de conceitualização seriam: ideólogos, quase-ideólogos, interesse de grupo, natureza dos tempos e sem conteúdo político. Ideólogos seriam aqueles que manifestaram confiar mais ativamente em dimensões conceituais normativas, ao passo que quase-ideólogos seriam os indivíduos que trataram de tais dimensões em suas respostas, porém de maneira periférica, mas ainda assim com forte interesse e conhecimento sobre política. O terceiro estrato, interesse de grupo, congrega os eleitores que demonstraram conhecimento restrito a situações que envolvem punições ou recompensas diretas ao seu grupamento e baixo interesse por política. O nível denominado natureza dos tempos remete a posicionamentos decorrentes de situações retrospectivas e possui caráter residual no sistema de Converse (1964) por contemplar “[...] aqueles que fizeram considerações políticas de alguma natureza em suas avaliações, mas que não empregaram argumentos que mereçam ser enquadrados nos níveis anteriores” (BAQUERO; PRÁ, 2007, p. 144). O último grupo abarca indivíduos que não compreendem em nenhuma medida o cenário ou questões políticas, por isso denominados sem conteúdo político.

elaborado pelos eleitores a partir das imagens de partidos, candidatos e ideologias partidárias com a finalidade de diminuir os custos de obtenção e processamento de informações políticas (DOWNS, 1957)⁹.

Já Fiorina (1981) apresenta uma perspectiva revisionista, segundo a qual mesmo que considerada a relevância da socialização dos indivíduos, a avaliação de sua experiência acumulada como eleitores ao longo da vida adulta exerce peso maior sobre sua identificação partidária. Em sua interpretação, os eleitores emitem juízos de valor acerca das propostas e do desempenho partidário ao longo do tempo, de modo a balizar seu julgamento sobre a preferência partidária. Nesse sentido, o autor busca explicar tanto manifestações de estabilidade quanto de alterações na identificação partidária do eleitorado, uma vez que o início da vida política dos eleitores é permeado por uma identificação partidária estável, construída por sua socialização prévia¹⁰, a qual pode ser alterada ou mantida conforme os indivíduos adquirem experiência política e ainda de acordo com alterações em sua condição social e econômica, já que mudanças em tais padrões interferem diretamente nos interesses dos cidadãos.

Diante das considerações acerca da identificação partidária, cabe ressaltar que entre os pesquisadores e nos *surveys* sobre cultura política empreendidos por organismos internacionais de pesquisa, como *World Values Survey* (WVS), *Comparative Studies of Electoral Systems* (CSES), *Latinobarômetro* e *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), tal medida não é unânime. Além da identificação partidária, as discussões e os bancos de dados são permeados por medidas distintas, como filiação, sentimentos e simpatia partidária.

A filiação diz respeito ao registro formal de indivíduos como membros de partidos políticos¹¹ (HEIDAR, 2006) e se constitui numa medida problemática do relacionamento entre eleitores e partidos, principalmente por dois motivos. O primeiro problema diz respeito às relações de filiados a partidos em órgãos oficiais, as quais sofrem críticas por conta da ausência de atualização permanente tanto no

⁹ A discussão empreendida por Downs (1957) sobre a teoria econômica da democracia trata o processo político-eleitoral de maneira semelhante àquela adotada para a análise do mercado nas Ciências Econômicas, com destaque ao cálculo empreendido por partidos e por eleitores em diferentes circunstâncias às quais estão sujeitos quando da necessidade de tomar decisões.

¹⁰ A socialização primária, nos termos de Rokeach (1968) e de Dahl (1997).

¹¹ Heidar (2006) distingue três formas de filiação partidária: individuais, auxiliares e coletivas. A adesão individual é estabelecida pela simples filiação de um indivíduo a um partido. Filiações auxiliares se referem a organizações auxiliares, para jovens e mulheres, por exemplo. Já as filiações coletivas correspondem àquelas vinculadas a organizações próximas aos partidos, como sindicatos ou associações de agricultores, por exemplo.

contexto internacional (HEIDAR, 2006; VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012) quanto nacional brasileiro (NICOLAU, 2012a; CERVI, 2012; SPECK, 2013), o que pode gerar uma superestimação dos dados diante da desatualização de informações sobre desfiliações, seja por questões organizacionais ou de legitimidade (HEIDAR, 2006; NICOLAU, 2012a; VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012; CERVI, 2012). Além disso, Heidar (2006) e Speck (2013) atentam para a possibilidade de falsificação de registros, por meio da inscrição de membros sem seu conhecimento.

O segundo problema diz respeito a efetividade da atuação dos filiados, questão já diagnosticada por Weber (2012 [1922], p. 544) no início do século passado:

Mesmo no caso de uma forma muito democrática de organização dos partidos de massas (que, como sempre, tem como consequência o desenvolvimento de um funcionalismo remunerado), a grande maioria dos eleitores, mas também dos simples “associados”, não participa (ou apenas formalmente) na determinação dos programas e dos candidatos.

Considerando tal diagnóstico, corroborado atualmente por estudos desenvolvidos em democracias consolidadas (WHITELEY; SEYD, 1998; 2002; MAIR, 2003, WITHELEY, 2011, DALTON, 2013), o conceito de filiação apresenta fragilidade enquanto categoria analítica.

Já os sentimentos partidários consistem numa combinação entre medidas de preferência e rejeição a partidos políticos, as quais são internalizadas pelos indivíduos no decorrer dos processos eleitorais, conformados pela construção de imagens positivas ou negativas de legendas e propostas (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011; BRAGA; PIMENTEL JUNIOR, 2011). Por sua vez, a simpatia partidária representa uma medida parcial dos sentimentos, qual seja a avaliação favorável do eleitorado acerca dos partidos, entendida como produto histórico dos processos eleitorais dos quais os indivíduos participaram, de modo que, por desconsiderar avaliações desfavoráveis, é menos complexa que aquela de sentimentos partidários.

Independente da medida utilizada para avaliação, os estudos culturalistas têm identificado que a natureza do comportamento político dos cidadãos vem se transformando, de modo que é salutar entender quais são as bases dessa alteração.

2.3 EDUCAÇÃO E PARTIDARISMO

Uma parte considerável da literatura internacional tem evidenciado o aumento nos níveis educacionais como condicionante para a identificação dos indivíduos cognitivamente mais engajados desde o período posterior à Segunda Guerra Mundial (ALMOND; VERBA, 1989 [1963]; DALTON, 1984; 2013; INGLEHART, 1990). Já na década de 1950 era perceptível a relevância da escolarização, entre os norte-americanos, para a definição de seus valores e crenças políticas.

Segundo Almond e Verba (1989 [1963]), os cidadãos instruídos são mais ativos politicamente em suas comunidades, mais informados sobre a política e mais tolerantes. Já conforme Converse (1983), a cultura política daqueles que possuíam educação superior era muito diferenciada daquela dos demais cidadãos, cujas necessidades se mostravam mais materialistas, nos termos de Inglehart (1977).

De maneira resumida, os resultados de tais pesquisas destacam que o fator educacional encontra-se amplamente associado ao conhecimento político, à participação em partidos, em atividades voluntárias e em sindicatos e ainda a outras formas de engajamento político. Da mesma maneira, outros trabalhos associam as habilidades cognitivas e a educação como fundamentos para o engajamento político, envolvendo os cidadãos em eleições, ações diretas sobre campanhas políticas e em atividades partidárias propriamente ditas (INGLEHART, 1990; DALTON, 2006; 2007; 2013). Além disso, conforme mencionado na seção em que abordei o desalinhamento partidário, a elevação dos níveis de escolaridade tem contribuído para o afastamento dos eleitores com relação aos partidos nas democracias consolidadas.

Tendo em vista que a participação em partidos políticos pressupõe uma cultura política diferenciada por parte dos indivíduos engajados em tais instituições, em sua discussão acerca das crenças de ativistas políticos, Dahl (1997) afirmou que pessoas diferentes provocam efeitos distintos em qualquer sistema político e propôs como importante questão a identificação de quem alimenta quais crenças políticas. Apesar de ressaltar que essa abordagem não implica na desconsideração dos valores difundidos entre o restante da população, o autor apontou que o conjunto dos valores das camadas politicamente mais atuantes e envolvidas com as atividades políticas pode ser um importante fator nos estudos sobre poliarquias.

Diferentemente da maioria das pessoas, os ativistas políticos teriam sistemas de crenças complexos e ricos, o que poderia ser

explicado, em grande medida, pela associação entre essa sofisticação e os níveis de escolaridade e interesse por política. Além disso, no que diz respeito à dimensão estritamente cognitiva da cultura política, o autor é categórico ao afirmar que é plausível supor que o conhecimento sobre os diferentes aspectos da vida política seja maior entre tais indivíduos do que entre a população em geral (DAHL, 1997).

Por sua vez, Pereira (2012) afirma haverem ao menos três conjuntos de fatores individuais capazes de influenciar a manifestação de vínculo dos indivíduos com algum partido político. O primeiro fator reúne o interesse por política e o conhecimento político, variáveis que contribuem para o entendimento acerca da política e dos partidos e que se relacionam aos trabalhos de autores como Inglehart (1977; 1990), Dalton (2002; 2007; 2008; 2013) e Norris (1999), que, em diversas obras, tem destacado o papel da escolarização e sua relação com valores de auto-expressão, mobilização cognitiva, pós-materialismo e cidadania crítica. O segundo ponto diz respeito ao processo de socialização, especialmente com relação à idade e dialoga com uma ampla literatura relacionada à influência dos períodos, ciclos de vida e as coortes etárias, especialmente sobre a participação política na juventude (HIGHTON; WOLFINGER, 2001; KINDER, 2006; DALTON, 2009; FINLAY; WRAY-LAKE; FLANAGAN, 2010; FLANAGAN, 2013; OKADO, 2013). Por fim, o autor destaca as avaliações retrospectivas que os indivíduos realizam sobre o desempenho dos partidos e trata de um argumento apresentado por Fiorina (1981) e amplamente explorado pela Ciência Política nas últimas três décadas.

Considerada a relevância da escolarização no conjunto de variáveis que predizem o engajamento em partidos, Whiteley e Seyd (2002) e Whiteley (2011), dentre outros autores, ressaltam a existência de uma série de modelos teóricos capazes de explicar tal modalidade de participação. Com vistas à identificação dos preditores da participação partidária de alta intensidade¹² na Grã-Bretanha, Witheley e Seyd (2002) testaram as teorias da escolha racional, da psicologia social, do voluntarismo cívico e da mobilização e propuseram, baseados principalmente nas duas primeiras, um modelo de incentivos gerais, capaz de explicar as diferenças entre baixa e alta participação nos Partidos Trabalhista e Conservador britânicos.

¹² Tal modalidade, que se diferencia do envolvimento partidário da maneira como este é, geralmente, abordado nos estudos sobre partidos políticos, se caracteriza pela maior exigência em termos de custo de participação, por conta do tempo e esforço despendidos (WITHELEY; SEYD, 2002).

Já em estudo acerca do engajamento partidário entre o eleitorado de 36 nações, Witheley (2011) testou os modelos do voluntarismo cívico e da mobilização cognitiva, separadamente e combinados entre si, ambos acompanhados por variáveis estruturais, a fim de identificar os fatores que influenciavam tal envolvimento entre eleitores de um conjunto heterogêneo de países, entre os quais democracias consolidadas, jovens e pós-comunistas¹³.

Por se tratar de um estudo recente sobre a participação em partidos políticos¹⁴, cuja identificação de correlatos se deu por meio de testes multivariados e multiníveis¹⁵, julgo pertinente me deter a considerações acerca dos modelos testados por Whiteley (2011), bem como sobre os resultados encontrados em sua análise.

O modelo teórico do voluntarismo cívico, proposto por Verba e Nie (1972), afirma que o *status* social de um indivíduo, determinado por trabalho, educação e renda, determina sua medida de participação. Posteriormente, Verba e outros colaboradores (1995) incorporaram ao modelo outras variáveis, como a eficácia política subjetiva, assumindo a hipótese de que indivíduos com maiores recursos tendem a ser mais motivados a participar. Nesse modelo, a educação desempenha um importante papel, sendo um recurso essencial, capaz de proporcionar a um cidadão inativo a possibilidade de se tornar politicamente engajado (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). Segundo Ribeiro e Borba (2015a, p. 31), tal modelo “pode ser considerado o maior esforço teórico e metodológico no âmbito da construção de uma teoria da participação política empiricamente orientada”.

Já o modelo da mobilização cognitiva, de Dalton (2008), entende que a participação partidária é uma forma de engajamento à qual se associam, em maior medida, cidadãos com maior escolarização, que demonstram sentimento de eficácia política subjetiva e interesse por política, buscam acesso à informações e atuam por meio do ativismo

¹³ Witheley (2011) analisou dados decorrentes do *International Social Survey Programme Study of Citizenship*, aplicado em 2004 em trinta e seis países: Alemanha, Austrália, Áustria, Brasil, Bulgária, Canadá, Chile, Chipre, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Filipinas, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Holanda, Hungria, Irlanda, Israel, Japão, Letônia, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, República Tcheca, Rússia, Suécia, Suíça, Taiwan, Uruguai e Venezuela.

¹⁴ Outro estudo recente foi conduzido por Van Biezen, Mair e Pogutke (2012) entre um conjunto heterogêneo de democracias europeias. Entretanto, como tais autores utilizaram dados referentes a filiação partidária e considerando os problemas relacionados a tal medida, não exploraremos seus resultados.

¹⁵ Os testes visaram identificar discrepâncias entre ativistas políticos, membros de partidos, ex-membros e indivíduos que nunca estabeleceram nenhum tipo de relação com tais instituições, tomando a última categoria por referência.

eleitoral e do envolvimento em associações voluntárias. A hipótese do autor é de que a participação política de um indivíduo seria motivada por sua capacidade e vontade para processar e compreender informações relacionadas à política¹⁶. Considerando que tais indivíduos são mais capazes de influenciar a política por meio de seu envolvimento em grupos de interesses e partidos, os cidadãos cognitivamente engajados possuem habilidades para constituírem um eleitorado mais crítico em relação ao processo eleitoral e ao governo (NORRIS, 1999).

Quanto aos resultados, os modelos testados com conjuntos de variáveis de nível individual apresentaram baixa capacidade explicativa para ambas as teorias, com ligeira vantagem à mobilização cognitiva. O modelo do voluntarismo cívico apresentou significância para praticamente todas as variáveis incluídas, para ativistas, membros e ex-membros, em comparação com não-membros, quais sejam: eficácia política, ativismo em organizações voluntárias, religiosidade, partidarismo, idade e sexo. O número de horas trabalhadas e o nível educacional se apresentaram relevantes nos casos de membros e ex-membros e o *status* social subjetivo apenas para membros. Desta forma, os resultados confirmam a relevância do voluntarismo cívico à atividade partidária, bem como que os recursos financeiros desempenham papel limitado em tal modelo.

Por sua vez, a mobilização cognitiva apresenta consistência em relação à teoria para todas as variáveis, exceto o consumo de meios de comunicação, cujo resultado foi significativamente negativo para ativistas e membros. Nesse sentido, tal variável pode indicar tendência ao desengajamento partidário, ou seja, quanto mais informados se tornam os cidadãos, menor o seu envolvimento com partidos. Em contrapartida, as normas cívicas são relevantes para ativistas e membros e não significantes para ex-membros, o que permite inferir que tais valores são barreiras ao desengajamento em partidos.

Witheley (2011) identificou ainda efeitos semelhantes em ambos os modelos para as variáveis de controle: indivíduos mais velhos têm maior probabilidade de ser ativistas, membros ou ex-membros de partidos em relação a não-membros, porém em medida não linear e decrescente a partir de certa idade. Com relação ao gênero, homens são

¹⁶ Dalton (2013) destaca que a explicação relacionada à tese de mobilização cognitiva se relaciona à do pós-materialismo, de Inglehart (1977), para quem, ao invés de demonstrar deferência às elites e instituições políticas, os americanos tornaram-se mais autônomos em suas orientações políticas. Tais indivíduos, para o segundo autor, são mais instruídos politicamente e não veem nos partidos políticos instituições capazes de atender aos seus objetivos políticos em sua totalidade.

mais suscetíveis à sobre-representação em todos os grupos, quando comparados com indivíduos não-partidários. A escolaridade destacou-se como preditor apenas para diferenciar filiados e ex-filiados daqueles que nunca se envolveram com partidos.

Diante de tais resultados, o autor, a exemplo do trabalho desenvolvido anteriormente (WITHELEY; SEYD, 2002), propôs um novo modelo, combinando variáveis do voluntarismo cívico e da mobilização cognitiva e incluindo ainda variáveis estruturais. Considerando hipóteses macrossociológicas para o distanciamento do eleitorado em relação aos partidos, o autor incorporou ao modelo proposto variáveis referentes a formas de participação política não convencionais (boicotes e *cyberativismo*, em medidas nacionais) e à regulação do Estado quanto à oligarquização¹⁷ e financiamento dos partidos.

O resultado de tal modelo, cuja capacidade explicativa foi bastante superior aos anteriores, confirmou a predição das variáveis relacionadas ao voluntarismo cívico e à mobilização cognitiva e destacou a relevância das duas medidas de regulação estatal, ambas com efeitos negativos, o que permitiu a Witheley (2011) inferir que tais práticas afastam os indivíduos dos partidos. Além disso, em testes específicos para mensurar o efeito da idade, o autor descobriu que jovens participam menos de partidos políticos, em parte, por conta da burocracia e aproximação com o Estado em termos de financiamento¹⁸.

A conclusão de Witheley (2011) é de que os dados sugerem a existência de uma dimensão geracional com relação às tendências discutidas, com o recrutamento de novos grupos etários sendo problemático em todos os países, mas particularmente naqueles com alta regulação, de modo que o próprio Estado pode ser sufocante à atividade partidária. Num efeito cíclico, quanto menor o envolvimento dos eleitores, maior a possibilidade de dependência por parte dos partidos políticos em relação ao Estado.

¹⁷ A organização do partido pode engessá-lo, no sentido de dificultar inovações frente às necessidades políticas e sociais, diminuindo sua capacidade de respostas a mudanças por conta da excessiva burocratização.

¹⁸Whiteley (2011) incluiu ainda uma variável *dummy* destacando os Estados Unidos dos demais países, a fim de testar sua diferenciação em termos de engajamento partidário, o que se confirmou empiricamente para ativistas e membros, comparados com aqueles que nunca se envolveram em partidos.

2.4 PARTIDARISMO NOS ESTADOS UNIDOS E NA EUROPA

No que diz respeito aos estudos realizados entre democracias consolidadas e novas, ainda são poucos os dedicados a interpretações sobre unidades nacionais cujos sistemas partidários e o enraizamento dos partidos entre o eleitorado ainda encontram-se fracamente sedimentados (GIMENES *et al*, 2015).

Enquanto em democracias consolidadas a estrutura e a estratégia dos partidos para conquistar a simpatia e o voto dos eleitores estão profissionalizadas e amadurecidas, nas jovens democracias, majoritariamente, o contato dos partidos a fim de mobilizar os cidadãos ainda é mal organizado, em muito por conta da escassez de recursos e da inexperiência dos partidos. Nesse contexto, em que o número de cidadãos com os quais os partidos conseguem estabelecer contato é baixo, as atividades empreendidas pelos próprios eleitores no sentido de convencer outros quanto ao voto, por exemplo, ganham considerável importância (KARP; BANDUCCI, 2007).

Considerados tais argumentos, destaco, ainda que brevemente, a discussão teórica e de resultados encontrados em algumas pesquisas realizadas entre países do sul da Europa (RICO, 2010; LISI, 2014) e entre um amplo conjunto de democracias, com distintos períodos de vigência do regime democrático e incluídas, apesar de majoritariamente nações europeias, também algumas latino-americanas (DALTON, WELDON, 2007; MAINWARING; ZOCO, 2007; WANG, 2014). Tal abordagem tem o intuito de apontar aspectos do debate contemporâneo especialmente acerca dos determinantes da identificação partidária em democracias em processo de consolidação, com os quais dialogo posteriormente, em minha investigação sobre o contexto latino-americano.

Analisando dados da *Encuesta Social Europea* (ESE) coletados nas ondas 2002-2003 e 2004-2005, Rico (2010, p. 149) verificou grande diversidade nos níveis de identificação partidária entre um conjunto diversificado de paísesdaquele continente¹⁹, com variações positivas em alguns e negativas em outros, além de taxas discrepantes

¹⁹As duas ondas do *survey* foram aplicadas nos seguintes países: Dinamarca, Suécia, Noruega, Portugal, Grécia, Holanda, Finlândia, Hungria, Espanha, Suíça, França, Áustria, Bélgica, Alemanha, Reino Unido, Irlanda, Luxemburgo, República Tcheca, Eslovênia e Polônia. Itália e Israel foram cobertos apenas na onda 2002-2003, ao passo que Islândia, Ucrânia, Eslováquia e Estônia foram incluídos apenas na onda 2004-2005 do ESE.

em até 50% entre as unidades nacionais. Conforme o autor, “*las variaciones no parecen obedecer a ningún factor común, pues se mueven en ambos sentidos y tienen recorridos muy desiguales*”²⁰.

Diante de tal constatação, destaco três aspectos analisados pelo autor. O primeiro diz respeito à relação entre identificação partidária e experiência democrática, sobre a qual o autor se reportou ao estudo clássico de Converse (1969) para expor seu raciocínio:

*¿Qué factores explican los distintos niveles de identificación observados en la tabla 5.1 [Niveles de identificación partidista en Europa (porcentajes)]? En su reputado estudio, Converse (1969) defiende la hipótesis de que las identidades partidistas se asientan con el paso de tiempo, a medida que las generaciones acumulan experiencia electoral. El grado de identificación sería básicamente una cuestión de tiempo, en concreto del contacto con el sistema de partidos y de la transmisión de la experiencia adquirida de unas generaciones a otras. A grandes rasgos, los datos de la tabla parecen corroborar esta hipótesis: las últimas posiciones están ocupadas por países poscomunistas, los últimos en verse afectados por la ola de democratización; en los primeros puestos figuran las democracias nórdicas, que se cuentan entre las más longevas del continente (RICO, 2010, p. 149-150)*²¹.

Diante de tal consideração, o autor inferiu que o percentual de eleitores identificados com partidos políticos estaria relacionado à trajetória democrática dos países, o que implicou afirmar que a exposição a um sistema partidário constituiria, também, fator de socialização política. Nesse sentido, a experiência democrática se

²⁰Tradução livre: As variações não parecem obedecer a nenhum fator comum, pois se movem em ambos os sentidos e têm recorrências muito desiguais.

²¹Tradução livre: Quais fatores explicam os distintos níveis de identificação observados na tabela 5.1 [Níveis de identificação partidária na Europa (percentuais)]? Em seu respeitado estudo, Converse (1969) defende a hipótese de que as identidades partidárias se assentam com o passar do tempo, a medida que as gerações acumulam experiência eleitoral. O grau de identificação seria basicamente uma questão de tempo, do contato concreto com o sistema partidário e da transmissão da experiência adquirida de umas gerações a outras. Grosso modo, os dados da tabela parecem corroborar esta hipótese: as últimas posições estão ocupadas por países pós-comunistas, os últimos ao ver-se afetados pela onda de democratização; nos primeiros postos figuram as democracias nórdicas, que estão entre as mais longevas do continente.

destacaria como indicador mais adequado à explicação sobre a aquisição de laços partidários do que a idade dos indivíduos (RICO, 2010).

Por meio de análises multiníveis, o autor testou a tese de Converse (1969) acerca dos efeitos geracionais sobre a identificação partidária e concluiu que tanto fatores individuais quanto contextuais influenciam o estabelecimento de laços partidários. Entre as dimensões de contexto, destacaram-se especialmente a natureza e o grau de desenvolvimento democrático de cada país, mas os modelos também foram significativos no sentido de que os menores níveis de volatilidade eleitoral e os maiores índices de polarização ideológica influenciam positivamente a identificação partidária. Com relação à fragmentação partidária, esta apresentou efeitos não homogêneos entre os países, de modo que nas democracias mais jovens verificou-se que a maior fragmentação aumenta a identificação partidária, enquanto nas antigas o efeito é inverso.

Já no âmbito das dimensões individuais, Rico (2010) constatou o efeito da socialização sobre a identificação partidária tanto em jovens quanto em velhas democracias da Europa, mas evidenciou que há indícios de que o peso da experiência pessoal é distinto nestes grupos de países, uma vez que, quando analisados em separado, o efeito dos anos de experiência democrática sobre o partidarismo tende a ser menor em democracias consolidadas do que naquelas em que o regime é mais jovem.

Em segundo lugar, destaco que Rico (2010, p. 160-161) apresenta uma hipótese alternativa para o efeito da escolaridade sobre a identificação partidária:

*Desde un punto de vista funcional, la identificación con un partido cumple el cometido de guiar la decisión de voto cuando la información es costosa y la capacidad de procesarla es reducida, y, por tanto los individuos con menos estudios deberían ser más propensos a desarrollarla. Sin embargo, esta hipótesis apenas ha sido explorada empíricamente, y las conclusiones extraídas por las investigaciones son ambiguas*²².

²²Tradução livre: A partir de um ponto de vista funcional, a identificação com um partido cumpre a tarefa de guiar a decisão do voto quando a informação é custosa e a capacidade de processá-la é reduzida, e, portanto, os indivíduos com menos estudos deveriam ser mais propensos a desenvolvê-la. No entanto, esta hipótese tem sido pouco explorada empiricamente e as conclusões das investigações são ambíguas.

Considerando achados empíricos positivos e negativos a tal hipótese tanto para os Estados Unidos quanto para países europeus, Rico incluiu a variável “anos de estudo” em três modelos de regressão multinível: o primeiro reuniu um conjunto de 24 nações para os quais havia dados da onda 2004-2005 do ESE; o segundo incluiu apenas velhas democracias; e o terceiro considerou jovens e novas democracias. O efeito da escolaridade sobre a identificação partidária foi encontrado apenas para o segundo modelo, o que corroborou os resultados discrepantes presentes na literatura, mas também refutou a hipótese de que indivíduos com maior possibilidade de interpretação de informações e decodificação da política desenvolveriam menos laços partidários em democracias consolidadas. Nesse sentido, ganha força a inferência de que os partidos podem ser tomados como atalhos racionais para decodificação da política conforme se consolida o regime democrático.

Por fim, em diálogo com as noções de polarização e de fragmentação dos sistemas partidários, o autor verificou que a polarização ideológica tenderia a favorecer a formação de identificação com os partidos, ao menos no contexto europeu. Já a fragmentação partidária apresentaria consequências distintas em função da experiência democrática acumulada em cada país, uma vez que “*en las democracias establecidas, la fragmentación parlamentaria va asociada a un menor grado de identificación; en las más jóvenes, el efecto es mucho mayor y va en el sentido opuesto*”²³ (RICO, 2010, p. 171). Em jovens democracias, a maior oferta de legendas influenciaria positivamente os níveis de identificação, uma vez que tais eleitorados seriam mais abertos aos partidos por conta do baixo ou inexistente enraizamento anterior do sistema partidário. Já em velhas democracias, o número de partidos consolidados tende a ser menor e são estas legendas tradicionais que agregam a maior parcela dos identificados.

A pesquisa de Lisi (2014) discute a identificação partidária entre as democracias de terceira onda na Europa – Portugal, Espanha e Grécia – e estabelece algumas comparações entre tais países com a África do Sul e o Uruguai. Sobre seu conteúdo, ressalto a comparação entre os efeitos de variáveis relacionadas à socialização dos indivíduos com aqueles decorrentes de suas avaliações de desempenho econômico e político, por meio das variáveis de satisfação com a economia e com

²³Tradução livre: Nas democracias estabelecidas, a fragmentação partidária é associada a um menor grau de identificação; nas mais jovens, o efeito é muito maior e caminha no sentido oposto.

os líderes políticos. Dentre os resultados, o autor verificou que a natureza do partidarismo nas democracias mais recentes seria influenciado de maneira mais robusta pela segunda dimensão explicativa e que o partidarismo sofreria influência também dos distintos tipos de partidos, de modo que eleitores identificados com legendas mais ideológicas seriam menos sensíveis à oscilações de curto prazo.

A pesquisa de Dalton e Weldon (2007) reuniu um conjunto de unidades nacionais para as quais há dados do CSES, incluídas velhas e novas democracias, sendo que o segundo grupo reúne unidades nacionais europeias (como República Tcheca, Hungria, Bulgária e Polônia), latino-americanas (Brasil, Chile, Peru e México) e asiáticas (Coréia do Sul).

Dalton e Weldon (2007) estabeleceram uma crítica à transposição do modelo de Michigan para outros países por considerarem questionável sua validade aos estudos eleitorais em unidades nacionais com distintos contextos históricos e políticos. A ideia de independentes partidários, por exemplo, faz parte do vocabulário político estadunidense, mas não é um padrão de auto-identificação comum em muitos países. Visando minimizar tal problema, utilizaram a questão referente a sentir-se próximo de um partido, uma medida mais suave de partidarismo do que a identificação partidária, porém mais adequada aos cidadãos do conjunto de países analisados.

Seus resultados apontam a proximidade dos eleitores com relação aos partidos para um conjunto de 38 países nos períodos entre 1996 e 2000 e entre 2000 e 2005, incluídas as quatro unidades nacionais latino-americanas destacadas no parágrafo anterior. As médias de proximidade para os conjuntos foram de 46 e 48%, respectivamente para os períodos, sobre as quais os autores optaram por não se dedicar individualmente devido aos possíveis reflexos de normas culturais nacionais e da própria noção de partidarismo entre os eleitores de cada país. No entanto, ao separar democracias em consolidadas e novas, a manifestação de proximidade foi maior entre cidadãos das primeiras, de modo que

*“this pattern is consistent with the thesis that partisanship reflects the institutionalization of a party system”*²⁴ (DALTON; WELDON, 2007, p. 182).
Diante de tal resultado, os autores afirmam que a lealdade partidária

²⁴Tradução livre: Esse padrão é consistente com a tese de que o partidarismo reflete a institucionalização do sistema partidário.

pode ser ainda mais importante em novas democracias, nas quais a elevação da taxa de identificação pode ser interpretada como sinal de desenvolvimento de laços com o novo sistema democrático em processo de fortalecimento.

Dalton e Weldon (2007) se concentraram também sobre a noção de que a experiência recorrente com eleições fortalece o partidarismo (CONVERSE, 1969). Nesse sentido, o argumento dos autores é de que a transição de um regime autoritário para uma democracia estável é um processo longo e frágil, que passa pela aceitação das instituições democráticas pelas elites e pelo público, bem como pela confiança em tais instituições, com destaque aos partidos políticos, vitais ao regime. Em tal processo, as eleições são fundamentais e os partidos são atores principais na política eleitoral, uma vez que lhes cabe, na maioria dos países, estruturar o debate político, definir candidatos para concorrer aos cargos públicos e estruturar o funcionamento do governo democrático.

Conforme os autores contemporâneos, Converse (1969) desenvolveu um modelo explicativo para a aprendizagem social relacionada ao partidarismo, baseado na combinação de processos de socialização e ciclos de vida dos pais, que seria um tanto apolítico e generalista por entender que os cidadãos de todas as democracias, num estágio similar de sua história eleitoral, gozariam dos mesmos níveis de partidarismo, independentemente de aspectos específicos da competição partidária, da história dos partidos e das estruturas institucionais. Pesquisas posteriores, entretanto, demonstraram que a maioria das crianças em idade pré-voto herdaria características vinculadas a lealdade partidária dos pais e que com a idade e a participação repetitiva dos processos eleitorais a proximidade com um partido se estabeleceria e se fortaleceria. Porém, nas novas democracias esse modelo tem implicações diferentes, já que os pais não têm laços com partidos ou experiência de participação recorrente em eleições. Ademais, o modelo clássico prevê a existência contínua de partidos e de um sistema democrático. Nesses termos, o modelo de aprendizagem social implica que o partidarismo seja mais forte em democracias mais antigas, nas quais o processo de socialização e o ciclo de vida dos pais influenciam os sentimentos partidários dos filhos.

Outra chave analítica do modelo diz respeito à relação entre idade e partidarismo. Em democracias estáveis, a participação eleitoral deve se iniciar com alguma carga herdada dos pais e se fortalecer ou alterar conforme o ciclo de vida dos indivíduos. Nas novas democracias, espera-se que o partidarismo seja baixo no início da vida política por

conta do reduzido (ou nulo) impulso fornecido pelos pais, mas ainda assim deve se fortalecer com o ciclo de vida. No entanto, no momento inicial de redemocratização, o partidarismo pode ser semelhante entre as diferentes faixas etárias. Diante de tal debate, Dalton e Weldon (2007) separaram as democracias em velhas e novas e verificaram que naquelas antigas o percentual de partidários no início da vida política é maior do que nas jovens democracias. Além disso, em ambas o partidarismo aumenta com o passar dos anos (DALTON; WELDON, 2007).

Para testar os efeitos do modelo de aprendizagem social de maneira mais detalhada, os autores construíram coortes etárias com intervalos de cinco anos de nascimento para comparar as experiências de diferentes grupos e calcularam duas variáveis para testar tais coortes. A primeira é o índice de experiência eleitoral acumulada, que diz respeito à experiência eleitoral total de cada coorte desde que se tornou apta a votar. Nas velhas democracias, tal indicador foi calculado a partir da idade em que os indivíduos iniciam a participação eleitoral e nas jovens levou em conta a transição democrática e reflete, entre o segundo grupo de países, a resistência dos eleitores a votar, já que aqueles que se encontravam em idade eleitoral num período em que não podiam votar tendem a resistir a desenvolver o partidarismo a partir do momento em que o comparecimento eleitoral foi possível em sua vida adulta (DALTON; WELDON, 2007). Os resultados apontaram que o partidarismo se desenvolve principalmente em função da experiência eleitoral, sendo que, ainda que os efeitos individuais do indicador sejam pequenos, seu reflexo acumulado é substancial.

Contudo, como em algumas novas democracias havia partidos com os quais os eleitores mantinham lealdade antes da redemocratização, os autores inseriram uma variável binária no sentido de separar países nos quais havia partidos significativos desde antes da retomada do regime democrático, o que gerou resultados com maior capacidade explicativa e confirmou a hipótese de que a continuidade de partidos após a redemocratização estimula fortemente os vínculos partidários.

Ademais, a inserção da variável relativa à obrigatoriedade do voto também contribuiu para a elevação da capacidade explicativa do modelo, de modo que tal compulsoriedade incentivaria os cidadãos a se engajarem nos processos eleitorais, ainda que eventualmente não compareçam às eleições (DALTON; WELDON, 2007).

Com relação à pesquisa de Mainwaring e Zoco (2007), foram analisados dados do CSES para um conjunto de 47 unidades nacionais,

classificadas como democracias ou semidemocracias²⁵. Sobre tal conjunto, cabe destacar tanto a presença de oito países latino-americanos quanto a necessidade de relativizar os resultados diante da amplitude de experiência democrática concernente a tais nações, já que enquanto Colômbia e Venezuela, por exemplo, vivenciaram o início do período democrático cerca de duas décadas antes da terceira onda de democratização (HUNTINGTON, 1994), há muitas novas democracias no conjunto analisado, como Grécia, Espanha, República Tcheca e Brasil.

Em se tratando de dados, destaco inicialmente que os autores concentraram sua análise em um aspecto específico da institucionalização dos sistemas partidários, a volatilidade eleitoral, ou seja, o grau em que os regimes políticos desenvolvem padrões estáveis de competição interpartidária ao longo do tempo.

O resultado mais expressivo nesse sentido é que democracias mais antigas apresentam menor volatilidade do que aquelas mais recentes, o que se relaciona com o fato de que o enraizamento dos partidos na sociedade se desenvolveria com a experiência democrática. Sobre tal achado, destaco que, anteriormente, Mainwaring e Torcal (2005b) também haviam identificado maior volatilidade em democracias ou semidemocracias desenvolvidas do que em democracias avançadas e afirmaram que a institucionalização do sistema partidário não seria uma questão linearmente relacionada à idade da democracia.

Outro resultado relevante de Mainwaring e Zoco (2007) diz respeito ao papel da televisão na construção de lealdades partidárias, em diálogo com a literatura que aponta a disseminação dos meios de comunicação e a maior capacidade de acesso e processamento de informações pelo eleitorado como fatores relevantes ao seu distanciamento com relação aos partidos políticos. Dado que a televisão se constitui em meio fácil, rápido e eficaz de obtenção de informações, menos custoso em tempo e recursos financeiros do que o envolvimento em atividades partidárias e que estas se encontram mais sedimentadas entre cidadãos de democracias mais antigas, nas quais o partidarismo se desenvolveu num período anterior ou de menor alcance dos meios de

²⁵ Os países são elencados a partir da volatilidade média no período inaugural de sua democracia, em ordenação crescente: Estados Unidos, Suíça, Austrália, Áustria, Reino Unido, Finlândia, Alemanha, Suécia, Bélgica, Noruega, Grécia, Nova Zelândia, Irlanda, Dinamarca, Holanda, Canadá, Colômbia, Islândia, Itália, Portugal, França, Japão, Chile, Espanha, Taiwan, Brasil, Israel, México, Coréia do Sul, Argentina, Hungria, Índia, República Tcheca, Venezuela, Tailândia, Equador, Bulgária, Bolívia, Eslovênia, Filipinas, Estônia, Polônia, Lituânia, Rússia, Romênia, Letônia e Ucrânia.

comunicação de massa, o referido meio de comunicação influencia de maneira substancial a construção de lealdades partidárias em novas democracias.

Mainwaring e Zoco (2007) respondem ainda por que é importante um sistema partidário estável. Segundo os autores, a estabilidade do referido sistema tem várias consequências positivas à democracia, dentre as quais o fato de que sistemas partidários institucionalizados são capazes de promover uma representação programática mais eficaz, pensada a representação nos termos clássicos de Pitkin (1967) e Manin (1997). Ademais, como em sistemas partidários institucionalizados os partidos funcionam como atalhos informacionais para o julgamento eleitoral (DOWNS, 1957), naqueles menos estáveis a volatilidade eleitoral seria indício da dificuldade dos eleitores de encontrar pistas programáticas nos partidos e de se identificarem com tais instituições, por conta da dificuldade em diferenciá-las umas das outras. Assim, ambos os indicadores, volatilidade eleitoral e identificação partidária, seriam aspectos importantes da institucionalização dos sistemas partidários, uma vez que seus resultados geram consequências à representação programática e ao desempenho dos regimes democráticos (MAINWARING; ZOCO, 2007).

O último artigo destacado neste capítulo se concentrou na investigação acerca dos argumentos de Sartori (1982) sobre a possibilidade de comparação dos sistemas partidários a partir dos graus de polarização e de fragmentação. Wang (2014) buscou verificar a capacidade preditiva de tais indicadores sobre o nível de democracia de 37 países, para os quais foram coletados dados na segunda e terceira ondas do CSES, o que totalizou 65 observações, dentre as quais constaram as seguintes unidades latino-americanas: Brasil (2002), Chile (2005), México (1997 e 2003) e Peru (2000 e 2006).

Além dos níveis de polarização e de fragmentação dos sistemas partidários, foram incluídas variáveis de controle em distintos modelos: [a] PIB *per capita*, taxa de crescimento do PIB e taxa de inflação, por conta da relação entre estabilidade democrática e desenvolvimento econômico (BOIX; STOKES, 2003); [b] diversidade étnica como aspecto negativo, em virtude da expectativa de predisposição a conflitos civis; [c] diversidade religiosa como aspecto positivo, em decorrência da possibilidade de redução do potencial de conflitos; [d] o tamanho da população, uma vez que Diamond (1999) afirma que é provável que pequenos países sejam mais democráticos do

que aqueles com grande número de habitantes; [e] tipo de sistema de representação, se proporcional ou misto; [f] sistema de governo, se presidencialista ou parlamentarista; e [g] anos de democracia.

Inicialmente, testes bivariados apontaram ausência de correlação significativa entre os índices de polarização e de fragmentação, o que permite inferir que se tratam de dimensões diferentes e que devem apresentar efeitos independentes sobre o nível de democracia. Em se tratando das regressões, foram compostos vários modelos, cujos efeitos das variáveis preditoras são semelhantes, mesmo com a inclusão de outras. O modelo completo apontou efeito positivo da polarização partidária e negativo para a taxa de inflação e o presidencialismo. Contudo, um dos principais resultados foi a ausência de significância estatística da fragmentação partidária sobre o nível de democracia dos países, o que frustrou a expectativa da autora, que destacou a dificuldade de compreensão de propostas e programas políticos e a necessidade de maiores recursos financeiros e de tempo para a escolha eleitoral e para o estabelecimento de laços partidários em decorrência do multipartidarismo (WANG, 2014).

2.5 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO PARTIDARISMO NA AMÉRICA LATINA

No início da década de 1990, o coordenador do *Grupo de Trabajo de Partidos Políticos del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (CLACSO) afirmou que

*Los partidos políticos latinoamericanos enfrentan diversos desafíos que provienen de las profundas transformaciones tanto socio-económicas como en la política misma, todo lo cual implica un cambio en las relaciones entre Estado y sociedad que afecta al sistema de representación, en el que los partidos juegan un papel clave*²⁶ (GARRETÓN, 1993a, p. IV).

Em perspectiva histórica, Garretón (1993b) afirma que apesar

²⁶Tradução livre: Os partidos políticos latino-americanos enfrentam diversos desafios que provêm das profundas transformações tanto socioeconômicas como na política em si, o que implica uma mudança nas relações entre Estado e sociedade, que afeta o sistema de representação, no qual os partidos têm papel chave.

das realidades nacionais distintas, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por semelhanças entre boa parte dos países da região. Tanto o referido autor quanto Tcach (1993) destacam a crise de ordem econômica, social e política que conduziu, dentre outros resultados, ao colapso do modelo desenvolvimentista por conta de dívidas externas e alta inflação, à precarização das condições de trabalho, ao aumento da pobreza, à queda de ditaduras militares²⁷ e à luta pela reconstrução de marcos institucionais capazes de promover a instauração ou reinserção do jogo político democrático em diversos países latino-americanos.

Sobre o processo de redemocratização na região, ainda que a implantação do referido regime após o período militar tenha se realizado²⁸, ao menos no que tange ao que Lima e Cheibub (1996) denominam primeira transição, Garretón (1993b) se filia a esses autores em sua preocupação com um problema que ocorre posteriormente, quando se trata do conteúdo da democracia, sua consolidação e seu funcionamento efetivo. Para este autor, os processos de recomposição do Estado democrático são paralelos à busca por sistemas de representação, dentro dos quais são características relevantes a capacidade de canalização de demandas e aspirações sociais e a governabilidade, ambas funções concernentes aos partidos políticos (GARRETÓN, 1993b).

Entretanto, a política institucional também apresenta traços problemáticos na América Latina. O populismo, por exemplo, é traço histórico marcante da cultura política de boa parte dos países da região e perdura em muitos deles até hoje (MALERBA, 2012). Ademais, destacam-se negativamente a despolitização dos cidadãos (CAVAROZZI, 1993; BAQUERO, 2000; ALCÁNTARA SÁEZ; FREIDENBERG, 2002), os baixos níveis de participação política (RIBEIRO; BORBA, 2015b), a volatilidade eleitoral (MAINWARING, 2001; KINZO, 2007a; TELLES; MORENO, 2013) e a recorrência de eleições marcadas por traços personalistas (MAINWARING, 2001; MAINWARING; TORCAL, 2005b; BAQUERO, 2012; RODRÍGUEZ, 2013).

Sobre o último aspecto, Mainwaring e Torcal (2005) ponderam que sistemas partidários de jovens democracias são marcados por frágeis vínculos programáticos e ideológicos entre eleitores e

²⁷ As ditaduras latino-americanas assumiram diferentes características, com variações entre versões puras do novo autoritarismo e ditaduras tradicionais, marcadas por violações dos direitos humanos e repressão sistemática aos opositores (KINZO, 1990; GARRETÓN, 1993b).

²⁸ Tal período se estende da queda do regime autoritário prévio até a instalação do primeiro governo democraticamente eleito.

partidos, permeados pelas destacadas relações personalistas, o que pode se alterar com o passar do tempo e a consolidação do regime. Nesse sentido, os autores coadunam com Riz (1993), cuja análise sobre a situação dos partidos políticos latino-americanos no início da década de 1990 era de que as recentes modificações decorrentes do surgimento de novas forças políticas, da (re)construção de sistemas de representação e de participação eram parte de um processo de ampliação dos sistemas partidários democráticos, ainda distantes de cristalização.

Cabe destacar ainda outro problema apontado de maneira recorrente entre as democracias latino-americanas: as instituições democráticas, e em especial os partidos políticos, gozam de pouca confiança junto ao eleitorado nos países da região (BAQUERO, 2000; HUNEEUS, 2003; DURAND-PONTE, 2004; POWER; JAMISON, 2005; MOISÉS, 2008; GONZÁLEZ, 2011; LINHARES; BAQUERO, 2012). Ainda que o fenômeno também se manifeste em democracias consolidadas (NORRIS, 1998; 1999; PHARR; PUTNAM, 2000; POWER; JAMISON, 2005; NEWTON, 2006), seus níveis na América Latina são baixos mesmo quando comparados àqueles de países africanos em processo de transição para a democracia (COLEN, 2010), o que significa que ainda que mantenham sua capacidade de representação, “o desempenho dos partidos tradicionais que falharam na provisão de bem-estar à população, assim como as promessas e mudanças programáticas teriam contribuído para o descrédito nos partidos tradicionais” (RODRÍGUEZ, 2013, p. 42).

Em consonância com esse conjunto de argumentos, Baquero (2000) expõe um posicionamento pessimista, uma vez que considera tais fenômenos como fatores de uma crise da própria democracia, na qual os partidos, pelas responsabilidades que lhes cabem, em especial a de mediação política, se encontram no centro do problema. Para o autor, não se trata de uma crise dos partidos políticos na América Latina, mas de um momento delicado dos regimes democráticos na região, que inclui as referidas instituições políticas. Ainda segundo o autor, na América Latina, os partidos políticos reemergiram como atores políticos significativos após a transição democrática, porém não se consolidaram como instituições efetivas de mediação política (BAQUERO, 2000).

Em se tratando da origem dos partidos políticos na América Latina, o entendimento do autor é de que se faz necessário resgatar como se deram o processo de independência e a estruturação dos sistemas partidários que inauguraram uma *práxis* política de exclusão da maior parte das populações nacionais da arena política. Para Baquero (2000), os partidos surgidos no período pós-independência foram, na

realidade, facções, cujo mecanismo de intermediação entre Estado e sociedade civil era precário ou ausente, ou seja, o que se chamou de partidos seriam facções aglutinadas em grupos políticos, sob a liderança e direção de um líder, que se organizaram orientadas para a conquista do poder, com prevalência do caráter personalista e escassas posturas ideológicas. Além do personalismo, esses caudilhos (representados pelo coronelismo no Brasil) conferiram outras características peculiares aos partidos, como a proliferação de facções, o clientelismo e o caráter instável dos sistemas políticos.

Analisando os partidos políticos desde sua fundação, Baquero (2000) ressaltou que o tipo de desenvolvimento econômico praticado na América Latina contribuiria para a decadência dessas instituições há muitas décadas, uma vez que as legendas emergem em meio a crises e se tornam organizações de natureza imediatista, e não programática, permeadas não raras vezes pela ausência de ideologia coerente. Tal característica seria responsável pelo fracasso de uma das mais importantes funções dos partidos, a qual seria muito benéfica à institucionalização dos sistemas partidários e dos regimes democráticos: a educação política.

A posição pessimista do autor se mantém em seus estudos mais recentes, nos quais afirma, por exemplo, que, de modo geral, os partidos políticos têm se mostrado ineficientes na América Latina quanto ao cumprimento de sua função de mediação entre o Estado e a sociedade (BAQUERO, 2011). Além disso, nos últimos anos teria se fortalecido um novo ponto de afastamento dos partidos com relação aos eleitores em decorrência do “[...] monopólio do processo legislativo nas mãos do executivo através de decretos leis e/ou medidas provisórias” (BAQUERO, 2012, p. 6). Segundo o autor, “[...] se depender da institucionalização de partidos para viabilizar a democracia estável, a América Latina está longe de alcançar esse objetivo” (BAQUERO, 2012, p. 12), argumento reforçado pela afirmação de que, nos últimos anos, constata-se a tendência crescente de indiferença à política entre os latino-americanos (BAQUERO, 2013).

Em perspectiva contrária, AlcántaraSáez e Freidenberg (2002, p. 149) afirmaram que mesmo diante da perpetuação de problemas que dificultariam a consolidação democrática nos países da América Latina, salvo exceções, até o início do século XXI, “[...] os partidos políticos não puderam ser substituídos na hora de representar as demandas dos cidadãos e no exercício do governo. Portanto, continuam sendo os vínculos entre regime político e cidadãos”.

Tais autores, portanto, destoam fortemente de Baquero (2000) por sua análise otimista com relação ao relacionamento entre partidos e eleitores na América Latina e tomam como ponto inicial de análise a retomada da democratização por volta do início da década de 1980, período no qual os países latino-americanos poderiam ser classificados em quatro diferentes grupos, em virtude dos cenários políticos existentes.

O primeiro grupo, composto por Argentina, Chile, Uruguai e Peru, reunia países com sólida tradição partidária, tanto no que diz respeito aos partidos quanto à sua capacidade de mobilização de importantes setores da população. Em tais nações, o universo partidário se apresentava como continuação da política nacional do início da década de 1970, marcado por grupos radicais e justicialistas na Argentina, por socialistas, democratas-cristãos, radicais e conservadores no Chile e por colorados, blancos e frente-amplistas no Uruguai. Destaque-se que os autores incluíram ainda o Peru, cujos partidos que se alternaram no poder na década de 1980 (APRA e Ação Popular) eram anteriores ao processo autoritário.

O segundo grupo destacado por AlcántaraSáez e Freidenberg (2002) – Bolívia, Brasil e Equador – era caracterizado por modelos mistos de sistemas partidários em que partidos antigos coabitavam com outros, novos, decorrentes do processo de transição. Tais nações compunham um cenário mais complexo que o anterior, onde se identificavam partidos que surgiram em meados do século XX e mantiveram uma estrutura muito sólida, em torno dos quais os novos sistemas políticos democráticos giraram, casos do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) boliviano e do Partido dos Trabalhadores (PT) brasileiro. Tais partidos conviveram com outros, surgidos no período autoritário ou de transição, situação que também foi diagnosticada no Equador, que reproduziu o sistema de partidos anterior ao rompimento da democracia.

Paraguai, Honduras, Nicarágua e Panamá foram concentrados pelos referidos autores em um terceiro grupo, por serem nações nas quais se verificou a manutenção da existência de partidos políticos ao longo do tempo, porém historicamente vazios em termos político e social. Nesse cenário, se destacava o Paraguai, marcado pela presença contínua de fraudes eleitorais envolvendo a Ação Nacional Republicana (Partido Colorado) e o Partido Liberal Radical Autêntico, situação que só se modificou após as primeiras eleições constitucionais em 1993. Situações similares foram identificadas em Honduras (Partidos Liberal e Nacional), na Nicarágua (parcialmente, em relação ao Partido Liberal) e

no Panamá (PRD e Partido Arnulfista) (ALCÁNTARA SÁEZ; FREIDENBERG, 2002).

Por fim, o último grupo foi composto por países onde, em virtude da debilidade histórica dos partidos políticos e da força dos governos autoritários recentes, era praticamente inexistente um marco partidário. Nesses locais, a refundação dos partidos e, por consequência, dos sistemas partidários, ocorreu em paralelo ao processo de transição à democracia, evidenciado em El Salvador (ARENA e FMLN), na Guatemala (FRG, PAN e URNG) e na República Dominicana (PRD). Além disso, Alcántara Sáez e Freidenberg (2002) ressaltam que verificaram tais condições, ainda que parcialmente, em sua análise sobre o Partido Liberal da Nicarágua.

No entanto, nem todos os países latino-americanos analisados pelos autores foram classificados na tipologia acima exposta. Costa Rica, Colômbia, Venezuela, Cuba e México não puderam ser encaixados em nenhum dos grupos, os três primeiros por conta dos processos de transição anteriores à terceira onda de democratização e os dois últimos por sua imersão, até o início do século XXI, em regimes de partido único (ALCÁNTARA SÁEZ; FREIDENBERG, 2002).

Tais constatações, de quatro diferentes cenários e ainda de países que não se enquadrariam em nenhum agrupamento, permitiram aos autores afirmar que a América Latina gozava de grande heterogeneidade no que tange à caracterização dos sistemas partidários e partidos políticos no início do século XXI. Observada tal heterogeneidade, ao longo do período de democratização recente, considerados 1980 a 2000, Alcántara Sáez e Freidenberg (2002, p. 144) identificaram o que chamaram de “relativa continuidade na composição dos sistemas de partidos”, que consideraram surpreendente pela condição de manutenção, ainda que parcial, de aspectos presentes na ordem anteriormente vigente. Sobre tal constatação, os autores pontuaram que “[...] De qualquer modo, é um fato que a média [de institucionalização] dos partidos latino-americanos é estável e que as profundas mudanças acontecidas no Peru e na Venezuela durante a década de 1990 são a exceção, e não a regra”.

Tomados os argumentos de Baquero (2000) e de Alcántara Sáez e Freidenberg (2002) em perspectiva comparada, é perceptível que, ao analisar o período recente de democratização na América Latina, lançaram olhares totalmente discrepantes sob o processo em curso na região, o que se evidencia fortemente em suas conclusões.

Baquero (2000) reforçou a ideia de que as jovens democracias

latino-americanas enfrentavam, no início do século XXI, uma crise, a qual incluía, dentre outros aspectos, os partidos políticos. Segundo o autor, no que depender da institucionalização dessas instituições, a estabilidade democrática parecia estar longe de ser alcançada na América Latina, uma vez que não eram raros os casos de partidos que abandonaram seu perfil ideológico para se tornarem máquinas eleitorais que, com vistas a atingir os postos de poder, passaram a adotar estratégias centristas, do tipo *catch-all*.

De maneira no mínimo alarmante, o autor destacou que

Impõe-se, com urgência, um redirecionamento dos partidos a fim de que possam recuperar o espaço de interlocução entre Estado e sociedade. [...] A situação se agrava caso se concorde que os partidos não podem ser substituídos. Se eles ainda cumprem função essencial, a postura de quem se proclama democrático deve ser uma luta pela reestruturação para que, assim, desempenhem eficientemente o seu papel de intermediadores entre Estado e sociedade (BAQUERO, 2000, p. 173-174).

Em contrapartida, Alcántara Sáez e Freidenberg (2002) reforçaram em suas conclusões a importância dos partidos políticos na construção democrática da América Latina, bem como a ideia de que, apesar de prognósticos analíticos e de certa descrença por parte dos cidadãos, seria possível considerar a manifestação de certa estabilidade na configuração dos sistemas partidários latino-americanos.

Conforme os autores,

Dada a centralidade que os partidos continuam tendo, é interessante pensar na necessidade de conhecer ainda mais como funcionam internamente. Isso nos leva a mudar a unidade de análise dos sistemas partidários para os partidos e observar o modo como interagem os diversos atores que os integram: suas características e sua natureza; sua participação nos processos de tomada de decisões; o modo como se produz a política e esta se exerce (ALCÁNTARA SÁEZ; FREIDENBERG, 2002, p. 150).

Considerada a preocupação de Baquero (2000) e Alcántara Sáez e Freidenberg (2002), dentre outros autores, com a importância dos

partidos e a necessidade de seu fortalecimento à consolidação dos sistemas democráticos na região, cabe destacar que o regime atingiu certa institucionalização na região, já que condições poliárquicas como eleição de governantes por meio de processos livres e corretos, sufrágio universal, liberdade de expressão e possibilidade de disputar cargos públicos e o pluralismo de fontes de informações encontra-se razoavelmente atendidas (FILGUEIRAS, 2013). Em tal contexto, identificar como os eleitores latino-americanos se relacionam com as referidas instituições assume grande relevância.

2.6 ESTUDOS RECENTES SOBRE O PARTIDARISMO NA AMÉRICA LATINA

A maior parte das pesquisas acerca dos eleitorados, dos partidos e dos sistemas partidários latino-americanos, desenvolvidas nos últimos anos, trata de casos nacionais²⁹. Considerando que a América Latina se constitui em objeto desta tese, destaco nesta seção os resultados de algumas investigações que se debruçam sobre a região como um todo.

Nesse sentido, exponho contribuições acerca da institucionalização dos sistemas partidários (MAINWARING, 2001; PAYNE, 2007), da identificação dos determinantes do partidarismo (LUPU, 2015; BORBA; GIMENES; RIBEIRO, 2015a; GIMENES *et al*, 2015), da relação entre a intensidade do sentimento partidário e aspectos atitudinais e comportamentais (MORENO, 2015) e da discussão acerca da verificação do fenômeno do desalinhamento partidário na América Latina (CARRERAS; MORGENSTERN; SU, 2013; ALBALA; VIEIRA, 2014).

Tais estudos se valem de diferentes fontes, como dados de opinião pública, estatísticas eleitorais, desenhos dos sistemas político,

²⁹A título de exemplos, menciono estudos sobre a relação entre “partidos sem políticos” e “políticos sem partidos” no Peru (TAYLOR, 2007), sobre as oscilações do *Partido Acción Nacional* (PAN) no poder e junto à sociedade (VICENCIO, 2008) e ao retorno do *Partido Revolucionário Institucional* (PRI) à presidência no fim da década passada no México (OLMEDA; ARMESTO, 2013), sobre as mudanças no sistema partidário e a contestação do argumento da força do partidarismo no Chile (MONTES, 2000) e as crises e revoltas populares relacionadas ao Partido Comunista naquele país (VALDEBENITO, 2009), sobre a relação entre partidos políticos e sociedade civil e as discussões em torno da participação nos espaços públicos na Venezuela (DÁVILA; JÍMENEZ, 2004) e sobre a relação entre estabilidade e renovação nas eleições colombianas (DAZA, 2011) e suas implicações à nacionalização do sistema partidário nacional no fim da última década (BATLLE; PUYANA, 2011). No que se refere ao caso brasileiro, estudos nacionais serão abordados em capítulo específico desta tese.

eleitoral e partidário, informações sobre os contextos social e econômico, o que demonstra quão multifacetada é a temática e a gama de possibilidades analíticas para investigações sobre o partidarismo. Contudo, ressalto que a opção por explorar os rendimentos analíticos de tais pesquisas decorre dos objetivos desta tese e não tem por finalidade o esgotamento do debate sobre a relação entre eleitores, partidos e sistemas partidários, especialmente quando se trata de especificidades das unidades nacionais latino-americanas.

Um sistema partidário estável é importante para o fortalecimento da democracia (MAINWARING; ZOCO, 2007), uma vez que, quando institucionalizado, é capaz de promover uma representação programática mais eficaz, no sentido de corresponder à escolha de representantes que trabalharão em favor dos interesses de seus constituintes e de seu país. Em se tratando de indicadores de desenvolvimento dos sistemas partidários, a identificação partidária e seus *proxys* têm sido apontados como relevantes ao processo entre novas democracias, tanto europeias (DALTON; WELDON, 2007) quanto latino-americanas (MAINWARING, 2001; PAYNE, 2007). Dado o argumento do autor brasileiro de que as democracias de jovens regimes devem ser analisadas de maneira diferenciada daquelas tradicionais ou consolidadas (MAINWARING, 2001) e o caráter regional desta pesquisa, me detenho à apresentação dos modelos explicativos sobre a institucionalização dos sistemas partidários dos dois últimos autores, desenvolvidos em diálogo com o contexto regional.

Nos trabalhos de Mainwaring, são apontadas quatro dimensões da institucionalização dos sistemas partidários: [1] a estabilidade dos partidos (partidos não aparecem e desaparecem habitualmente) e dos padrões de competição interpartidária, [2] o enraizamento das legendas junto ao eleitorado; [3] a legitimidade dos partidos junto aos diversos atores políticos da sociedade; e [4] a não subordinação das organizações partidárias a líderes ou personalismos, de modo que nos sistemas mais institucionalizados, os partidos sejam autônomos em relação aos seus criadores (MAINWARING; SCULLY, 1995; MAINWARING, 2001; MAINWARING; TORCAL, 2005b)³⁰.

No que tange especificamente à identificação partidária e à sua relação com a institucionalização dos sistemas partidários, o autor

³⁰Esta noção de institucionalização “[...] é provavelmente a que exerceu maior influência no debate brasileiro, até recentemente, para caracterizar o grau de institucionalização de um sistema partidário” (CARREIRÃO, 2014, p. 256).

afirma que

[...] nos sistemas mais institucionalizados, os partidos têm fortes raízes na sociedade. Os vínculos entre os partidos e os cidadãos são estáveis; em caso contrário, os partidos não estruturam as preferências políticas ao longo do tempo e existe pouca regularidade na maneira como as pessoas votam. A sólida implantação dos partidos na sociedade contribui para a regularidade da competição eleitoral implícita na noção de institucionalização. Nos sistemas partidários mais fluidos ou menos institucionalizados, um maior número de pessoas têm dificuldade para entender o que os principais partidos representam, e poucos se identificam com algum deles (MAINWARING, 2001, p. 57).

Diferentemente de Sartori (1982), para quem a institucionalização dos sistemas partidários seria uma variável binária (ou seja, caracterizada a verificação ou não do fenômeno), Mainwaring e seus colaboradores, assim como Payne (2007), trabalham com a premissa que a institucionalização é um processo, cuja avaliação deve considerar um *continuum* de indicadores, fenômenos e características que se desenvolvem paralelamente ou em consequência umas das outras, o que significa que é possível ao sistema partidário de um país encontrar-se institucionalizado em diferentes intensidades sob perspectivas analíticas distintas. No entanto, pondera o autor:

Essas quatro dimensões da institucionalização não precisam necessariamente coincidir, mas quase sempre o fazem. Do ponto de vista conceitual, um sistema partidário poderia muito bem estar institucionalizado numa dimensão e não em outra, mas na realidade isso é uma exceção. Os sistemas partidários que se caracterizam por um baixo grau de institucionalização podem ser chamados de fluidos, o que implica menos regularidade nos padrões e regras de competição, partidos de raízes mais frágeis na sociedade, menor legitimidade dos partidos e das eleições e organizações mais fracas, frequentemente dominadas por líderes personalistas (MAINWARING, 2001, p. 58).

Por sua vez, Payne (2007) argumenta que sistemas partidários institucionalizados tendem a apresentar maior estabilidade política e eficácia governamental, que o número de partidos efetivos é relevante ao fortalecimento da democracia entre os eleitores e que a alta polarização tende a criar dificuldades para a governança democrática por conta da necessidade de coalizões para suavizar o funcionamento do Legislativo.

Segundo o autor, o funcionamento de um governo democrático é afetado por ao menos três características relacionadas ao sistema partidário, quais sejam os graus de fragmentação, de polarização e de institucionalização. Em termos gerais, o grau de fragmentação dos sistemas partidários é mensurado pelo número efetivo dos partidos políticos (NEP), calculado a partir dos parlamentares eleitos para o Legislativo (Câmara Baixa ou Câmara dos Deputados, por exemplo), ao passo que o grau de polarização diz respeito às oscilações de posicionamento dos eleitores e de legendas no espectro ideológico ao longo do tempo (PAYNE, 2007).

Quanto à institucionalização dos sistemas partidários, o autor entende que sua análise deve considerar quatro dimensões. A primeira diz respeito à estabilidade dos padrões de competição partidária e trata de sua regularidade, o que pode ser mensurado pela volatilidade eleitoral. A segunda dimensão, da estabilidade e do enraizamento dos partidos na sociedade, é verificável por meio de um conjunto de elementos que reúne a variação do controle do Legislativo³¹, a identificação partidária e a indicação do partido em que os indivíduos votariam. Quanto à legitimidade dos partidos políticos e das eleições na definição dos governantes, que constituem o terceiro indicador, sua mensuração se dá por meio da confiança depositada pelos eleitores nos partidos e das percepções de que as eleições são limpas e de que os partidos são essenciais ao funcionamento da democracia. Por fim, os indicadores da dimensão de estabilidade das elites e da militância partidária demandam dados institucionais, como o número de filiados, a composição das elites (ocupação dos altos postos), a militância efetiva (intensidade da participação) e a distribuição geográfica dos partidários (PAYNE, 2007).

Sobre os trabalhos de Mainwaring e colaboradores e de Payne

³¹ Payne (2007) trabalha com um levantamento dos partidos que receberam 10% ou mais dos votos desde a primeira eleição para o Legislativo de uma série de países da América Latina, desde 1978 até o meio da década passada. A medida em pauta permite verificar se houve manutenção ou alteração na concentração de votos em determinados partidos.

(2007), destaco especialmente a noção de multidimensionalidade da institucionalização dos sistemas partidários, onde se encontra inserida a identificação partidária do eleitorado. Mainwaring (2001) afirma que, embora analiticamente separáveis, os laços partidários e a volatilidade eleitoral são fatores interligados, de modo que quando os primeiros estão fortemente enraizados junto à sociedade, a segunda é limitada. Nesses termos, e expandindo tal consideração aos demais componentes de seu modelo da dimensão exposta por Payne (2007), é necessária parcimônia ao tratar da relação entre identificação partidária e as demais variáveis relacionadas à mesma dimensão, sob risco de produzir resultados espúrios ou equivocados.

Em seu texto, Lupu (2015) afirma haver ao menos três abordagens alternativas para investigar se os laços partidários se assemelham em democracias em desenvolvimento e naquelas avançadas. A primeira, simples, consiste na comparação dos níveis de partidatismo entre velhas e jovens democracias, embora seja sabido que os contextos institucional e social importam e que não se deve esperar que em regimes novos sejam encontradas taxas de vínculos partidários semelhantes àquelas das democracias antigas. A segunda abordagem considera a estabilização ou a variação das taxas de partidatismo, o que implica que em países nos quais os sistemas partidários são instáveis deve haver reflexo negativo sobre os laços partidários. A terceira abordagem, que o autor adota em sua análise, busca identificar se os correlatos do partidatismo são semelhantes em democracias avançadas e em novas, de modo que considera duas hipóteses: [a] se as características individuais dos cidadãos que manifestam laços partidários são consistentes em distintos países, as origens de tais sentimentos podem estar relacionadas; e [b] se os comportamentos políticos dos indivíduos que apresentam laços partidários se aproximam em velhas e novas democracias, as bases do partidatismo podem ser semelhantes nesses diferentes contextos. Para tanto, o autor analisou a predição de características individuais e de contexto sobre a identificação partidária para um conjunto de 18 países³², a partir de dados agregados do LAPOP para o período entre 2006 e 2012.

No nível individual, as variáveis independentes incluídas no modelo foram sexo, etnia (branco/não branco), idade, área de residência

³²Os países analisados foram Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

(urbano/rural), anos de estudo, faixa de renda, experiência democrática (número de anos vividos sob o regime democrático, considerada a idade do respondente), posicionamento ideológico, extremismo ideológico (diferença entre o posicionamento ideológico do indivíduo no espectro com relação ao ponto médio), proximidade com relação ao partido (diferença entre o posicionamento ideológico do respondente com relação aos demais que declararam ter votado no mesmo partido), frequência de acesso aos meios de comunicação, conhecimento sobre assuntos políticos e associativismo cívico.

Dada a ausência de problematização sobre a capacidade de discernimento dos indivíduos quanto ao seu posicionamento no espectro ideológico, exponho uma crítica ao texto de Lupu (2015) por entender que as variáveis de identificação ideológica, de extremismo ideológico e de proximidade com um partido devem ser analisadas com cautela, uma vez que não é de conhecimento geral o conteúdo dos termos “esquerda” e “direita”. Segundo Dalton, Farrell e McAllister (2011), apesar do persistente ceticismo dos cientistas políticos acerca da capacidade dos eleitores de interpretar o espectro ideológico em termos abstratos, a maior parte dos eleitorados de países nos quais é aplicado o CSES sabe se posicionar na escala esquerda-direita e tais posições estão significativamente correlacionadas com características sociais e opiniões políticas e são fatores relevantes à decisão do voto. Ademais, em comparação com o posicionamento dos partidos segundo especialistas e líderes das legendas, os dados apontam que julgamento semelhante pelos cidadãos. Contudo, segundo Carreirão (2002), numa referência ao caso brasileiro, que entendo ser passível de generalização aos demais países da região, a clareza no posicionamento no espectro se eleva conforme aumenta a escolarização do indivíduo, que dispõe de maiores recursos cognitivos para interpretar o mundo da política. Ainda que tal consideração não comprometa os resultados, considero importante a ressalva.

No nível de contexto, foram testados indicadores de fragmentação e polarização dos sistemas partidários, a idade média dos principais partidos de cada país e o fracionamento étnico das populações. Em se tratando das três primeiras variáveis, o autor ressalta que as características do sistema partidário podem dificultar o estabelecimento ou a manutenção de laços partidários. Tal observação é especialmente relevante à fragmentação partidária, uma vez que quanto maior o número de partidos sobre os quais os indivíduos precisam “manter o controle” ou buscar informações, menor o aprofundamento do conhecimento adquirido e, conseqüentemente, a probabilidade de

estabelecimento de sentimentos com relação a alguma legenda. Além disso, em sistemas partidários fragmentados são necessários governos de coalizão, o que dificulta aos eleitores a associação dos resultados de desempenho na gestão a um partido específico (LUPU, 2015).

Ademais, cabe mencionar que a variável de polarização foi construída a partir da posição média ocupada por cada partido no espectro ideológico, definida conforme o posicionamento dos eleitores que declararam ter votado naquele partido na última eleição, o que remonta à crítica anteriormente exposta. Por fim, o índice de fracionamento étnico é apresentado como probabilidade de que indivíduos sorteados randomicamente tenham a mesma origem étnica, segundo sua auto-identificação, o que não contribui para sua replicação em outros estudos por conta da ausência de explicação mais detalhada acerca de seu estabelecimento.

Com relação aos resultados, estes revelam que o padrão de partidarismo na América Latina se assemelha àquele verificado em democracias consolidadas: indivíduos mais velhos, com maior tempo de vida sob o regime democrático, mais instruídos e informados, com maior renda, ideologicamente próximos a um partido, localizados à esquerda no espectro ideológico e posicionados de maneira extrema, engajados na vida cívica, com maior frequência de acesso aos meios de comunicação e maior conhecimento sobre assuntos políticos apresentam maior possibilidade de se identificarem com algum partido, assim como aqueles do sexo masculino.

Em se tratando do sistema partidário, elevações na média de idade dos principais partidos nacionais (testada como *proxy* de institucionalização do referido sistema) e da polarização partidária se relacionam positivamente com o partidarismo, ao passo que a fragmentação do sistema partidário reduz a possibilidade de identificação. Por fim, quanto maior a heterogeneidade étnica da unidade nacional, maior também a possibilidade dos eleitores serem partidários.

Ainda segundo Lupu (2015), a determinação causal da relação entre partidarismo e escolha eleitoral é complexa e depende de estudos temporais que acompanhem os indivíduos, o que não é possível por meio dos bancos de dados coletados por grandes organizações, mas por estudos de painel. Mesmo que estes deem conta de uma população reduzida e, portanto, sejam capazes de produzir inferências limitadas, painéis tem como aspecto positivo a possibilidade de avançar nas interpretações acerca da relação que os eleitores estabelecem com os

partidos tanto no período eleitoral quanto fora ou para além dele. Nesse sentido, o autor verificou que cerca de 69% dos latino-americanos votaram em candidatos do partido com o qual se identificam nos casos em que tal legenda disputou as eleições presidenciais e, considerando um estudo de painel realizado em dois municípios brasileiros nos anos de 2002 e 2006, encontrou causalidade mútua entre identificação partidária e escolha eleitoral.

Diante de tais resultados, o autor afirma que, assim como os laços partidários desempenham papel importante em democracias avançadas, onde influenciam fortemente o comportamento político dos indivíduos que os manifestam, a taxa de correspondência entre voto e identificação partidária entre os eleitores latino-americanos permite inferir que estes também se assemelham àqueles de democracias consolidadas neste aspecto.

A conclusão de Lupu (2015) é de que é preciso cuidado ao analisar a manifestação de laços partidários nos países da América Latina, uma vez que generalizações para o conjunto de unidades nacionais podem desconsiderar aspectos internos dos sistemas partidários, como o fato de que pode haver partidos fortemente enraizados e outros com os quais os eleitores se relacionem de maneira superficial, o que significa que variações nas taxas de partidarismo podem refletir uma instabilidade que não afeta o sistema como um todo, mas apenas determinados partidos pouco enraizados junto ao eleitorado. Da mesma maneira, a desafeição dos eleitores a um dado partido com expressivo percentual de partidarismo pode aparentar, numa análise simples, uma crise do sistema partidário nacional como um todo, mas pode dizer respeito apenas à dissolução de um partido ou à sua associação com escândalos de corrupção, por exemplo.

Considerando o pressuposto de que a democracia é impensável sem a existência de partidos políticos (SCHATTSCHNEIDER, 1942), Borba, Gimenes e Ribeiro (2015a, p. 21) se debruçaram sobre a investigação de condicionantes do partidarismo, defendendo tal conceito como amplo, “[...] pois designa um padrão de relacionamento entre cidadãos e essas instituições centrais do sistema democrático. Nesses termos, é importante o comportamento efetivo de participação formalizada ou não, mas também devem ser levadas em consideração dimensões atitudinais e valorativas”. Nesses termos, concentraram-se sobre a manifestação de simpatia partidária e a participação em reuniões

de partidos ou movimentos políticos³³. Assim como Lupu (2015), os autores realizaram uma análise hierárquica, porém, contemplaram um conjunto maior de países latino-americanos por conta da inclusão de Belize, Guiana, Jamaica, Suriname e Trinidad e Tobago, desconsiderados nos estudos sobre a opinião pública latino-americana.

Entre as variáveis individuais, decorrentes da onda de 2012 do LAPOP, foram consideradas sexo, etnia (branco/não branco), faixa etária, escolaridade, eficácia política subjetiva e frequência de acesso à informação. No nível contextual, o PIB *per capita* foi incluído como indicador econômico, o *FreedomHouse* como *proxy* de liberdade política e o número efetivo de partidos políticos (NEP) e o tipo de Legislativo nacional (unicameral/bicameral) como aspectos dos sistemas partidário e eleitoral.

Em se tratando do nível individual, os resultados dos modelos apontam que os mesmos determinantes são significativos para ambas as modalidades de partidarismo testadas: a sobrerrepresentação masculina se confirma, com destaque à participação em reuniões; a simpatia partidária aumenta conforme se eleva a faixa etária dos indivíduos, ao passo que o engajamento em reuniões é maior entre aqueles em idade produtiva; o sentimento de eficácia política e o acesso diário à informação surtem efeitos semelhantes para ambas as variáveis dependentes. Contudo, não encontramos evidências de que o partidarismo esteja relacionado à escolaridade na América Latina, em que nos diferenciamos de grande parte dos estudos que evidenciam tal variável como uma das mais importantes às distintas modalidades de envolvimento político. Da mesma maneira, a raça dos entrevistados não foi significativa, o que destoia das pesquisas que ressaltam a persistência da desigualdade e da centralidade na posse de recursos. Desta maneira, Borba, Gimenes e Ribeiro (2015a) corroboram a validação de teorias como aquela que problematiza os efeitos do ciclo de vida na participação em instituições hierárquicas (DALTON, 2013), ao mesmo tempo em que refutam o modelo que relaciona o engajamento político à disponibilidade de recursos individuais e coletivos (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995).

Dentre os determinantes de contexto, apenas o NEP apresentou efeito, sendo este negativo em ambos os modelos. Nesse sentido, a interpretação dos autores é de que quanto mais elevado o número de

³³Os autores destacam que o fato da questão combinar partidos e outros movimentos políticos pode conduzir a desvios significativos com relação ao objetivo da discussão, de modo que seus resultados devem ser relativizados.

partidos nas disputas eleitorais e nos parlamentos, maiores a dificuldade dos eleitores para diferenciar as legendas e o custo para a escolha, especialmente entre aqueles com menores recursos cognitivos (BORBA; GIMENES, RIBEIRO, 2015). Tal situação constituiria o que Rennó (2006) denominou “dilema do rico”, que consistiria na dificuldade dos eleitores à escolha em contextos eleitorais complexos, com grande número de opções (oferta) de legendas e de candidaturas, o que, no pior cenário, pode conduzir à não-decisão.

Em artigo ainda mais recente, os autores do texto anteriormente destacado, em colaboração com Carreirão, se dedicaram a um modelo mais complexo para a identificação de determinantes individuais e de contexto da simpatia partidária na América Latina. Baseados na premissa de que “ainda sabemos muito pouco sobre como se estruturam e se alteram as relações entre partidos e eleitores no contexto das jovens democracias” (GIMENES *et al.*, 2015, p. 6), construíram um modelo analítico hierárquico com variáveis apontadas como relevantes tanto no contexto europeu (RICO, 2010; LISI, 2014) quanto latino-americano (LUPU, 2015; BORBA; GIMENES; RIBEIRO, 2015a).

Em se tratando de variáveis de nível individual, foram selecionadas medidas relativas a atributos sociais (sexo, escolaridade e idade) e a atitudes e valores (busca por informação, eficácia política subjetiva, percepção em relação à corrupção, avaliação de governo e grau de extremismo ideológico). Para o segundo nível, as variáveis utilizadas foram o indicador de desenvolvimento econômico PIB *per capita*, o indicador de qualidade da democracia *Polity IV* e ainda medidas relacionadas ao que Reis (2003) definiu como “engenharia” e “decantação”, ou seja, aspectos referentes ao desenho institucional e à experiência democrática acumulada pelos países. Para tanto, foram incluídos o tipo de sistema eleitoral (eleição proporcional com lista aberta, fechada ou mista), o número efetivo de partidos políticos (NEP) nas Câmaras Baixas e o grau de polarização como fatores de “engenharia”, e a idade da democracia, referente à “decantação”.

No primeiro momento, os autores expõem as expressivas distinções entre a maioria das características individuais e contextuais das unidades nacionais. Na sequência, apresentam três modelos, sobre os quais cabe discorrer com algum detalhamento. O primeiro modelo trata exclusivamente de atributos socioeconômicos e de atitudes políticas, cujos resultados revelam que, com exceção da escolaridade, todas as variáveis inseridas se revelaram preditores relevantes.

A relevância de tais variáveis se mantém com a inserção de

indicadores estruturais, o que demonstra a robustez do perfil encontrado, conforme exposto no segundo modelo. Diferentemente de Lupu (2015) e de Borba, Gimenes e Ribeiro (2015a), os autores não encontraram efeito significativo do NEP sobre a simpatia partidária, assim como de nenhuma das demais características institucionais que se enquadram na ideia de “engenharia”. Ao contrário, a idade da democracia se revelou preditora expressiva do partidarismo, uma vez que o impacto de 5,6% de elevação da razão de chance de simpatizar com algum partido pode parecer pequeno, mas se configura sobremaneira ao considerarmos o efeito cumulativo decorrente da amplitude da escala relativa à “decantação”, que varia entre os 24 anos de democracia no Chile e no Panamá até os 65 anos na Costa Rica.

Por fim, o terceiro modelo procurou verificar se a dimensão da durabilidade da democracia também poderia impactar o padrão de relacionamento entre a simpatia partidária e a faixa etária dos cidadãos latino-americanos, por meio da interação entre níveis micro e macro operacionalizada pela definição da variável “idade da democracia” como produtora de efeitos variáveis para a “idade”, em faixas etárias. Tal modelo aponta o crescimento significativo do efeito produzido pela alteração de faixa etária sobre a probabilidade de manifestação de simpatia, mas esta sofre redução em contextos de maior histórico democrático, o que corrobora a observação de Rico (2010) entre países do sul da Europa e demonstra que quanto maior o número de anos vividos sob o referido regime, mais assentada e tendente à normalidade é a formação e estruturação de laços partidários (GIMENES *et al.*, 2015).

Diante desse conjunto de resultados, a conclusão dos autores é de que a formação de identidades partidárias em novas democracias, especificamente as latino-americanas, seria, em boa medida, produto do processo de “decantação”, ou seja, do acúmulo de experiência e do aprendizado a respeito do que representam os principais partidos políticos.

Tendo em vista a relevância do partidarismo ao fortalecimento das democracias na América Latina, Moreno (2015) se dedica a um tema pouco analisado nos estudos de comportamento político: a intensidade dos sentimentos partidários. Dada a ausência de questão sobre tal aspecto na maior parte dos *surveys* produzidos por institutos internacionais³⁴, o autor utiliza apenas dados do Latinobarômetro de

³⁴ A onda de 2008 do LAPOP continha uma questão adicional referente à simpatia partidária, a qual questionava os respondentes sobre a intensidade de sua simpatia pelo partido, considerada

2010, o qual dispunha das questões “Há algum partido pelo qual o(a) Sr.(a) sinta mais afinidade em relação aos demais partidos?” e “Quão partidário o(a) Sr.(a) diria que é desse partido político: muito partidário, um pouco partidário ou não muito partidário?”.

Inicialmente, o autor expõe os percentuais de indivíduos não-partidários, pouco partidários, um pouco partidários e muito partidários, por país, e destaca a pluralidade de distinções entre as unidades nacionais. Tomados em conjunto, os dados apontam que 51% dos latino-americanos não são partidários e que os demais se distribuem entre 14% pouco partidários, 22% um pouco partidários e 13% muito partidários. Nesse sentido, entre a maioria dos 18 países analisados a maior concentração dos casos é de indivíduos um pouco partidários, de modo que os venezuelanos se destacam positivamente (26% se declararam muito partidários, atingindo o maior percentual nesta categoria na região) e os brasileiros de maneira negativa (além de registrar um dos menores índices de partidários na região, a maioria destes se declarou pouco partidária, de modo que apenas 5% são muito partidários, a menor taxa verificada dentre o conjunto de países, só verificada também entre os bolivianos).

Sobre tais dados, destaco que evidenciam a fragilidade da questão sobre o sentimento partidário contemplada no Latinobarômetro, uma vez que entre os chilenos, por exemplo, amplamente destacados como eleitores com baixo partidatismo (consideradas variáveis como identificação partidária ou simpatia partidária), tem-se apenas 50% de não-partidários, sendo que dados coletados por outros institutos de pesquisa, como o LAPOP confirmam a baixa simpatia, diversos autores em suas análises sobre a relação dos eleitores com os partidos políticos naquele país, como Garretón *et al* (2007), Carreras, Morgenstern e Su (2013) e Lupu (2015).

Contudo, tendo em vista o objetivo desta seção, de atualizar o debate sobre o partidatismo na região a partir de resultados de pesquisas recentes, destaco os achados empíricos de Moreno (2015), que se debruçou sobre análises bivariadas com o intuito de verificar se a manifestação de sentimento partidário faz diferença na maneira como os

uma escala de 5 pontos, onde 1 correspondia a "muito fraca" e 5 a "muito forte". Entre os 22 eleitorados para os quais constou a pergunta, a média geral para a América Latina foi de 3,56. Consideradas as unidades nacionais, Venezuela e El Salvador foram aquelas com maiores médias (3,87 e 3,84, respectivamente) e Haiti e Chile, as menores (3,36 e 3,27, respectivamente). Ainda que tais resultados sejam referentes a apenas um onda do *survey*, representam um indício de que, entre os eleitores latino-americanos, aqueles que simpatizam com algum partido político o fazem com intensidade de moderada a forte.

eleitores latino-americanos entendem e agem na arena política. Para tanto, o autor identificou a distribuição dos eleitores da região, tomados em conjunto, distribuídos nas quatro categorias de partidarismo anteriormente expostas, com relação às seguintes variáveis: eficácia política (entendimento de que a política não é muito complicada e pode ser entendida), interesse por assuntos políticos, adesão à democracia, satisfação com o funcionamento do referido regime, confiança no governo, avaliação sobre o país ser governado com vistas ao bem do povo, manifestação de preferência eleitoral (indicação de político em que votariam caso houvesse eleições no próximo domingo), satisfação em comparecer às urnas para votar, localização e posicionamento extremo no espectro ideológico.

Para a maior parte das variáveis analisadas, não-partidários e eleitores pouco partidários se diferenciam minimamente, ou seja, a distribuição percentual destes com relação aos indicadores de cultura política destoam de maneira não muito expressiva. Taxas pouco discrepantes entre esses dois grupos também foram encontradas para interesse por assuntos políticos, adesão à democracia, satisfação com o funcionamento do regime, confiança no governo e avaliação sobre o país ser governado com vistas ao bem do povo, sendo que em nenhum caso a diferença manifestada entre os dois grupos superou 5% das respostas.

Entretanto, no que diz respeito a questões eleitorais e de posicionamento ideológico, a intensidade do partidarismo se mostra mais relevante. No que diz respeito à manifestação de preferência eleitoral, poucos não-partidários declararam algum candidato em que votariam em caso de eleições no próximo domingo (27%), ao passo que entre os partidários tal declaração foi majoritária, especialmente entre aqueles um pouco ou muito partidários (86 e 93%, respectivamente). Contudo, a satisfação em comparecer às urnas é relativamente baixa na região, não apenas entre os não-partidários (16%), mas também entre os demais grupos, já que apenas os muito partidários se mostraram satisfeitos em votar na maioria dos casos (55%), enquanto dentre aqueles pouco partidários (26%) e um pouco partidários (39%) tal satisfação atingiu taxas entre fracas e moderadas (MORENO, 2015).

Já no que tange à ideologia, a maior parte dos latino-americanos se posicionou no espectro, independente da intensidade de partidarismo, ainda que elevações na escala desta variável representem maiores escores: 66% dos não-partidários, 76% dos pouco partidários, 86% dos um pouco partidários e 89% dos muito partidários se localizaram entre

esquerda e direita. No entanto, quando considerados os pontos extremos do espectro³⁵, quanto maior a intensidade do partidarismo, mais se eleva o percentual daqueles que se posicionam próximos às extremidades, uma vez que, por exemplo, apenas 26% dos não-partidários assumem tais posições (40% destes estão no centro), enquanto 62% dos muito partidários se localizam em pontos extremos.

Ademais, Moreno (2015) buscou verificar a disposição dos países num gráfico bidimensional que mensura a correlação entre intensidade do partidarismo e posicionamento ideológico (eixo X) e a distância ideológica entre os principais partidos dos países (eixo Y). Segundo o autor, tal gráfico representaria um mapa do grau de estruturação ideológico-programática do eleitorado latino-americano, cujos resultados apontam dois grupos: o primeiro – composto por Chile, El Salvador, Nicarágua, Uruguai e Venezuela – reúne unidades nacionais caracterizadas por forte correlação entre intensidade do partidarismo e posicionamento ideológico e por claro distanciamento ideológico dos principais partidos, o que demonstraria expressiva estruturação programática e polarização de seus sistemas partidários; o segundo, que reúne a maioria dos países da região – Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e República Dominicana – é marcado por baixa correlação entre partidarismo e ideologia e curta distância ideológica entre os principais partidos nacionais, o que demonstra que seus sistemas partidários gozam de pouca estruturação ideológica. A Bolívia é um caso à parte neste mapa, já que combina correlação moderada entre partidarismo e posicionamento ideológico dos eleitores com forte diferenciação ideológica entre os principais partidos, resultado fortemente influenciado pela ascensão do *Movimiento al Socialismo* (MAS) no cenário político-eleitoral recente.

Tal análise apresenta duas limitações. A primeira, destacada pelo próprio Moreno (2015) se refere à operacionalização do indicador de distanciamento dos principais partidos nacionais para produzir inferências sobre os sistemas partidários como um todo, uma vez que partidos menores também são atores a ser considerados na determinação de perfis desses sistemas. A segunda, apontada pelo autor desta tese também com relação ao estudo de Lupu (2015), diz respeito à concepção

³⁵A escala do Latinobarômetro apresenta 11 pontos (0 a 10). Moreno (2015) classificou como extremos os indivíduos que se posicionaram entre 0 e 3 (esquerda) e 7 a 10 (direita), métrica muito abrangente segundo meu julgamento, já que trata de amplos pontos da escala (quatro em cada extremidade) e denota pouco espaço ao posicionamento de centro (três escores).

da medida de distanciamento ideológico entre os partidos, gerada a partir da diferença entre as posições médias ocupadas por cada um dos dois principais partidos nacionais segundo a média das posições individuais dos eleitores que se declararam partidários destas legendas, que parte do pressuposto de que os eleitores têm clareza sobre o que os termos “esquerda” e “direita” representam e sobre aspectos programáticos e a atuação do partido pelo qual sentem afinidade, discernimento presente de modo desigual nas sociedades latino-americanas.

Apesar das limitações expostas, o texto contribui para o avanço das pesquisas sobre o relacionamento dos eleitores com os partidos políticos na região, especialmente por conta da escassa discussão referente à intensidade do partidarismo até o momento, no que o autor produz inferências relevantes, ainda que a partir de dados referentes a um único ponto no tempo (2010). Ademais, em suas conclusões, Moreno (2015) destaca um ponto no qual esta tese pretende avançar, qual seja: a necessidade de dialogar com aspectos de nível micro e macro para produzir uma imagem mais completa do envolvimento partidário na América Latina.

Com relação aos estudos sobre as variações do partidarismo e a identificação da existência ou não de desalinhamento partidário na América Latina, exponho inicialmente os achados de Carreras, Morgenstern e Su (2013). Em seu artigo, os autores expõem a fragilidade da transposição do conceito de desalinhamento para os países da América Latina, o que consideram um equívoco marcado por imprecisões terminológicas no contexto multipartidário e não institucionalizado de jovens democracias da região.

A teoria vigente, elaborada a partir dos Estados Unidos e de nações da Europa Ocidental, dificilmente seria aplicável às unidades nacionais latino-americanas por conta de três lacunas importantes: primeiro, os conceitos de desalinhamento e de realinhamento pressupõem a existência prévia de alinhamento, o que se mostra problemático em uma região na qual muitos países jamais contaram com o apoio estável de eleitores fortemente alinhados; em segundo lugar, o quadro teórico vigente tem sido utilizado para explicar mudanças em sistemas partidários de países onde houve ao menos dois partidos estáveis por algum período; e, terceiro, o quadro convencional é muito rígido na descrição da evolução do partidarismo, de modo a opor alinhamento e desalinhamento e a desconsiderar a possibilidade de existência de nuances ou variações parciais, o que se verifica em muitos

países da América Latina, nos quais, por exemplo, há sistemas partidários onde apenas um partido goza de forte apoio dos cidadãos ou alguns partidos sofreram importantes alterações, mas não todos.

Em termos conceituais, para os autores, o alinhamento estável implica na escolha majoritária dos eleitores por um partido nas eleições, combinada com baixa volatilidade eleitoral, alta participação nos pleitos, pequena recorrência de votos nulos e votação concentrada em partidos estabelecidos (tradicionalistas).

O desalinhamento consistiria em um período de redução da identificação dos eleitores com partidos, concomitante ao aumento dos percentuais de independentes ou não-identificados. Tal afastamento pode se dar, por exemplo, em decorrência da politização de novas questões ou do *gap* entre as expectativas dos indivíduos e o desempenho real dos partidos, o que explica, em muito, o partidarismo na América Latina. Os indicadores de desalinhamento são aumento da volatilidade eleitoral, declínio do apoio aos partidos estabelecidos, surgimento de *outsiders* políticos (novos concorrentes na disputa, sem experiência ou aparelho partidário desenvolvido), redução no número de votantes e aumento do percentual de votos nulos. Com partidos fracos, os padrões de votação se tornariam mais fluídos, de modo que a perda da confiança nas instituições em destaque é outro indicador relevante do desalinhamento.

Já o realinhamento partidário estaria relacionado à introdução de novos temas na agenda política, capazes de evidenciar clivagens ou aspectos distintos dos tradicionais e estabelecer vínculos com eleitores que anteriormente se identificavam com outra legenda. Tal fenômeno, de difícil mensuração, pode se manifestar em eleições durante ou após momentos críticos, em termos políticos ou econômicos, ou ainda se desenvolver gradualmente ao longo do tempo. Assim, o realinhamento é caracterizado pela manutenção dos patamares de comparecimento eleitoral e de votos nulos, combinados com alta volatilidade eleitoral num momento de forte desencanto com o sistema partidário e posterior retomada gradual da distribuição dos votos entre os partidos, dentre os quais pode se fortalecer uma legenda existente ou uma nova (*outsider*).

Ainda segundo Carreras, Morgenstein e Su (2013), outra limitação do quadro tradicional de alinhamento, desalinhamento ou realinhamento partidário seria o fato de que tal classificação se adequa a sistemas partidários com baixo número de partidos e clivagens e/ou bases programáticas identificáveis, o que não se verifica em países nos quais muitos partidos obtêm percentuais relevantes de votos ou em que a afeição partidária não decorra de aspectos ideológicos ou políticos.

Em sua análise, os autores consideraram resultados de eleições legislativas no período entre 1980 e 2012, por meio da análise de indicadores de volatilidade total, de alterações no apoio aos principais partidos e de apoio eleitoral a *outsiders* políticos para um conjunto de 18 países da América Latina. A volatilidade eleitoral foi mensurada pela redução à metade da soma das variações absolutas de votos entre todos os partidos entre duas eleições. As alterações no apoio aos dois principais partidos consistem na soma de votos recebidos pelos dois partidos principais em duas eleições e a razão do valor agregado na última eleição pela anterior multiplicado por 100, de modo a identificar o percentual que a votação atual representa com relação à anterior. Já o apoio aos novos partidos considera como tais apenas as legendas enquanto disputaram as duas primeiras eleições nacionais, sendo que o indicador é acrescido de um ponto em cada eleição na qual o partido obteve ao menos 5% dos votos.

Para cada indicador, os autores estabeleceram as classificações “alta”, “média” e “baixa”, o que gerou 27 possibilidades de resultados. Excluídas aquelas ilógicas, restaram 11 cenários com distintas evoluções, conforme exposto abaixo.

Quadro 1. Cenários de evolução do alinhamento partidário

Ponto inicial	Cenários de evolução do alinhamento	Ponto final
Alinhamento	Alinhamento estável	Alinhamento
	Realinhamento entre partidos existentes	Alinhamento
	Realinhamento em favor de novo partido	Alinhamento
	Desalinhamento total	Não alinhamento
	Desalinhamento parcial	Alinhamento parcial
Não alinhamento	Alinhamento total	Alinhamento
	Não alinhamento contínuo	Não alinhamento
	Alinhamento parcial	Alinhamento parcial
Alinhamento parcial	Alinhamento total	Alinhamento
	Desalinhamento total	Não alinhamento
	Alinhamento parcial contínuo	Alinhamento parcial

Fonte: Adaptado de Carreras, Morgenstern e Su (2013, p. 6).

Os resultados decorrentes de tal classificação indicam a existência de nove distintos tipos de relacionamento entre eleitores e partidos na região, uma vez que em nenhuma unidade nacional foi verificado o pleno alinhamento partidário.

Tais dados apontam República Dominicana, Nicarágua e

Paraguai como unidades nacionais em que se manifesta o realinhamento partidário, com alterações duradouras nos níveis de apoio em favor de um partido estabelecido, ao passo que na Costa Rica, em El Salvador, no México e no Uruguai tal fenômeno seria protagonizado por uma jovem legenda.

Dentre os demais resultados, Guatemala e Panamá não podem ser considerados países com desalinhamento, uma vez que nunca houve alinhamento partidário. Entre os países com desalinhamento verificado, na Argentina tal fenômeno é parcial, enquanto na Colômbia, no Equador, na Bolívia e no Peru haveria desalinhamento total. Por fim, Chile e Honduras gozam de alinhamento parcial estável, Brasil de alinhamento parcial contínuo e apenas a Venezuela apresentou sinais de alinhamento após um período de desalinhamento, o que os autores destacam que deve ser observado com parcimônia.

Quadro 2. Evolução do alinhamento partidário na América Latina

Ponto inicial	Cenários de evolução do alinhamento	Países
Alinhamento	Alinhamento estável Realinhamento entre partidos existentes Realinhamento em favor de novo partido Desalinhamento total Desalinhamento parcial	Chile e Honduras República Dominicana, Nicarágua e Paraguai Costa Rica, El Salvador, México e Uruguai Colômbia e Venezuela (1) ^a Argentina
Não alinhamento	Alinhamento total Não alinhamento contínuo ^b Alinhamento parcial	Sem casos Guatemala e Panamá Venezuela (2)
Alinhamento parcial	Alinhamento total Desalinhamento total Alinhamento parcial contínuo ^c	Sem casos Bolívia, Equador e Peru Brasil

Fonte: Adaptado de Carreras, Morgenstern e Su (2013, p. 6).

^a No caso da Venezuela, há dois períodos distintos (entre 1980-2000 e entre 2000-2012) por conta da polarização entre chavistas e não-chavistas desde a virada do século, a partir de quando houve declínio da volatilidade eleitoral e dos votos em *outsiders* políticos

^b Cenário em que nunca houve desalinhamento.

^c Cenário em que nunca houve alinhamento.

Considerando tais resultados, os autores dialogam com pesquisas cujas análises sobre o partidarismo na América Latina são pessimistas, as quais argumentam que os partidos não são mecanismos eficazes de representação política, que as legendas tradicionais estão em

colapso, que emergem movimentos carismáticos e antipartidários, que os partidos e sistemas partidários sofreram deterioração nas últimas décadas e que tal crise e instabilidade são preocupantes no cenário de busca por consolidação democrática.

Conforme o modelo proposto, na maioria dos países foram identificadas baixa volatilidade eleitoral e reduzido apoio a novos partidos, o que permitiu a Carreras, Morgenstern e Su (2013) contestar a alegação de colapso dos sistemas partidários latino-americanos, especialmente pelo fato de que são poucas as unidades nacionais em que o desalinhamento foi verificado. Ademais, os dados apontaram que os países da região dispõem de sistemas partidários em processo de institucionalização. Em suma, suas conclusões foram de que há várias tendências de mudanças no partidarismo e nos sistemas partidários na região e que, majoritariamente, os cenários nacionais permitem o estabelecimento de expectativas otimistas.

Albala e Vieira (2014) questionam a existência de uma crise dos partidos políticos na América Latina com seu estudo acerca do papel de tais instituições nas democracias da região. Em termos gerais, os autores criticam a maneira como são utilizados conceitos clássicos da Ciência Política, descontextualizados e anacronicamente, no que corroboram Mainwaring (2001) e Carreras, Morgenstern e Su (2013) e apontam que uma razão considerável pela qual os eleitorados latino-americanos não devem ser analisados à luz de modelos desenvolvidos para explicar os contextos políticos europeus é o fato de que as mudanças na cultura política desses indivíduos se deram em situações distintas, uma vez que boa parte das alterações vislumbradas na Europa ocorreu em regimes democráticos, ao passo que na América Latina as variações decorreram de rupturas com regimes ditatoriais.

Os autores afirmam que os sistemas partidários latino-americanos sofreram grandes alterações a partir dos anos 1990, mediante o surgimento e/ou fortalecimento de novos partidos e estruturação da competição eleitoral. Nesse sentido, discorrem sobre as transformações das estruturas de representação e destacam que as clivagens na América Latina não se construiriam em torno das ideologias de esquerda e direita, mas de aspectos simbólicos, locais, religiosos e entre o binômio governo/oposição.

Para Albala e Vieira (2014), as pesquisas contemporâneas que assinalam o crescimento de indivíduos não identificados com partidos políticos têm destacado a redução da diferenciação ideológica entre tais instituições, que apresentam agendas menos radicais e um tanto quanto

aproximadas, a fim de conquistar os eleitores médios. Tal ação, contudo, dificulta sobremaneira a interpretação dos eleitores acerca do qual legenda representa seus interesses e preocupações.

Ademais,

[...] como instituciones en constante proceso de evolución los partidos cambiaron sus estrategias a lo largo del tiempo, alejándose de una estructura con fuertes vínculos sociales a una estructura más cercana al gobierno, pero sin perder su importancia como intermediadores entre los dos actores (sociedad civil y gobierno) en el análisis, proposición e implementación de políticas públicas³⁶ (ALBALA; VIEIRA, 2014, p. 151).

Numa análise sucinta de alguns casos nacionais, Albala e Vieira (2014) destacam que, à exceção de Argentina, Chile e Uruguai, os sistemas partidários da América Latina são pouco institucionalizados. Além disso, o último país se destaca pelo fato de que os partidos que chegaram ao poder mantiveram forte contato com suas bases eleitorais, o que também ocorreu nas últimas décadas na Venezuela e no Equador.

Os autores também destacam a recorrência de baixos percentuais de comparecimento eleitoral na Colômbia e no Chile, onde nas últimas eleições presidenciais (realizadas em 2010 e 2013, respectivamente) a participação esteve abaixo de 50% do eleitorado. Contudo, destacam o caso chileno como paradigmático, já que se caracteriza por estabilidade política e institucional combinada com desinteresse por política. Acrescento a tal cenário a baixa simpatia partidária manifestada pelos eleitores deste país, que tem decrescido continuamente segundo dados do LAPOP (2006, 2008, 2012, 2014) e atingiu a taxa de apenas 12,3% no ano passado, segundo menor percentual dentre os 27 países cobertos pelo *survey*, à frente apenas dos guatemaltecos.

Por fim, Albala e Vieira (2014) afirmam que somente Peru e Paraguai ainda não terminaram de ordenar seus sistemas em torno de oposições claras, sendo que no primeiro sequer é possível considerar, de fato, a existência de um sistema partidário.

³⁶Tradução livre: [...] como instituições em constante processo de evolução dos partidos alteraram suas estratégias ao longo do tempo, abandonando estruturas com fortes vínculos sociais em favor de uma estrutura mais próxima ao governo, sem perder sua importância com intermediadores entre os dois atores (sociedade civil e governo) na análise, proposição e implementação de políticas públicas.

As conclusões dos autores, cuja análise se dá majoritariamente a partir de elementos contextuais, são de que as transformações de ordem estrutural que afetam os partidos e sistemas partidários na América Latina são processuais e cíclicas e de que, apesar da variação da confiança nas referidas instituições apresentar resultados pessimistas, os sistemas partidários na região caminham rumo à institucionalização (ALBALA; VIEIRA, 2014).

De modo geral, os estudos destacados nesta seção, considerado o contexto de institucionalização dos partidos e dos sistemas partidários em democracias ainda em processo de fortalecimento na América Latina, tanto de maneira individual quanto conjunta, apresentam rendimentos analíticos relevantes não apenas para o entendimento de seus processos de consolidação, mas também para pensarmos o regime democrático. Mainwaring (2001 e em pesquisas em colaboração) e Payne (2007) expõem a multidimensionalidade relacionada à estabilização dos sistemas partidários, enquanto Lupu (2015), Borba, Gimenes e Ribeiro (2015a) e Gimenes *etal* (2015) identificam os condicionantes individuais e de contexto da simpatia partidária e Moreno (2015) destaca a relevância da intensidade de tal sentimento quanto a valores, atitudes e comportamentos políticos. Por fim, os resultados expostos por Carreras, Morgenstern e Su (2013) e por Albala e Vieira (2014) demonstram haver indícios de que o fenômeno do desalinhamento não atinge os países latino-americanos da mesma maneira como se verifica em democracias consolidadas e também quando comparadas as unidades nacionais.

Diante do exposto, evidencio a pluralidade de possibilidades analíticas para a agenda de pesquisas que trata do relacionamento dos eleitores com os partidos políticos e os sistemas partidários nos países da região, uma vez que, apesar das alterações nas funções prioritárias das legendas, da expansão dos meios de comunicação e da sofisticação política dos indivíduos (ainda incipiente nas unidades nacionais latino-americanas), o diagnóstico de crise dos partidos não se confirma de maneira generalizada. Pelo contrário, há indícios decorrentes de distintos indicadores que apontam para o fortalecimento do partidarismo em unidades nacionais.

No entanto, são necessários avanços no sentido de compreender como se estrutura o relacionamento dos eleitores com as legendas e de refinar o conhecimento existente acerca de tal relação. Além disso, há que se considerar também outros modelos explicativos ainda não testados no contexto latino-americano, que podem, em alguma medida,

contribuir para o fortalecimento deste campo de investigação. Os próximos capítulos desta tese são dedicados a tais intentos.

3 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA NA AMÉRICA LATINA: RENDIMENTOS EMPÍRICOS

Neste capítulo, verifico a existência ou não do desalinhamento partidário na América Latina por meio da investigação sobre a identificação partidária, variável clássica de estudos relacionados à temática e amplamente utilizada em discussões contemporâneas (CAMPBELL *et al*, 1960; CONVERSE, 1969; MILLER; SHANKS, 1996; GREEN; PALMQUIST; SCHICKLER, 2002; RICO, 2010; DALTON, 2013).

A operacionalização desta investigação foi iniciada pela identificação de variáveis capazes de contribuir para responder às questões sobre a manifestação de simpatia partidária e da existência ou não do desalinhamento partidário entre os eleitores latino-americanos. Para tanto, busquei inicialmente verificar a recorrência de variáveis relacionadas aos valores, comportamentos ou atitudes dos eleitores frente aos partidos políticos nos bancos de dados do *Latinobarômetro* e do LAPOP³⁷.

Considerados os dados do projeto *Latinobarômetro*, coletado anualmente junto a amostras representativas de diversos países latino-

³⁷Há outros projetos que se dedicam a pesquisas de opinião pública com amostras representativas de cidadãos de conjuntos de países, dentre os quais destaco o *World Values Survey* (WVS) e o *Comparative Studies of Electoral Systems* (CSES). O primeiro possui dados para cerca de 85% dos países em todo o mundo, mas não contempla os mesmos países da América Latina em todas as ondas, uma vez que estas dependem de financiamento específico para realização, ao passo que o segundo é aplicado em cerca de 40 países, sendo poucos deles latino-americanos (a última onda completa, entre 2006 e 2011, foi aplicada no Brasil, no Chile, no México, no Peru e no Uruguai). Informações e bancos de dados dos projetos estão disponíveis gratuitamente em <http://www.worldvaluessurvey.org/> e <http://www.cses.org/>, respectivamente.

americanos desde 1995³⁸, encontrei amplo conjunto de variáveis que relacionam a cultura política do eleitorado com os partidos políticos sob diferentes aspectos, como a proximidade, as atividades às quais os indivíduos se prestam nos partidos, o entendimento do papel de tais instituições no funcionamento da democracia e a avaliação do trabalho dos partidos, por exemplo. Contudo, essa gama de variáveis se encontra majoritariamente distribuída em questionários de diferentes anos e para distintos países, de modo que a maior parte das questões não é recorrente, o que dificulta sobremaneira o estabelecimento de comparações ou formulação de hipóteses a partir de seus dados.

O LAPOP tem periodicidade bianual e até o presente momento cobriu um período menor que o *Latinobarómetro*, já que dispõe de seis ondas aplicadas entre os anos de 2004 e 2014³⁹. A variedade de questões relacionadas à temática dos partidos políticos é menor que aquela verificada no banco anteriormente mencionado, mas sua recorrência é maior, o que permite inferências mais seguras acerca da estabilidade ou oscilação dos indicadores de institucionalização dos sistemas partidários a partir da opinião pública dos eleitores da região, ainda que não seja possível uma análise longitudinal expressiva, em virtude do ainda curto período de coleta de dados. Ademais, cabe destacar que o LAPOP tem sido aplicado a um conjunto maior de amostras representativas de cidadãos na América Latina e também nos Estados e no Canadá, tendo atingido 27 países em sua onda mais recente (2014)⁴⁰.

Tendo em vista que o LAPOP apresenta a variável simpatia partidária nas ondas de 2006 a 2014, utilizo-a como *proxy* de identificação partidária, assim como Lupu (2015), Borba, Gimenes e

³⁸ À exceção de 1999 e de 2012, os dados estão disponíveis gratuitamente na página do projeto: <http://www.latinobarometro.org/>

³⁹ Os dados estão disponíveis gratuitamente na página do projeto: <http://www.vanderbilt.edu/lapop/>

⁴⁰ A primeira onda do LAPOP (2004) foi aplicada em apenas 10 países, quais sejam: México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Equador e Bolívia. As ondas seguintes contemplaram mais populações nacionais, sendo que em 2014, com a inclusão das Bahamas, o projeto atingiu o maior número de países cobertos por uma onda desde sua criação. Além dos 11 países já mencionados nesta nota, a última onda do LAPOP foi aplicada também no Peru, no Paraguai, no Chile, no Uruguai, no Brasil, na Venezuela, na Argentina, na República Dominicana, no Haiti, na Jamaica, na Guiana, em Belize, em Trinidad e Tobago, no Suriname, nos Estados Unidos e no Canadá. Tendo em vista o objetivo desta pesquisa, desconsidere os dados referentes aos dois últimos países, já que o intuito é identificar a manutenção ou variação das relações dos eleitores com os partidos nos países da América Latina. No entanto, não descarto a possibilidade de expandir a comparação aos demais países do continente americano, o que denotaria novas discussões e análises diante do contexto histórico e político distinto de Estados Unidos e Canadá com relação àquele das democracias latino-americanas.

Ribeiro (2015a) e Gimenes *et al* (2015) em análises sobre os determinantes da identificação partidária na América Latina.

O presente capítulo encontra-se dividido em três seções. Na primeira, destaco a evolução da simpatia partidária na região, baseada nos dados de opinião pública, a partir dos quais exponho uma análise descritiva acerca da variação da medida no período. A segunda parte diz respeito à exploração de modelos hierárquicos, por meio dos quais busco os determinantes individuais e de contexto do partidarismo na América Latina. Por fim, na terceira seção dialogo com os resultados expostos nas seções anteriores e com aspectos abordados no capítulo que tratou do balanço da literatura sobre o partidarismo, a fim de formular um modelo de classificação da relação entre eleitores e partidos na região.

É salutar destacar os aspectos negativos e positivos da análise empreendida neste capítulo. Em primeiro lugar, reconheço a limitação temporal que circunscreve esta análise longitudinal a um curto período de 8 anos, o que decorre da ausência de dados de opinião pública para um maior período. Nos Estados Unidos, por exemplo, pesquisas desta natureza são realizadas desde a década de 1950 e outros pesquisadores já destacaram tal problema, como Ames (2003, p. 362) ao afirmar que “a longa série temporal que permite aos pesquisadores americanos avaliar modelos estatísticos cobrindo muitas décadas simplesmente não é factível na América Latina no futuro próximo”. A análise de dados específicos dos *surveys* do LAPOP não permite, por exemplo, verificar se a relação dos eleitores com os partidos se alterou na região após a ascensão de governos de esquerda, iniciada no fim da década de 1990⁴¹.

⁴¹Levitsky e Roberts (2011) destacam Venezuela, Chile e Brasil no início do período de “virada à esquerda” na América Latina. No primeiro país, Hugo Chávez venceu eleições consecutivas em 1998, 2000, 2006 e 2012 e governou entre 1999 e 2013, quando faleceu antes de ser empossado pela quarta vez. Contudo, o novo presidente venezuelano, com mandato em vigor, é Nicolás Maduro, também vinculado à esquerda. No Chile, a virada se iniciou com a eleição de Ricardo Lagos em 2000 e manteve-se com Michelle Bachelet (2006-2010), a qual não se reelegeu ao fim do mandato, mas venceu novamente o pleito em 2014. Entre 2010 e 2014 governou Sebastián Piñera, de centro-direita. Já no Brasil destacam-se as quatro vitórias eleitorais do Partido dos Trabalhadores (PT), com Luiz Inácio Lula da Silva (em 2002 e 2006) e Dilma Rousseff (em 2010 e 2014). Na sequência, a “onda rosa” se espalhou a Argentina (Néstor Kirchner [2003-2007] e Cristina Kirchner [2007-2011 e 2011-atual]), Uruguai (Tabaré Vázquez [2005-2010], José Mujica [2010-2015] e novamente Tabaré Vázquez [2015-atual]), Bolívia (Evo Morales [2006-2010, 2010-2015 e 2015-atual]), Equador (Rafael Correa [2007-2009, 2009-2013 e 2013-atual]) e Paraguai (Fernando Lugo [2008-2012, em governo interrompido por golpe militar]), de modo que no fim da década de 2000 cerca de dois terços dos latino-americanos vivia sob regimes de esquerda. Além destes países, Pereira da Silva (2015) também inclui na “onda rosa” a Nicarágua (Daniel Ortega [2007-2012 e 2012-atual]) e El Salvador (Maurício Funes [2009-2014] e Salvador Sánchez Cerén [2014-atual]).

Contudo, busco superar tal limitação com a proposição de modelo analítico alternativo para a verificação do partidarismo na região.

Dentre os pontos positivos, há que se considerar que dada a essencialidade dos partidos à democracia (SCHATTSCHEIDER, 1942) e seu papel central ao funcionamento dos regimes dessa natureza na América Latina (BAQUERO, 2000; ALCÁNTARA SÁEZ; FREIDENBERG, 2002), trabalhos como este contribuem para o entendimento da relação entre eleitores e partidos políticos, tema ainda pouco explorado pela Ciência Política, especialmente no que diz respeito a análises longitudinais e que se detenham a um amplo conjunto de países, já que os trabalhos analisam, majoritariamente, unidades nacionais (LUPU, 2015).

Ademais, esta pesquisa expõe novos resultados à discussão sobre o partidarismo na região, uma vez que utiliza dados recentes, decorrentes da última onda do LAPOP, aplicada em 2014. Nesses termos, no entanto, destaco que a análise não prioriza os valores finais do partidarismo na América Latina, mas a tendência de variação desses indicadores ao longo do período, nos moldes da lógica adotada por Lagos (2000) em sua análise sobre a confiança interpessoal na região. Assim, os modelos de regressão dedicados à identificação dos preditores da simpatia partidária entre os eleitores latino-americanos foram construídos para dois pontos no tempo, a fim de verificar alterações nos efeitos de distintas variáveis independentes, apontadas por estudos anteriormente destacados nesta tese, sobre o partidarismo.

Por fim, a realização de modelos hierárquicos possibilita considerar, de maneira conjunta, os efeitos de aspectos individuais e contextuais sobre o partidarismo na região. É sabido que as instituições não operam num vácuo social, da mesma maneira como as crenças e valores dos indivíduos não se conformam numa esfera à parte das instituições, ou seja, instituições e cultura política sofrem influência mútua, em alguma medida (MAINWARING, 2001; BAQUERO, 2012; RODRÍGUEZ, 2013), e os modelos empreendidos neste capítulo visam captar tais efeitos, incluídos sob perspectiva gradual.

Antes de apresentar os dados, cabe uma última observação. São muitas as denominações atribuídas ao conjunto de países latino-americanos em estudos sobre comportamento eleitoral e político. Nesta tese, opto por tratá-los como democracias em processo de consolidação ou novas democracias, uma vez que os termos mais recorrentes, “jovens democracias” e “democracias de terceira onda”, são passíveis de críticas.

O termo “jovem democracia” se adequa à realidade de boa

parte dos países da região, cujo processo de implantação ou de retomada do regime se deu nas últimas três ou quatro décadas, mas não contempla regimes mais antigos, como aqueles instaurados na Jamaica, na Venezuela, na Colômbia e na Costa Rica a mais de cinco décadas.

Já Garretón *et al* (2007, p. 70) estabelecem uma crítica ao que denominam “armadilha de concluir que a América Latina está simplesmente experimentando uma ‘terceira onda’ de democratização”, uma vez que “essa afirmação é uma generalização que esconde importantes diferenças entre situações históricas diversas”. Segundo os autores, há na região três distintos tipos de democratização, quais sejam: fundacional, transicional e reforma democratizante. Tais tipos deveriam ser analisados de maneira distinta, o que não ocorre quando se reúne o conjunto de países da região sob o termo “democracias de terceira onda”.

A democratização fundacional se deu a partir da década de 1980, onde “[...] a democracia, apesar de frágil e imperfeita, é o primeiro exemplo nessas sociedades de um sistema razoavelmente sustentável e, em alguns casos históricos, baseado em ampla participação popular e instituições representativas”. Tais países, nos quais a mediação internacional da política é característica, se localizam majoritariamente na América Central e são El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Honduras, República Dominicana e Paraguai (GARRETÓN *et al*, 2007, p. 70).

A democratização transicional diz respeito às sociedades que gozaram experiências democráticas, foram submetidas a governos autoritários e retornaram à democracia posteriormente. “Nesse tipo de regime, as negociações têm extensa função, já que as forças armadas retêm graus diversos de controle sobre o processo e buscam defender determinadas prerrogativas e sua impunidade pela violação dos direitos humanos durante os anos em que estiveram no poder”. Em tal tipo se enquadram países da América do Sul: Argentina, Chile, Uruguai, Brasil, Bolívia e Peru (GARRETÓN *et al*, 2007, p. 71).

Por fim, a reforma democratizante corresponde a situação em que democracias constritas ou sistemas semi-autoritários, governados por civis, são submetidos a ampliação dos princípios e procedimentos democráticos, o que conduz a transformações institucionais que não alteram o regime vigente. “O México é o melhor exemplo desse tipo de democratização política, assim como a tentativa colombiana no começo dos anos 1990” (GARRETÓN *et al*, 2007, p. 71).

3.1 EVOLUÇÃO DO PARTIDARISMO NA AMÉRICA LATINA (2006-2014)

Em se tratando dos dados referentes à variação da simpatia partidária no período compreendido entre 2006 e 2014, estes encontram-se na Tabela 1. Sobre tais informações, destaco inicialmente que, à exceção de República Dominicana e Uruguai, a simpatia partidária não é manifestada de maneira regular por parcelas majoritárias das populações nacionais na região, sendo que em poucos países a medida atingiu valores superiores a 50% em alguma onda do LAPOP.

Na maioria dos países, o percentual de eleitores simpático a algum partido sofreu queda, especialmente se observarmos os dados de 2014, segundo os quais em 13 das 24 unidades nacionais houve redução da manifestação de simpatia partidária após 2012 (as Bahamas foram incluídas apenas na última onda da pesquisa). Contudo, em termos gerais, o cenário é de volatilidade, uma vez que na maior parte das unidades nacionais as taxas oscilaram tanto positiva quanto negativamente no período. Guatemala, Chile e Guiana apresentam os mais baixos percentuais de cidadãos simpáticos a partidos na região: 11,4%, 12,3% e 13,8%, respectivamente.

Entre os países que apresentaram maiores crescimentos percentuais de simpatia partidária no período destacam-se Costa Rica (31,2%), Equador (26,1%) e Panamá (24,8%), mas há que se considerar algumas ressalvas. A primeira diz respeito à Costa Rica, onde a volatilidade da simpatia é crescente e os dados do LAPOP pouco ajudam a entender o enraizamento (ou não) dos partidos, uma vez que a variável sofreu decréscimo de aproximadamente 6% entre 2004 e 2006, elevação de 22% em 2008, queda de 26,1% em 2012 e novo acréscimo em 2014, de 41,2%, o que aponta a necessidade de realização de pesquisas específicas sobre este país para entender a relação dos eleitores com os partidos, já que o contexto nacional é de multipartidarismo, com dois partidos se alternando na presidência da república (*Partido Liberación Nacional* e *Partido Unidad Social Cristiana*), conformado pela existência de partidos provinciais e locais.

Tabela 1. Simpatia partidária na América Latina (2006-2014) – Dados nacionais (%)

	2006	2008	2010	2012	2014
Argentina	-	24,7	19,5	27,0	25,7
Bahamas	-	-	-	-	39,1
Belize	-	23,3	29,1	49,3	35,1
Bolívia	-	29,0	31,1	15,9	25,6
Brasil	34,1	25,2	31,4	30,4	23,0
Chile	25,6	21,4	11,1	14,1	12,3
Colômbia	28,6	29,2	37,2	25,5	28,2
Costa Rica	36,2	30,3	52,3	26,2	67,4
El Salvador	31,3	40,9	34,4	30,9	44,7
Equador	-	18,9	16,0	22,5	45,0
Guatemala	14,7	15,8	18,3	12,9	11,4
Guiana	19,5	12,2	27,7	27,1	13,8
Haiti	37,9	28,8	27,6	30,2	34,3
Honduras	44,2	48,8	43,7	39,2	40,0
Jamaica	47,1	58,5	42,9	43,7	39,4
México	49,2	32,2	28,5	36,2	27,4
Nicarágua	49,8	40,3	43,0	54,8	46,9
Panamá	20,8	32,1	30,3	26,0	45,6
Paraguai	-	59,0	39,2	45,7	40,3
Peru	29,9	19,2	21,2	16,4	19,2
Rep. Dominicana	60,4	70,3	54,5	63,4	54,3
Suriname	-	-	-	41,4	48,2
Trinidad y Tobago	-	-	-	32,9	29,9
Uruguai	53,3	50,4	66,2	53,5	60,0
Venezuela	32,5	32,6	34,3	46,9	44,5

Fonte: LAPOP (2006-2014).

Nos casos de Equador e Panamá, a simpatia partidária variou até 2012 e obteve em 2014 percentuais expressivamente superiores à medida anterior (elevações de 19,6 e 22,5%, respectivamente). Entre os equatorianos, é recorrente a situação de instabilidade política (vide, por exemplo, o número de presidentes entre 1996 e 2007, quando o país foi

governado por sete mandatários, até a eleição de Rafael Correa), porém desde que o LAPOP passou a ser aplicado houve apenas um momento de crise política, a qual se deu no mesmo período em que foi verificada a única variação negativa da simpatia partidária no país (2010), em que o presidente decretou estado de emergência e ameaçou dissolver a Assembléia Nacional. Contudo, superada a crise, Correa se reelegeu em 2013 e tem demonstrado certa estabilidade no governo federal, o que pode também ter influenciado a expressiva variação positiva na simpatia partidária dos equatorianos.

Já entre os panamenhos, o governo de Ricardo Martinelli (2009-2014) foi marcado por denúncias de corrupção, o que pode ter afetado a simpatia partidária dos eleitores, a exemplo do ocorrido no Brasil, por conta do “mensalão”, em meados da década passada. Nesse sentido, a eleição de Juan Carlos Varela, opositor do então presidente, em 2014, pode ter relação com a retomada da simpatia partidária no Panamá. No entanto, até mesmo pela brevidade da realização das eleições e da coleta de dados do LAPOP no país, não há análises específicas sobre o tema, cabendo aqui apenas uma hipótese.

O país que mais se destaca na região é o Uruguai. Referência quando se trata de democracia na América Latina, é entre seus habitantes que se verificam percentuais que, mesmo em momentos de redução, figuram entre os mais altos no período de 2006 a 2014. Além do Uruguai, onde a elevação da simpatia partidária variou positivamente em 6,7% e atingiu 60% em 2014, também obtiveram elevações na referida medida El Salvador, Venezuela, Belize, Suriname e os já mencionados Costa Rica, Panamá e Equador.

Argentinos e colombianos manifestaram estabilidade na simpatia partidária por conta de mínimas variações no período, ao passo que na Guatemala, em Honduras, na Nicarágua, na Bolívia, na República Dominicana, no Haiti, na Jamaica, na Guiana e em Trinidad y Tobago o percentual sofreu redução inferior a 10% e no Peru, no Paraguai, no Chile, no Brasil e no México houve variação negativa superior a 10%, a qual atingiu 21,8% entre os mexicanos.

Para além da descrição das variações, há que se considerar a margem de erro relacionada à composição das amostras, cujos percentuais variaram tanto entre os países quanto entre as ondas do LAPOP e atingiram desde 1,6 até 3,6%⁴². Consideradas tais margens, indícios de volatilidade nas taxas de manifestação de simpatia partidária

⁴² Informações sobre as margens de erros e outros aspectos das pesquisas estão disponíveis em <http://www.vanderbilt.edu/lapop/>

pelos eleitorados foram verificados nas 24 unidades nacionais para as quais há dados de dois ou mais períodos. Dentre estes, destacam-se Belize, Costa Rica e Paraguai, onde em todos os anos houve variação para além da margem de erro.

A alta heterogeneidade dos níveis de identificação partidária dos eleitorados latino-americanos em cada ponto do tempo e a volatilidade da medida de partidarismo no interior de cada unidade nacional ao longo do período são indícios de que o relacionamento dos cidadãos com os partidos políticos pode ter explicações em condicionantes de distintos níveis, como aspectos relacionados à centralidade social e à sofisticação política, no nível individual, e a relação entre “engenharia” e “decantação”, em se tratando de contextos nacionais. Nesses termos, faz-se salutar investigar quais aspectos condicionam a aproximação dos eleitores com relação aos partidos políticos na região, a que dedico a próxima seção deste capítulo.

3.2 DETERMINANTES DO PARTIDARISMO NA AMÉRICA LATINA (2008-2014)

As análises multivariadas desta seção estão concentradas em dois aspectos, complementares entre si, a fim de contribuir com as pesquisas anteriormente destacadas nesta tese: [1] apontar os determinantes individuais e de contexto do partidarismo na região em distintos pontos do tempo e [2] verificar a variação da relevância desses aspectos ao fenômeno.

Sobre o primeiro ponto, em Gimenes *et al* (2015) buscamos reunir os preditores destacados por Rico (2010), Lupu (2015) e por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015a) em um único modelo, ao qual agregamos mais alguns hipotéticos condicionantes. Os resultados confirmaram as capacidades preditivas de algumas variáveis e refutaram as de outras, sendo que ambos carecem de maior detalhamento.

Além disso, e tal consideração dialoga com o segundo aspecto investigado neste capítulo, os resultados expostos em três dos quatro trabalhos acima mencionados dizem respeito aos determinantes em um dado ponto do tempo e Lupu (2015) considerou todo o período entre 2006 e 2012 em um único modelo, sem contribuições no que tange às oscilações dos efeitos de cada preditor, de modo que optei por rodar modelos multiníveis que tomaram como referências os anos de 2008 e 2014 na tentativa de avançar em tal análise, o que se justifica

especialmente pelo maior número de países abrangidos se considerado tal intervalo e, em consequência, a maior robustez dos modelos testados⁴³. Desta maneira, ainda que trate de um curto período de tempo, esta tese colabora com a interpretação sobre os processos de evolução do partidarismo na região.

Inicialmente, modeliei equações contendo apenas variáveis de nível individual⁴⁴, relativas aos seguintes atributos socioeconômicos e atitudinais: sexo, idade, etnia, área de residência, escolaridade, interesse por política, eficácia política subjetiva, extremismo ideológico e avaliação de governo.

A variável sexo foi inserida com o intuito de dialogar com os diagnósticos que apontam a desigualdade política entre homens e mulheres (NORRIS; INGLEHART, 2000; NORRIS, 2004; 2011; HEIDAR, 2006; RIBEIRO, 2011; WHITELEY, 2011; VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012). A subrepresentação feminina no espaço público se constitui em déficit de qualidade ao funcionamento das democracias contemporâneas (NORRIS, 2011) e tal situação decorre, em alguma medida, da distribuição desigual do recurso “tempo” entre os gêneros, uma vez que a inserção das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada da redução de atribuições domésticas (como os cuidados com o lar e a prole), “de modo que é plausível supor que essa sobrecarga de atribuições reduza o tempo disponível das mulheres para se informar e avaliar as atividades políticas correntes, com reflexo na capacidade de formar identificações com partidos” (GIMENES *et al*, 2015, p. 9).

Com relação à idade, Converse (1969) afirmou em seu estudo clássico que tal variável é central ao processo de socialização política, já que diz respeito ao acúmulo de experiência eleitoral. Nesse sentido, há autores que destacam o afastamento dos jovens com relação à política e aos assuntos públicos (PUTNAM, 2002; WATTENBERG, 2003;

⁴³O LAPOP conta com cinco ondas nas quais consta a variável simpatia partidária, sendo que em 2006 o questionário foi aplicado em 17 países – México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Haiti, Peru, Chile, Uruguai, Brasil, Venezuela, República Dominicana, Guiana e Jamaica – e entre 2008 e 2014 para 22 países – incluídos Argentina, Bolívia, Belize, Equador e Paraguai. Dada a investigação sobre determinantes de níveis individual e de contexto nesta tese, selecionei características nacionais dos países nos quais o LAPOP foi aplicado ao longo do período e me deparei com uma ressalva sobre o caso haitiano, de que não há dados eleitorais fidedignos referentes à década anterior, de modo que mesmo o NEP daquele país não é confiável. Considerada tal afirmação, excluí os dados referentes ao Haiti das análises realizadas nesta tese, restando 21 unidades nacionais no período entre 2008 e 2014.

⁴⁴Todos os modelos foram estimados com o uso do software HLM 6.08.

CARLIN, 2011; BLAIS; RUBENSON, 2012) e outros que afirmam que o partidarismo tende a se enraizar ao longo da vida, de modo que a expectativa é de que eleitores com mais idade estejam mais próximos dos partidos do que aqueles mais jovens (RICO, 2010; LUPU, 2015; MORENO, 2015). Ademais, Green, Palmquist e Schickler (2002) destacam que alterações na identificação partidária individual tendem a afetar majoritariamente os jovens, entre os quais o sentimento por alguma legenda ainda não se encontra plenamente enraizado, ao passo que ao longo da vida adulta tal possibilidade de mudança é menor e, quando ocorre, se dá em virtude de novas socializações, como relações de trabalho, por exemplo. Em diálogo com tais referências, operacionalizei tal variável em faixas etárias, considerando as diferentes etapas e variações decorrentes do ciclo de vida dos indivíduos e os variados papéis assumidos no decorrer da vida, os quais implicam na adoção de novos repertórios de socialização e de ação no campo da política (KINDER, 2006).

A justificativa para as demais variáveis socioeconômicas é a teoria da centralidade social, para a qual a intensidade da participação decorreria da posição social dos indivíduos, de modo que aqueles que possuem características mais centrais, sob a perspectiva da estrutura social, tenderiam ao maior engajamento e à realização de atividades mais complexas (MILBRATH, 1965). Além da idade, anteriormente destacada, Reis (1978; 2000) destaca renda, etnia, área de residência e escolaridade como atributos de centralidade que encontram-se associados à sofisticação política dos indivíduos⁴⁵. Sobre tais características, aponto a não utilização da variável renda pelos seguintes motivos: [a] Reis e Castro (1992) identificaram forte associação entre renda e classe em análise sobre o caso brasileiro, o que entendo ter persistido nas últimas duas décadas e ser passível de generalização aos

⁴⁵Segundo Reis (1978; 2000), a sofisticação política consistiria na articulação entre aspectos dos modelos de centralidade e da consciência de classe, que postula que o engajamento político seria produto de sua identidade política compartilhada junto aos pares na sociedade e, portanto, seria majoritariamente verificada entre cidadãos que manifestam conhecimento a respeito das conexões entre seus interesses pessoais e temas e eventos políticos (PIZZORNO, 1966). “A articulação que proponho entre os dois modelos refere-se ao fato de que, pelo menos nas condições brasileiras, os fatores associados com a “centralidade” da posição social geral não só afetam diretamente a participação política (em particular a eleitoral), mas também influem decisivamente sobre a possibilidade de que o modelo da consciência de classe venha ele próprio a atuar, bem como sobre as formas assumidas por tal atuação. A idéia geral [...] é a de que as dimensões variadas da centralidade, conjugando-se, definem contextos que se mostram mais ou menos favoráveis à operação dos mecanismos sócio-psicológicos e intelectuais previstos pelo modelo da consciência de classe” (REIS, 2000, p. 76).

demais países latino-americanos; [b] Ribeiro e Borba (2015b) apontam escolaridade como *proxy* de renda, ainda que possa haver alguma dissonância entre as variáveis, pelo fato da primeira expressar recursos intelectuais e também materiais; e [c] o recorrente elevado percentual de não respostas à questão sobre renda individual nos questionários do LAPOP (*missing cases*), que atingiu 46,3% em 2014, por exemplo.

Em se tratando da etnia, classifiquei os cidadãos entre brancos e não brancos, dado o *status* de maioria étnica como indicador de centralidade (REIS, 2000; AVELAR, 2004) e, considerada a “[...] maneira pela qual o aspecto geográfico ou regional se articula com os componentes mais sociológicos do conceito de centralidade” (REIS; CASTRO, 1992, p. 127), também destaquei os eleitores conforme a área de residência, urbana ou rural.

Com relação à escolaridade, sua inclusão decorre da verificação dos efeitos da distribuição desigual dos recursos sociais e econômicos entre os cidadãos (MILBRATH, 1965), de sua relevância à explicação de comportamentos e atitudes políticas (CONVERSE, 1969), da percepção de que tal característica é central ao envolvimento político (PUTNAM, 2002) e de que tal atributo está fortemente associado ao desenvolvimento de habilidades cívicas, como destacam Verba, Schlozman e Brady (1995) em seu modelo do voluntarismo cívico. Contudo, em trabalhos anteriores (BORBA; GIMENES; RIBEIRO, 2015a; GIMENES *et al*, 2015), não confirmamos a hipótese de que o partidário se manifestaria em maior medida conforme se elevasse o nível de escolarização dos indivíduos, utilizando faixas que distinguiam aqueles que concluíram os ensinos primário ou fundamental, secundário ou médio e superior. Dado o argumento de Dahl (1997) de que a escolaridade é um dos atributos de sofisticação de indivíduos ativos no campo da política e também a relevância da variável ao refinamento político dos eleitores, especialmente aqueles com mais instrução (DALTON, 2013), optei pela utilização de uma variável binária, que destaca os latino-americanos com alta escolarização dos demais.

No que tange aos determinantes atitudinais e valorativos, as hipóteses são menos diretas e inequívocas, uma vez que a literatura especializada sobre o partidário na América Latina ainda é incipiente e há ressalvas sobre a aplicação automática de resultados verificados entre democracias consolidadas àquelas da região sob análise. Tendo em vista o atual período de fortalecimento ou de consolidação da democracia na maioria dos países latino-americanos, seria plausível esperar que o apoio ao regime fosse acompanhado de maior adesão às suas instituições fundamentais, especialmente os partidos políticos e

que, portanto, tais fatores influenciassem positivamente a manifestação de identificação partidária. Entretanto, é preciso considerar uma hipótese contrária, baseada em pesquisadores como Norris (1999) e Inglehart e Welzel (2009), que destacam a teoria da cidadania crítica, a qual postula que, no contexto de democracias industriais avançadas, o desencanto com as instituições políticas tradicionais tem ocorrido em paralelo ao fortalecimento de posicionamentos democráticos, de modo que o afastamento com relação a tais instituições não refletiria em perigo para a democracia. Tal fenômeno resultaria de níveis elevados de sofisticação política, de condições sociais e econômicas favoráveis e de longos períodos de vivência sob o regime democrático, fatores ainda frágeis na América Latina. Diante de tais hipóteses, busquei verificar os efeitos do interesse por política e da eficácia política subjetiva sobre o partidarismo.

O interesse por política foi incluído nos modelos com a expectativa de apresentar efeitos positivos sobre a identificação partidária, uma vez que tal atributo é apontado por Dahl (1997) como aspecto relevante à sofisticação política de indivíduos ativos no campo da política e que Dalton (2013) destaca tal característica como indicador da mobilização cognitiva dos cidadãos, capaz de contribuir para seu posicionamento frente à democracia e às suas instituições centrais, incluídos os partidos políticos.

A variável eficácia política subjetiva foi considerada nos termos de Almond e Verba (1989 [1963]), ou seja, no sentido de tratar do entendimento dos indivíduos quanto à sua influência no cenário político, relacionado diretamente a seus valores políticos, conforme verificado por autores posteriores (INGLEHART, 1988; PUTNAM, 1996; RIBEIRO, 2011). Ademais, Dalton (2013) identificou entre o eleitorado norte-americano que o sentimento de efetividade da participação na política se relaciona à cognição, independente de condições financeiras. Diante de tais considerações, a hipótese assumida nesta tese é de que a auto-avaliação positiva sobre a capacidade de influenciar decisões de natureza política favorece o cálculo sobre os custos e benefícios relacionados à identificação partidária.

No que diz respeito ao extremismo ideológico, Lupu (2015) afirma que os posicionamentos ideológicos dos eleitores influenciam seus vínculos com os partidos políticos, já que eleitores tendem a se identificar com os partidos cujas posições ideológicas são mais próximas das suas. Considerada tal hipótese, os vínculos entre eleitores ideologicamente mais extremistas (aqueles que se posicionam nos

pontos extremos do espectro esquerda-direita) com os partidos que são próximos a eles seria mais forte do que para os eleitores centristas. Dada a crítica que teci à codificação estabelecida pelo autor, classifiquei como extremos apenas os eleitores concentrados nos dois escores iniciais e finais, ou seja, 1 e 2, 9 e 10.

A avaliação do governo em exercício pode influenciar a probabilidade de manifestação de simpatia partidária pelos eleitores, conforme verificado por Lisi (2014) em estudo recente e anteriormente destacado por Fiorina (1981), que argumentou que as identificações partidárias resultam principalmente da avaliação que os eleitores fazem do desempenho dos partidos ao longo do tempo, de modo que seria plausível supor que em momentos em que o governo esteja mal avaliado, deva declinar a simpatia por sua legenda e/ou por aquelas relacionadas ao governo. Conforme destacam Gimenes *et al* (2015, p. 12), “se nenhum partido de oposição se beneficiar disso, tende a diminuir a simpatia partidária como um todo”, como tem sido verificado atualmente no Brasil⁴⁶. Corral (2010) e Moreno (2015) já encontraram indícios de tal relacionamento nos países latino-americanos.

Por fim, justifico a não inclusão de duas variáveis no modelo. A primeira é a busca por informações, que fora testada anteriormente (BORBA; GIMENES; RIBEIRO, 2015a; GIMENES *et al*, 2015) como *proxy* de sofisticação política, baseada no argumento de Dalton e Wattenberg (2002) e de Fonseca (2013) de que demonstra o interesse dos indivíduos por assuntos em geral, incluídos aqueles relacionados à vida pública, de modo a contribuir, em alguma medida, com o desenvolvimento da capacidade do eleitor de avaliar o jogo político. Tal variável não foi contemplada em todos os bancos de dados nacionais coletados pelo LAPOP referentes ao ano de 2008, o que impossibilitou sua inclusão também no modelo de 2014, já que meu objetivo é comparar os efeitos dos preditores, em conjunto e nos dois pontos do tempo.

A segunda exclusão diz respeito à variável sobre percepção da corrupção, estatisticamente significativa no modelo de Gimenes *et*

⁴⁶“Esse tipo de situação está ocorrendo com o Brasil no momento atual, em que o governo da presidente Dilma Rousseff tem sofrido uma queda brutal em sua avaliação (devido a denúncias de corrupção, baixo desempenho econômico, não cumprimento de promessas de campanha), o que gerou declínio substancial da simpatia pelo PT - há quase vinte anos o partido que desfruta da maior taxa de identificação partidária no país -, sem que nenhum partido de oposição se beneficie com um aumento na taxa de simpatia partidária. Fenômeno semelhante também ocorreu ao longo do segundo semestre de 2005, quando estourou o escândalo de corrupção do “mensalão”, envolvendo figuras importantes do PT e do governo” (GIMENES *et al*, 2015, p. 12).

al(2015). A hipótese dos autores era de que a percepção dos eleitores sobre o grau de corrupção política no país impactasse na identificação partidária, sendo que se os partidos são vistos como corruptos, seria menos provável que os eleitores manifestassem simpatia por algum deles. O resultado encontrado foi contrário, ou seja, de que a experiência direta ou indireta com atos corruptos elevaria a chance de identificação com partidos políticos, o que seria contra-intuitivo se pensarmos que experiências dessa natureza contribuiriam para o afastamento dos indivíduos da vida pública em decorrência da redução da legitimidade democrática (SELIGSON, 2002; POWER; GONZÁLEZ, 2003; WARREN, 2004; MENEGUELLO, 2013; MOISÉS, 2013). Tal achado encontra-se na mesma direção daqueles de Bonifácio Silva (2014) e de Bonifácio Silva e Ribeiro (2014), que verificaram a relação positiva entre a percepção da corrupção e o ativismo político na América Latina e apontaram que tais experiências estariam relacionadas a um perfil de maior permissividade ou menor resignação, mas as explicações para tal relação ainda são desconhecidas. Diante de tais resultados, considerei frágil a possibilidade de contribuição da variável à explicação da identificação partidária na América Latina e optei por não incluí-la do rol de determinantes individuais testados.

De maneira sintética, as informações sobre a codificação das variáveis incluídas nos modelos individuais, referentes a 2008 e 2014, encontram-se expostas no Quadro 3.

Quadro 3. Determinantes individuais da identificação partidária na América Latina

Variável	Codificação	
Sexo	0 = Feminino	1 = Masculino
Idade (faixas etárias)	1 = 16 a 24 anos	3 = 35 a 54 anos
	2 = 25 a 34 anos	4 = 55 anos ou mais
Etnia	0 = Não branco	1 = Branco
Área de residência	0 = Rural	1 = Urbano
Escolaridade	0 = Baixa	1 = Alta
Interesse por política	0 = Nenhum	2 = Algum
	1 = Pouco	3 = Muito
Eficácia política subjetiva	0 = Baixa	1 = Alta
Extremismo ideológico	0 = Não	1 = Sim
Avaliação de governo	0 = Muito ruim	3 = Boa
	1 = Ruim	4 = Muito boa
	2 = Regular	

Fonte: Elaborado pelo autor.

As Tabelas 2 e 3 apresentam informações descritivas sobre os determinantes acima destacados, consideradas as unidades nacionais e o conjunto para a América Latina nos anos de 2008 e de 2014.

Com relação à distribuição dos eleitorados nacionais, houve pouca variação no período, de modo que a maioria dos destaques referentes a países e indicadores se manteve entre 2008 e 2014. Consideradas as médias para a região, destaco as elevações dos números de latino-americanos residentes em cidades, do percentual agregado daqueles algo e muito interessados por política e dos que se posicionaram em pontos extremos do espectro ideológico.

Quanto às características relacionadas à centralidade social, não há grandes discrepâncias em se tratando de sexo e faixa etária, verifica-se concentração moderada a alta (entre 2/3 ou mais) das populações na zona urbana e que os percentuais de altamente escolarizados são baixos em geral, ainda que haja discrepâncias entre valores em torno de 5% para Guatemala, Guiana e Belize e próximo a 20% entre os bolivianos para ambas as ondas, por exemplo. A etnia é a variável sociodemográfica que apresenta grandes discrepâncias entre os valores nacionais, uma vez que há países onde os cidadãos brancos representam a maior parcela da população (Uruguai, Argentina, Chile e Costa Rica) e outros onde é inexistente ou praticamente ausente a etnia branca (Guatemala, Jamaica, Guiana e Belize)⁴⁷.

Com relação às variáveis comportamentais e atitudinais, os interessados por política (algo e muito, em conjunto) não atingem a parcela majoritária de nenhum país nos anos analisados. Ainda assim, destaco os percentuais superiores a 40% na República Dominicana, no Uruguai e na Venezuela. Dentre os demais países, a maioria atingiu taxas em torno de 1/3 do eleitorado. De maneira semelhante, os números de cidadãos com forte sentimento de eficácia política variou entre baixo e moderado, sendo que o segundo tercil reúne boa parte das unidades nacionais, dentre as quais se destacam os mesmos países em que há maiores índices de interesse por política e também a Costa Rica.

⁴⁷Praticamente toda a população guatemalteca se declarou indígena ou ladina. Cerca de 90% dos jamaicanos se autodeclara negro e os demais como mestiços, mesmo percentual de guianenses que são indo-guianenses, mestiços ou afro-guianenses. Já Belize se caracteriza por elevado número de etnias destacadas pelos respondentes (15 no total), sendo que a maioria da população é de mestiços e outra parcela considerável é *criolla*.

Tabela 2. Informações descritivas sobre características individuais para a América Latina (2008)

	Sexo (homem)	Faixa etária	Etnia (branco)	Residência (urbana)	Escolaridade (alta)	Interesse por política	Eficácia política	Extremismo ideológico	Avaliação de governo
Argentina	48,7	2,33	71,2	89,3	22,4	40,5	37,9	10,4	3,16
Belize	50,6	2,37	1,3	48,2	2,7	28,9	46,1	58,8	2,98
Bolívia	50,3	2,37	8,7	62,9	19,8	26,0	37,8	18,8	3,18
Brasil	46,3	2,65	48,7	81,2	7,0	21,0	28,4	18,1	3,49
Chile	40,8	2,77	55,4	85,9	12,5	18,9	40,6	18,6	3,20
Colômbia	49,9	2,38	36,2	73,6	9,9	31,8	39,9	29,5	3,77
Costa Rica	48,9	2,60	54,1	63,3	9,1	21,5	48,1	36,0	3,50
El Salvador	47,9	2,44	19,7	62,3	13,2	29,6	44,5	40,3	3,05
Equador	50,0	2,50	8,6	61,1	16,3	19,0	35,7	25,1	3,49
Guatemala	50,2	2,59	0,0	46,6	5,5	16,1	29,2	25,9	3,25
Guiana	50,0	2,49	0,0	30,5	4,3	22,6	38,9	22,1	3,34
Honduras	49,9	2,31	31,0	43,5	5,3	30,0	27,8	25,5	2,90
Jamaica	50,0	2,80	0,7	40,0	3,8	39,8	37,5	18,4	2,95
México	49,5	2,60	25,7	69,2	8,5	28,1	40,8	22,4	3,34
Nicarágua	50,0	2,18	23,4	55,6	11,2	20,2	38,0	49,7	2,73
Panamá	50,0	2,53	30,5	62,5	13,0	26,4	44,4	13,0	2,90
Paraguai	50,3	2,36	49,3	61,1	12,6	30,6	30,8	18,9	2,22
Peru	49,8	2,51	12,8	75,0	17,3	23,3	33,4	18,4	2,78
Rep. Dominicana	45,2	2,64	13,9	73,5	10,4	48,0	47,6	48,0	3,51
Uruguai	46,6	2,83	78,3	91,7	11,4	42,3	49,3	28,8	3,51
Venezuela	45,4	2,49	37,5	95,2	12,4	37,5	42,5	26,2	3,12
América Latina	48,7	2,51	26,0	64,0	11,3	27,9	39,0	26,3	3,19

Fonte: LAPOP (2008).

Tabela 3. Informações descritivas sobre características individuais para a América Latina (2014)

	Sexo (homem)	Faixa etária	Etnia (branco)	Residência (urbana)	Escolaridade (alta)	Interesse por política	Eficácia política	Extremismo ideológico	Avaliação de governo
Argentina	48,0	2,68	67,1	88,1	15,9	33,6	44,5	17,1	2,85
Belize	50,1	2,68	0,6	44,5	4,2	31,0	34,3	38,6	3,05
Bolívia	49,4	2,54	5,6	66,3	21,4	29,4	28,4	19,1	3,52
Brasil	49,9	2,55	35,0	86,4	6,7	20,9	31,6	26,5	3,10
Chile	46,9	3,06	46,5	86,7	16,9	25,3	44,1	25,9	3,48
Colômbia	50,2	2,44	26,7	78,4	11,6	29,2	34,8	31,9	3,04
Costa Rica	48,9	2,72	54,2	63,2	10,0	44,4	39,3	28,7	2,48
El Salvador	44,6	2,59	22,2	62,7	10,4	31,3	46,7	39,1	3,70
Equador	49,9	2,56	7,5	65,5	15,9	33,2	38,2	28,4	3,86
Guatemala	49,9	2,53	0,0	48,7	1,3	27,9	25,8	27,3	3,15
Guiana	49,9	2,54	0,0	31,7	0,6	22,9	27,9	35,5	3,04
Honduras	50,1	2,54	22,9	53,6	5,1	29,1	43,4	42,4	3,64
Jamaica	50,4	2,53	0,1	60,7	7,9	29,5	24,7	37,5	2,96
México	50,0	2,60	22,6	80,2	13,0	33,7	34,4	34,6	2,78
Nicarágua	50,0	2,54	22,4	62,5	7,9	30,5	38,3	50,9	3,67
Panamá	49,7	2,46	36,5	69,7	18,7	47,4	37,4	29,5	3,49
Paraguai	49,8	2,46	42,4	56,6	17,2	35,2	33,4	42,1	3,23
Peru	49,9	2,58	11,7	76,8	18,0	22,1	32,7	15,3	2,91
Rep. Dominicana	49,6	2,60	13,5	74,9	14,9	46,4	47,2	48,4	3,96
Uruguai	47,4	2,92	71,3	93,7	15,4	44,2	48,6	29,6	3,47
Venezuela	50,0	2,67	35,1	91,2	23,6	47,9	53,2	41,5	2,37
América Latina	48,6	2,61	25,0	68,5	12,6	32,9	37,6	32,5	3,24

Fonte: LAPOP (2014).

Apesar de crescente para a média regional, o extremismo ideológico continua baixo na América Latina, sendo que apenas nicaraguenses atingiram percentuais próximos à metade do eleitorado nacional em 2008 e 2014 e entre os demais países há baixo número de cidadãos que se autoposicionam nos pontos extremos do espectro ideológico, com destaque negativo a peruanos, argentinos e bolivianos, por conta da recorrência dos baixos percentuais.

A última variável individual analisada é a avaliação de governo, cujas médias permitem inferir que os presidentes latino-americanos tiveram seu desempenho julgado como bom ou ótimo por parcelas majoritárias das populações nacionais em ambos os períodos. Dado que a escala desta variável assume valores entre 0 e 4, as avaliações dos governos colombiano em 2008 e dominicano em 2014 se aproximam do ponto máximo (3,77 e 3,96, respectivamente), ao passo que mesmo os mandatários com piores desempenhos também se encontram em posições positivas na escala, como é o caso do Paraguai em 2008 e da Venezuela em 2014 (2,22 e 2,37, respectivamente).

Os resultados dos modelos de nível individual são expostos na Tabela 4e demonstram, por um lado, a alta robustez dos atributos políticos e, em contrapartida, a baixa capacidade explicativa de aspectos sociodemográficos à identificação partidária, com destaque apenas à faixa etária dos indivíduos.

Em se tratando das variáveis sociodemográficas, apenas a faixa etária dos eleitores latino-americanos se revelou preditora da identificação partidária em 2008 e em 2014. A ausência de capacidade preditiva das demais variáveis relacionadas à centralidade social no período (sexo, etnia e área de residência) são indícios de que, quando controladas por atributos relacionados a comportamentos, valores ou atitudes políticas, tais aspectos têm seu impacto reduzido ou anulado sobre o partidarismo. Em outras palavras, a sofisticação política surte maior efeito sobre o estabelecimento de laços partidários do que características sociais nos indivíduos.

Se a menor participação dos jovens encontra-se amplamente documentada e problematizada por autores que destacam que a participação política se desenvolve ao longo da vida e que a juventude busca outras maneiras de se expressar que não aquelas tradicionais e hierarquizadas, a redução de tal efeito pode estar relacionada também ao avanço da vivência sob regimes democráticos na região, como postulou Rico (2010) em sua análise sobre unidades nacionais do sul da Europa. Segundo tal autor, com o decorrer dos anos de persistência da

democracia, se reduziria o efeito, inicialmente elevado, que o regime exerce sobre o comportamento dos indivíduos, ou seja, se nos primeiros anos de restabelecimento do regime expressiva atenção é dispensada às instituições representativas, após algumas décadas e diante de processos de socialização nos quais a democracia está presente ao longo de todo o período, o impacto tenderia a se reduzir. Nesses termos, tal redução pode não se referir à aproximação dos jovens com relação aos partidos, mas da minimização do desenvolvimento de laços partidários entre eleitores com mais idade⁴⁸.

Com relação ao efeito da educação sobre o partidarismo, duas informações são relevantes: a primeira é de que o impacto foi verificado apenas em 2014 e a segunda é de que sua manifestação é negativa, o que significa que, atualmente, os cidadãos latino-americanos que possuem alta escolarização têm 13,7% menos chance de simpatizarem com partidos políticos. Inicialmente, destaco que a medida diversa daquela empregada por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015a) e por Gimenes *et al* (2015) se apresentou relevante à análise, uma vez que em trabalhos anteriores não foram verificados efeitos sobre o partidarismo e desde a década de 1960 há trabalhos que apontam tal variável como explicativa de um amplo conjunto de modalidades de engajamento político.

Sobre a manifestação do efeito apenas em 2014 e sua intensidade negativa, o resultado se apresenta como indício do surgimento de cidadãos críticos na região, nos moldes dos modelos de Norris (2011) e de Dalton (2013), que seriam indivíduos com alta escolarização e que se pautariam por aspectos diversos aos partidos políticos para se posicionarem e atuarem politicamente. Até o momento, tal resultado é único nos estudos sobre os cidadãos latino-americanos, de modo que ainda carece de maior aprofundamento para um melhor entendimento desta relação. Nesse sentido, estabeleço duas hipóteses: [1] de que o passar dos anos contribua para o distanciamento de indivíduos altamente escolarizados dos partidos políticos, a ser testada nesta seção; e [2] de que os eleitores da região estão sofrendo alterações no que tange à relação entre cognição e partidarismo, sobre a qual me concentrarei no próximo capítulo, ao analisar o impacto dos perfis dos eleitores sobre sua adesão à democracia.

⁴⁸Tal hipótese demanda literatura e testes específicos, sobre os quais não me detenho nesta tese. Neste momento, limito-me a apontar a necessidade de investigação no âmbito da América Latina, a qual será mais profícua quanto maior o escopo longitudinal dos dados de opinião pública.

Tabela 4. Determinantes individuais da simpatia partidária para a América Latina (2008 e 2014)

	2008	2014
Intercepto	,494* (,191)	,552* (,183)
Sexo (masculino)	1,022 (,046)	1,034 (,047)
Faixa etária	1,336*** (,031)	1,272*** (,020)
Etnia (branco)	,993 (,049)	,939 (,053)
Residência (urbana)	,960 (,072)	,900 (,054)
Escolaridade (alta)	,971 (,089)	,863* (,047)
Interesse por política	2,374*** (,029)	2,374*** (,031)
Eficácia política	1,117* (,053)	1,137* (,042)
Extremismo ideológico	1,735*** (,079)	1,551*** (,070)
Avaliação de governo	1,200** (,046)	1,255*** (,053)

Onde: ***sig = ,000, **sig = ,001 e *sig ≤ ,050

Fonte: LAPOP (2008; 2014).

Em se tratando de aspectos relacionados à política, todas as variáveis inseridas nos modelos se mostraram explicativas da identificação partidária na América Latina, com efeitos positivos. A capacidade preditiva do interesse por política é estável e se destaca como a mais expressiva dos modelos, uma vez que elevações na escala aumentam em 137,4% a chance dos indivíduos declararem simpatia por algum partido político, o que se potencializa pelo fato desta variável independente ser mensurada em quatro pontos. Nesse sentido, os dados para a América Latina corroboram as afirmações de Dahl (1997), sobre a importância desta característica aos ativistas partidários, e de Dalton

(2013), acerca da relevância dos fatores constituintes da mobilização cognitiva sobre o partidarismo.

O indicador de eficácia política subjetiva apresentou efeitos menores, porém os exponenciais para 2008 e 2014 denotam um pequeno aumento da relevância do sentimento de capacidade de exercer influência sobre a política para a aproximação dos latino-americanos com relação aos partidos políticos.

Sobre o extremismo ideológico, seus efeitos são expressivos em ambas as ondas do LAPOP analisadas, com destaque a 2008, quando o posicionamento nos pontos próximos às extremidades do espectro ideológico elevavam em 73,5% a chance de manifestação de identificação partidária. Ainda que tal resultado seja menor em 2014 (55,1%), o posicionamento no espectro esquerda-direita continua forte preditor do partidarismo e confirma a expectativa de que quanto mais radical a localização ideológica do indivíduo, maior a sua tendência de estabelecer ligação afetiva ou cognitiva com alguma legenda.

Por fim, a avaliação presidencial retornou o efeito esperado, de modo que quanto mais positiva é a análise dos indivíduos acerca do desempenho do governo, maior é a chance de manifestação de identificação partidária. Assim como verificado para a eficácia política subjetiva, o passar dos anos também parece surtir impacto sobre a avaliação de governo, já que o exponencial que aponta o efeito desta variável sofreu incremento superior a 5% entre 2008 e 2014, de modo que quanto melhor avaliam o desempenho do mandatário, mais os eleitores desenvolvem laços partidários.

A discussão acerca do comportamento político concentrou-se, durante décadas, em teorias macro ou microssociológicas, as quais buscaram explicações nos contextos de desenvolvimento da política ou nos indivíduos, de maneira separada. Nos últimos anos, a relação entre determinantes destes dois níveis tem sido discutida e os achados empíricos confirmam a necessidade de considerar aspectos de ambas as magnitudes nos estudos sobre comportamento político (DALTON; SICKLE; WELDON, 2009).

Com vistas a realizar testes com variáveis de magnitudes individual e de contexto, busquei estimar a variância da simpatia partidária por meio do cálculo dos coeficientes de correlação intraclasses para os anos de 2008 e de 2014, conforme procedimentos de Snijders e Bosker (1999), já adotados, dentre outros autores, por Ribeiro, Borba e Silva (2015) em estudo sobre determinantes do comparecimento eleitoral na América Latina. Tal opção analítica

consistiu em um modelo estatístico multinível generalizado para variáveis com distribuição de Bernoulli, que comporta apenas dois valores (RAUDENBUSH; BRYK, 2002), com o intuito de verificar de maneira mais consistente a natureza multidimensional do fenômeno.

Primeiramente, testei modelos nulos, sem variáveis de níveis individual ou nacional, com a finalidade de identificar o percentual da identificação partidária dos eleitores latino-americanos que decorre de características dos países. A partir das variâncias, estimadas em 0,530 para 2008 e em 0,568 para 2014, calculei os coeficientes de correlação intraclasses, cujos resultados de 0,162 e de 0,146 indicam que 16,2% e 14,6% da variação da simpatia partidária em 2008 e em 2014, respectivamente, se devem a características nacionais.

Confirmada a pertinência da modelagem hierárquica para a investigação acerca da identificação partidária entre o eleitorado latino-americano, incorporei aos modelos anteriores variáveis estruturais destacadas por Lupu (2015), por Borba, Ribeiro e Gimenes (2015) e, principalmente, por Gimenes *et al* (2015). Considerando que os últimos autores encontraram efeito significativo apenas da idade da democracia sobre o partidarismo, a despeito de fatores dos sistemas políticos nacionais, e que sua explicação se pauta na relação entre “engenharia” e “decantação”, conforme termos cunhados por Fábio Wanderley Reis (2003), optei pela inclusão de tais características em modelos distintos, a fim de testar a hipótese dos autores de que o tempo de experiência democrática suplantara o efeito de atributos institucionais sobre a simpatia partidária. Além de variáveis destas naturezas, incluí em ambos os modelos um indicador econômico, sobre o qual discorro antes de me remeter aos aspectos políticos testados.

O nível de desenvolvimento econômico do país se relaciona à estabilidade do regime democrático, de modo que variáveis de natureza econômica são explicativas, em alguma medida, do comportamento dos indivíduos no que tange à política, do funcionamento do referido regime e do relacionamento dos indivíduos com as instituições básicas, como os partidos (PRZEWORSKI *et al*, 1997). Assim como os recursos materiais e cognitivos estão relacionados ao envolvimento político no nível individual, é plausível supor que melhorias nas condições materiais gerais dos países afetem positivamente a identificação partidária dos cidadãos. Dada a persistente manutenção de elevadas taxas de desigualdade econômica na América Latina, incluí a medida de

crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)⁴⁹ com a expectativa de relacionamento positivo. Porém, há que se destacar a possibilidade de que as condições econômicas podem exercer efeito contrário sobre o partidatismo, conforme destaca Norris (2009; 2011), já que o desenvolvimento da cidadania crítica estaria relacionado ao afastamento de instituições tradicionais de representação. Ainda que o contexto latino-americano divirja sobremaneira daquele analisado pela autora (unidades nacionais economicamente desenvolvidas e com longo histórico democrático), há que se considerar a chance de que haja efeito negativo entre o indicador econômico e a identificação partidária, o que derivaria, dentre outras causas, do afastamento dos indivíduos com relação às instituições hierarquizadas em favor de formas mais autônomas de manifestação política e de auto-expressão.

Sobre os aspectos políticos testados, Reis (2003) destacou, em discussão acerca da reforma política em pauta no Brasil no início da década de 2000, que havia uma tensão envolvendo dimensões relevantes da democracia, com ênfase ao enfrentamento entre “engenharia” e “decantação”. O primeiro termo dizia respeito às regras institucionais e caracterizaria os defensores da importância de seu papel para a produção de resultados políticos concretos e imediatos, ao passo que o segundo termo se referia ao aprendizado político decorrente da operação das instituições dentro de um determinado contexto, no qual “[...] os produtos da ação política vêm a amadurecer com o transcurso do tempo, impregnando o contexto social geral e condicionando, em consequência, as percepções e disposições dos agentes em seu dia a dia” (REIS, 2003, p. 14).

No que tange à “engenharia”, incorporei apenas dois atributos ao modelo: fragmentação do sistema partidário e obrigatoriedade do voto. Tal opção foi assumida diante da necessidade de construção de modelos robustos, considerada a necessidade metodológica de definir o menor número possível de variáveis estruturais em virtude da baixa quantidade de casos no nível nacional (21). Assim, ainda que aspectos como a liberdade política⁵⁰ e o tipo de sistema eleitoral⁵¹ sejam

⁴⁹A taxa de crescimento do PIB com relação ao ano anterior é uma medida simples de mensuração do desempenho econômico das unidades nacionais, cuja utilização se deu de maneira a replicar o teste apresentado por Gimenes *et al* (2015), visando identificar se, diante de outros indicadores estruturais, o efeito do aspecto econômico seria significativo. Uma alternativa, a ser testada em pesquisas posteriores, é considerar os saldos ou variações em ciclos de desenvolvimento econômico ou o PIB médio durante períodos maiores de tempo.

⁵⁰Em Borba, Gimenes e Ribeiro (2015), testamos a *Freedom House*, índice que diz respeito ao desenvolvimento político dos países, especialmente com relação às liberdades civis e políticas e indica o quanto estão disseminadas as garantias para o exercício de tais liberdades. Já em

relevantes aos arranjos institucionais nacionais, pesquisas anteriores demonstraram que tais atributos não influenciam a manifestação de identificação partidária na região, ao menos quando seu efeito é mensurado em um conjunto de dados que contém aspectos individuais anteriormente destacados, variáveis de desenvolvimento econômico e o número efetivo de partidos.

Com relação ao contexto multipartidário, destacam-se aspectos positivos e negativos ao abordarmos a fragmentação. Por um lado, Wang (2014) afirma que sistemas multipartidários são capazes de melhorar a qualidade da democracia à medida que aumentam as opções de partidos e candidatos aos eleitores, o que pode contribuir para a representação de uma quantidade maior de grupos num sistema político democrático. No entanto, a existência de um grande número de partidos pode diminuir a clareza de opções dos eleitores diante dos maiores recursos (financeiros e de tempo, por exemplo) envolvidos na compreensão acerca das propostas, programas e candidatos, de modo que é mais difícil aos eleitores de países com sistemas partidários muito fragmentados acompanhar a trajetória e o desempenho dos distintos partidos, bem como eventualmente estabelecer identificação com algum deles, o que se agrava diante da formação de grandes coalizões governamentais em sistemas muito fragmentados, nos quais é ainda

Gimenes *et al* (2015), inserimos o *Polity IV*, indicador de qualidade da democracia relacionado ao fortalecimento das bases de legitimidade do regime.

⁵¹ O tipo de sistema eleitoral vigente em cada país permite inferências acerca do grau em que as organizações partidárias são expressivas e em que medida o voto pessoal ou partidário são estimulados e podem surtir efeito sobre o partidarismo. O trabalho de Carey e Sugar (1995) se destaca neste debate, dentre outros aspectos, pela discussão sobre a relação entre reputação pessoal e reputação partidária. De maneira sucinta, o argumento é de que quando os líderes exercem grande controle sobre a ordem em que os candidatos de seu partido serão beneficiados pelo voto dos eleitores, o incentivo para um político cultivar uma reputação individual é minimizado e prevalece o interesse dos membros do partido em formar uma reputação partidária; de maneira inversa, quando o controle é fraco, as reputações pessoais são mais valorizadas. Sob tal ótica, em sistemas proporcionais de lista aberta haveria maior incentivo ao cultivo de reputações pessoais, ao passo que sistemas proporcionais de lista fechada estimulariam o fortalecimento da reputação partidária. Ainda que não haja consenso sobre tal argumentação (SAMUELS, 1997; KLEIN, 2007), testamos anteriormente tal atributo por meio de uma variável binária na qual os sistemas de lista aberta se destacam daqueles de lista fechada e mistos, sendo que estes últimos são os casos de Bolívia (70 cadeiras do Legislativo são ocupadas por meio de votação por maioria simples e 53 por lista fechada, sendo que há ainda sete representantes da população indígena, eleitos via “usos e costumes”), México (300 cadeiras são ocupadas por votação em lista por maioria simples e 200 por lista fechada) e Venezuela (110 membros eleitos por maioria simples e 52 por lista fechada), cuja parcela proporcional dos sistemas implicam em votos em listas fechadas. O tipo de sistema eleitoral não se mostrou significativo à explicação da simpatia partidária na América Latina (GIMENES *et al*, 2015).

mais difícil a associação do desempenho de governos com determinados partidos (LUPU, 2015). Considerando a gama de distintos resultados envolvendo tal atributo nacional – ausência de relação entre fragmentação partidária e anos de democracia para um conjunto de países com distintos históricos de vivência democrática (WANG, 2015), capacidade preditiva negativa sobre a identificação partidária na América Latina (LUPU, 2015; BORBA; GIMENES; RIBEIRO, 2015a) e ausência do efeito explicativo diante da incorporação dos anos de vigência da democracia ao modelo explicativo para a mesma região (GIMENES *et al*, 2015) –, incluí o número efetivo de partidos (NEP) como medida de fragmentação em meus modelos⁵².

A outra medida institucional incluída no modelo trata da obrigatoriedade do voto. Segundo Ribeiro (2013, p. 46), ainda que a compulsoriedade pareça contrariar o princípio da liberdade por determinar o voto como obrigação e não apenas como direito, “[...] é inegável que o voto obrigatório pode se constituir em único instrumento capaz de fazer parte expressiva da população de um país a estabelecer algum tipo de contato, ainda que efêmero, com o mundo da política”. Tal afirmação encontra reforço empírico na pesquisa de Dalton e Weldon (2007), que verificaram que países nos quais o voto é obrigatório têm níveis mais elevados de partidarismo, o que pode ser explicado pelo fato de que a imposição legal incentiva os cidadãos a se envolverem nos processos eleitorais, ainda que uma parcela eventualmente não vote. Dado que a obrigação do comparecimento desempenha papel relevante na redução de assimetrias na representação (RIBEIRO, 2013), a expectativa da inserção da variável no modelo é de que países onde o voto é compulsório tendam a maiores níveis de identificação partidária do que aqueles nos quais o voto é facultativo.

Quadro 4. Determinantes de contexto da identificação partidária na América Latina (“engenharia”)

Variável	Codificação
Crescimento do PIB	Aberta
Fragmentação (NEP)	Aberta
Obrigatoriedade do voto	0 = Não 1 = Sim

Fonte: Elaborado pelo autor.

⁵²A fórmula para o cálculo é $NEP = 1/(\sum pe^2)$, onde “pe” é o percentual de cadeiras ocupadas por cada partido no Legislativo (LAAKSO; TAAGEPERA, 1979), é recorrentemente utilizada por pesquisadores que tratam da fragmentação dos sistemas partidários em distintos contextos democráticos, como Lijphart (1984), Cox (1997), Golosov (2010), Gallagher (2015) e Power (2015).

De maneira sintética, apresento acima as informações sobre a codificação dos atributos institucionais, acrescentados aos modelos que contêm aqueles de nível individual, expostos anteriormente no Quadro 3.

Assim como tratado anteriormente, apresento abaixo os dados referentes às variáveis institucionais incluídas nos modelos para os anos de 2008 e 2014, as quais tiveram como referência os valores vigentes 2007 e 2013, respectivamente, para as 21 unidades nacionais latino-americanas.

Tabela 5. Informações descritivas sobre características contextuais para a América Latina (2008)

	Crescimento do PIB	NEP	Obrigatoriedade do voto
Argentina	9,20	4,40	Compulsório
Belize	3,00	1,58	Facultativo
Bolívia	4,40	2,39	Compulsório
Brasil	3,20	9,32	Compulsório
Chile	5,60	5,58	Compulsório
Colômbia	4,70	6,90	Facultativo
Costa Rica	5,90	3,32	Compulsório
El Salvador	3,60	3,04	Facultativo
Equador	5,30	5,84	Compulsório
Guatemala	3,30	4,57	Compulsório
Guiana	-2,00	2,23	Facultativo
Honduras	6,10	2,37	Compulsório
Jamaica	1,80	1,95	Facultativo
México	3,00	3,54	Compulsório
Nicarágua	4,30	3,15	Facultativo
Panamá	7,20	2,92	Compulsório
Paraguai	2,10	3,18	Compulsório
Peru	6,80	3,78	Compulsório
Rep. Dominicana	9,30	2,38	Compulsório
Uruguai	7,50	2,39	Compulsório
Venezuela	10,30	1,93	Facultativo

Fontes: Cresc. PIB = Banco Mundial (*DataBank/World Bank*); NEP = Gallagher (2015); Obrigatoriedade do voto = Elaborado pelo autor.

As taxas de desenvolvimento econômico, expostas por meio do crescimento dos PIBs nacionais, obteve média menor em 2013 do que em 2007, o que indica redução da melhoria das condições econômicas

gerais na América Latina no período. Contudo, tal indicador apresenta grande amplitude quando consideradas as unidades nacionais e expressivas variações, sobre as quais não me deterei detalhadamente por conta da inclusão de tal medida como controle econômico nos modelos, já que não possui capacidade explicativa, conforme resultados de Borba, Gimenes e Ribeiro (2015a) e de Gimenes *et al* (2015).

Tabela 6. Informações descritivas sobre características contextuais para a América Latina (2014)

	Crescimento do PIB	NEP	Obrigatoriedade do voto
Argentina	3,50	4,26	Compulsório
Belize	2,50	1,98	Facultativo
Bolívia	6,80	1,85	Compulsório
Brasil	2,30	10,36	Compulsório
Chile	4,40	5,64	Facultativo
Colômbia	4,20	5,07	Facultativo
Costa Rica	3,50	3,90	Compulsório
El Salvador	1,60	3,19	Facultativo
Equador	4,00	3,75	Compulsório
Guatemala	3,30	4,14	Compulsório
Guiana	5,30	2,42	Facultativo
Honduras	2,80	2,30	Compulsório
Jamaica	,40	1,80	Facultativo
México	1,20	3,56	Compulsório
Nicarágua	4,60	1,80	Facultativo
Panamá	7,50	3,69	Compulsório
Paraguai	12,00	3,43	Compulsório
Peru	5,10	3,97	Compulsório
Rep. Dominicana	2,00	2,01	Compulsório
Uruguai	3,50	2,65	Compulsório
Venezuela	1,60	1,97	Facultativo

Fontes: Cresc. PIB = Banco Mundial (DataBank/World Bank); NEP = Power (2015) e Gallagher (2015); Obrigatoriedade do voto = Elaborado pelo autor.

No que tange aos atributos de “engenharia” dos sistemas políticos nacionais, a fragmentação partidária assumiu ampla escala em ambos os períodos, uma vez que os NEPs mínimos foram inferiores a 2 pontos em 2007 (1,58 para Belize) e em 2013 (1,80 para Nicarágua e Jamaica) e o máximo foi identificado no Brasil em ambos os anos (9,32 e 10,36, em ordem cronológica). Sobre a legislação referente à

participação eleitoral, a maioria dos países da região adota o voto compulsório, indicador que sofreu uma alteração no período, já que o Chile instituiu a facultatividade do comparecimento eleitoral em 2011. Expostas tais considerações, os resultados dos modelos hierárquicos são apresentados na Tabela 7, na página seguinte.

Em comparação com os modelos construídos apenas com determinantes individuais, verifica-se que os efeitos foram mantidos, tanto em se tratando de sentido (positivo ou negativo) quanto de intensidade, o que permite inferir que o conjunto de preditores individuais testados é robusto, uma vez que a inserção de aspectos nacionais não interfere em sua capacidade preditiva sobre a identificação partidária. Isto posto, me concentro na análise dos aspectos estruturais inseridos no modelo.

Assim como nos modelos anteriormente testados, o indicador de desenvolvimento econômico não surtiu efeito sobre a manifestação de identificação partidária pelos eleitores latino-americanos, o que reforça a necessidade de exploração de outros atributos nacionais para o fenômeno. Dado que o tipo de sistema eleitoral e aspectos relacionados à liberdade política também não influenciam o partidarismo, os elementos de engenharia incluídos no modelo acima retornaram resultados significativos, especificamente para o ano de 2008.

Sobre a fragmentação partidária, o efeito negativo corrobora os resultados de Borba, Gimenes e Ribeiro (2015a) e de Lupu (2015). Enquanto o primeiro trabalho destacou o mesmo resultado para o ano de 2012, o segundo verificou que tal tendência permeou todo o período de 2006 a 2012. No ano de 2008, para o conjunto de 21 países que analiso, cada variação no número de partidos relevantes do Legislativo nacional reduzia em aproximadamente 14% a chance dos eleitores simpatizarem com alguma legenda. Se, a princípio, tal percentual não se apresenta muito elevado, ao considerarmos a ampla variação do NEP em 2007 destaca-se a relevância de tal indicador ao partidarismo.

A explicação para tal relação, como anteriormente destacada nesta tese em referência às pesquisas de Rennó (2006), de Lupu (2015) e de Borba, Gimenes e Ribeiro (2015a), é de que quanto maior o número de partidos que se destacam no cenário legislativo nacional, maiores também seriam as dificuldades dos eleitores em apreender informações e em se posicionar frente às legendas, uma vez que a alta fragmentação exige maiores recursos financeiros, cognitivos e de tempo para que os cidadãos conheçam e desenvolvam laços com os partidos políticos.

Tabela 7. Determinantes individuais e de contexto (“engenharia”) da simpatia partidária para a América Latina (2008 e 2014)

	2008	2014
Intercepto	,289* (,424)	,433* (,035)
Sexo (masculino)	1,022 (,041)	1,034 (,047)
Faixa etária	1,336*** (,029)	1,272*** (,020)
Etnia (branco)	,980 (,043)	,946 (,052)
Residência (urbana)	,961 (,069)	,900 (,054)
Escolaridade (alta)	,966 (,085)	,861* (,047)
Interesse por política	2,375*** (,028)	2,375*** (,031)
Eficácia política	1,118* (,047)	1,137* (,054)
Extremismo ideológico	1,736*** (,076)	1,554*** (,070)
Avaliação de governo	1,201*** (,045)	1,255* (,053)
Crescimento do PIB	1,041 (,048)	1,053 (,045)
Fragmentação partidária	,859* (,058)	1,014 (,042)
Obrigatoriedade do voto	3,770*** (,193)	,912 (,028)

Onde: ***sig = ,000; **sig = ,001 e *sig ≤ ,050

Notas: a. Estimação por PQL restritos; b. N nível 1 = 35499 (2008) e 33560 (2014); N nível 2 = 21 (2008 e 2014).

Fontes: LAPOP (2008; 2014); Banco Mundial (DataBank/World Bank); Power (2015); Gallagher (2015).

Quanto à ausência de efeito significativo do NEP sobre a identificação partidária em 2014, postulo que tal efeito esteja vinculado ao processo de consolidação dos sistemas partidários na América Latina, uma vez que a persistência dos regimes democráticos ao longo do tempo, com consequente exposição dos cidadãos a processos eleitorais e campanhas políticas, contribui em alguma medida para o enraizamento de alguns partidos políticos, os quais dependem, dentre outros fatores, da socialização e da vivência democrática, já que em 2014 os países latino-americanos atingiram, majoritariamente, períodos mínimos em torno de três décadas de socialização democrática.

A outra variável de “engenharia” incluída no modelo foi a obrigatoriedade do voto, não contemplada em pesquisas anteriores. O resultado encontrado foi de que, em 2008, eleitores de países nos quais o comparecimento eleitoral era compulsório teriam 277% mais chance de simpatizarem com algum partido político do que indivíduos de países nos quais o voto era facultativo. Segundo Converse (1969), a recorrente experiência eleitoral contribui para o estabelecimento de relações dos indivíduos com a política, argumento reforçado por Braga e Fukushima (2014), que destacam que a repetição do exercício do voto e o contato com o mundo da política por meio de campanhas, discussões e acesso à informação implicam tanto na possibilidade de aproximação aos partidos por meio do conhecimento de propostas e da avaliação de políticas públicas, quanto a responsabilização (punição ou premiação) de legisladores ou candidatos por meio do voto.

Já em 2014, tal variável deixou de surtir efeito sobre o partidarismo. Tal resultado corrobora a argumentação de Rico (2010) sobre a relação entre experiência democrática e partidarismo nos países sul-europeus, dentre os quais o autor verificou que o aumento do número de anos vividos em regimes democráticos contribui positivamente para o estabelecimento de laços partidários apenas nas primeiras décadas após sua implementação. Assim sendo, a expectativa com a inserção do indicador de “decantação” é de que os resultados relacionados à obrigatoriedade do voto persistam, ou seja, de que no período anterior mantenha-se relevante a compulsoriedade do comparecimento eleitoral e de tal efeito não seja verificado em 2014.

A ideia de “decantação” se relaciona à persistência do regime democrático ao longo do tempo, a qual culmina no desenvolvimento de experiência política por parte do eleitorado, principalmente em decorrência dos periódicos processos eleitorais e da possibilidade de exercício do voto (REIS, 2003). Nesse sentido, em diálogo com os

achados empíricos de Gimenes *et al* (2015), após investigar a capacidade explicativa de variáveis nacionais relacionadas a aspectos econômicos e ao sistema político, insiro no modelo o atributo que denota a “decantação” do processo político democrático entre os cidadãos: a idade da democracia.

Tal indicador tende a ser fortemente correlacionado com a idade dos partidos políticos consolidados, de modo que a expectativa é de que haja uma relação positiva entre tempo de existência do regime democrático e identificação partidária nas unidades nacionais. Em estudo recente, Lupu (2015) afirma que o partidarismo tende a se fortalecer com a experiência democrática, o que corrobora a observação de Mainwaring (2001), que apontou que a volatilidade eleitoral é bem maior em democracias mais recentes e com frágeis laços partidários, comparativamente às democracias consolidadas. Contudo, há que se considerar também as tendências que podem atenuar o efeito esperado, como as destacadas por Lupu (2014) e por Carreirão (2014). O primeiro autor afirma que nas últimas décadas é observável a diluição das “marcas partidárias” (*partybrands*) em vários países latino-americanos, nos quais legendas outrora competitivas tornam-se irrelevantes eleitoralmente em pouco tempo⁵³, de modo que em tais unidades nacionais a associação entre idade da democracia (e dos partidos) e a taxa de simpatia partidária pode ser menos significativa (LUPU, 2014). Já Carreirão (2014) destaca os incentivos ou constrangimentos institucionais à criação de partidos, em análise sobre o sistema partidário brasileiro, na qual aponta que a facilidade ou dificuldade ou fundar novos partidos se relaciona ao estabelecimento de vínculos mais duradouros entre eleitores e partidos, especialmente com relação às legendas mais antigas.

A Tabela 8 dispõe os números de anos de persistência do regime democrático nos países analisados, tomados 2007 e 2013 como referência, já que foram os períodos anteriores à aplicação das ondas realizadas ao longo dos anos de 2008 e de 2014 pelo LAPOP.

À exceção de Jamaica, Venezuela, Colômbia e Costa Rica, cujo período democrático supera cinco décadas atualmente, a América Latina é composta por novas democracias. Os dados acima demonstram que em

⁵³ Tal declínio decorreria do comportamento das elites partidárias, uma vez que, especialmente durante as crises econômicas ocorridas nas décadas de 1980 e 1990 na América Latina, alguns líderes partidários optaram por adotar políticas e estabelecer alianças inconsistentes com o ideário de suas legendas, visando resultados em curto prazo. Contudo, a principal consequência se manifestou posteriormente, com redução das bases de apoio junto aos eleitorados (LUPU, 2014a).

2007, dois terços dos países da região haviam atingido no máximo duas décadas e meia de experiência democrática. Atualmente, apenas Guiana, Panamá e Chile encontram-se em tal *status*, sendo que no primeiro país o regime vigorava a 21 anos e, nos demais, a 24 anos (conforme dados de 2013).

Tabela 8. Idade das democracias na América Latina

	2007	2013
Argentina	25	31
Belize	26	32
Bolívia	26	32
Brasil	23	29
Chile	18	24
Colômbia	50	56
Costa Rica	59	65
El Salvador	24	30
Equador	30	36
Guatemala	22	28
Guiana	15	21
Honduras	26	32
Jamaica	45	51
México	20	26
Nicarágua	24	30
Panamá	18	24
Paraguai	19	25
Peru	28	34
República Dominicana	29	35
Uruguai	23	29
Venezuela	49	55

Fonte Elaborado pelo autor, com base em Pérez-Liñan e Mainwaring (2013).

Os modelos hierárquicos completos, destinados à verificação dos determinantes individuais e de contexto para os anos de 2008 e de 2014 encontram-se na Tabela 9.

Tabela 9. Determinantes individuais e de contexto da simpatia partidária para a América Latina (2008 e 2014)

	2008	2014
Intercepto	,251* (,396)	,116* (,704)
Sexo (masculino)	1,022 (,041)	1,034 (,049)
Faixa etária	1,336*** (,029)	1,270*** (,054)
Etnia (branco)	,980 (,042)	,983 (,055)
Residência (urbana)	,961 (,069)	,898 (,056)
Escolaridade (alta)	,966 (,085)	,859* (,059)
Interesse por política	2,375*** (,028)	2,375*** (,032)
Eficácia política	1,118* (,047)	1,139* (,044)
Extremismo ideológico	1,736*** (,076)	1,553*** (,072)
Avaliação de governo	1,201** (,045)	1,255*** (,054)
Crescimento do PIB	1,021 (,051)	1,006 (,065)
Fragmentação partidária	,850* (,059)	1,005 (,004)
Obrigatoriedade do voto	4,143*** (,222)	1,316 (,036)
Idade da democracia	1,008 (,008)	1,042* (,014)

Onde: ***sig = ,000; **sig = ,001 e *sig ≤ ,050

Notas: a. Estimação por PQL restritos; b. N nível 1 =35499 (2008) e 33560 (2014); N nível 2 = 21 (2008 e 2014).

Fontes: LAPOP (2008; 2014); Banco Mundial (DataBank/World Bank); Pérez-Liñan e Mainwaring (2013) Power (2015); Gallagher (2015).

Assim como verificado nos modelos anteriores, a inserção da idade da democracia também não alterou os efeitos das características individuais sobre a identificação partidária. Já no que tange aos aspectos nacionais, a taxa de crescimento do PIB permaneceu sem capacidade preditiva significativa, mas houve mínima elevação do percentual explicativo da fragmentação partidária e elevação da importância da obrigatoriedade do voto quando da inserção do tempo de vigência da democracia ao partidarismo em 2008.

Incluída a variável de “decantação”, a capacidade explicativa do voto compulsório atinge 314,3%, o que ressalta a relevância da legislação impositiva ao comparecimento eleitoral na América Latina naquele momento. Ainda que o indicador de idade da democracia não tenha retornado valor significativo no modelo, seu envolvimento no conjunto de variáveis independentes alterou o efeito, já expressivo, do atributo relacionado à forma mais tradicional de envolvimento político.

Já em 2014, a inserção do aspecto de “decantação” produziu um resultado semelhante àquele encontrado por Gimenes *et al* (2015), ou seja, a experiência democrática é mais relevante que o desenho dos sistemas partidário e eleitoral. Com efeito de 4,2%, a idade da democracia se revela relevante à manifestação do partidarismo atualmente, especialmente ao se considerar que há na região países com distintos períodos de permanência sob regimes democráticos, dentre os quais a Guiana e Costa Rica ocupam os pontos extremos, com 21 e 65 anos. A título de exemplo, destaco que cidadãos costarriquenhos têm 184,8% mais chances de simpatizarem com algum partido político do que os guianenses.

O efeito da “decantação” sobre a manifestação do partidarismo não apenas se apresenta relevante em 2014, como também permite questionamentos acerca de sua importância ao longo do tempo. Dado que em 2008 tal variável não foi significativa à explicação sobre a identificação partidária na América Latina, me parece plausível supor o efeito provocado pela experiência democrática sobre a aproximação dos eleitores com relação aos partidos seja produzido a partir de um determinado período de convivência e de entendimento de que o regime é estável, assim como após um longo número de anos sobre a democracia se reduz a chance de elevação do partidarismo (RICO, 2010). Tal hipótese, contudo, demandaria dados longitudinais referentes a um espaço temporal maior do que aquele coberto pelo LAPOP até o

momento ou a realização de estudos qualitativos, como painéis ou grupos focais, a fim de compreender os processos de estabelecimento de laços partidários pelo eleitorado.

De modo conclusivo, os resultados expostos neste capítulo denotam, primeiramente, a relevância da sofisticação política e da capacidade de se posicionar quanto ao espectro ideológico e ao desempenho do governo frente ao estabelecimento de laços partidários entre os eleitores latino-americanos. Ademais, tal conjunto de características se revelou mais importante do que aquelas relacionadas à centralidade social para a explicação da identificação partidária. Sobre os atributos políticos, ressalto ainda que os modelos testados nesta tese são inéditos com relação ao conjunto proposto, especialmente pela inserção do interesse por política.

No nível estrutural, verifiquei não apenas que ao longo do tempo as variáveis de “engenharia” deixam de ser explicativas ao fenômeno, conforme persiste o período democrático, como que, no momento atual, apenas a idade da democracia é explicativa ao partidarismo dentre as variáveis testadas, o que confirma o argumento teórico de Converse (1969), Reis (2003) e Rico (2010), de que a vivência e o aprendizado políticos seriam mais relevantes ao enraizamento dos partidos políticos na sociedade do que características formais ou legais da organização dos sistemas partidário, político e eleitoral, ou seja, a relação dos eleitores com as legendas nacionais seria consequência, em alguma medida, do processo de decantação do regime democrático.

3.3 ELEITORADOS E PARTIDOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA: UMA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO

Dada a relevância da persistência do regime democrático ao estabelecimento e ao fortalecimento dos laços partidários na América Latina, exponho nesta seção um modelo de classificação das relações entre eleitores e partidos que incorpora outras informações à discussão, para além da manifestação de simpatia ou de dados eleitorais, e visa averificação da existência ou não de indícios do fenômeno do desalinhamento partidário na região.

Diante de tal intento, busquei estimar os efeitos do passar dos anos sobre a simpatia partidária por meio de modelos de regressão

binária com uma única variável independente (a onda do LAPOP), a fim de encontrar, entre ganhos e perdas, o saldo da identificação partidária em cada país no período. Tais resultados não apenas complementam a análise descritiva anterior, mas também representam um ganho analítico por destacarem o resultado das variações ocorridas. Os dados da Tabela 10 estão dispostos conforme a intensidade do efeito do passar dos anos sobre a manifestação de simpatia partidária na região⁵⁴.

Tabela 10. Variação da simpatia partidária na América Latina (2006-2014) – Dados nacionais (%)

	Exp(B)	% acerto
Equador ^a	1,234***	77,2
Belize ^a	1,132***	65,9
Costa Rica	1,130***	64,6
Panamá	1,108***	69,1
Venezuela	1,085***	61,9
El Salvador	1,038***	63,7
Uruguai	1,034***	56,8
Argentina ^a	1,028***	75,7
Guiana	1,027*	81,2
Nicarágua	1,016*	52,9
Colômbia	,989	70,2
Haiti	,984	68,4
Honduras	,965***	56,8
Guatemala	,962**	85,4
Brasil	,961***	71,1
Rep. Dominicana	,961***	60,5
Bolívia ^a	,943***	74,5
Jamaica	,942***	52,5
Peru	,930***	78,8
México	,916***	65,3
Paraguai ^a	,912***	58,4
Chile	,890***	83,3

Onde: ***sig = ,000, **sig = ,001 e *sig ≤ ,050

^aDados referentes ao período 2008-2014.

Fonte: LAPOP (2006-2014).

O primeiro bloco de países – no qual se encontram Equador, Belize, Costa Rica, Panamá, Venezuela, El Salvador, Uruguai, Argentina, Guiana e Nicarágua – é composto pelas unidades nacionais nas quais o partidatismo teve resultado positivo acumulado ao longo do

⁵⁴O Haiti foi incorporado ao conjunto de países analisados nesta seção.

período. O Equador se destaca na região pelo crescimento de 23,4% entre 2008 e 2014, valor que supera em muito as variações dos demais países que também alcançaram resultados positivos. Além dos equatorianos, destaco os percentuais em torno de 13 pontos verificados para Belize e Costa Rica e, em contrapartida, os saldos menores que 3% atingidos por Argentina, Guiana e Guatemala, os quais, ainda que mínimos, são relevantes, especialmente pelo fato de que todo esse conjunto de países apresenta indício de fortalecimento da democracia, dada a relevância do enraizamento dos partidos políticos em regimes em processo de consolidação.

Colômbia e Haiti encontram-se em posição intermediária com relação à variação da simpatia partidária, sendo que os exponenciais não significativos demonstram que entre reduções e incrementos no índice de identificação partidária entre 2006 e 2014, as taxas nacionais são voláteis, porém sem saldo, ou seja, as quedas do partidarismo foram compensadas positivamente em momentos posteriores e/ou, em contrapartida, às elevações da simpatia partidária sucederam baixas que anularam os resultados positivos.

Por fim, o último agrupamento diz respeito aos países onde o saldo da variação da simpatia partidária recente é negativo – Honduras, Guatemala, Brasil, República Dominicana, Bolívia, Jamaica, Peru, México, Paraguai e Chile –, nos quais o efeito do tempo sobre o partidarismo se manifesta em conformidade com os diagnósticos recorrentes nos Estados Unidos e em grande parte dos países europeus. O caso dos quatro primeiros países mencionados neste parágrafo é pouco alarmante, já que a identificação partidária sofreu decréscimos em torno de 4%, mas, nas posições extremas da tabela, vê-se que os partidos têm enfrentado dificuldade expressiva para se enraizar ou manter os laços partidários junto aos mexicanos e paraguaios, entre os quais as quedas foram de 8,4 e 8,8%, e principalmente no Chile, cujo saldo da variação do partidarismo atingiu 11% de redução entre 2008 e 2014.

Tomados em conjunto, tais resultados corroboram as afirmações de Carreras, Morgenstein e Su (2013) e de Albala e Vieira (2014) quanto ao equívoco ao se afirmar que há desalinhamento partidário na América Latina, uma vez que os indícios de tal fenômeno se manifestam apenas em uma parcela das unidades nacionais, ainda que se trate de aproximadamente metade dos países. Nesse sentido, esses dados apontam que Alcántara Sáez e Freidenberg (2002) estavam corretos ao destacar o papel dos partidos no processo de fortalecimento das democracias na região e, em contrapartida, demonstram que a recorrente generalização de Baquero (2000; 2012) sobre a crise dos partidos

políticos e sua centralidade no caráter vulnerável das democracias na América Latina não se confirma empiricamente.

Contudo, considerados os diversos autores que teceram críticas à aplicação de modelos desenvolvidos em democracias tradicionais para explicar o funcionamento de regimes recentes ou ainda não plenamente consolidados (MAINWARING, 2001; CARRERAS; MORGENSTEIN; SU, 2013; ALBALA; VIEIRA, 2014; LUPU, 2015), é preciso avançar na qualificação da evolução da identificação partidária na América Latina, para o que proponho um modelo classificatório alternativo, distinto daquele de Carreras, Morgenstein e Su (2013).

Tal proposição decorre de críticas com relação às variáveis utilizadas e à classificação produzida, as quais, assim como esta proposta, não têm o intuito de desconsiderar a contribuição dos autores, mas de avançar nas discussões acerca da existência ou não de desalinhamento, da institucionalização dos sistemas partidários nacionais e da consolidação democrática na região.

Isto posto, destaco primeiramente que [I] ainda que a classificação de Carreras, Morgenstein e Su (2013) contribua para a investigação do partidarismo na América Latina, os autores utilizaram apenas dados eleitorais para a consecução de suas análises, o que limita sua capacidade explicativa por tratarem especificamente do momento de comparecimento às urnas, quando muitos eleitores optam por votos “úteis” ao invés de escolherem candidatos ou partidos com os quais têm afinidade ou se identificam. Dentre as implicações de tal escolha, temos que, [II] considerando que o voto é compulsório em alguns países da região e que mesmo naqueles onde é obrigatório não há fortes sanções ao não comparecimento, o resultado de análises de resultados eleitorais não necessariamente reflete o comportamento das populações nacionais e [III] que a análise do desempenho eleitoral dos partidos destoa da perspectiva empírica que se utiliza de dados de opinião pública para investigações acerca da identificação partidária dos indivíduos, para a qual a simpatia partidária se apresenta como *proxy* para a análise, pelo fato do voto representar um momento específico no tempo, ao passo que a identificação remete ao produto histórico da socialização dos indivíduos e de sua participação recorrente em processos eleitorais.

Em segundo lugar, a composição do modelo contempla 27 tipos de variação possíveis e 11 viáveis para um conjunto de 18 unidades nacionais. [IV] Esses números demonstram a baixa capacidade explicativa das categorias estabelecidas por Carreras, Morgenstein e Su (2013) e a necessidade de reflexão sobre um modelo mais robusto. [V]

Ademais, as categorias estabelecidas contemplam cenários denominados como desalinhados, o que contraria a crítica dos próprios autores e também de Alcántara Sáez e Freidenberg (2002), Albala e Vieira (2014) e Lupu (2015) com relação ao fato de que em muitos países da região a democracia ainda encontra-se em processo de consolidação, de modo que não seria possível tratar de desalinhamento partidário em sistemas onde os partidos não se enraizaram junto à sociedade em momento algum.

Considerados os 22 países para os quais há dados sobre a simpatia partidária para ao menos quatro ondas do LAPOP realizadas entre 2006 e 2014, concentrei-me inicialmente na verificação da variação da medida desmembrada entre as legendas (vb11), com vistas à identificar como se comportou a simpatia por cada um dos principais partidos de cada unidade nacional, além de tomá-la em conjunto para o país (vb10). Além disso, considere os efeitos do passar dos anos sobre a simpatia partidária, expostos na Tabela 10, também como informações relevantes sobre a evolução do partidarismo nas unidades nacionais latino-americanas.

São duas as justificativas para tal intento. A primeira decorre do fato de que tais informações contribuem para a exploração da relação entre eleitores e partidos políticos na região, especialmente porque na maioria dos países contemplados a democracia vigora há cerca de três décadas ou mais, o que implica inferir que o processo de socialização no contexto de sistemas partidários com competição eleitoral encontra-se estabelecido. O segundo destaque diz respeito à distinção existente no interior dos sistemas partidários nacionais, já que em muitos países há partidos com clara e outros com fraca estruturação programática, o que permite inferir que considerar a variação da simpatia manifestada em conjunto pode conduzir a conclusões equivocadas sobre a relação estabelecida pelos eleitores com os partidos, já que dados agregados são permeados pela dificuldade em captar a maneira como evoluem os vínculos dos eleitores com as legendas e podem omitir informações sobre partidos que se destacam, seja positiva ou negativamente.

Por fim, por se tratar de um curto período para uma análise longitudinal e dada a relevância de aspectos estruturais ao partidarismo, busquei também referências que contribuíssem para a identificação de características dos sistemas político, partidário e eleitoral nacionais, informações acerca da manifestação de sentimentos partidários pelos eleitores ao longo do período democrático (principalmente anteriores a 2006), resultados eleitorais e fenômenos de crises econômicas e políticas, especialmente de corrupção. Tal empreitada retornou

rendimentos discrepantes, uma vez que há países para os quais a gama de estudos disponíveis é considerável e outros para os quais pouco foi encontrado.

Tendo em vista a discrepância entre os volumes de pesquisas sobre os eleitorados, os partidos políticos e os sistemas partidários, político e eleitoral das unidades nacionais latino-americanas, exponho de maneira sucinta os aspectos verificados por meio da análise das variáveis referentes à manifestação de simpatia partidária e ao partido pelo qual o eleitor declarou tal sentimento e de aspectos verificados no levantamento bibliográfico e de dados eleitorais.

Destarte seu antecedente de regime autoritário, a Argentina possui um sistema partidário institucionalizado (ALBALA; VIEIRA, 2014), historicamente caracterizado pela prevalência do *Partido Justicialista* (PJ), também conhecido como Partido Peronista. Em se tratando do engajamento político dos cidadãos, Vitullo (2007) destaca a expressividade do movimento dos piqueteiros, responsável pela mobilização de grandes protestos na segunda década de 1990, assim como em 2013, quando muitas mobilizações ocorreram pelo país em virtude da insatisfação com questões econômicas e com o desempenho das instituições democráticas.

Em se tratando especificamente da relação dos eleitores com os partidos, após um breve período em que pareceu emergir um sistema multipartidário no país, no fim da década de 1990, desde o início do século havia indícios do que Garretón *et al* (2007, p. 108) denominaram como a “virtual dominação de um partido hegemônico”, diante da volta do peronismo ao poder via PJ após o colapso do governo de coalizão da *Alianza* e a retirada de Fernando de la Rúa da presidência em 2001, com consequente derrocada por partidos que o apoiaram – *Unión Cívica Radical* (UCR) e *Frente Del País Solidário* (FREPASO). Neste momento, em que houve grave instabilidade democrática por conta da crise econômica que deteriorou as condições sociais da população de modo geral e culminou na redução da credibilidade dos partidos e dos políticos (BOTELHO, 2005), verificou-se em 2002 que apenas 4% dos argentinos confiavam em tais instituições.

O resultado da eleição no ano seguinte declarou vencedor Néstor Kischner, candidato da *Frente para la Victoria* (FPV), fundada naquele ano, com posicionamento de centro-esquerda e que compôs ampla aliança com o PJ e outros sete partidos menores. Contudo, segundo Hochstetler e Friedman (2008, p. 53), metaforicamente poderia se afirmar que ninguém saiu vitorioso daquele pleito, já que “mais

eleitores preferiram não votar ou inutilizar suas cédulas a votar em um candidato”. Desde então, a coalizão FPV se manteve no poder, pois após o mandato de Néstor Kirchner (2003-2007), sua esposa Cristina Kirchner foi eleita nas duas eleições seguintes (para os mandatos 2007-2011 e 2011-2015).

Apesar dos dados de opinião pública apontarem ampla concentração de identificação partidária com a FPV atualmente (51,8% dos simpáticos a partidos em 2014), o recente pleito presidencial argentino foi o primeiro da história política do país decidido no segundo turno e terminou com a vitória de Mauricio Macri pela coalizão de centro-direita *Cambemos*, interrompendo o período kirchnerista e de domínio de centro-esquerda no governo nacional.

A Bolívia esteve submetida a um período ditatorial entre 1964 e 1982, semelhante ao brasileiro e, após a abertura política, três grandes partidos – *Acción Democrática Nacionalista* (ADN), *Movimiento Nacionalista Revolucionário* (MNR) e *Movimiento Izquierda Revolucionária* (MIR) – conformaram o sistema partidário nacional e concentraram o poder político, ocupando a presidência ou presentes em governos de coalizão. Contudo, a expressão destes partidos junto ao eleitorado apresentou sinais de redução a partir de meados de 1990, tanto que nas eleições de 2002 o somatório de votos de ADN, MNR e MIR atingiu apenas 40% do total (TORRICO, 2014), indício da relevância dos novos atores na disputa – o partido *Nueva Fuerza Republicana* (NFR) e o MAS, que não se identifica como partido –, cuja inserção na competição eleitoral foi determinante para a alteração da composição do cenário político boliviano, para a decomposição do tripartidarismo e para o início de um processo de metamorfose do sistema partidário nacional (MAYORGA, 2003).

O MAS atingira a segunda posição nas eleições de 2002 e postulou-se contrário à coalizão formada por MNR e MIR que resultou na vitória de Gonzalo Sanchez de Lozada, cujo mandato foi abreviado em 2005 em decorrência da grave crise econômica e da insatisfação generalizada dos bolivianos (NUNES, 2015). Naquele ano, Evo Morales foi eleito presidente pelo MAS e reelegeu-se consecutivamente nos pleitos de 2010 e 2015, consolidando o enraizamento da legenda, que se confirma pelos dados do LAPOP, os quais denotam o crescimento da simpatia pela legenda nos últimos anos e a redução do partidarismo com relação aos demais partidos.

Sobre as causas do fortalecimento do MAS, destacam-se a abertura do sistema político e a forte relação da legenda com

movimentos sindicais e indígenas, o que se reflete no atendimento de demandas étnico-culturais (NUNES, 2015) e na ampliação da participação popular por meio de referendos, de assembleias regulares para consultas aos movimentos sociais sobre temas específicos e pela criação de um órgão nacional para discussões sobre políticas públicas envolvendo líderes de movimentos sociais, congressistas e representantes do Executivo (ANRIA, 2010; MADRID, 2011).

Outro aspecto amplamente destacado é o fato do MAS se constituir como movimento social e dos políticos e simpatizantes a ele se referirem como “não partido”, sem desenvolvimento de uma estrutura partidária formal (LUNA, 2007; ANRIA, 2010; MADRID, 2011), afirmação da qual destoa Simões Reis (2013), que afirma que a referida legenda não necessariamente se diferencia fortemente dos partidos políticos tradicionais, pois cumpre funções clássicas como governar, implementar um determinado programa de políticas públicas e representar seu eleitorado. Para tal autor, “a utilização do termo partido é evitada por seus próprios membros meramente para que o MAS diferencie-se das demais agremiações partidárias, que enfrentam grave crise de legitimidade e impopularidade” (SIMÕES REIS, 2013, p. 80)⁵⁵.

O caso brasileiro é de recente período democrático, uma vez que apesar de uma experiência anterior (1945-1964), houve uma ditadura militar que perdurou até 1985. No período autoritário, os partidos existentes foram extintos e implementado o bipartidarismo entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que perdurou até o fim da década de 1970, quando tais legendas foram dissolvidas e tornou-se possível a criação de novos partidos.

Tal histórico dificulta a existência de longos vínculos partidários no país, mas ajuda entender a expressão do Partido dos Trabalhadores (PT), surgido em 1979 a partir de grupos organizados

⁵⁵O autor buscou identificar aspectos históricos, ideológicos e institucionais do MAS para construir seu argumento de que a legenda é um partido e não apenas o definiu, assim como também o classificou como partido social-democrata. Sobre aspectos históricos e ideológicos, Simões Reis (2013, p. 79) afirma: “Procurei mostrar que a origem fortemente sindical (ainda que com maior presença de sindicatos rurais do que urbanos), sua composição heterogênea, seu pluriclassismo, seu ecletismo teórico, a sua criação a partir dos movimentos sociais e a inclusão de setores antes ausentes na política parlamentar são todas características não inéditas e comuns a outros (algumas delas a todos) partidos social-democratas”. Ademais, a atuação política do MAS não é contrária à democracia ou antissistema, já que as normas democráticas são respeitadas e suas políticas sociais e econômicas (distribuição de renda, criação de empregos e agregação de valor à produção nacional) visam a atuação do Estado no contexto capitalista.

vinculados a setores sindicais, movimentos sociais e religiosos. Tal partido participou, com destaque, de todos os pleitos presidenciais desde 1989 e foi definido como responsável pela estruturação do sistema partidário brasileiro (SINGER, 2000), de modo que congrega parcela majoritária dos eleitores simpáticos a partidos no país, mas se destaca também pelo fato de que a antipatia ou rejeição à legenda estrutura o voto na oposição, inclusive em maior medida do que sentimentos positivos pelo partido em que se vota (ZUCCO JUNIOR; SAMUELS, 2015).

A identificação com o partido é tão relevante que, após um grave escândalo de corrupção que se tornou público em 2005 e no qual estavam envolvidos políticos e burocratas de diversos partidos, incluído o PT (que ocupa a presidência desde 2002), houve queda generalizada da simpatia partidária no Brasil, o que fora revertido em anos posteriores, mas com retomada do partidarismo especialmente entre os petistas (VEIGA, 2011; RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011; BORBA; GIMENES; RIBEIRO, 2015b). Ainda que tenha sofrido novas oscilações negativas em 2012 e 2014, a identificação com o PT continua sendo majoritária entre os brasileiros.

Ademais, faz-se relevante destacar uma peculiaridade do sistema partidário brasileiro, a qual permeia minha observação crítica à análise exclusiva de dados eleitorais para a verificação da evolução da identificação partidária na América Latina. Trata-se do sucesso eleitoral do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), especialmente em eleições legislativas e no âmbito local, que se deve à sua alta capilaridade nos municípios brasileiros (BRAGA; RODRIGUES-SILVEIRA, 2012) e lhe confere maior índice de simpatia do que aquele relacionado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que protagoniza as disputas presidenciais com o PT desde 1994, mas é apenas o terceiro partido em termos de identificação partidária.

A Colômbia tem um dos sistemas partidários mais antigos da região, marcado por baixa participação eleitoral (CARRERAS; MORGENSTEIN; SU, 2013; ALBALA; VIEIRA, 2014). Seu sistema partidário se manteve estável desde a década de 1950 até 1991, com predomínio do *Partido Conservador* (PC) e do *Partido Liberal* (PL), o que se alterou no início da década de 1990, quando da promulgação de uma nova constituição e de eleições nacionais caracterizadas por alta volatilidade, as quais conduziram ao sucesso eleitoral de dois novos partidos, a *Alianza Democrática M-19* e o *Movimiento de Salvación*

Nacional. Tais legendas se dissolveram pouco tempo depois, mas alteraram o sistema partidário colombiano, pois o PC e o PL não foram capazes de retomar os percentuais de votos anteriormente alcançados (CARRERAS; MORGENSTEIN; SU, 2013).

A redução da intensidade do bipartidarismo, em virtude do crescimento de legendas menores, ainda que altamente fragmentadas, contribuiu para a eleição de Álvaro Uribe, ex-político do PL que lançou candidatura presidencial independente em 2002 com o apoio, dentre outros grupos, de parte da ala conservadora (GARRETÓN *et al*, 2007). Posteriormente, Uribe fundou o *Partido Social de Unidad Nacional*(*Partido de la U*).

Nos últimos anos, a taxa de identificação partidária tem se mantido estável no país, tanto que não há variação estatisticamente expressiva no período entre 2006 e 2014 (Tabela 1) e há ampla variação da simpatia manifestada pelo *PL* e pelo *Partido de la U*. Ressalto que a última onda do LAPOP destaca a expressiva emergência de uma nova legenda, o *Centro Democrático*, fundado em 2013 e detentor de parcela majoritária do partidarismo entre os colombianos atualmente.

No caso da Costa Rica, país com maior tradição democrática na região, há informações sobre as variações da identificação partidária desde o início da década de 1980. Segundo Carreras, Morgenstein e Su (2013), nas duas últimas décadas do século XX houve um período de alinhamento entre partidos tradicionais e pouco apoio conferido a novos partidos, o que se alterou em decorrência do posicionamento assumido pelo tradicional *Partido de la Liberación Nacional* (PLN), de centro-esquerda, em favor da reforma econômica neo-liberal ao longo da década de 1990. Tal postura culminou na aproximação do PLN ao *Partido de Unidad Social Cristiana* (PUSC), legenda também tradicional e historicamente distinta em termos ideológicos, e no surgimento do *Partido Acción Ciudadana*(PAC), que mantém desempenho eleitoral praticamente constante desde o início deste século.

Atualmente, a simpatia está concentrada no PLN e no PAC, que também se destacam eleitoralmente no país, ao passo que os votos conferidos ao PUSC sofreram reduções acentuadas nos últimos 15 anos, de modo que as taxas eleitorais atingidas atualmente se assemelham àquelas do *Partido Movimiento Libertário* (PML), que emergiu na virada do século e contribui para a conformação do sistema multipartidário costarricense atual.

O sistema partidário chileno encontra-se consolidado e é

marcado tanto pela experiência contínua de eleições (GONZÁLEZ, 2011) quanto pelo baixo percentual de comparecimento eleitoral recorrente desde antes da alteração da lei que tornou o voto facultativo, em 2011 (ALBALA; VIEIRA, 2014).

As coalizões são objeto significativo na política chilena (GONZÁLEZ *et al*, 2008), já que, conforme expõem Bargsted e Maldonado (2013), desde a redemocratização do país, em 1990, seu sistema partidário tem se articulado em torno de dois grupos – a *Concertación por la Democracia*, coalizão de centro-esquerda composta por *Partido Socialista* (PS), *Partido Por la Democracia* (PPD), *Democracia Cristiana* (DC) e *Partido Radical Social Demócrata* (PRSD), e a *Alianza por el Cambio*, coalizão de centro-direita formada pela *Renovación Nacional* (RN) e pela *Unión Demócrata Independiente* (UDI) – e há pouco apoio a novos partidos, já que as referidas coalizões centralizam cerca de 90% dos votos (CARRERAS; MORGENSTEIN; SU, 2013). Nesse contexto, cabe destacar as eleições nacionais de 2009, quando a vitória de Sebastián Piñera pela *Alianza por el Cambio* findou o período de 20 anos da *Concertación* no poder e alçou o primeiro direitista democraticamente eleito à presidência do país desde 1958 (SILVA, 2011).

No que tange aos eleitores, uma das mudanças mais dramáticas desde a transição para a democracia foi o colapso da identificação partidária, uma vez que dados nacionais para o período 1994-2013 apontam que o percentual de identificados como partidos políticos no Chile sofreu redução superior a 40 pontos e, apesar de pequenas oscilações positivas em alguns anos, desde 2005 a tendência se manteve sistematicamente em declínio (BARGSTED; MALDONADO, 2013), com o que corroboram os dados coletados pelo LAPOP desde 2006, os quais apontam redução expressiva da manifestação de simpatia partidária, sendo que em 2014 nenhum partido atingiu 2,5% de partidarismo entre o eleitorado.

Contudo, há que ser ressaltado que a estabilidade política e institucional está combinada com afastamento dos indivíduos da política tradicional, mas não de ações políticas (ALBALA; VIEIRA, 2014), de modo que as manifestações pela reforma do sistema educacional realizadas entre 2007 e 2011 demonstraram a preferência dos chilenos por modalidades diretas de participação na vida pública, especialmente diante do descrédito generalizado dos partidos políticos desde o início do século XXI (SILVA, 2011).

O Equador enfrentou grave crise política na década passada,

diante de denúncias de que o então presidente Lucio Gutiérrez, do *Partido Sociedad Patriótica* (PSP) haveria violado o princípio da independência dos poderes ao reestruturar o quadro da Suprema Corte algumas semanas depois do poder Judiciário ter apoiado a denúncia da oposição de que sua gestão seria corrupta. Em meio a manifestações, Gutiérrez renunciou em 2005 e o clima político no país tornou-se altamente contrário às legendas partidárias. Nas eleições presidenciais de 2006, a vitória de Rafael Correa, da *Alianza Patria Altiva I Soberana* (PAIS) se deu num contexto em que as opções antissistemas foram as mais votadas e conduziram a alterações no sistema partidário do país, agora menos fragmentado e no qual praticamente desapareceram os partidos tradicionais (FREIDENBERG, 2013).

Atualmente, o país segue governado pela coalizão de centro-esquerda de Correa, a qual mantém o questionamento às instituições democráticas representativas (RIBEIRO; BORBA, 2015a) e que, ao chegar ao poder, conseguiu manter forte contato com suas bases eleitorais (ALBALA; VIEIRA, 2014). Dados de opinião pública apontam a retomada da identificação partidária pelos equatorianos, de modo que a PAIS se destaca tanto pela concentração quanto pelo crescimento da proximidade do eleitorado, enquanto as taxas do *Partido Sociedad Patriótica 21 de Enero* (PSP) e do *Partido Social Cristiano* (PSC) se mantêm praticamente estáveis desde 2006.

Assim como o Chile, a Guatemala se caracteriza pela redução generalizada da simpatia partidária nos últimos anos e tem sistema partidário também marcado por baixa institucionalização (MARRERO, 2013) e por alta volatilidade eleitoral combinada com baixa identificação partidária (RODRÍGUEZ, 2013), de modo que o único ponto positivo verificado na literatura é o comparecimento eleitoral crescente no país, que passou de 21% em 1994 a aproximadamente 70% do eleitorado em 2011 (CARRERAS; MORGENSTEIN; SU, 2013).

Sobre a variação do partidarismo, a *Democracia Cristiana Guatemalteca* (DCG) e a *Unión del Centro Nacional* (UCN), maiores partidos na primeira eleição democrática no pós-guerra, só capturaram cerca de 40% dos votos em 1990, percentual que decresceu nas eleições posteriores, enquanto o *Partido de Avanzada Nacional* (PAN) teve expressivo aumento da lealdade partidária, especialmente entre 1990 e 1995. Após tal período, o PAN sofreu instabilidades que conduziram a quedas subsequentes até a década seguinte.

Em se tratando dos anos recentes, houve pequeno decréscimo e ampla volatilidade na identificação partidária na Guatemala, quando

considerados os partidos de maneira desagregada, uma vez que *Unidad Nacional de la Esperanza*(UNE), *Compromiso Renovación y Orden*(CREO), *Partido Patriota* (PP) e *Libertad Democrática Renovada* (LIDER) se destacaram como legendas com maior identificação partidária nas ondas de 2008, 2010, 2012 e 2014 do LAPOP, respectivamente.

No caso haitiano, combinam-se alta volatilidade eleitoral, reduzida simpatia partidária e baixa confiabilidade de dados eleitorais no país, o que limita a interpretação. Sobre os principais partidos do país, o *FwonLespwa* se destacou em 2006 e 2008 como legenda com a qual a maior parte do eleitorado nacional simpatizava, mas perdeu expressão ao longo do tempo e goza de identificação praticamente nula em 2014, ao passo que em 2010 verificou-se alta fragmentação da identificação partidária (entre ao menos quatro legendas com taxas semelhantes, porém muito baixas, de indicação) e em 2012 e 2014 voltaram a destacar-se, em cada ano, uma legenda dentre as demais, sendo estas a *Respè* e a *ReponsPeyizan*, respectivamente. Assim, percebe-se um quadro partidário sem laços estabelecidos pelo eleitorado no Haiti.

O sistema partidário hondurenho se caracterizou pela vigência do bipartidarismo entre o *Partido Nacional* (PN) e o *Partido Liberal* (PL) desde meados do século XX (BARRACHINA, 2014), de modo que, apesar de sua estrutura institucional precária (ALCÁNTARA SÁEZ, 2013), o país se destaca pela estabilidade da competição eleitoral (RODRÍGUEZ, 2013).

Tal situação foi alterada apenas em consequência do golpe militar de Estado sofrido pelo então presidente José Manuel Zelaya Rosales em 2009, em virtude acusações de desrespeito a normas constitucionais relacionadas à realização de consultas populares. No ano seguinte, as eleições nacionais hondurenhas registraram comparecimento inferior a 50% do eleitorado, menor taxa desde a redemocratização do país na década de 1980, o que, segundo Alcántara Sáez e Tagina (2013), adviria da percepção dos cidadãos de que a retirada de Zelaya do poder fora um golpe.

As eleições seguintes, realizadas em 2013, se apresentaram como maior possibilidade de rompimento do bipartidarismo até então, por conta do destaque ao *Partido Libertad y Refundación*(LIBRE), fundado em 2011 e que lançou a candidatura de Zelaya, e também pela participação do *Partido Anticorrupción* (PAC), além de outros cinco

partidos menores. Ainda que o resultado tenha decretado o êxito do PN à presidência e o PL como segunda legenda mais votada, os resultados legislativos destacam o crescimento do LIBRE, assim como os dados do LAPOP destacam a concentração da identificação partidária por esta legenda em 2014.

O sistema eleitoral mexicano é caracterizado pela possibilidade de realização de coligações e coalizões e por eleições legislativas a cada três anos e presidenciais a cada seis anos (BADILLO; VIVERO; BÁEZ, 2003). Enquanto o primeiro aspecto contribui negativamente para o desenvolvimento do partidarismo em virtude do aumento do custo para informação sobre os partidos e maior refinamento cognitivo para identificar diferenças entre eles, a segunda característica fortaleceria nos indivíduos o censo de participação democrática decorrente do exercício do voto, especialmente em função de sua obrigatoriedade no país.

Segundo Moreno (2003), o sistema partidário nacional está institucionalizado em torno de três legendas: o *Partido Revolucionário Institucional* (PRI), fundado em 1930 e que governou de maneira hegemônica entre 1946 e 2000, o *Partido Acción Nacional* (PAN), fundado em 1946 e que se destaca tanto por sua longa trajetória quanto pela transição de partido de massa para partido eleitoral (*catch-all*) nas últimas décadas (RODRÍGUEZ, 2003), e o *Partido de la Revolución Democrática* (PRD), que apesar de jovem (constituído em 1989), contribuiu para, junto com o PAN, romper a “hegemonia unipartidária tradicional do PRI” e estabelecer um sistema multipartidário, de fato, no México (GARRETÓN *et al*, 2007, p. 108).

A identificação partidária manteve-se estável entre a década de 1980 e o início dos anos 2000 (MORENO, 2003), mas resultados mais recentes apontam a redução da lealdade partidária no país, em especial por conta da maior escolarização e interesse por política manifestados pelos jovens, quando comparados com indivíduos de faixas etárias superiores (TEMKIN; SOLANO; TRONCO, 2008).

Dados do LAPOP apontam para expressiva redução do partidarismo entre 2006 e 2014, com pequeno incremento do sentimento positivo pelo PRI, drástica redução do apoio ao PRD e instabilidade com relação ao PAN que, a despeito do apoio popular recebido quando das eleições de Vicente Fox (2000-2006) e de Felipe Calderón (2006-2012), não conseguiu eleger o postulante a um terceiro mandato – Enrique Peña Nieto reconduziu o PRI ao poder – e não foi capaz de converter seu desempenho eleitoral em identificação partidária, resultado que reforça meu argumento de que a análise de resultados

eleitorais como aqueles utilizados por Carreras, Morgenstein e Su (2013) não necessariamente reflete a identificação partidária dos indivíduos.

O sistema partidário paraguaio é longo, apesar de não muito estável (VILLAGRA; DELGADILLO, 2014), sendo que o *Partido Colorado* (PC) - ou *Asociación Nacional Republicana* (ANR) – e o *Partido Liberal* (PL), fundados em 1887, são tradicionais na política nacional, com hegemonia do primeiro nas disputas eleitorais. Segundo Amorim (2011), ainda é baixo o número de estudos sobre o processo político paraguaio, marcado pela ditadura de Stroessner (1954-1989), por uma cultura política pautada pela importância de líderes fortes e carismáticos e pela a transição democrática recente, ocorrida em 1993. Desde então, as eleições presidenciais foram caracterizadas por instabilidade e denúncias de fraudes, o que seria “[...] fruto da ingerência política, falta de transparência das ações políticas, prática clientelista e corrupção generalizada na administração pública” (AMORIM, 2011, p. 134).

Segundo Garretón *et al*(2007), a política partidária paraguaia parece reduzida à competição, por vezes turbulenta, entre as distintas facções do PC, mas desde as primeiras eleições democráticas os demais partidos têm galgado espaço, de modo que em 2008 houve uma reunião de partidos de esquerda e movimentos de oposição para a formação da *Alianza Patriótica para el Cambio* (APC), pela qual se elegeu o ex-bispo católico Fernando Lugo.

Esse resultado surtiu efeitos sobre a cultura política nacional, especialmente no que diz respeito à elevação das taxas de apoio à democracia e de satisfação com o funcionamento do regime (GONZÁLEZ, 2011), mas também gerou mal estar por parte da elite paraguaia, já que Lugo prometera realizar a reforma agrária em um país marcado por forte concentração de terras (VILLAGRA; DELGADILLO, 2014). Tal tensão contribuiu para seu *impeachment* em 2012, após um confronto entre policiais e camponeses durante a reintegração de posse de uma fazenda.

Nesse contexto, a identificação partidária no país se caracteriza por forte simpatia pelo PC, manutenção do sentimento pelo *Partido Liberal Radical Autêntico* (PLRA), que é incapaz de expandir sua base eleitoral para além de alguns departamentos, e de redução brusca do partidarismo com relação à *Unión Nacional de Ciudadanos Éticos*(UNACE), que se encontraria em vias de extinção, tanto por conta da ausência de líderes históricos quanto pelo fato de que seu eleitorado

se concentra em grandes municípios e não teria grande dificuldade em se aproximar de outras legendas de direita (VILLAGRA; DELGADILLO, 2014).

Sobre o Peru, Rodríguez (2013) afirma que o sistema partidário estaria entre os menos programáticos na região, ao passo que Albala e Vieira (2014) são mais enfáticos ao afirmar que tal organização é das mais atrasadas na América Latina, pois ainda não findou-se o processo de ordenação em torno de oposições claras e, em última análise, sequer seria possível considerar, de fato, a existência de um sistema partidário no país.

Para Taylor (2007), o colapso do governo Fujimori, no fim de 2000, causou uma turbulência significativa no sistema partidário nacional, com o que corroboram Garretón *et al*(2007, p. 108), que destacam que faltavam no Peru, ao menos até a metade da década passada, partidos que demonstrassem representatividade, projeto e capacidade de governar e se articular por meio de alianças e de oposição, de modo que permanecia a necessidade de criação de “partidos políticos viáveis”.

Os dados de opinião pública reiteram o precário relacionamento dos eleitores com os partidos no país e apontam que, além da baixa simpatia, esta se distribui de maneira irregular e volátil entre as legendas, sendo que o *Partido Aprista Peruano* (APRA) concentrava parcela majoritária da simpatia em 2006 e em apenas quatro anos sofreu redução a menos da metade da medida, enquanto a *Unión por El Perú* (UPP) detinha cerca de 28% do partidarismo em 2006 e decaiu fortemente nos anos seguintes, o *Partido Nacionalista* (PNP) teve elevação de mais de 30% e queda de 25% entre 2008 e 2014 e o *Fuerza 2011* se tornou, em 2014, a legenda pela qual os eleitores peruanos mais simpatizam (38,3%), com percentual superior àquele de APRA e PNP em conjunto.

Os dados eleitorais referentes à República Dominicana demonstram a representatividade de três partidos ao longo das últimas quatro décadas, sendo que desde a redemocratização do país, em 1978, o *Partido Revolucionário Dominicano* (PRD), o *Partido de la Liberación Dominicana* (PLD) e o *Partido Reformista Social Cristiano* (PRSC) concentram mais de 85% dos votos nas eleições nacionais. Contudo, tal concentração é caracterizada por variações internas, de modo que o PRD e o PLD têm avançado eleitoralmente e o PRSC, em consequência, se enfraquecido, especialmente desde a década de 1990.

Os dados de opinião pública apontam a manutenção da identificação partidária com o PLD, a oscilação da medida com relação ao PRD e a pouca expressividade do PRSC no período recente, sendo que, apesar de altos índices de partidarismo, este tem variado bastante desde 2006 e seu saldo em 2014 apresentou declínio. Ainda sobre o contexto político-partidário, Carreras, Morgenstein e Su (2013) ressaltam que a longevidade e a estabilidade do sistema partidário dominicano representam um desafio para a literatura sobre o realinhamento, uma vez que os partidos são conhecidos pela corrupção generalizada, pelo personalismo e pelo clientelismo, que seria responsável pela baixa volatilidade eleitoral.

No caso do Uruguai, é recorrente o destaque às características positivas de seus sistemas partidário e eleitoral, uma vez que, além de seus eleitores majoritariamente se identificarem com partidos (Tabela 1), o país se destaca dentre os demais da América Latina pela baixa volatilidade eleitoral (RODRÍGUEZ, 2013) e por seu sistema partidário consolidado, tanto em decorrência da experiência de eleições periódicas e contínuas (LAGOS, 1996; MAINWARING, 2001; GARRETÓN *et al.*, 2007; MARENCO; SERNA, 2007; GONZÁLEZ, 2011; BUQUET; PIÑERO, 2014; ALBALA; VIEIRA, 2014), quanto da pouca experiência sob a égide de um regime autoritário (BORBA; RIBEIRO, 2011), já que a democracia é razoavelmente estável no país desde as primeiras décadas do século XX (GARRETÓN *et al.*, 2007). Nesse contexto, Ribeiro e Borba (2015a) afirmam que o Uruguai talvez seja a democracia dotada de maiores bases de legitimidade entre os cidadãos na região e Marengo e Serna (2007) destacam que os partidos são agentes relevantes nos processos de mediação política de interesses e de clivagens sociais e a dimensão ideológica esquerda-direita é coerente com os posicionamentos das legendas.

Em se tratando da relação do eleitorado com as legendas partidárias, Buquet e Piñero (2014) destacam que o *Partido Nacional* (PN) e o *Partido Colorado* (PC) não são apenas tradicionais, mas tão antigos quanto o próprio país, tanto que configuraram, até a virada para a década de 1970, um sistema bipartidário, alterado diante da reunião de um grupo de partidos menores para a constituição da *Frente Amplio* (FA) em 1971.

As três décadas seguintes foram de concentração do poder político entre PN e PC, situação alterada com a eleição de José Mujica pela FA em 2004, o que demonstrou um indício de equilíbrio competitivo da disputa partidária no país e iniciou um novo período, já

que anteriormente apenas os partidos tradicionais haviam ocupado a presidência da república (CORLETO; RODRÍGUEZ, 2013). Segundo Buquet e Piñero (2014) nestas décadas não houve estabilidade do sistema partidário, mas uma mudança gradual e peculiar, que se manifestou em um contexto marcado por relevantes continuidades e que culminou na vitória da FA.

Após alcançar o poder, tal legenda manteve forte contato com suas bases eleitorais (ALBALA; VIEIRA, 2014), de modo que, atualmente, concentra a maior parcela da identificação partidária no Uruguai e a medida se mantém relativamente estável com relação ao PN, ao passo que o PC sofreu pequeno acréscimo nos últimos anos.

Considerado estável por vigorar desde 1958, o sistema partidário venezuelano enfrentou grave crise na década de 1990, em decorrência de problemas econômicos e denúncias de corrupção (PÉREZ-LIÑAN, 2000), o que conduziu à deslegitimação dos partidos tradicionais, à crise na militância e ao aumento do personalismo (BRICEÑO, 2013), bem como para uma tentativa de golpe contra o presidente Carlos Andrés Pérez, liderada pelo então militar Hugo Chávez, em 1992.

Diante da deterioração da economia nacional (BOTELHO, 2005), Chávez foi eleito presidente em 1998, concorrendo pelo *Movimiento V República* (MVR), fundado no ano anterior, resultado que contribuiu para o desmantelamento do sistema partidário venezuelano (MAINWARING, 2001), até então centrado na *Acción Democrática* (AD) e no *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI). Em 2002, o segundo mandato de Chávez foi brevemente interrompido por um golpe de setores militares e lideranças empresariais, mas este falhou diante de manifestações populares e da fidelidade de parte dos militares ao presidente, que retornou ao poder dois dias depois (GONZÁLEZ, 2014).

Após a terceira vitória eleitoral à presidência, em 2006, Chávez buscou reunir todos os movimentos e partidos políticos que apoiavam a Revolução Bolivariana numa única instituição. Da união do MVR com alguns partidos menores surgiu o *Partido Socialista Unido de Venezuela* (PSUV), que detém o maior número de cadeiras na Assembléia Nacional e é o partido do atual presidente, Nicolás Maduro, vice-presidente que assumiu interinamente o governo quando da morte de Chávez em 2012 (MAINWARING, 2012) e foi eleito no ano seguinte.

Atualmente, o PSUV segue próximo às suas bases eleitorais

(ALBALA; VIEIRA, 2014), mas dados de opinião pública apontam que seu crescimento é caracterizado por volatilidade na identificação partidária, ao passo em 2014 a *Mesa Unidad Democrática* (MUD) obteve expressivo percentual de manifestação de partidarismo entre os venezuelanos, o que demonstra que o sistema partidário ainda se encontra em processo de reinstitucionalização, a qual, segundo Briceño (2013), não parece estar no horizonte venezuelano em curto prazo, já que a lealdade a partidos tradicionais não permeia mais o cenário político nacional.

No entanto, há que se destacar que mesmo diante de tais oscilações do sistema partidário e do partidarismo, desde 1999 a Venezuela vivencia a ampliação de mecanismos de participação, com destaque aos conselhos comunais, dos quais já participaram cerca de um terço dos eleitores do país (GOLDFRANK, 2011; LEVITSKI; ROBERTS, 2011).

Por fim, há países para os quais dispõe de menor quantidade ou há ausência de dados, uma vez que não estão disponíveis ou são inexistentes os estudos sobre o partidarismo. Em tal situação encontram-se Belize, El Salvador, Guiana, Jamaica, Nicarágua e Panamá, sobre os quais a análise é mais frágil, mas ainda assim relevante no sentido de buscar posicionar os relacionamentos estabelecidos pelos eleitorados nacionais com partidos políticos no modelo proposto para a América Latina. Entretanto, é de conhecimento deste autor que tal enquadramento carece de maior aprofundamento, o que decorrerá do acúmulo de dados eleitorais e de opinião pública, bem como de investigações acadêmicas sobre o fenômeno.

No caso de Belize, tal escassez pode decorrer, em alguma medida, do país ser uma monarquia constitucional. O estabelecimento de sua classificação se deu a partir da variação da simpatia partidária desmembrada entre os partidos nacionais no período recente, que possibilitaram verificar que a referida medida sofreu elevações e se concentra em duas legendas, o *Partido Unido Democrático* (UCP) e o *Partido del Pueblo Unido* (PUP).

No caso de El Salvador, tanto os dados eleitorais quanto aqueles de opinião pública permitem inferir que o sistema partidário nacional gira em torno de duas legendas, a *Alianza Republicana Nacionalista* (ARENA) e a *Frente FarabundoMarti para laLiberación Nacional* (FMLN). A primeira governou o país por 20 anos (até 2009) e, após uma redução, tem retomado o percentual de partidarismo de que gozava até o meio da década passada. A FMLN foi o partido vencedor do pleito

majoritário de 2009, com a eleição de Maurício Funes, e apresenta relativa estabilidade em termos de identificação partidária ao longo da última década.

Também há escassez de informações sobre o relacionamento dos eleitores com os partidos e sobre o sistema partidário da Guiana. Segundo Cavlak (2014), apesar de independente desde a década de 1960, o país foi governado pelo *People's Progressive Party/Civic* (PPP/C) de maneira não democrática até 1992, sendo que a legenda utilizou-se de meios autoritários e de fraudes eleitorais para manter-se no poder. Os dados de opinião pública referentes ao período 2006-2014 apontam a relativa estabilidade da identificação partidária com o PPP/C, que se enraizou junto à sociedade independentemente da maneira como perpetuou-se no governo anteriormente e ocupou a presidência até recentemente, quando foi derrotado por uma coalizão de oposição liderada pelo *A Partnership for National Unity* (APNU), cuja identificação partidária é volátil por parte do eleitorado.

Sobre a Jamaica, monarquia constitucional assim como Belize, também não há bibliografia referente à temática desta tese, de modo que me concentrei apenas nos dados de opinião pública disponíveis desde 2006, os quais apontam a concentração da identificação partidária entre o *People's National Party* (PNP) e o *Jamaica Labour Party* (JLP), que detêm mais de 98% da simpatia dos jamaicanos e dentre os quais o primeiro reúne parcela superior à metade dos identificados desde a primeira aplicação do LAPOP. Contudo, apesar do bipartidarismo aparentar força, o relacionamento dos eleitores com esses partidos tem declinado ao longo dos anos, ou seja, o PNP e o JLP não estão aumentando seu laços com a sociedade e, pelo contrário, os cidadãos estão se afastando das legendas.

Com relação à Nicarágua, a carência de dados persiste, à exceção da afirmação de Alcántara Sáez (2013), em estudo sobre as eleições na América Latina no período entre 2009 e 2011, de que a situação institucional no país é precária. Em se tratando da simpatia partidária, destaca-se apenas uma legenda, a *Frente Sandinista de Liberación Nacional* (FSLN), cujo percentual de partidarismo é majoritário e tem se elevado ao longo do período recente, de modo que atingiu 85,5% em 2012 e 91,6% em 2014, a despeito de críticas e denúncias de fraudes eleitorais recorrentes a mais de uma década.

Sobre o partidarismo no Panamá, Araúz (2013) destaca que a vitória de Ricardo Martinelli (do *Cambio Democrático*), em 2009, foi construída com discursos antipolítica e de necessidade de mudanças.

Contudo, seu governo foi marcado por denúncias de corrupção que contribuíram para a oscilação da identificação partidária no país. Atualmente, o sistema partidário se estrutura em torno de três partidos, sendo que o *Cambio Democrático* e o *Partido Revolucionário Democrático* (PRD) encontram-se enraizados junto à sociedade e o *Partido Panameñista (Arnufista)* está em ascensão e venceu as eleições de 2014 com Juan Carlos Varela.

Tendo em vista as considerações acerca do partidarismo nas unidades nacionais latino-americanas, estabeleci uma classificação que postula quatro categorias: alinhamento, alinhamento parcial, não alinhamento parcial e não alinhamento. A expectativa foi categorizar as variações das simpatias pelos distintos partidos políticos de cada unidade nacional a partir dos indícios verificados na literatura e em dados eleitorais e de opinião pública, os quais apontam a evolução e, na maior parte dos casos, as possíveis causas para o crescimento, a volatilidade ou o decréscimo da identificação com as diferentes legendas.

Defini como alinhados os países em que há ao menos dois partidos enraizados junto aos eleitores ou que gozem de identificação partidária crescente nos últimos anos, sendo que a opção por tal número mínimo (de dois partidos) decorre da interpretação de que o jogo político e eleitoral democrático implica na disputa por cargos e poder e que, ainda que haja um partido hegemônico, a existência de outro(s) partido(s) enraizado(s) pode contribuir para a definição de pautas, para o encaminhamento de demandas e para a constituição de uma oposição atuante, fiscalizadora e combativa à corrupção e à má gestão.

A categoria alinhamento parcial reúne unidades nacionais nas quais há um partido estável ou crescente em termos de identificação partidária e outros cuja simpatia manifestada é volátil, ou ainda sistemas em que não há partidos amplamente enraizados, mas se verifica tendência de crescimento de algumas legendas.

Como países não alinhados de maneira parcial estão classificados aqueles em que a variação da simpatia partidária decresceu desde a última década, mas não afetou a todos os partidos políticos de maneira semelhante. Nesse sentido, verifiquei a manutenção e/ou fortalecimento de uma única legenda em um contexto de redução do partidarismo de modo geral.

Por fim, entre os sistemas partidários não alinhados estão aqueles nos quais não verifiquei nenhum indício de enraizamento dos partidos políticos junto ao eleitorado no período recente por conta de

redução generalizada da identificação com as principais legendas ou pela inexistência de padrão no partidatismo manifestado pelos eleitores, que consistem em situações em que distintos partidos se alternam como aqueles que gozam de maior simpatia pelo eleitorado, mas esta é recorrentemente baixa e extremamente volátil.

Quadro 5. Classificação dos sistemas partidários da América Latina a partir da simpatia partidária dos eleitores

Categoria	País
Alinhamento	Belize Costa Rica El Salvador Equador Panamá Uruguai
Alinhamento parcial	Argentina Colômbia Guiana Nicarágua Venezuela
Não alinhamento parcial	Bolívia Brasil Honduras México Paraguai República Dominicana
Não alinhamento	Chile Guatemala Haiti Jamaica Peru

Fonte: Elaborado pelo autor.

A disposição dos países no quadro acima denota a distribuição praticamente equânime dos países em cada categoria, sendo que em seis casos há indícios de alinhamento, em cinco há sinais de alinhamento parcial, em outros seis as pistas permitem inferir um movimento rumo ao não alinhamento e apenas em cinco unidades identifiquei aspectos que remetem ao cenário de não alinhamento partidário.

Para além da fragilidade com relação às informações para alguns países, a tipologia proposta supera, em alguma medida, as críticas que teci ao modelo de Carreras, Morgenstein e Su (2013). Primeiramente, destaco que tal resultado reforça a prospecção de

Alcántara Sáez e Freidenberg (2000) sobre o fortalecimento dos partidos políticos e dos sistemas partidários na região, uma vez que ainda que em parte considerável das unidades nacionais tenha havido alternância entre as legendas com maior identificação por parte do eleitorado, há indícios de enraizamento dessas instituições em muitos países latino-americanos. Além disso, esse resultado demonstra que, assim como a participação política contestatória, o partidarismo não evolui na América Latina da mesma maneira como tem se verificado em democracias consolidadas, especialmente naquelas europeias e nos Estados Unidos.

Em segundo lugar, a ampliação das fontes de dados utilizadas para além de dados eleitorais representa um avanço no sentido de captar aspectos do relacionamento dos eleitores com os partidos políticos que os resultados dos pleitos nacionais não atingem, como, por exemplo, a relevância de uma legenda no país, ainda que não dispute a presidência ou a ausência de conexão entre sucesso eleitoral e enraizamento junto ao eleitorado.

Nesse sentido, a utilização das variáveis do LAPOP referentes à manifestação de simpatia partidária e de indicação do partido com o qual os eleitores simpatizam se filia à perspectiva empírica que toma a identificação partidária como aspecto central da verificação da existência ou não do fenômeno do desalinhamento partidário e amplia o rol de aspectos considerados por Carreras, Morgenstein e Su (2013) e por Albala e Vieira (2014).

Sobre o número de categorias analíticas, é salutar destacar a robustez da proposta, já que defini apenas quatro tipos para o enquadramento dos relacionamentos dos eleitores com os partidos políticos na América Latina e, com maior ou menor precisão, classifiquei as 22 unidades nacionais.

Por fim, destaco que tais categorias consideram a evolução do partidarismo enquanto processo em curso na região, em que corroboram as observações de Alcántara Sáez e Freidenberg (2002), Albala e Vieira (2014), Lupu (2015) e dos próprios Carreras, Morgenstein e Su (2013), de que em algumas unidades nacionais latino-americanas nunca houve partidos enraizados e em muitas outras o sistema partidário ainda encontra-se em fase de consolidação.

4 PARTIDARISMO E MOBILIZAÇÃO COGNITIVA NA AMÉRICA LATINA

Dado o diagnóstico recorrente entre democracias consolidadas, de afastamento dos eleitores com relação aos partidos políticos, alguns pesquisadores têm se dedicado a investigar os determinantes de tal fenômeno. Majoritariamente baseados nos mesmos constructos teóricos e indicadores destacados nas discussões acerca dos condicionantes do engajamento partidário, destaco trabalhos como os de Witheley e Seyd (2002), Witheley (2011) e van Biezen, Mair e Poguntke (2012), entre filiados a partidos políticos, e aqueles sobre os quais discorro no segundo capítulo, no que tange ao eleitorado em geral.

O mais recente livro de Russell Dalton, *The apartisan American* (2013), se enquadra no segundo conjunto de estudos. A obra trata da investigação sobre o desalinhamento, especialmente nos Estados Unidos, sob uma perspectiva que avança com relação a binarismos como partidários x não-partidários, identificados x não identificados e eleitores alienados x eleitores sofisticados.

Nesse sentido, o presente capítulo é composto por duas seções. Na primeira, discorro sobre a tese de Dalton (2013), com ênfase na construção da tipificação do eleitorado e nos principais resultados empíricos sobre a relação entre tais perfis e o comportamento político dos eleitores estadunidenses, além de destacar os principais rendimentos deste modelo entre cidadãos europeus.

A segunda seção abrange a replicação do modelo estadunidense aos países latino-americanos, o que se justifica, primeiramente, pela inexistência de estudos desta natureza entre democracias em processo de consolidação, e, em segundo lugar, pela relevância que os efeitos da mobilização cognitiva e do apartidarismo podem propiciar ao processo de consolidação dos regimes democráticos

na região, uma vez o autor norte-americano destaca a combinação de interesse por política e escolaridade como indicador de refinamento cognitivo e ambas as variáveis se revelaram preditoras da identificação partidária dentre o eleitorado da América Latina, conforme exposto no capítulo anterior desta tese.

4.1 A TESE DA MOBILIZAÇÃO COGNITIVA

O percentual de estadunidenses que não declararam simpatia por partidos aumentou substancialmente nas últimas cinco décadas, atingindo atualmente cerca de 40% do eleitorado e superando aqueles simpáticos aos Democratas e aos Republicanos⁵⁶. Tais eleitores possuem um perfil jovem, são mais instruídos e interessados por política, porém sem alianças partidárias como aquelas desenvolvidas nas gerações de seus pais⁵⁷, e foram essenciais às decisões nos últimos pleitos.

Consideradas tais alterações, Dalton (2013) discute o crescente número de americanos independentes do partidarismo e os fatores que contribuem para tal aumento, uma vez que, ainda que as elites políticas permaneçam apegadas às suas identidades partidárias, os cidadãos estão mudando. Nesse sentido, o autor destaca a relevância de tal indicador enquanto eixo para a compreensão moderna das democracias e dos comportamentos eleitorais e afirma que apesar do enfraquecimento do partidarismo, este ainda continua sendo o mais forte preditor da escolha do voto.

Sobre o enfraquecimento do engajamento partidário, Dalton (2013) corrobora o conjunto de pesquisadores que encontraram sinais da manifestação de tal fenômeno em democracias industriais avançadas e aponta causas estruturais e individuais para o caso norte-americano. Em termos macrosociais, destaca eventos políticos da recente história do país, como o movimento pelos direitos civis e a Guerra do Vietnã, além

⁵⁶ A queda na identificação partidária iniciada nos anos 1960 sofreu uma pausa na década de 1980, mas retomou sua trajetória descendente nos anos 1990. Atualmente, menos americanos expressam qualquer identificação partidária do que em qualquer outro momento da história eleitoral moderna do país (DALTON, 2013).

⁵⁷ Entre os americanos mais velhos, é arraigada a ideia de democrata ou republicano, ainda que tais indivíduos não percebam que tal crença, que, assim como uma denominação religiosa ou classe social, determina sua visão e escolha pelo melhor candidato, que, geralmente, pertence sempre ao mesmo partido (DALTON, 2013). *The American Voter*, pesquisa empreendida na década de 1950 acerca do cenário eleitoral norte-americano, identificou que os filiados a um partido tendem a entender apenas aquilo que o partido defende como o correto e filtram informações dissonantes a partir dessa orientação partidária (CAMPBELL *et al*, 1960).

do interesse das elites políticas na redução do engajamento partidário e da modernização social. No nível microssocial, o autor ressalta a evolução dos eleitores contemporâneos em termos de sofisticação política, já que estes fazem suas próprias escolhas e tomam decisões políticas sem a necessidade de balizamento por um partido.

Considerando o entendimento de que o partidarismo pode ser sinônimo de falta de visão, de vontade e de compromisso por parte dos eleitores, bem como uma tendência a posicionar os interesses do partido à frente daqueles individuais e da nação, o cidadão ideal seria aquele capaz de fazer escolhas políticas de maneira objetiva, sem vínculo emocional a um partido político. Sob essa perspectiva, seria positivo o movimento de enfraquecimento dos laços afetivos dos indivíduos com as referidas instituições nos Estados Unidos. Em contrapartida, há pesquisas que identificaram os independentes como aqueles que não acompanham o noticiário sobre política, não entendem os discursos políticos e escolhem seus votos sem preocupação com a participação efetiva nas eleições. Diante de argumentos tão discrepantes, a análise do comportamento de partidários e apartidários pode contribuir para o entendimento da ligação entre o posicionamento independente e o estabelecimento de uma visão mais crítica da política (DALTON, 2013).

Com base em resultados de diversos *surveys* empreendidos pela *American National Election Studies* (ANES) desde a década de 1960 e pelo instituto *Pew Center* em 2010, Dalton (2013) aponta que menos de um quinto dos americanos entende que a política não é importante. Além disso, o partidarismo decorrente da socialização teria perdido importância nas escolhas eleitorais dos mais jovens. Entretanto, a idade é variável relevante para o aumento dos partidários com o passar do tempo de vida, uma vez que o padrão de ciclo de vida implica o desenvolvimento de uma carreira, a criação de uma família e o estabelecimento de um lar, que tendem a aumentar o interesse e o envolvimento nas eleições, efeito potencializado pela experiência repetida de votação nas eleições.

Isto posto, Dalton (2013) destaca que parte do eleitorado norte-americano atual possui alta escolaridade, livre acesso aos meios de comunicação e maior interesse por política. A combinação entre a educação, entendida como competência cívica, e a habilidade para a política, decorrente do interesse pelo assunto, reflete uma mobilização cognitiva capaz de produzir um novo tipo de indivíduo: “novos independentes”, porém politicamente engajados. Diante de tal constatação, o autor propõe a diferenciação dos eleitores não mais

apenas pela manifestação de envolvimento com partidos, mas considerando também seu refinamento cognitivo.

Com vistas à identificação dos diferentes perfis de eleitores norte-americanos, Dalton (2013) criou um índice de partidarismo cognitivo⁵⁸, a partir do qual apontou quatro padrões distintos de mobilização. A construção de tal índice baseou-se exclusivamente em três variáveis: nível de escolaridade, interesse por política e simpatia partidária. Segundo o autor, as duas primeiras variáveis comporiam uma medida de mobilização cognitiva (DALTON, 2008; 2013), a mesma utilizada por Witheley (2011), a qual, combinada com a identificação de simpatia por partidos, define os perfis do eleitorado norte-americano.

Quadro 6. Índice de partidarismo cognitivo

Mobilização cognitiva	Simpatia partidária	
	Sem identificação partidária	Com identificação partidária
Alta	Apartidários	Partidários cognitivos
Baixa	Independentes apolíticos	Partidários rituais

Fonte: Adaptado de Dalton (2013, p. 40).

Dalton (2013) propõe uma separação entre os eleitores para além da dicotomia partidário/não partidário e se dedicou, em *The partisan American*, principalmente à diferenciação entre os grupos de indivíduos sem vínculos com partidos. Numa escala crescente de racionalidade, a ordem dos perfis seria independentes apolíticos, partidários rituais, partidários cognitivos e apartidários⁵⁹.

No primeiro perfil, dos denominados independentes apolíticos, encontraríamos indivíduos pouco sofisticados cognitivamente e sem ligação com os partidos. São eleitores que se apresentam menos preocupados com as questões políticas e com os candidatos, dentre os quais a previsibilidade do comparecimento e da escolha eleitoral são difíceis.

Por sua vez, os partidários rituais seriam guiados pela identidade partidária e, na ausência de recursos cognitivos, apoiariam o partido nas eleições por meio da campanha e do voto. São indivíduos com conhecimento limitado sobre questões políticas.

⁵⁸ Livre tradução para *Cognitive-Partisan Index* (DALTON, 2013, p. 40).

⁵⁹ A proposta de Dalton (2013) apresenta uma classificação dos indivíduos em relação ao seu sistema de crenças de maneira mais sofisticada que aquela proposta por Converse (1964), a qual centrava-se nos indicadores de interesse por política, educação e capacidade de obtenção e interpretação de informações pelos eleitores, mas desconsiderava seus sentimentos em relação a partidos políticos.

Já os partidários cognitivos são eleitores filiados a partidos políticos, assim como os partidários rituais, mas que diferem do grupo anteriormente definido pelo fato de que sua participação nas referidas instituições se deve também ao seu refinamento político, ou, nos termos de Dalton (2008; 2013), sua cognição.

Por fim, os apartidários são indivíduos que possuem alto refinamento cognitivo e que orientam sua atuação política por meio de suas competências, sem dependência de rótulos partidários para a avaliação e escolha de seus candidatos.

Em termos empíricos, Dalton (2013) concentra suas análises na identificação da relevância de tais perfis para a cultura política dos norte-americanos com relação aos seguintes aspectos: [a] adesão a valores democráticos, [b] busca por maior refinamento político, [c] ativismo político, [d] importância e diferenciação dos partidos, [e] identificação partidária e [f] relevância das campanhas eleitorais para decisão do voto.

[a] Com relação ao apoio à democracia, Dalton (2013) afirma que tal regime exige muito dos cidadãos e sua resistência no decorrer do tempo se relaciona, ainda que parcialmente, à melhoria da qualidade dos cidadãos. Nesse sentido, os resultados encontrados apontam que elevações na escala de racionalidade dos perfis contribuem para a melhoria na visão dos indivíduos acerca do referido regime.

Segundo o autor, os eleitores cujos perfis denotam maior capacidade cognitiva aderem à democracia em medida maior que aquela identificada entre independentes apolíticos e partidários rituais, sendo que partidários cognitivos e apartidários seriam eleitores mais esclarecidos e tolerantes. Os demais aspectos analisados, como refinamento e ativismo políticos, se relacionariam diretamente à medida de adesão ao regime, tanto como causas quanto como consequências de tal valor.

[b] No que se refere ao refinamento político, o envolvimento em eleições e campanhas pode melhorar o conhecimento sobre política e a eficácia política subjetiva dos cidadãos, bem como transbordar para outras atividades e melhorar as habilidades de pensar e discutir a política. Nesses termos, a educação se apresenta como variável fortemente relevante, não apenas se considerado o processo de escolarização, mas também pelas oportunidades de vida e de sucesso dos indivíduos com níveis educacionais maiores, uma vez que cidadãos mais instruídos dispõem de mais recursos para se dedicar à política, bem

como de mais tempo disponível para tanto, além de possuírem redes sociais mais extensas, que podem torná-los politicamente engajados.

Segundo Dalton (2013), cidadãos bem informados devem buscar mais informações sobre política em suas redes pessoais e na mídia. O autor testou o relacionamento entre busca por informações políticas e os perfis e identificou forte relação entre eleitores com maior cognição e busca por informações. Partidários cognitivos e apartidários dedicam grande atenção às notícias sobre a campanha, enquanto aqueles com menor cognição se mostraram menos propensos a utilizar fontes de informação para conformar ou sustentar suas orientações políticas.

Os eleitores norte-americanos foram testados ainda quanto ao seu conhecimento político, com vistas ao entendimento acerca da qualidade da compreensão e retenção de informações políticas pelos cidadãos. As variáveis relacionadas a tal padrão foram: identificação entre Democratas e Republicanos, identificação de titulares de cargos políticos relevantes nos Estados Unidos e Inglaterra e níveis de informação sobre política e assuntos públicos segundo a avaliação subjetiva dos entrevistadores da ANES. Os resultados apontaram que a maioria dos apartidários e partidários cognitivos sabe qual é o partido conservador, são mais conhecedores dos ocupantes de cargos públicos relevantes e apresentaram resultados elevados quanto à capacidade de interpretação e de discussão sobre política. Resultados inversos foram identificados entre independentes apolíticos e partidários rituais.

Por fim, o refinamento político dos norte-americanos foi mensurado por meio de seu entendimento acerca da efetividade da participação dos indivíduos na política, definido por Almond e Verba (1989 [1963]) como eficácia política subjetiva. Novamente, os resultados encontrados por Dalton (2013) evidenciaram a separação entre partidários cognitivos e apartidários, em um espectro, e independentes e partidários rituais, em outro. Aqueles com maior cognição se revelaram mais tolerantes à participação de grupos menos favorecidos, de modo que a efetividade do envolvimento nos assuntos políticos se dê independentemente de condições financeiras.

[c] Segundo Dalton (2013), um questionamento importante a ser feito é se os engajados em partidos atuam também de outras maneiras ou se participam apenas partidariamente, uma vez que o nível de participação política é, inevitavelmente, um sinal de vitalidade da democracia. Buscando responder a tal indagação, o autor testou a relação dos perfis do eleitorado com cinco diferentes formas de ativismo político: voto, atividades de campanha, ações diretas não eleitorais,

protesto e uso da internet para fins políticos.

Com relação ao comportamento eleitoral, os partidários cognitivos, mobilizados tanto em seus partidos quanto cognitivamente, são os mais interessados nas eleições e mais preocupados com os seus resultados. Os apartidários votam menos que os partidários cognitivos, mas ainda assim em maior medida que partidários rituais e independentes apolíticos, sendo que estes últimos manifestam desinteresse ou desencanto pela política eleitoral.

Quanto ao desenvolvimento de atividades de campanha, os resultados demonstram maior participação de partidários cognitivos e apartidários, o que confirma o argumento de Dalton (2013) de que eleitores com o segundo perfil se interessam pelo jogo político e se engajam no processo eleitoral, ainda que não sejam fieis a partidos. Sobre os demais perfis, partidários rituais e independentes apolíticos desenvolvem tais atividades em medida inferior à média de participação dos norte-americanos.

Como ações diretas não eleitorais, o autor relacionou assinaturas de petições, compra ou boicote de produtos por razões políticas ou éticas, doação de recursos a grupos não-partidários e o estabelecimento de contato com políticos. Os resultados apontaram apartidários como mais participativos, seguidos por partidários cognitivos, partidários rituais e, por fim, independentes apolíticos, estando os dois últimos perfis localizados abaixo da média de desenvolvimento de ações diretas entre os norte-americanos. Novamente, os resultados destacaram que apartidários não estão alheios à política, mas atuam sem a intervenção de relações partidárias estabelecidas.

Em se tratando especificamente de protestos, Dalton (2013) identificou exatamente os mesmos resultados que aqueles acerca do ativismo direto não eleitoral, o que reafirma estudos anteriores que mostram que o protesto é mais comum entre os cidadãos mais instruídos e mais sofisticados do que entre os grupos populacionais menos favorecidos (OPP, 2009).

Por fim, quanto à participação através da internet, os resultados demonstram que os dois grupos mais mobilizados cognitivamente são mais atuantes que a média americana e que os demais grupos. Entretanto, o autor faz questão de salientar que os laços partidários não podem ser considerados como maior estímulo à participação em atividades *online*, uma vez que os partidários cognitivos são menos participativos que os apartidários.

Numa análise conjunta das cinco formas de ação direta não eleitoral, os apartidários se destacam como perfil que pratica tais atividades com maior frequência. Além desses, partidários cognitivos também atuam em medida maior que a média norte-americana, ao passo que, abaixo da média, identificamos partidários rituais e, com menores índices de ativismo, os independentes apolíticos.

Segundo o autor, tais resultados permitem duas importantes constatações. A primeira diz respeito à diferenciação existente entre apartidários e independentes apolíticos, cuja cultura política se mostrou fortemente diferenciada. A segunda é de que apesar da ênfase na identificação partidária ser entendida como um estímulo à participação política, tal identificação importa menos que o conjunto de habilidades e recursos dos indivíduos à determinação de seus valores e comportamentos políticos.

[d]Os autores que tratam do desalinhamento partidário afirmam que os partidos políticos estão se tornando atores cada vez menos relevantes para o processo político. Entretanto, tais instituições ainda são centrais ao regime democrático, especialmente no que se refere à seleção dos candidatos, à estruturação do debate político, à organização das eleições e à administração do governo. No *survey* da ANES havia uma questão sobre a importância dos partidos políticos e outra sobre seu posicionamento. A partir da década de 1980, a relevância atribuída às referidas instituições aumentou, ainda que durante todo o período pesquisado (seis décadas) o engajamento tenha diminuído.

Os testes empreendidos entre tais resultados e os perfis do eleitorado demonstram que os partidários cognitivos são os que mais disseram algo sobre os partidos políticos de que gostam ou desgostam, em questão subjetiva (aberta). Em seguida, vemos os apartidários, os quais, apesar da ausência de laços, têm uma quantidade considerável de colocações a verbalizar sobre os partidos. Já os partidários rituais oferecem poucas informações sobre gosto/desgosto, ao passo que os independentes têm cerca de três vezes menos a dizer sobre tais instituições que os partidários cognitivos. Tal resultado não apenas desvincula a imagem de apartidários e de independentes, como demonstra que para o primeiro grupo a ausência de laços não denota um vazio de interesse e de consciênciapolítica (DALTON, 2013).

A partir dos argumentos de identificação e rejeição apresentados pelos entrevistados, Dalton (2013) criou ainda uma escala de afeição aos partidos, com categorias que indicam comentários positivos, polarizados, neutros, negativos e indiferentes. Os resultados

encontrados demonstraram o alto percentual de indivíduos que não soube comentar nada sobre os partidos, o que seria negativo para a vitalidade da política eleitoral norte-americana, já que mesmo não implicando em completa falta de consciência política, a ausência de imagens sobre tais instituições essenciais ao sistema de governo representativo sugere que muitos americanos se sentem distantes ou não se envolvem com os partidos políticos.

Com relação a tais opiniões, independentes apolíticos têm pouco a dizer sobre partidos, diferentemente dos partidários, que sabem se posicionar em relação às opiniões solicitadas. Entre os partidários, os resultados explicitam que os cognitivos são mais propensos a visualizar o cenário político de maneira polarizada e menos inclinados à categoria sem conteúdo, de maneira dissonante dos rituais, cujas opiniões expressadas são limitadas e a identidade manifestada baseia-se apenas em sua fidelidade partidária, sem um profundo entendimento do sistema político em si.

Em se tratando do espectro ideológico, considerando a escala liberal-conservador, dados de *surveys* da ANES das últimas décadas permitem inferir que apolíticos independentes e partidários rituais veem cada vez menos diferenças entre os partidos políticos americanos, ao passo que partidários e partidários cognitivos identificam distinções em medida cada vez maior (DALTON, 2013).

[e]Segundo Dalton (2013), a identificação partidária ainda é um forte preditor da escolha do voto nos Estados Unidos. Os percentuais de partidários que comparecem às urnas e votam em candidatos do partido com que simpatizam são sempre superiores a 80% para as eleições majoritárias. Entretanto, tal índice não se replica em eleições para a Câmara e Senado, cujas campanhas se desenvolvem sem o mesmo aporte financeiro e midiático das eleições presidenciais.

Nesse contexto, o autor testou a relação entre os perfis de eleitores e o que estes indivíduos tinham a dizer sobre os candidatos às funções legislativas. Os resultados foram semelhantes àqueles identificados na análise anterior, sobre os partidos: a mobilização cognitiva produz indivíduos mais sofisticados, que dispõem de um rico embasamento para avaliações políticas. Partidários depositam menor peso sobre os aspectos partidários das imagens dos candidatos e enfatizam mais os critérios relacionados à política, enquanto partidários cognitivos também têm imagens mais bem formuladas dos candidatos, incluindo os critérios de partido, por conta de suas próprias lealdades e das questões políticas que dão conteúdo aos rótulos partidários. Já os

partidários rituais argumentam exclusivamente sobre questões que reforçam seu vínculo com o partido, ao passo que independentes apolíticos dispõem da mais rasa base de avaliação.

[f] Segundo dados da ANES, a maior parte do eleitorado americano decide seu voto durante as convenções partidárias, mas tal situação tem sido cada vez mais recorrente por conta da tomada de decisão durante as últimas semanas de campanha. Partidários cognitivos e rituais decidem seus votos, majoritariamente, no início da campanha, ao passo que os independentes e apartidários o fazem nas últimas semanas. Entretanto, como uma pequena parcela dos independentes apolíticos vota, são os votos dos apartidários que pesam entre os não engajados partidariamente. Estes tomam suas decisões, presumivelmente, baseados no conteúdo das campanhas. Assim, o posicionamento dos apartidários com relação às escolhas eleitorais é mais próximo do que se espera de um eleitor racional.

Com relação à volatilidade eleitoral, o autor destaca que partidários rituais são menos propensos a mudanças, pois não se engajam nem se familiarizam com as discussões políticas e dos partidos. Os partidários cognitivos são suscetíveis a mudanças pelo fato de acompanharem a política e terem suas escolhas influenciadas, em alguma medida, pelas imagens dos candidatos. Os independentes podem variar seu voto, mas suas escolhas não implicam em conhecimento do conteúdo da campanha. Por fim, os apartidários são mais suscetíveis a alterar suas escolhas, já que seu conhecimento é desvinculado de preferências partidárias e a definição do voto é perpassada por análises sobre os candidatos e as propostas.

Diante desse conjunto de resultados referentes ao eleitorado norte-americano, bem como de comparações estabelecidas com um conjunto de países europeus⁶⁰, Dalton (2013) afirma que ainda há razões

⁶⁰ Dalton (2013) analisou dados referentes à Suécia, Portugal, Dinamarca, Noruega, Holanda, Israel, Grécia, Áustria, Finlândia, Suíça, França, Espanha, Reino Unido, Alemanha, Bélgica, Irlanda e Itália e identificou nesses países índices de partidarismo declinantes e menores que o norte-americano, fatos que o levaram à constatação de que, para além das características únicas de qualquer experiência nacional, os efeitos da mobilização cognitiva e da modernização social parecem estar produzindo padrões comuns de desalinhamento partidário que transcendem as fronteiras nacionais. Os percentuais de mobilização cognitiva e simpatia partidária também foram menores que aqueles dos Estados Unidos. Segundo o autor, os mais altos índices de partidários rituais foram identificados nos países com baixo desenvolvimento socioeconômico (Grécia, Portugal e Itália). Partidários, cognitivos e rituais, confiam mais no Legislativo que apartidários e independentes apolíticos. Da mesma maneira, partidários de ambos os perfis tomam as posições de seus partidos quando questionados sobre posicionamento ideológico, ao

para sermos cautelosos com relação aos não-partidários, uma vez que parte deles é inevitavelmente mal informada ou têm opiniões políticas inconsistentes, de modo que se apresentam suscetíveis aos apelos de políticos carismáticos. No entanto, uma das conclusões positivas de *The partisan American* é que o desencajamento partidário crescente do eleitorado não é totalmente ruim, já que nem todos os eleitores são independentes apolíticos e aqueles apartidários representam uma implicação otimista para o processo eleitoral e a democracia.

Esse conjunto de resultados levou Dalton (2013) a considerar que o aumento dos níveis de ensino, do acesso à informação política e do entendimento quanto ao papel do governo são capazes de produzir um processo de mobilização cognitiva que pode ampliar as habilidades políticas e os recursos do cidadão médio. Consequentemente, a sofisticação dos partidários também deve sofrer melhorias. Desta maneira, o engajamento cognitivo teria potencial para promover mudanças no processo eleitoral, tornando-o mais próximo ao ideal democrático, com eleitores capazes de fazer julgamentos independentes dos candidatos e de questões de momento.

Para além de alterações no nível individual, Dalton (2013) destaca ainda a mudança de comportamento dos partidos políticos, cujo desempenho passa a ser avaliado não apenas no período eleitoral, mas também enquanto governo ou oposição e, principalmente, com relação às campanhas, uma vez que os programas e plataformas eleitorais têm contribuído para a decisão do voto de partidários cognitivos e apartidários, principalmente entre o segundo perfil.

4.2 MOBILIZAÇÃO COGNITIVA E PERFIS ELEITORAIS NA AMÉRICA LATINA

No que se refere a indicadores de mobilização cognitiva, Inglehart (1977) propôs um conceito anterior ao de Dalton (1984; 2013), o qual considerava a relação entre a frequência de discussões sobre

passo que aqueles que não nutrem simpatia partidária se localizam no centro do espectro. Apartidários e partidários cognitivos demonstram maior sentimento de eficácia política subjetiva que partidários rituais e independentes apolíticos. Com relação ao comparecimento eleitoral, ao momento de decisão sobre o voto durante as campanhas e à volatilidade eleitoral, os resultados foram semelhantes aos encontrados entre os norte-americanos, ainda que o grupo de países europeus analisados possua sistemas partidários e eleitorais distintos entre si e com relação ao dos Estados Unidos, permeados por números de partidos e padrões de clivagens diversos.

política e a tentativa de persuasão de outros indivíduos com relação às opiniões sobre assuntos políticos. Segundo aquele autor, tal fenômeno teria se desenvolvido no contexto de surgimento, em sociedades industriais avançadas, da síndrome do pós-materialismo, de modo que diante de um amplo processo de modernização econômica, política, social e cultural, os indivíduos dessas democracias reduziram sua preocupação com necessidades materiais e passaram a pautar suas ações com vistas à satisfação de valores de auto-expressão.

Dentre as consequências desta mudança estaria a elevação dos níveis de mobilização cognitiva dos cidadãos, acompanhada, dentre outros efeitos, da redução da importância atribuída aos partidos políticos e das taxas de identificação partidária. Posteriormente, o autor incorporou a escolaridade ao seu conceito de mobilização cognitiva (INGLEHART, 1990).

Recentemente, Alaminos e Penalva (2012) realizaram uma atualização do estudo de Inglehart (1990) quanto à relação entre mobilização cognitiva, aspectos geracionais e crises políticas. Estendendo a análise anterior⁶¹, os autores identificaram que a mobilização cognitiva seria potencializadora da participação política, mas sua efetivação levaria em consideração o contexto sócio-político. Além disso, no que se refere às ex-autocracias Grécia, Portugal e Espanha, verificaram que a medida de mobilização cognitiva que não incluiu a escolaridade era mais coerente em relação aos efeitos geracionais, uma vez que a abertura democrática se relacionaria com maior intensidade ao contato dos cidadãos com ações políticas do que com a expansão da escolarização. Ademais, os autores concluíram pela importância e pela necessidade de aperfeiçoar o índice de mobilização cognitiva, bem como de buscar outras variáveis e de incorporar distintos aspectos ao indicador, tendo clareza de que tal conceito é amplo e de que a redução a um pequeno conjunto de aspectos é problemática.

A despeito destas relevantes observações, para fins desta análise e tendo em vista a carência de estudos relacionados à mobilização cognitiva entre o eleitorado latino-americano, replico o modelo de Dalton (2013) ao conjunto de países da região, a fim de estabelecer o diálogo entre os resultados verificados entre democracias consolidadas com aqueles advindos de contextos onde o regime

⁶¹Inglehart (1990) trabalhou com dados do Eurobarômetro para o período compreendido entre 1973 e 1985. Alaminos e Penalva (2012) utilizaram dados da mesma fonte no período de 1975 a 2007 para França, Reino Unido, Itália e Alemanha, de 1980 a 2007 para a Grécia e de 1985 a 2007 para Portugal e Espanha.

encontra-se em processo de fortalecimento.

Para tanto, esta seção é composta por três partes. No primeiro momento, apresento a composição longitudinal dos perfis dos eleitores na região, tomados os países em conjunto, para o período 2008-2014, por meio da utilização de dados do LAPOP. Em seguida, com a utilização de modelos de regressão, texto a pertinência da capacidade explicativa destes perfis a um indicador da adesão à democracia. Por fim, discuto os possíveis delineamentos do fortalecimento dos regimes democráticos na região à luz da tese do apartidarismo, em diálogo também com a classificação estabelecida no capítulo anterior desta tese.

Conforme o modelo de Dalton (2013), exposto no Quadro 6, os perfis dos eleitores foram constituídos pela combinação da simpatia partidária com o indicador de mobilização cognitiva, que agrega escolaridade e interesse por política. Nas tabelas abaixo (11 a 14), apresento informações descritivas sobre as evoluções das quatro medidas entre o conjunto de países latino-americanos para os quais investiguei os determinantes da identificação partidária (capítulo 3).

A questão sobre escolaridade do questionário aplicado pelo LAPOP solicita a indicação de anos de estudo pelos respondentes. Em conformidade com a descrição de Dalton (2013) acerca dos pontos estabelecidos para “cortes” nos níveis educacionais, tal variável foi assim categorizada: todos os indivíduos que declararam não possuir escolarização e também aqueles que estudaram de 1 a 8 anos em “Até Ensino Fundamental completo”, aqueles com 9 a 11 anos de estudo em “Até Ensino Médio completo”, cidadãos com 12 a 14 anos de estudo em “Ensino pós-Médio completo ou Superior incompleto” e os demais, com ao menos 15 anos de escolarização, em “Ensino Superior completo ou Pós-Graduação”.

Tabela 11. Evolução da escolaridade do eleitorado na América Latina (2008-2014) – Dados agregados (%)

Nível de escolaridade	2008	2010	2012	2014
Até Ensino Fundamental completo	44,0	39,9	40,5	38,8
Até Ensino Médio completo	25,5	26,4	27,1	26,5
Ensino pós-Médio ou Superior incompleto	19,3	20,9	20,2	22,1
Ensino Superior completo ou Pós-Graduação	11,2	12,8	12,0	12,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

N: 2008 = 35499; 2010 = 36219; 2012 = 33797; 2014 = 33560.

Fonte: LAPOP (2008-2014).

No que se refere às alterações nos níveis de escolaridade⁶² dos cidadãos latino-americanos, não é possível inferir que houve elevação no período, uma vez que as variações não superam a margem de erro do LAPOP⁶³, apesar da redução percentual da categoria de menor instrução e da ampliação nos contingentes das demais, em virtude de pequenos incrementos entre aqueles com até Ensino Médio completo, com Ensino pós-Médio completo ou Superior incompleto e com Ensino Superior completo ou Pós-Graduação.

A variável que mensura o interesse por política presente no LAPOP apresenta a mesma classificação que aquela decorrente do ANES e utilizada por Dalton (2013). De maneira semelhante ao verificado para a escolarização, ocorreu pequena elevação no contingente de interessados por política entre 2008 e 2014 – quando o percentual de cidadãos nada ou pouco interessados por política decresceu, ao passo que aqueles algo e muito interessados sofreram aumento de 4,9% - porém dentro da margem de erro do LAPOP.

Tabela 12. Evolução do interesse por política do eleitorado na América Latina (2008-2014) – Dados agregados (%)

Nível de interesse	2008	2010	2012	2014
Nenhum interesse por política	35,1	32,4	33,9	32,8
Pouco interesse por política	36,9	34,8	34,7	34,3
Algum interesse por política	18,6	22,8	22,3	22,8
Muito interesse por política	9,4	10,0	9,0	10,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

N: 2008 = 35499; 2010 = 36219; 2012 = 33797; 2014 = 33560.

Fonte: LAPOP (2008-2014).

O índice de mobilização cognitiva foi construído a partir da soma das respostas às variáveis expostas nas tabelas 11 e 12. Considerando que tanto os níveis de escolaridade quanto o interesse por política foram mensurados em escalas de quatro pontos (um a quatro),

⁶² Conforme Borba, Gimenes e Ribeiro (2015b), os dados do LAPOP para o Brasil corroboram as informações oficiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse sentido, assumo o pressuposto de que as distribuições de escolaridade entre as populações nacionais e as amostras são aproximadas também para os demais países da região.

⁶³ Dadas as diferentes margens de erros referentes às unidades nacionais, considerei 2,5% para a análise conjunta por ser o valor mais recorrente dentre os países cobertos no período. Apenas no caso paraguaio houve maior percentual em 2008, quando atingiu 2,87%. Tal informação foi considerada também para a análise dos demais conjuntos de dados expostos neste capítulo.

tal índice retornou dados alocados em uma escala de sete escores, com variação de dois a oito. Seguindo o critério estabelecido pelo autor norte-americano, recodifiquei tal escala de modo que os indivíduos localizados entre os pontos dois a cinco foram considerados dotados de baixa mobilização cognitiva, ao passo que aqueles que atingiram escores entre seis e oito gozam de alta mobilização cognitiva.

Tabela 13. Evolução da mobilização cognitiva do eleitorado na América Latina (2008-2014) – Dados agregados (%)

Nível de mobilização cognitiva	2008	2010	2012	2014
Baixa mobilização cognitiva	83,0	80,0	81,5	79,8
Alta mobilização cognitiva	17,0	20,0	18,5	20,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

N: 2008 = 35499; 2010 = 36219; 2012 = 33797; 2014 = 33560.

Fonte: LAPOP (2008-2014).

Os resultados referentes ao índice de mobilização cognitiva (já recodificado) indicam pequena elevação do percentual de indivíduos com alta sofisticação dentre os latino-americanos, sendo que entre 2008 e 2014 verificou-se 3,2% de aumento no número de eleitores em tal condição. Contudo, tal elevação encontra-se dentro da margem de erro concernente às ondas do LAPOP no período.

Sobre a simpatia partidária, os dados foram apresentados desmembrados para as unidades nacionais na Tabela 1 desta tese, de modo que abaixo exponho a taxa agregada referente ao conjunto de países para os quais há dados disponíveis para as ondas de 2008 a 2014 do LAPOP, com exceção do Haiti.

Tabela 14. Evolução da simpatia partidária do eleitorado na América Latina (2008-2014) – Dados agregados (%)

Manifestação de partidarismo	2008	2010	2012	2014
Com simpatia partidária	32,1	32,9	33,0	35,3
Sem simpatia partidária	67,9	67,1	67,0	64,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

N: 2008 = 35499; 2010 = 36219; 2012 = 33797; 2014 = 33560.

Fonte: LAPOP (2008-2014).

Como destacado anteriormente, em todos os países houve variação superior à margem de erro em um ou mais períodos analisados, o que permitiu inferir a existência de volatilidade na identificação dos

eleitorados nacionais latino-americanos com os partidos políticos. No entanto, quando considerados tais cidadãos em um único conjunto (a região), tais oscilações deixam de ser suficientemente elevadas a ponto de superar a margem de erro, de modo que não é possível tratar de volatilidade da simpatia partidária para a região como um todo. Tal resultado, por um lado, reforça a afirmação de que não há crise do partidarismo na América Latina, e, por outro, denota a importância de estudos focados nas unidades nacionais.

Diante da sucinta apresentação da evolução dos indicadores que compõem os perfis do eleitorado latino-americano com relação ao partidarismo, a Tabela 15 contempla a distribuição percentual de independentes apolíticos, partidários rituais, partidários cognitivos e apartidários na região para o período entre 2008 e 2014. Tais perfis foram construídos a partir da agregação das variáveis destacadas da seguinte maneira: indivíduos com baixa mobilização cognitiva e sem simpatia partidária são “independentes apolíticos”, aqueles com baixa mobilização cognitiva e que manifestaram simpatia partidária são “partidários rituais”, os que combinam alta mobilização cognitiva e que manifestaram simpatia partidária são “partidários cognitivos” e indivíduos que possuem alta mobilização cognitiva mas não gozam de simpatia partidária são “apartidários”.

Tabela 15. Evolução dos perfis do eleitorado na América Latina (2008-2014) – Dados agregados (%)

Perfil do eleitor	2008	2010	2012	2014
Independente apolítico	59,5	56,5	57,4	54,9
Partidário ritual	23,5	23,5	24,2	24,9
Partidário cognitivo	8,5	9,4	8,7	10,5
Apartidário	8,5	10,6	9,7	9,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

N: 2008 = 35499; 2010 = 36219; 2012 = 33797; 2014 = 33560.

Fonte: LAPOP (2008-2014).

Sobre a Tabela 15, destaco primeiramente um indicio positivo ao fortalecimento da democracia na região: a redução de 4,6% entre o eleitorado independente apolítico permite inferir que ao longo dos últimos anos a sofisticação política e a escolarização têm contribuído para o refinamento cognitivo dos indivíduos, conforme também demonstrou a análise sobre os determinantes da identificação partidária para este mesmo conjunto de unidades nacionais. Com relação aos

demais perfis, nenhum sofreu alterações de maneira a superar a margem de erro do LAPOP.

Os dados acima permitem inferir que, caso a elevação do eleitorado com alta sofisticação política atinja taxas de elevação superiores à margem de erro – especialmente com relação aos partidários cognitivos e nos apartidários –, esta pode acarretar em consequências benéficas à democracia na América Latina, uma vez que o aumento do número de eleitores com maior capacidade para decodificar a política tende a produzir melhorias no desempenho dos partidos políticos junto ao eleitorado e no governo e, em alguma medida, contribuir para a qualidade e a legitimidade dos regimes.

Com relação à dicotomia partidários x não-partidários, alguns pontos necessitam ser destacados. Primeiramente, aponto como aspecto negativo a prevalência dos independentes apolíticos como perfil majoritário entre o eleitorado da região, pois estes indivíduos com menor capacidade cognitiva e baixo refinamento político são menos afeitos ao campo de política e ao jogo democrático, de modo que não raras vezes encontram-se alienados de discussões, campanhas e outros aspectos pertinentes à vivência democrática. Para fins de comparação, tal contingente seria inferior a um terço dos eleitores nos Estados Unidos e dentre os países da Europa ocidental (DALTON, 2013). Ainda que se refiram a conjuntos nacionais com diferentes históricos políticos, tais dados servem, em alguma medida, como parâmetros para a comparação e demonstram a baixa politização dos indivíduos na América Latina.

Em contrapartida, os apartidários, apesar de corresponderem a apenas aproximadamente 10% do eleitorado latino-americano ao longo do período analisado, não apresentam quantitativo tão discrepante com relação aos cidadãos de democracias consolidadas, já que Dalton (2013) verificou a existência de 19% destes eleitores entre os estadunidenses e dados europeus apontam percentuais pouco superiores aos do conjunto de países latino-americanos. Considerando que, em se tratando de correlatos atitudinais e comportamentais, esse é o perfil de eleitor mais próximo às exigências normativas da democracia, por ser mais informado, demonstrar maior sentimento de eficácia política, aderir ao regime em maior medida e participar mais, tanto em termos eleitorais quanto contestatoriamente, é positivo o resultado do período 2008-2014 para a região.

Ademais, sabe-se que a participação política na América Latina é perpassada pelo envolvimento dos indivíduos em distintos

mecanismos participativos⁶⁴, de modo que, especialmente entre aqueles classificados como partidários, a falta de identificação não necessariamente deveria ser tratada como aspecto potencializador de crise de representação ou mesmo de crise da democracia, já que tais eleitores podem exercer sua cidadania política por meios distintos dos partidos, o que os aproximaria do “cidadão crítico” (NORRIS, 2007).

Neste momento, cabe uma reflexão sobre tal resultado e sua relação com aqueles apresentados no capítulo anterior. São muitos os autores que se reportam à máxima de Schattschneider (1942) de que a democracia é impensável sem partidos políticos. Por consequência, não apenas tais instituições seriam centrais aos processos políticos e ao jogo democrático, mas também as relações que os indivíduos estabelecem com as legendas e com o sistema partidário se tornariam fundamentais à persistência do regime.

Entre democracias consolidadas, onde o desalinhamento é recorrentemente verificado, os estudos se concentram cada vez mais em interpretar os possíveis desdobramentos desse distanciamento dos eleitores com relação aos partidos para a continuidade dos regimes democráticos. Já na América Latina, onde a evolução do partidarismo não assume caráter homogêneo, a discussão segue focada na verificação de condicionantes da identificação partidária e na análise de dados eleitorais, limitações estas que procurei superar no capítulo 3 desta tese.

Isto posto, considero salutar avançar no sentido de entender como as distintas formas de relacionamento entre eleitorado e partidos se configuram com relação à adesão à democracia. Nesse sentido, o segundo aspecto abordado nesta seção é a verificação da capacidade preditiva da tipologia de Dalton (2013) sobre o apoio ao regime.

Apesar da baixa confiança em instituições políticas representativas, os índices de adesão normativa à democracia têm permanecido elevados, ou ao menos estáveis, tanto entre sociedades industriais avançadas (NORRIS, 1999) quanto em regimes em processo de consolidação, como nos países da América Latina (POWER; JAMISON, 2005).

Em se tratando de estudos que visam classificar os cidadãos

⁶⁴ A participação institucional é ampla e variada na América Latina. Como exemplos, destaco os conselhos comunais na Venezuela, a lei de participação popular na Bolívia, os conselhos de coordenação local no Peru, os conselhos gestores e conferências nacionais de políticas públicas e as audiências públicas no Brasil e ainda os Orçamentos Participativos, surgidos no Brasil no fim da década de 1980 e atualmente disseminados em municípios de um amplo conjunto de países, como Argentina, Chile, Peru, República Dominicana e Uruguai.

latino-americanos quanto ao seu posicionamento frente à democracia, Moisés (2008) construiu uma tipologia que dividiu os indivíduos entre democratas, ambivalentes e autoritários, consideradas as combinações entre respostas a duas questões que mensuram o apoio abstrato ao regime, quais sejam: o nível de concordância/discordância com a afirmação de que “A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo” e a opção dentre as afirmações de que “A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”, de que “Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível” e de que “Para pessoas como eu, tanto faz um regime democrático ou não democrático”. Com base em dados do Latinobarômetro para a América Latina referentes ao período 2002-2004, o autor constatou que 52,7% dos cidadãos, segundo a média regional, poderiam ser classificados como democratas. Além disso, verificou ainda que havia países onde a maior parte do eleitorado era composta por eleitores ambivalentes (Peru, Equador e Brasil) e que o autoritarismo não desaparecera por completo na região, especialmente entre os paraguaios (25% foram enquadrados como autoritários).

Mais recentemente, Casalecchi, David e Quaresma (2013) apresentaram uma proposta alternativa, na qual quantificaram a adesão à democracia entre os brasileiros a partir de uma multiplicidade de atitudes relacionadas aos seus distintos princípios norteadores, quais sejam: [1] adesão normativa aos procedimentos de escolha, [2] adesão normativa ao voto, [3] adesão à participação de todos e [4] adesão ao regime democrático partidário. Em tal proposta, que trata o democratismo sob a perspectiva multidimensional, os partidos políticos compõem a quarta dimensão analisada. Os resultados encontrados pelos autores confirmam a multidimensionalidade do apoio ao regime, o que foi também verificado no contexto latino-americano por Oliveira (2015), cujos resultados apontam no mesmo sentido.

Ainda em se tratando de modelos classificatórios da adesão dos cidadãos à democracia, Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2014) propuseram outra alternativa multidimensional, a qual tem por indicadores a competição eleitoral, a participação política, a limitação do Poder Executivo, o Estado de direito e a tolerância política. Agregados em um índice com variação entre zero e cinco pontos, tais aspectos lhes permitiram classificar os latino-americanos em não democratas, democratas não coesos e democratas coesos. Considerando dados do LAPOP de 2012, os resultados apontam que, para um conjunto de 17 países analisados, apenas 6,5% dos latino-americanos são

classificados como não democratas, ao passo que outros 12,3% seriam democratas coesos e a maior parte dos cidadãos (81,2%) corresponderia a democratas não coesos, os quais aderem a alguns dos indicadores democráticos considerados na composição do modelo.

Considerado o escopo desta tese, limito-me a destacar tais contribuições recentes ao debate sobre as medidas de mensuração da adesão dos indivíduos ao regime democrático. Tendo a intenção de verificar a relação existente entre tal apoio e a maneira como os indivíduos se relacionam com os partidos políticos, permeados pela mobilização cognitiva, concentro minha análise sobre a variável referente à posição churchilliana.

Ainda que menos complexa do que as proposições acima mencionadas, a utilização de tal questão se justifica pelo fato dela ser internacionalmente reconhecida como indicador de adesão à democracia como forma de governo (DALTON, 1999; KLINGEMANN, 1999) e ser amplamente utilizada por pesquisadores que buscam quantificar os elementos abstratos da legitimidade democrática (OLIVEIRA, 2015), mais especificamente no que diz respeito à dimensão abstrata de apoio ao regime (EASTON, 1975).

Consideradas as possibilidades de respostas à questão do LAPOP, classifiquei como democratas os indivíduos que concordaram com a afirmação de que “A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo” e como não democratas aqueles que responderam que “Para pessoas como eu, não faz diferença se o governo é democrático ou não democrático” ou que “Em algumas circunstâncias, um governo autoritário é preferível a um democrático”.

Tabela 16. Evolução da adesão à democracia entre o eleitorado na América Latina (2008-2014) – Dados agregados (%)

Adesão à democracia	2008	2010	2012	2014
Democratas	76,5	77,8	77,2	73,9
Não democratas	23,5	22,2	22,8	26,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

N: 2008 = 35499; 2010 = 36219; 2012 = 33797; 2014 = 33560.

Fonte: LAPOP (2008-2014).

Ainda que com pequenas variações entre os anos de 2008 e de 2014, o percentual de eleitores latino-americanos que concorda com a posição churchilliana tem permanecido em torno de três quartos do total, valor semelhante àquele verificado entre os estadunidenses em 2014

(74%), o que denota expressivo apoio ao regime nas democracias em processo de consolidação na região. Contudo, mais relevante do que a verificação de que tal adesão encontra-se no mesmo patamar daquele país, tido como exemplo de democracia consolidada, é a possibilidade de analisar tal indicador à luz do modelo estabelecido naquele contexto.

Nesse sentido, construí modelos de regressão logística binária em que a variável acerca da adesão à democracia sob a posição churchilliana foi inserida como dependente. Como variável explicativa, inseri os perfis dos eleitores segundo o modelo de Dalton (2013), tomado como referência para comparação os independentes apolíticos. Além disso, constam ainda, como variáveis de controle, aspectos sociodemográficos contemplados quando da investigação dos determinantes da identificação partidária na região (sexo, faixa etária, etnia e área de residência)⁶⁵.

Tabela 17. Determinantes individuais da adesão à Democracia América Latina (2008 e 2014)

	2008	2014
Constante	1,877***	1,377***
Sexo (masculino)	1,057*	1,077*
Faixa etária	1,152***	1,252***
Etnia (branco)	1,023	1,053
Residência (urbana)	1,083*	,978
Perfis ^a		
Partidários rituais	1,161***	1,135***
Partidários cognitivos	1,466***	1,629***
Apartidários	1,438***	1,421***
% de acertos	76,3	73,9

Onde: ***sig = ,000 e *sig ≤ ,050

^aReference category: Perfil [Independente apolítico].

Change category to Categorical covariate: Indicator⁶⁶.

Fonte: LAPOP (2008; 2014).

⁶⁵ A escolaridade compõe o índice de mobilização cognitiva, de modo que encontra-se presente no modelo por meio dos perfis dos eleitores.

⁶⁶ A categorização de variáveis independentes a partir da ferramenta *Indicator* implica na realização de testes internos a partir de sua comparação com *dummy* das demais categorias da variável. A categoria de referência é omitida do modelo logístico e as demais são contrastadas pela ausência/presença do atributo referente a cada categoria (MAROCO, 2007).

Ainda que os modelos tenham retornado valores significativos para os efeitos de sexo, da faixa etária e da área de residência (no último caso, apenas em 2008), há uma série de trabalhos que já contemplaram a discussão em torno dos determinantes sociais da adesão à democracia na América Latina (MOISÉS, 2008; RIBEIRO, 2010; FUKS; CASALECCHI; RIBEIRO, 2014; OLIVEIRA, 2015), de modo que concentro minha análise sobre os perfis dos eleitores.

Tomada a categoria de independentes apolíticos como referência, por ser aquela que goza de menores recursos cognitivos e que não possui vínculos com partidos políticos, verifica-se que há efeitos estatísticos significativos e positivos na comparação com todos os demais perfis. Em se tratando dos partidários rituais, tais efeitos são baixos, uma vez que o resultado demonstra que, quando confrontados indivíduos que gozam de baixa mobilização cognitiva, aqueles que manifestavam simpatia partidária em 2008 possuíam 16,1% mais chance de apoiarem a democracia do que aqueles que não se identificavam com nenhum partido, valor que sofreu redução a 13,5% em 2014. Tal resultado permite inferir que a existência do partidarismo, quando dissociada de refinamento cognitivo, produz pouco efeito sobre o fortalecimento da democracia na América Latina, já que os eleitores que se localizam nos perfis com menor mobilização não se diferenciam fortemente em sua disposição em apoiar ao regime.

Já os eleitores que dispõem de mobilização cognitiva combinada com simpatia partidária apresentam probabilidade muito maior de apoiar o regime do que os independentes apolíticos. Conforme os dados da Tabela 17, os partidários cognitivos tinham 46,6% mais chance de serem democratas que os independentes em 2008 e tal diferenciação atingiu 62,9% em 2014, o que denota a relevância da combinação dos recursos escolaridade, interesse por política e partidarismo para a elevação do apoio abstrato à democracia.

Por fim, os efeitos da comparação entre os dois tipos de eleitores não-partidários, os independentes apolíticos e os apartidários, demonstram que, a exemplo do que Dalton (2013) verificou entre os estadunidenses, tais grupos destoam fortemente com relação ao apoio ao regime, sendo que eleitores com alta mobilização cognitiva apresentavam cerca de 43,8% mais chance de aderirem à democracia do que aqueles com baixa sofisticação em 2008, valor que sofreu pequena redução em 2014, mas manteve-se em 42,1%. Esse resultado confirma a hipótese de que o binarismo partidários x não-partidários é insuficiente para a análise das relações estabelecidas pelos eleitores, o que se torna ainda mais expressivo quando se tratam democracias em processo de

consolidação, e também destaca o quanto aqueles indivíduos cognitivamente e politicamente sofisticados estão mais afinados com o regime do que os alienados.

Tomados em conjunto, os resultados pertinentes aos perfis de partidários rituais, partidários cognitivos e apartidários, quando comparados com independentes apolíticos, permitem inferir que a tipologia dos perfis criada por Dalton (2013) encontra rendimentos empíricos coerentes na América Latina, ainda que especificamente no que se refere à medida churchilliana de adesão à democracia, de modo que é possível tratar de expectativas para o desenvolvimento do relacionamento entre eleitores e partidos com relação ao funcionamento e à consolidação de tais regimes na região.

Dada a relevância dos partidos políticos ao funcionamento da democracia e, em consequência, dos efeitos das distintas formas dos indivíduos se relacionarem com tais instituições sobre o fortalecimento do regime, busquei estimar os efeitos do passar dos anos sobre cada perfil de eleitor definido por Dalton (2013), uma vez que seu comportamento com relação ao apoio ao regime é consistente com a expectativa teóricado modelo original, a fim de encontrar, entre ganhos e perdas, o saldo de suas variações nas unidades nacionais ao longo do período.

A expectativa desta proposição é de aprofundar a discussão acerca das consequências do partidarismo e da mobilização cognitiva dos eleitores sobre a consolidação da democracia. Nesse sentido, exponho os dados com a separação dos países conforme as categorias de alinhamento, alinhamento parcial, não alinhamento parcial e não alinhamento propostas no capítulo 3, uma vez que a interpretação dos resultados considera não apenas os dados estatísticos constantes na Tabela 18, mas também informações utilizadas para a formulação da classificação anteriormente proposta nesta tese.

Antes de me ater aos dados, destaco que sua exploração considera apenas os resultados estatisticamente significativos. Ainda que seja relevante analisar também os perfis e países em que houve oscilações cujos saldos foram nulos – já que tal situação pode indicar volatilidade ou a manutenção de taxas ao longo do tempo –, priorizo a discussão sobre os efeitos destacados de alterações positivas ou negativas do relacionamento dos eleitores com os partidos políticos para os regimes democráticos. Isto posto, o primeiro grupo de países é contemplado com uma descrição mais detalhada das potenciais

consequências dos resultados expostos na tabela acima, de modo que, à exceção de casos diferenciados, não repito argumentos sobre tais efeitos quando da observação dos demais conjuntos de países.

Os dados referentes ao conjunto de unidades nacionais nas quais há indícios de alinhamento dos indivíduos com relação aos partidos políticos são homogêneos para três dos quatro perfis de eleitores. No que se refere aos independentes apolíticos, o saldo negativo no período apresenta-se como positivo ao fortalecimento da democracia nos países, uma vez que quanto menor seja o número de cidadãos com poucos recursos para participar do jogo político (e, por consequência, que se elevem aqueles que dispõem de tais requisitos), maior a probabilidade de que tal regime se consolide. Enquanto nos casos de salvadorenhos e uruguaios tal oscilação retornou resultado pouco expressivo, nos demais países há indicativos relevantes, que apontam redução superior a 10% dos independentes apolíticos no período, com destaque ao Equador, onde tal taxa atingiu 15,9%.

Em combinação com tal efeito, a verificação de que se elevaram os percentuais de partidários, tanto rituais quanto cognitivos (para estes há exceções em El Salvador e no Uruguai), corrobora a prospecção de melhoria do funcionamento da democracia nesses países, já que os cidadãos tem se aproximado de instituições centrais ao seu funcionamento. Para ambos os perfis, os saldos assumem diferentes magnitudes, sendo que entre partidários rituais houve elevações superiores a 10% em Belize e na Costa Rica e os equatorianos novamente se destacam pela elevação de 21,7% no período. Entre os partidários cognitivos, os efeitos positivos foram de aproximadamente 8% em Belize e na Costa Rica e superiores a 15% no Panamá e no Equador.

Já com relação aos apartidários, os resultados são menos animadores, se vislumbrados a partir do modelo de Dalton (2013), pois os saldos são negativos na Costa Rica (4%) e em El Salvador (4,4%) e positivo apenas no Panamá (7,9%). Porém, é preciso matizar tais taxas e analisá-las em conjunto com as demais, o que revela um cenário favorável à democracia entre tais países, já que, ainda que não esteja se estabelecendo um novo eleitorado na maioria desses países, mais crítico e sofisticado politicamente, a aproximação dos cidadãos com relação aos partidos políticos e a redução daqueles que gozam de baixa capacidade cognitiva são aspectos a serem destacados.

Tabela 18. Variação dos perfis do eleitorado na América Latina (2006-2014) – Dados nacionais (%)

	Independentes Apolíticos	Partidários Rituais	Partidários Cognitivos	Apartidários
Alinhamento				
Belize ^a	,896***	1,122***	1,078***	,970
Costa Rica	,895***	1,113***	1,079***	,960*
El Salvador	,978*	1,044***	1,008	,956*
Equador ^a	,841***	1,217***	1,171***	1,019
Panamá	,886***	1,052***	1,151***	1,079***
Uruguai	,965***	1,025*	1,016	1,003
Alinhamento parcial				
Argentina ^a	1,013***	1,048***	,989	,944***
Colômbia	1,004	,971*	1,008	1,035*
Guiana	,980*	1,015	1,070*	0,987
Nicarágua	,981*	1,009	1,020	1,038
Venezuela	,910***	1,062***	1,067***	1,051***
Não alinhamento parcial				
Bolívia ^a	1,040***	,949***	,951**	1,012
Brasil	1,010	,981	,960	1,052*
Honduras	1,021*	,968***	0,985	1,092***
México	1,059***	,930***	,929***	1,060***
Paraguai ^a	1,054***	,906***	,990	1,122***
Rep. Dominicana	1,015	,915***	1,099***	1,136***
Não alinhamento				
Chile	1,039***	,874***	,938***	1,064***
Guatemala	1,012	,965*	0,964	1,043*
Jamaica	1,062***	,953***	0,978	,965*
Peru	1,050***	,935***	,940***	1,007

Onde: ***sig = ,000, **sig = ,001 e *sig ≤ ,050

^aDados referentes ao período 2008-2014.

Fonte: LAPOP (2006-2014).

Com relação ao grupo de países para os quais identifiquei alinhamento parcial dos indivíduos com os partidos políticos, os efeitos do tempo sobre os tipos de eleitores são menos homogêneos. Para os independentes apolíticos, na Guiana, na Nicarágua e na Venezuela houve reduções entre 9 e 10%, ao passo que na Argentina tal grupo aumentou minimamente (1,3%) entre 2008 e 2014. Quanto aos partidários rituais, estes se elevaram entre argentinos e venezuelanos e sofreram redução significativa apenas na Colômbia. Os partidários cognitivos obtiveram variações relevantes entre guianenses e venezuelanos, ambas em torno de 7% e, por fim, os efeitos do tempo sobre colombianos e venezuelanos demonstram elevações nos percentuais de eleitores apartidários, ao passo que tal perfil sofreu declínio na Argentina no período.

Sobre os casos nacionais, destaco especialmente a Argentina e a Venezuela. Para o primeiro país, o conjunto de resultados aponta o decréscimo do eleitorado que goza de mobilização cognitiva, o que significa que mesmo que haja no país um processo de aproximação dos eleitores com relação a FPV, este é frágil, já que não se pauta por conhecimento político. No caso venezuelano, o cenário é contrário, já que a redução do percentual de eleitores com perfil menos sofisticado e as elevações dos demais tipos implica na possibilidade de estabelecimento de um eleitorado com maior capacidade cognitiva e refinamento político, o que pode contribuir para o fortalecimento da democracia no país.

Ao observarmos os países em que o relacionamento dos eleitores com os partidos encontra-se em processo de não alinhamento parcial, destacam-se os resultados relacionados aos indivíduos que não simpatizam com legendas partidárias, uma vez que os índices de independentes apolíticos sofreram acréscimos em quatro unidades nacionais e as taxas de apartidários cresceram em cinco dos seis países do grupo. Além disso, ao nos concentrarmos sobre os eleitores partidários, vê-se que em cinco casos houve redução daqueles chamados “rituais” e em dois dos “cognitivos”, entre os quais a única exceção é a elevação na República Dominicana.

Tendo em vista que nesse conjunto de países o partidarismo encontra-se concentrado majoritariamente em uma legenda atualmente – MAS na Bolívia, PT no Brasil, LIBRE em Honduras, PRI no México, PC no Paraguai e PLD na República Dominicana –, o decréscimo dos perfis partidários remonta à dificuldade dos demais partidos em se enraizar junto à sociedade.

Em termos de efeitos à democracia, a Bolívia é a unidade

nacional que apresenta expectativa negativa, pois a redução dos partidários está acompanhada da elevação dos alheios ou alienados aos processos políticos. No México o saldo das oscilações entre os eleitores não-partidários para o regime democrático é nulo, uma vez que independentes apolíticos e apartidários sofreram elevações na mesma intensidade no período, assim como declinaram ambos os grupos partidários em medida semelhante, o que aponta o decréscimo do partidarismo, mas não permite estabelecer hipóteses sobre os delineamentos futuros de tal cenário.

Os demais casos são de países onde o afastamento dos eleitores com relação aos partidos têm se verificado em maior medida entre aqueles que dispõem de maior refinamento político. Entre os brasileiros e dominicanos, os apartidários cresceram 5,2 e 13,6% entre 2006 e 2014, respectivamente, ao passo que entre os paraguaios e hondurenhos há saldos positivos (quando comparados apartidários com independentes apolíticos) de 6,8 e 7,1%, respectivamente. Tais resultados permitem inferir que o distanciamento dos eleitores nestes quatro países não tem sido acompanhado de seu afastamento da política, o que é positivo em termos possibilidade de maior manifestação de apoio à democracia.

Por fim, entre os países nos quais não há indícios de alinhamento dos eleitores aos partidos políticos, as prospecções dos efeitos das variações dos perfis dos indivíduos à democracia são distintas. No caso do Chile, os resultados corroboram a ampla literatura que destaca a cultura política democrática no país, a despeito dos baixos índices de partidarismo e de comparecimento eleitoral. Os eleitores estão se afastando dos partidos independentemente de seu refinamento cognitivo, de modo que ambos os perfis de não simpatizantes sofreram acréscimos entre 2006 e 2014: os apartidários obtiveram aumento de 6,4% enquanto os independentes apolíticos atingiram apenas 3,9%, o que significa que têm se elevado no país o número de indivíduos com maior sofisticação política e desvincilhados de sentimentos partidários, que tendem a se aproximar do cidadão ideal democrático, conforme termos de Dalton (2013).

Na Guatemala, apenas partidários rituais e apartidários passaram por alterações significativas das taxas de eleitores, sendo que o primeiro oscilou negativamente e o segundo obteve pequeno acréscimo. Tal combinação, apesar de desfavorável ao partidarismo, pode ser analisada com positiva ao regime democrático, uma vez que implicou não apenas no abandono dos sentimentos partidários por uma parcela do eleitorado, mas também na elevação do número de cidadãos com maior

refinamento cognitivo à disposição para o envolvimento em discussões e ações políticas, desprovidos de critérios vinculados a uma ou outra legenda.

Já os casos da Jamaica e do Peru apresentam os resultados mais preocupantes para a continuidade do exercício democrático na região, uma vez que o crescimento do alheamento político tem sido acompanhado por reduções nos perfis de eleitores com capacidades, mesmo que mínimas, de participação do campo da política. Entre os jamaicanos, o acréscimo de 6,2% do eleitorado independente apolítico foi acompanhado de reduções dos perfis de partidários rituais e de apartidários, mas a situação é ainda mais crítica entre os peruanos, onde a elevação em 5% no saldo de eleitores alienados se deu em combinação com reduções nos perfis partidários, tanto ritual quanto cognitivo, e sem oscilações relevantes entre os apartidários, o que significa que está crescendo no país o conjunto de eleitores com recursos mínimos (ou até mesmo nulos) para se envolver na política. Uma consequência de tais alterações, especialmente para o Peru, é a possibilidade de redução do apoio à democracia, já que a simpatia partidária e a mobilização cognitiva, recursos úteis ao posicionamento no campo político e à participação na vida democrática, estão cada vez menos presentes entre os eleitorados.

Tomados em conjunto, os efeitos das evoluções dos perfis dos eleitores nos países latino-americanos entre 2008 e 2014 são majoritariamente positivos no que se refere às possíveis consequências de tais variações sobre a adesão dos indivíduos à democracia. Além disso, quando analisados à luz da classificação proposta no capítulo anterior, tais resultados reforçam a afirmação de que o referido regime não está em crise na região e permite avanços na qualificação das categorias analíticas expostas no capítulo 3.

Entre os países nos quais verifiquei indícios de alinhamento partidário, as alterações na composição dos perfis dos eleitores corroboram as expectativas positivas quanto ao relacionamento dos indivíduos com os partidos políticos e também com o regime democrático, uma vez que têm crescido o percentual de cidadãos que se aproxima de tais instituições ao longo dos últimos anos, o que, dada a centralidade dos partidos ao funcionamento da democracia, se revela benéfico também ao regime.

Entre os países onde há alinhamento parcial, os efeitos das oscilações dos perfis são favoráveis à democracia na Colômbia, na Guiana, na Nicarágua e na Venezuela e apenas entre os argentinos há indícios pessimistas por conta do crescimento dos grupos com baixa

mobilização cognitiva. Contudo, dados os conjuntos de efeitos para cada unidade nacional, não são possíveis conclusões generalizáveis.

Com relação ao conjunto de nações onde apenas um partido tem mantido ou elevado a taxa de simpatia junto ao eleitorado, o caso mexicano é o único em que não é possível postular prováveis consequências para a democracia, pois é permeado por oscilações que se equivalem em termos de aumentos entre os perfis que não manifestam partidarismo e de reduções naqueles que o manifestam.

Entre os demais países, há indicativos otimistas para o referido regime nos casos do Brasil, de Honduras e do Paraguai, com destaque ao saldo positivo do perfil de apartidários, e também da República Dominicana, onde tem melhorado as taxas de indivíduos com alta mobilização cognitiva, tanto partidários quanto apartidários. Sobre o último país, cabe destacar ainda a possibilidade de que, caso permaneçam crescentes os efeitos verificados, o país ascenda à categoria de alinhamento parcial nos próximos anos, uma vez que, para tanto, se faz necessário o crescimento da taxa de identificação partidária.

Sobre o outro país da categoria de não alinhamento parcial, a Bolívia, a expectativa é pessimista, uma vez que a redução do partidarismo tem sido acompanhada pela elevação do perfil de eleitores alheios à política. Nesse sentido, assim como ADN, MNR e MIR gozavam de alta proximidade com o eleitorado nas primeiras décadas pós-ditatoriais e atualmente têm taxas de identificação baixas e decrescentes, caso tal comportamento se repita com relação ao MAS, há possibilidade de que se altere sua classificação para país onde verifiquei não alinhamento completo até o momento.

Por fim, no que tange às unidades nacionais em que não há indícios do fortalecimento das relações entre os indivíduos e as legendas partidárias, os dados da Tabela 18 demonstram que tal colocação não se alterará caso se mantenham as variações nos perfis de eleitores verificadas entre 2008 e 2014, já que nos quatro países identifiquei saldos negativos entre os perfis partidários e positivos para aqueles não-partidários.

5 PARTIDARISMO NO BRASIL

Este capítulo tem por objetivo uma análise empírica do caso brasileiro, de modo que, como tal, possui todas as limitações pertinentes aos estudos de casos. Em contrapartida, apresenta a vantagem de possibilitar o debate acerca de aspectos específicos da relação dos eleitores com os partidos políticos no país, os quais não poderiam ser analisados de maneira pormenorizada através do estudo do conjunto de unidades latino-americanas.

A fim de contextualizar a discussão, a primeira seção trata da evolução do sistema partidário, com ênfase à sua caracterização e ao debate em torno de sua institucionalização, bem como dos partidos políticos e sua relação com os eleitores por meio dos processos eleitorais e da identificação partidária.

Já a segunda, é destinada à verificação dos efeitos decorrentes dos distintos perfis sobre o apoio ao regime e a duas modalidades de participação que se destacam dentre aquelas definidas pela literatura internacional como convencionais e não convencionais, o comparecimento eleitoral e o protesto. Com vistas a qualificar tal discussão, exponho também dados descritivos sobre a evolução recente do eleitorado brasileiro à luz do modelo de Dalton (2013) e identifico como se encontra tal *status* dentre o conjunto de unidades nacionais latino-americanas.

5.1 SISTEMA PARTIDÁRIO, PARTIDOS E ELEITORADO NO BRASIL

A trajetória do sistema partidário brasileiro é de bastante instabilidade. A inconstância na manutenção de um padrão de

organização dos partidos políticos é fator relevante à discussão sobre o relacionamento entre o eleitorado e tais instituições, em especial no momento atual, em que vivenciamos a mais longa experiência democrática da história do país.

O ano de 1979 representa um marco político expressivo: a promulgação da Lei nº 6.767 pôs fim ao bipartidarismo, com a extinção do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e possibilitou a emergência de muitos dos partidos que compõem o sistema partidário brasileiro até hoje.

O fim do ciclo de governos militares foi marcado ainda por uma série de medidas para a consolidação do regime democrático, como a concessão de votos aos analfabetos, a liberalização de regras para criação de novos partidos, a revogação da cassação de partidos pelo regime militar, eleições diretas e a promulgação de uma nova Constituição (NICOLAU, 2012b).

Sobre a caracterização do sistema partidário brasileiro⁶⁷, são recorrentes os apontamentos acerca do baixo grau de institucionalização das legendas (BALBACHEVSKY, 1992; SAMUELS, 1997; MAINWARING, 2001), da forte presença do personalismo (REIS; CASTRO, 1992; MENEGUELLO, 1995; SILVEIRA, 1998; REIS, 2002; RODRIGUES, 2002), da desconfiança do eleitorado nos partidos (MUSZYNSKI; MENDES, 1990; KINZO, 1991; MOISÉS, 1993; 1995; 2005; 2010; LAGOS, 1996; MOISÉS; CARNEIRO, 2008; BAQUERO; LINHARES, 2010; MESQUITA, 2013), da alta volatilidade eleitoral (NICOLAU, 1998; BRAGA, 2006), da elevada migração partidária (KINZO, 2004; MELO, 2014), da fragilidade com que partidos são criados e desaparecem (NICOLAU, 1996; MAINWARING, 2001), da multiplicação de legendas (NICOLAU, 1996; CARREIRÃO; KINZO, 2004), da ineficácia das instituições políticas brasileiras, incluídos os partidos (AMES, 2003), da persistência de clãs regionais e de famílias no poder (SCHOENSTER, 2014), de denúncias de corrupção (FILGUEIRAS, 2013), da relevância da avaliação dos incumbentes à definição do voto (VEIGA, 2007; BRAGA; PIMENTEL JUNIOR 2011), da proximidade dos programas partidários da maioria das legendas à esquerda do espectro ideológico (TAROUCO, 2008), da convergência das principais legendas ao centro do espectro político

⁶⁷Braga (2013) apresentou um compêndio da produção nacional acerca do sistema partidário brasileiro, no qual destaca o panorama geral dos levantamentos sobre o estado da arte do fenômeno partidário em diálogo com contribuições anteriores de Lamounier e Kinzo (1978), Lima Junior, Schmitt e Nicolau (1992) e Lima Junior (1999) e se debruça sobre as pesquisas realizadas a partir de 2000.

combinada com a redução da distinção ideológica nos últimos anos (POWER; ZUCCO JUNIOR, 2009) e do alto número de partidos efetivos no Legislativo nacional (MELO, 2007) – mais elevado do que as médias para a América Latina (AMES; POWER, 2007; CARNEIRO; MOISÉS, 2015) e um dos maiores do mundo (GALLAGHER, 2015).

Há que se destacar ainda a complexa estrutura institucional brasileira, composta por um conjunto de regras eleitorais definidas pela fragmentação do poder diante da combinação entre presidencialismo, representação proporcional e federalismo, bem como por alianças entre partidos (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986; REIS, 1995; MAINWARING, 2001; AMES, 2003; BRAGA, 2006; 2010; KINZO, 2007a).

Esse arranjo dificultaria o fortalecimento de partidos políticos que fossem ao mesmo tempo instituições nacionais eleitoralmente estáveis, atores disciplinados em termos parlamentares e organizações programáticas e ideologicamente consistentes. Em consequência disso, teríamos baixos graus de representatividade, de diferenciação programática e de coesão e disciplina parlamentares (BRAGA, 2010, p. 44).

Ainda que não haja consenso acerca dos benefícios ou prejuízos das coligações ao sistema partidário brasileiro (JEHÁ, 2009), tais alianças foram interpretadas por Duverger (1980 [1951]) como instrumentos danosos aos sistemas por sua natureza efêmera e desorganizada, já que são constituídas como arranjos provisórios, com vistas à obtenção de benefícios e vantagens eleitorais por conta da sustentação de um governo ou na tentativa de sua substituição.

Além disso, os acordos estabelecidos em diferentes esferas em um mesmo pleito e entre partidos diversos entre uma eleição e outra contribuem para a dificuldade de diferenciação de tais instituições entre o eleitorado (TAVARES, 1994; CARREIRÃO, 2006; DANTAS, 2007; MIGUEL; MACHADO, 2010; SAMUELS; ZUCCO JUNIOR, 2012). Da mesma maneira, a recorrência de propostas apresentadas por organizações que assumem bandeiras ideológicas divergentes e o fortalecimento de partidos *catch-all* contribuem para a dificuldade dos eleitores em se afeiçoar aos partidos políticos no país.

Em análise sobre as eleições de 2006 para cargos nas esferas federal e estadual, Kinzo (2007a, p. 157-158) concluiu, acerca do pluralismo identificado no sistema partidário nacional:

[...] num contexto de eleitorado de massa como o brasileiro, em que as divisões societais refletidas no jogo político não são nítidas e em que o número de competidores partidários é elevado, a necessidade de aumentar as chances de sucesso eleitoral leva os partidos a flexibilizar seu posicionamento político-ideológico para ganhar um eleitorado mais amplo. Deste modo, o que poderia ser indicativo de maior nitidez de perfil político – ou seja, a existência de um sistema partidário pluralista que possibilita uma melhor incorporação ao jogo político-partidário das clivagens e divergências existentes na sociedade – acaba resultando no reverso.

Apesar da maior parte das características destacadas serem associadas a sistemas partidários instáveis ou sem enraizamento junto à sociedade, a estabilidade nos padrões de competição eleitoral, a redução da volatilidade nas eleições presidenciais e a relevância dos laços partidários à estruturação do comportamento político de uma parcela da população são aspectos que denotam o fortalecimento dos partidos no Brasil.

Tarouco (2010) entende que o sistema partidário brasileiro está razoavelmente estabilizado, enquanto Bohn e Paiva (2009) e Braga (2010) afirmam que o mesmo encontra-se em meio a um processo dinâmico de institucionalização. Carreirão (2014) pondera tais interpretações ao destacar que essas análises possuem limites importantes a serem considerados.

Braga (2010, p. 70) destaca o padrão bipartidário na competição presidencial e o crescente número de legendas efetivas na Câmara dos Deputados, o que caracterizaria “uma estrutura de competição multipartidária moderada”. Carreirão (2014), em contraposição, afirma que a disputa no interior do Legislativo nacional não remontaria ao pluralismo limitado e moderado, nos termos de Sartori (1982), já que o autor clássico compreende como moderada a disputa entre três a cinco partidos. “Trata-se, portanto, em termos comparativos, de um elevado (e não moderado) grau de competição partidária” (CARREIRÃO, 2014, p. 266).

Em sua análise de dados sobre coligações, o autor reafirma o elevado número de legendas envolvidas no governo federal:

Se privilegiarmos a competição eleitoral *strictu sensu*, a tese é correta; de 1994 para cá

efetivamente formou-se uma estrutura da competição eleitoral (que não havia antes), em torno das coligações capitaneadas por PT e PSDB. Mas o processo de formação de governos não seguiu essa estrutura da disputa tão de perto. Se privilegiarmos esse último processo, talvez devêssemos tomar como marco divisório o ano de 2003 e não o de 1994. Entre 1990 e 2002 tivemos governos de centro-direita, com a esquerda na oposição. Além disso, as coalizões envolviam de 3 a 5 partidos. A partir de 2003 as coalizões passaram a envolver de 7 a 9 partidos, incluindo siglas de todos os campos ideológicos (esquerda, centro e direita) (CARREIRÃO, 2014, p. 269-270).

Ademais, Carreirão (2014) destaca a proliferação crescente de coligações ideologicamente inconsistentes⁶⁸ nas eleições para governador, senador e deputados estaduais e federais em 1994, 1998 e 2010, quando considerada a dimensão governo/oposição, aspecto no qual seus resultados coadunam com aqueles anteriormente identificados em pesquisas de Anastasia, Nunes e Meira (2010) e Miguel e Machado (2010).

Outro ponto destacado por Carreirão (2014, p. 278) diz respeito às migrações partidárias, com destaque às lideranças estaduais e, especialmente mais recentemente, por conta da criação de novos partidos (Partido Social Democrático [PSD], Partido Republicano da Ordem Social [PROS] e Solidariedade [SD] até o momento da análise pelo autor⁶⁹), o que “[...] torna difícil a formação de imagens partidárias claras pelo eleitorado e gera um cenário em que a cada eleição o panorama da disputa (em termos partidários) é bem diferente do das disputas anteriores”⁷⁰.

Concluindo este ponto, a afirmação de que a eleição presidencial estrutura o sistema partidário

⁶⁸O autor utiliza como critérios tanto aspectos ideológicos quanto a polaridade governo x oposição, tomada como referência para este segundo critério a coalizão de governo no âmbito federal.

⁶⁹ Carreirão (2014, p. 282) destaca ainda o “ecletismo ideológico” quando da constituição destes partidos, uma vez que expressivos percentuais de deputados de partidos tanto de direita quanto de esquerda compuseram inicialmente as bancadas das novas legendas, simultaneamente.

⁷⁰Em setembro de 2015 foi deferida a criação de mais três legendas no Brasil: Partido Novo (NOVO), Rede Sustentabilidade (REDE) e Partido da Mulher Brasileira (PMB).

brasileiro tem certa dose de verdade – já que, a partir da estrutura da competição para a Presidência da República, pode-se prever que os partidos que *predominantemente* compõem os dois principais blocos (em torno do PT e do PSDB) não realizem muitas coligações entre si nas disputas para outros cargos estaduais – mas precisa ser vista também com certa cautela, já que, pelo menos atualmente, boa parte dos partidos relevantes em âmbito nacional, ao decidir suas estratégias de coligação em eleições para outros cargos, dá importância apenas relativa à estrutura da disputa presidencial. Além disso, as decisões partidárias visando coordenar as estratégias estaduais com a nacional, em conjunto com a migração partidária de lideranças estaduais, não contribuem para a estabilidade dos sistemas partidários em âmbito estadual (CARREIRÃO, 2014, p. 276).

Diante do amplo conjunto de considerações, confrontos de resultados de pesquisas anteriores e dados atualizados, Carreirão (2014) demonstra maior aproximação com a afirmação de Lucas e Samuels (2011, p. 61) de que “o sistema partidário brasileiro tem se tornado relativamente mais incoerente” e realça cinco considerações que matizam as conclusões de Bohn e Paiva (2009), Tarouco (2010) e Braga (2010), de que há uma tendência à institucionalização do sistema partidário nacional: [1] a institucionalização de vários partidos, individualmente, foi analisada a partir de indícios frágeis, que desconsideram a competitividade das legendas; [2] a avaliação da institucionalização do sistema partidário, como um todo, não considerou adequadamente aspectos como os níveis de volatilidade eleitoral (altos quando comparados com padrões internacionais e sem tendências de redução especialmente para os cargos de senador e de deputado estadual) e a elevada e crescente fragmentação partidária nas eleições para deputados federais, que “[...] dificulta as decisões dos eleitores principalmente nas eleições proporcionais no país, gerando problemas de *accountability*, com repercussões sobre a qualidade da representação”; [3] ainda que a disputa presidencial esteja polarizada entre PT e PSDB, o processo de formação de governos não é estável; [4] a disputa presidencial não se constitui em “ponto de amarração do sistema partidário como um todo”, uma vez que não há padrão nas coligações; e [5]:

a ideologia ainda tem certa relevância na estruturação do sistema partidário, mas está perdendo importância ao longo do tempo, tanto na diferenciação das opiniões das elites políticas brasileiras, quanto na formação de coligações para os diversos cargos em disputa e nas coalizões de governo em âmbito federal (CARREIRÃO, 2014, p. 285).

Carneiro e Moisés (2015) corroboram a afirmação de Carreirão (2014) sobre a tendência de institucionalização do sistema partidário brasileiro, mas destacam que este se caracteriza por uma dupla face. Por um lado, os partidos cumprem sua função na arena decisória, com atuação legislativa e executiva a contento. Em contrapartida, as legendas encontram-se pouco enraizadas junto ao eleitorado, o que demonstra a fragilidade no atendimento das expectativas dos eleitores com relação à representação.

Para além de condicionantes estruturais da legitimação democrática por meio de partidos e do sistema partidário, a constatação até a década passada era de que

Poucos estudos, no entanto, têm se dedicado a olhar os partidos do prisma dos eleitores, no sentido de decifrar sua relevância para o processo de decisão do voto e, em função disso, a tratá-los como agrupamentos constituídos por representantes políticos e como organizações que atuam na arena eleitoral segundo determinadas estratégias e com recursos políticos desiguais (KINZO; BRAGA, 2007, p. 9).

Lavareda (1991), Mainwaring e Scully (1995) e Pimentel Junior (2007) argumentaram de maneira consonante a afirmação acima e ressaltaram que o desenvolvimento do partidarismo é fundamental para a consolidação do regime democrático. Em termos históricos, a declaração de identificação partidária no período democrático anterior à ditadura no Brasil (1945-1964) era de cerca de 64% e atingiu aproximadamente 70% do eleitorado durante o bipartidarismo (LAVAREDA, 1989; BRAGA; PIMENTEL JUNIOR, 2011). Sobre tais percentuais, Pereira (2014) pondera que há dois fatores que devem ser considerados quando da comparação com os valores atuais: primeiro, os analfabetos não participavam dos pleitos, o que significa que os indivíduos com perfil menos propenso ao desenvolvimento de

sentimentos partidários não estava legalmente autorizado a votar⁷¹; e segundo, as pesquisas eram realizadas majoritariamente em capitais e áreas urbanas, o que poderia superestimar as taxas de identificação se consideradas as desigualdades dos contextos urbano e rural.

Após a redemocratização, a identificação partidária sofreu expressiva queda no país, com comportamento instável ao longo do tempo (RENNÓ, 2007). A expectativa de Kinzo (2007) de que a retomada de eleições diretas para os cargos majoritários, na década de 1980, e a experiência contínua de realização de pleitos com múltiplos partidos contribuíssem para o fortalecimento da lealdade partidária não se confirmou empiricamente: dados referentes aos anos de 1989 e 2002 apontam redução percentual mínima (1%) de partidarismo manifestado pelos brasileiros. Segundo a autora, a ausência de crescimento da identificação do eleitorado com partidos, mesmo após a realização de três eleições presidenciais, seria um sinal de priorização de candidaturas pessoais, em detrimento do estabelecimento de vínculos entre partidos e eleitores. Carreirão e Kinzo (2004) discorreram sobre o período 1989-2002 e verificaram uma média da preferência por algum partido em torno de 46,5% entre o eleitorado.

Em se tratando especificamente do período 2000-2005, Braga e Pimentel Junior (2011) afirmam que, apesar da redução da identificação partidária em relação ao período bipartidário, na primeira parte da década passada verificou-se no Brasil taxas acima da média mundial e semelhantes à democracias consolidadas, como Dinamarca, Finlândia, Grã-Bretanha, Irlanda, Noruega e Suécia.

No período entre 2002 e 2010, Veiga (2011) destaca a estabilidade na identificação partidária, em torno de 39% nos anos inicial e final. Tal manutenção seria positiva e resultaria de uma recuperação na medida, uma vez que denúncias de corrupção que irromperam no país durante o período – com maior intensidade em 2005 – conduziram a uma queda generalizada dos índices de identificação partidária, que atingiram 28% em 2006, o menor percentual em todo o período pós-redemocratização. Essa redução atingiu os partidos em geral, enquanto que no processo de retomada da identificação partidária o Partido dos Trabalhadores (PT) foi mais efetivo que as demais legendas, de modo que foi o que mais contribuiu para a retomada do

⁷¹Considerado o primeiro período democrático, os eleitores correspondiam a 16% da população nacional em 1945 e a 24% em 1962 (LIMA JUNIOR, 1983).

percentual verificado em 2010⁷².

Sobre tal oscilação, o efeito do “mensalão” sobre a identificação partidária não diferencia o Brasil de outros países. No plano internacional, Dalton, McAllister e Wattenberg (2003) já haviam sinalizado a existência de associação entre conflitos e escândalos políticos e o aumento de independentes em democracias consolidadas, o que significa que a volatilidade decorrente de crises políticas não é exclusiva de jovens democracias. Com base em dados de identificação partidária entre os estadunidenses, Green, Palmquist e Schickler (2002) verificaram que crises políticas e econômicas tendem a ter influência pouco duradoura sobre o partidarismo, ou seja, em períodos com escândalos políticos, guerras ou mal desempenho econômico há um maior afastamento dos eleitores com relação aos partidos, mas tal retração tende a ser revertida em curto prazo. No entanto, tais momentos negativos podem refletir sobremaneira entre o eleitorado jovem, caracterizado como novo grupo de votantes cujos laços partidários são fracos, de modo que as relações entre sua socialização anterior e aquela decorrente da entrada na vida adulta podem consolidar-se em um perfil pouco afeito aos partidos políticos, o que, em médio e longo prazo, tende a contribuir para a redução do partidarismo entre o eleitorado de modo geral.

A despeito das oscilações da identificação partidária entre os brasileiros ao longo do tempo e de que a expectativa de Kinzo (2007) com relação ao enraizamento dos partidos entre o eleitorado não tenham se consolidado, tal variável é de extrema relevância aos valores, atitudes e comportamentos políticos daqueles que possuem identificação ou sentimentos partidários, conforme demonstram os resultados de muitos estudos sobre o comportamento eleitoral no Brasil (BALBACHEVSKY, 1992; CASTRO, 1994; SINGER, 2000; CAMARGO, 2003; CARREIRÃO; KINZO, 2004; CARREIRÃO, 2007; 2008; CARREIRÃO; BARBETTA, 2007; NICOLAU, 2007; VEIGA, 2007; 2011; RIBEIRO; CARREIRÃO, BORBA, 2011; BRAGA; PIMENTEL JUNIOR, 2011; SAMUELS; ZUCCO JUNIOR, 2012; PEREIRA, 2014; PEREIRA; FUKS; CASALECCHI, 2014; ZUCCO JUNIOR, 2014), para os quais os laços partidários se revelam preditores mais expressivos, não raras vezes, do que fatores sociodemográficos, como escolaridade e renda familiar. Cabe destacar que tal relação se manifesta

⁷²Os Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB) posteriores às eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010 apontaram maior rejeição ao PSDB do que ao PT, mesmo após as denúncias de corrupção no meio da década (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011).

de maneira mais evidente entre identificados com o PT, quando comparados com outros partidários (PIMENTEL JUNIOR, 2007; CARREIRÃO, 2008; RIBEIRO; CARREIRÃO, BORBA, 2011; VEIGA, 2011).

Contudo, as alterações no sistema partidário e na manifestação de partidarismo no Brasil não se relacionam exclusivamente ao PT. Ainda que haja atualmente no país 35 legendas constituídas e que tal número se mantenha elevado ao longo do período democrático contemporâneo, apenas mais dois partidos se destacam nacionalmente.

Em termos de identificação partidária, Carreirão e Kinzo (2004), Veiga (2011) e Samuels e Zucco Junior (2012) atribuem aos maiores partidos brasileiros, em grande medida, a causalidade das alterações nas taxas de partidarismo nos últimos anos. Enquanto o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) sofreu redução acentuada no número de identificados, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o PT apresentaram crescimento, o último com grande expressão.

Sobre o PMDB, o partido foi constituído após a alteração da legislação partidária em 1979, mas suas bases remontam ao MDB, grupo opositor à ARENA e ao governo militar vigente no país anteriormente. Segundo Sadek (1989), o PMDB foi responsável pelo protagonismo da transição democrática.

Nas primeiras eleições após a abertura política, o partido elegeu Tancredo Neves e José Sarney para a presidência da república e governadores em 22 unidades da federação, além da maior parte dos senadores e deputados federais e estaduais, o que lhe garantiu o controle dos Executivos e Legislativos federal e estaduais. Contudo, crises de ordem política e econômica acometeram o governo Sarney e impactaram negativamente sobre a liderança do partido no sistema partidário nacional (LAMOUNIER, 1989). Nas eleições presidenciais seguintes, Ulysses Guimarães (1989) e Orestes Quécia (1994) atingiram 4,4% dos votos e, evidenciada a ausência de lideranças partidárias na esfera nacional, o PMDB tornou-se coadjuvante nas disputas majoritárias, consolidando-se como maior aliado de todos os governos federais, e mantém seu expressivo desempenho nas eleições parlamentares e para os Executivos estaduais e municipais (CORTEZ, 2009; MELO; CÂMARA, 2012).

Sandes-Freitas (2013) e Couto, Abrucio e Teixeira (2013) ressaltam que o partido ainda é o maior em termos de candidatos e coligações que obtiveram êxito nas eleições de 2012, um reflexo do foco do partido em eleições municipais e de sua capilaridade em termos de

implantação no território nacional⁷³, mas também da ausência de lideranças políticas capazes de mobilizar a sociedade e unir o partido em termos eleitorais e organizacionais para o lançamento de candidatura própria à presidência da República.

A disputa eleitoral para a presidência no Brasil encontra-se polarizada entre PT e PSDB, únicos partidos a apresentar candidatos em todos os pleitos majoritários desde 1989 e que concentraram ao menos dois terços dos votos válidos nas últimas seis eleições. Segundo Kinzo (2007), a estabilização da competição partidária, entendida como a previsibilidade acerca dos principais concorrentes eleitorais é um indicador importante à consolidação do sistema partidário.

Se é certo que democracia implica incerteza política, é certo também que sua consolidação implica a emergência de um padrão de disputa mais ou menos estável. Em novas democracias, quanto mais duradouro for o padrão de competição partidária, maiores as chances de que os eleitores construam imagens partidárias e criem lealdades (KINZO, 2007a, p. 21).

Enquanto o PSDB surgiu como dissidência do PMDB durante o processo de elaboração da Carta Magna (KINZO, 1990), o PT foi fundado como “novidade” no sistema partidário nacional por sua constituição em bases sindicais, de movimentos sociais e relacionados à igreja católica (KECK, 1992)⁷⁴. Aliados na defesa do Estado de direitos, de liberdades democráticas contra o arrocho salarial e por eleições diretas para presidente, entre outras bandeiras, o primeiro sinal de distanciamento se deu quando do restabelecimento do voto direto na disputa majoritária, quando ambos lançaram candidatos (Lula, pelo PT, e Mário Covas, pelo PSDB). Ainda que o PSDB tenha apoiado o PT no segundo turno da disputa, ambas as legendas passaram a buscar outros parceiros (ANASTASIA; NUNES; MEIRA, 2010).

⁷³Há filiados ao PMDB em 99,9% dos municípios brasileiros, ao passo que o partido encontra-se presente em 94,5% das cidades, somados diretórios e comissões provisórias (BRAGA; RODRIGUES-SILVEIRA, 2012). Em se tratando de eleições, o PMDB está presente em coligações a candidaturas de prefeitos em mais de 90% dos casos desde o ano 2000 (ZUCCO JUNIOR, 2014).

⁷⁴O PT é o partido brasileiro mais organizado em termos de recursos e de infraestrutura (ZUCCO JUNIOR, 2014), bem como o maior partido de massa (AMARAL, 2010) e o que conta com maior número de simpatizantes (SAMUELS; ZUCCO JUNIOR, 2012) na América Latina e tem sido a legenda brasileira mais estudada tanto por pesquisadores nacionais quanto internacionais (ANGELO; VILLA, 2009).

A Tabela 19 apresenta os resultados das eleições presidenciais desde 1994, quando a competição começou a se estruturar em torno dos dois partidos destacados.

Tabela 19. Resultados dos primeiros turnos de eleições presidenciais no Brasil (1994-2014)

	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Candidatos do PSDB	54,28	53,06	23,19	41,64	32,61	33,57
Candidatos do PT	27,04	31,71	46,44	48,61	46,91	41,58
3º colocado ^a	7,38	10,97	17,86	6,85	19,33	21,31
Outros candidatos	11,3	4,26	12,51	2,9	1,15	3,54

^a 1994 = Enéas Carneiro (Partido da Reedificação da Ordem Nacional - PRONA); 1998 = Ciro Gomes (Partido Popular Socialista - PPS); 2002 = Anthony Garotinho (Partido Socialista Brasileiro - PSB); 2006 = Heloísa Helena (Partido Socialismo e Liberdade - PSOL); 2010 = Marina Silva (Partido Verde - PV); 2014 = Marina Silva (PSB).

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Sobre o período, cabem diversas considerações. Em primeiro lugar, no pleito de 2006, ano imediatamente posterior à denúncia do “mensalão”, o PT, partido que ocupava a presidência da república à época e foi relacionado ao maior número de suspeitos, recebeu o maior percentual de votos de sua história, já que o presidente Lula, candidato à reeleição, acumulou 48,61% dos votos válidos no primeiro turno. Além disso, PT e PSDB somaram 90,25% dos votos, o que permite inferir que, mesmo diante do maior caso de corrupção investigado na história política nacional, os eleitores conferiram seus votos às legendas tradicionais. Segundo Hunter e Power (2007) e Rennó e Cabello (2010), o “mensalão” prejudicou a imagem do PT naquele momento, mas não afetou a percepção do eleitorado com relação a Lula, o que ressaltaria a preferência à figura do candidato, em detrimento do partido, quando da escolha eleitoral.

Em segundo lugar, os expressivos percentuais de votos atingidos por Marina Silva nas eleições de 2010 e de 2014, mesmo competindo por distintas legendas (PV e PSB, respectivamente), representam os melhores desempenhos de terceiras candidaturas desde a redemocratização (em torno de 20% dos votos válidos), o que pode suscitar questionamentos à cristalização da competição majoritária entre PT e PSDB (TELLES; MUNDIM; LOPES, 2013).

Em contrapartida, verifica-se o baixo percentual de votos válidos destinados aos demais partidos, especialmente a partir de 2006, o que permite inferir que a amplitude da oferta de legendas não se

converte em pluralidade de apoio eleitoral, o que decorre, em alguma medida, da dificuldade do eleitorado em conhecer um alto número de partidos, já que tal intento exige recursos cognitivos, de sofisticação política e de tempo.

No que tange especificamente aos quatro últimos pleitos presidenciais, são diversos os autores que destacam a relevância de fatores estruturais e individuais ao sucesso petista. A amenização do esquerdismo e do posicionamento anti-sistêmico de questionamento das bases da legitimidade do sistema político brasileiro, nos termos de Sartori (1982), somado às coligações que permitiram ao PT melhores condições de competir eleitoralmente (TELLES, 2003) e promoveram sua aproximação das classes mais populares (VENTURI, 2010), foram essenciais à eleição de Lula em 2002 (RIBEIRO, 2003; SINGER, 2010; 2012). Entretanto, tal resultado se deu também por conta do desgaste sofrido pelo PSDB durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, em especial em virtude de problemas econômicos (RIBEIRO, 2003; COUTO; ABRUCIO; TEIXEIRA, 2013).

Segundo Singer (2010; 2012), os dois mandatos presidenciais de Lula (2003-2006 e 2007-2010) constituem a síntese contraditória dos princípios norteadores do PT ao longo de sua história. Por conta da implementação de políticas inclusivas que melhoraram as condições de vida dos trabalhadores concomitantemente a medidas que beneficiaram o capital privado, o autor destaca que “duas almas” habitam o partido atualmente, quais sejam: o “espírito de Sion” e o “espírito do Anhembi”. O primeiro é marcado pelo discurso anti-capitalista de fundação do partido, no Colégio Sion, em São Paulo, em 1980, que defendia um novo sindicalismo e lutava pelo fim da ditadura. O segundo, expresso nas intenções aprovadas pelo Diretório Nacional do PT durante a campanha de 2002, teve como marco a “carta ao povo brasileiro”, por meio da qual o partido apresentou sinais de pragmatismo, da aceitação do capital financeiro e da defesa da ordem, quando também se aliou ao Partido Liberal (PL). Com a vitória no pleito majoritário, a “segunda alma” predominou, seguida do aprofundamento da popularização do PT por conta de sua aproximação do eleitorado mais pobre e da expulsão dos “rebeldes” em 2003 (os quais não votaram em conformidade com a instrução do partido a reforma da Previdência). Entretanto, a primeira alma continuaria viva no interior do partido.

No decorrer do primeiro mandato, o PT fortaleceu a desradicalização iniciada durante a campanha (TELLES, 2003), o que, em conjunto com a avaliação positiva do governo (RENNÓ, 2007), fortalecida por políticas sociais efetivas (SINGER, 2012), e o bom

desempenho econômico do país (COUTO; ABRUCIO; TEIXEIRA, 2013), conduziu à reeleição de Lula em 2006, mesmo após as denúncias de corrupção do ano anterior. Da mesma maneira, o segundo mandato de Lula, marcado por ações voltadas ao crescimento econômico e à ampliação do consumo em meio a um momento de crise mundial, foi bem sucedido no sentido de promover a manutenção do PT no poder, conduzindo à eleição de Dilma Rousseff, num inédito terceiro mandato de um mesmo partido na democracia brasileira até então (TELLES, 2012).

Bezerra e Mundim (2011) e Telles (2012) destacam ainda que a eleição de Dilma destaca o personalismo, por conta da satisfação dos brasileiros com a atuação política de Lula, e corroboram o argumento de Kinzo (2007b), de que as campanhas eleitorais no Brasil refletem competições centradas em pessoas, ou seja, perpetuam o personalismo na política nacional. Além disso, cabe destacar a manutenção da identificação com o partido após o mensalão, o fato dos identificados com o PT representarem historicamente parcelas majoritárias do total de partidários brasileiros, a pouca expressão dos demais partidos em termos de identificação e a penetração do PT entre os menos escolarizados nos últimos anos, condições que contribuíram para a reeleição de Dilma em 2014, a despeito da onda de protestos com críticas generalizadas à política, a políticos e aos partidos ocorrida no ano anterior.

Diante de tais considerações, evidencia-se que o sistema partidário brasileiro possui três partidos fortes, embora apenas dois polarizem as disputas majoritárias (PT e PSDB) e o terceiro se destaque no nível regional (PMDB). Além disso, o eleitorado tem dificuldades em se identificar com a maior parte das organizações partidárias, tanto por conta do elevado número de partidos existentes quanto pelas diversas coligações e coalizões estabelecidas pelas legendas e da recorrência de apresentação de propostas semelhantes. Ademais, as avaliações do desempenho dos eleitos e da situação econômica e o partidarismo têm peso nas decisões eleitorais dos indivíduos.

No que tange especificamente à identificação partidária, estudos empreendidos por Samuels e Zucco Junior (2012) e por Borba *et al* (2014) revelam que, apesar da expressiva concentração da medida com relação ao PT, a relação entre partidarismo e comportamento político de petistas e simpatizantes com os demais partidos é semelhante, ou seja, há certa homogeneidade na cultura política de eleitores identificados com partidos políticos no Brasil. Por outro lado, tal conjunto de cidadãos se diferencia fortemente daqueles que não desenvolvem laços com legendas partidárias, o que denota a necessidade de estudos mais

aprofundados acerca dos distintos tipos de relacionamento estabelecidos pelo eleitorado com partidos.

Considerados tais resultados, apesar da expressão do PT, do PSDB e do PMDB na política nacional e de sua penetração junto à sociedade, as análises deste capítulo não distinguirão eleitores conforme o partido pelo qual simpatizam, mas de acordo com fatores gerais que permeiam tal relação: a manifestação de simpatia partidária e o refinamento político e cognitivo. Desta maneira, em diálogo com os resultados apresentados nos capítulos anteriores para a América Latina, aprofundo as análises para o caso brasileiro, a fim de verificar de que maneira as variações na composição dos perfis de eleitores refletem sobre determinados aspectos da cultura política dos brasileiros.

5.2 EVOLUÇÃO DO PERFIL DO ELEITORADO BRASILEIRO E EFEITOS SOBRE A DEMOCRACIA(2006-2014)

Em pesquisa anterior, desenvolvida com colaboradores, mapeei os determinantes individuais da identificação partidária dos brasileiros. Tal estudo, que utilizou dados dos ESEBs de 2002, 2006 e 2010, destacou as alterações dos perfis socioeconômico, cognitivo e atitudinal dos brasileiros ao longo do período, tanto tomados os partidários em conjunto (identificados x não identificados com partidos) quanto por meio de análises específicas entre aqueles que manifestaram laços com as principais legendas nacionais: PT, PSDB e PMDB. Dada a expressão da candidatura de Marina Silva no pleito majoritário de 2010, o Partido Verde (PV) foi também incluído na análise referente àquele ano (BORBA *et al*, 2014).

Os resultados apontaram a baixa capacidade explicativa de atributos sociais às variações da identificação dos brasileiros com partidos no período, tanto para os modelos condensados quanto para aqueles em que as legendas foram tomadas em comparação, tendo o PT como categoria de referência. A inclusão de aspectos relacionados à sofisticação política reduziu ainda mais os já escassos efeitos de sexo, faixa etária, escolaridade e renda individual sobre o partidarismo, ao mesmo tempo em que confirmou a pertinência da frequência de acesso a informações, do acompanhamento de campanhas eleitorais, da capacidade de autoposicionamento no espectro ideológico e da importância atribuída do voto. Contudo, esse segundo conjunto de variáveis independentes não se mostrou eficiente para a verificação de diferenças significativas entre eleitores identificados com o PT em

comparação com os três demais partidos.

Diante de tais resultados, os autores destacaram a relevância do partidarismo para além do momento eleitoral, uma vez que eleitores que manifestaram identificação com algum partido apresentaram indícios de serem mais refinados cognitivamente e politicamente do que o eleitor comum. No entanto, quando a análise se concentrou no interior daquele grupo, a expectativa de que tais indivíduos se diferenciavam entre si não se confirmou, de modo que seria o estabelecimento de laços com as legendas o que importaria para o comportamento dos brasileiros, independente de qual o partido com o qual tal relação se desenvolve.

Os achados de Borba *et al* (2014) dialogam com esta tese em dois aspectos. O primeiro diz respeito ao fato de que o eleitorado brasileiro não destoava daquele latino-americano no que se refere aos determinantes do partidarismo, uma vez que os resultados do *paper* corroboram aqueles expostos no capítulo 2 desta tese, de que aspectos relacionados à sofisticação política são preditores mais expressivos da existência de laços partidários entre o eleitorado do que características relacionadas à centralidade social.

Em segundo lugar, se não há grandes discrepâncias entre eleitores identificados com os principais partidos políticos brasileiros, deve-se investigar outras possibilidades analíticas. Nesse sentido, tendo em vista que a tese do apartidarismo e os perfis de eleitores estabelecidos por Dalton (2013) se revelaram pertinentes à América Latina com relação ao apoio dos indivíduos à democracia (capítulo 4), busco analisar a evolução de tais tipos no Brasil.

Conforme mencionado no início deste capítulo, tal aprofundamento decorre da opção por me concentrar em um único país da região, para o qual é possível lidar com maior volume de informações e estabelecer prospecções mais seguras. Nesta seção, destaco inicialmente a evolução percentual dos perfis de independentes apolíticos, de partidários rituais, de partidários cognitivos e de apartidários entre os brasileiros no período entre 2006 e 2014, com vistas a qualificar o resultado exposto na Tabela 18.

Os dados demonstram que o percentual de eleitores com baixa mobilização cognitiva é elevado entre os brasileiros, de modo que independentes apolíticos e partidários rituais representam cerca de 90% do total de eleitores. Consideradas as oscilações entre as duas categorias ao longo do período, verifica-se não haver um padrão de estabilidade das medidas, já que foram permeadas por acréscimos e decréscimos, o que justifica a ausência de variação significativa exposta no capítulo anterior. Destaque-se que entre os perfis com menor mobilização

cognitiva as variações são estatisticamente aceitáveis, por superarem a margem de erro em três dos quatro biênios considerados.

Tabela 20. Evolução dos perfis do eleitorado no Brasil (2006-2014) – (%)

Perfil do eleitor	2006	2008	2010	2012	2014
Independente apolítico	61,1	69,2	64,9	63,4	70,0
Partidário ritual	29,9	21,2	26,4	25,2	19,7
Partidário cognitivo	4,9	4,2	4,9	5,2	3,2
Apartidário	4,1	5,4	4,8	6,2	7,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

N: 2006 = 1136; 2008 = 1442; 2010 = 2337; 2012 = 1463; 2014 = 1489.

Fonte: LAPOP (2006-2014).

Com relação aos perfis de maior cognição e refinamento político, destaca-se o crescimento dos apartidários com relação aos partidários cognitivos, cujo percentual em 2014 foi o mais baixo desde 2006. Já entre o grupo mais próximo ao ideal democrático (DALTON, 2013), ainda que represente apenas 7,1% dos brasileiros atualmente, obteve maior elevação proporcional no período, o que foi refletido na Tabela 18. Caso se mantenha tal tendência, ainda que até o momento esta não se configure como estatisticamente válida por se manter atrelada à margem de erro do LAPOP, a expectativa é de que em algum tempo seja atingida taxa semelhante àquela verificada entre países europeus.

Todavia, faz-se relevante posicionar o Brasil no conjunto de países latino-americanos, a fim de verificar como seu eleitorado é composto com relação à média da região e às unidades nacionais, especialmente aquelas em condições semelhantes de enraizamento dos partidos junto ao eleitorado, definidas em condição de não alinhamento parcial no capítulo 3.

Em comparação com os demais países da região, o Brasil figura dentre aqueles em que há maior número de eleitores independentes apolíticos, aspecto negativo ao desenvolvimento da democracia, já que tais indivíduos são caracterizados por apatia e alienação política. Em comparação com unidades nacionais onde o regime é considerado estável, é perceptível o quanto o cenário nacional carece de melhorias: os 70% de independentes apolíticos brasileiros representam mais que o dobro das taxas desse grupo no Uruguai e na Costa Rica, onde atingem 33,5 e 29,3%, respectivamente.

Tabela 21. Perfis do eleitorado na América Latina (2014) – (%)

	Independentes apolíticos	Partidários rituais	Partidários cognitivos	Apartidários
Alinhamento				
Belize	58,8	28,8	6,5	5,9
Costa Rica	29,3	53,2	14,5	3,0
El Salvador	49,1	31,8	13,0	6,1
Equador	43,2	28,9	16,1	11,8
Panamá	40,2	24,6	21,0	14,2
Uruguai	33,5	39,8	20,1	6,6
Alinhamento parcial				
Argentina	58,8	15,9	9,9	15,4
Colômbia	62,9	19,5	8,8	8,8
Guiana	80,6	10,9	2,9	5,6
Nicarágua	49,2	38,7	8,2	3,9
Venezuela	42,1	26,6	17,9	13,4
Não alinhamento parcial				
Bolívia	57,1	17,2	8,4	17,3
Brasil	70,0	19,7	3,2	7,1
Honduras	54,6	32,6	7,6	5,2
México	59,2	20,1	7,4	13,3
Paraguai	47,3	25,6	15,0	12,1
Rep. Dominicana	38,0	36,4	17,9	7,7
Não alinhamento				
Chile	71,3	7,2	6,2	15,3
Guatemala	82,1	10,0	1,6	6,3
Jamaica	56,3	30,1	9,2	4,4
Peru	67,5	12,7	6,5	13,3
América Latina	54,9	24,9	10,5	9,7

N = 1489.

Fonte: LAPOP (2014).

Os dois países acima destacados também são aqueles onde se verificam os maiores percentuais de partidários rituais (39,8% no

Uruguai e 53,2% na Costa Rica), o que significa que a maior parte de seus eleitores com baixa mobilização cognitiva possui laços partidários. No Brasil, tais eleitores correspondem a 19,7%, o que representa, se analisado de maneira isolada, um baixo índice de manifestação de tipo de eleitor. Contudo, se considerada a presença de ambos os eleitores com poucos recursos cognitivos, o país figura em péssima situação: 89,7% dos brasileiros são independentes apolíticos ou partidários rituais, ou seja, cerca de um em cada nove eleitores apresenta perfil alienado ou de forte utilização dos partidos como atalho informacional para o balizamento na política (DALTON, 2013).

Tendo em vista o baixo percentual de partidários cognitivos no Brasil (3,2%), vê-se que o país está à frente apenas de Guiana e Guatemala dentre todas as unidades nacionais latino-americanas. Dada a relevância da combinação entre mobilização cognitiva e identificação partidária no contexto de democracias em processo de consolidação, a situação do país é negativa, especialmente se verificada em conjunto com a taxa de apartidários no Brasil (7,1%), que também se encontra abaixo da média na região.

Em comparação com os demais países onde o relacionamento dos eleitores com os partidos é de não alinhamento parcial, o caso brasileiro permite inferências pessimistas: o país possui o maior número de eleitores alheios aos processos políticos, a segunda menor taxa de indivíduos com baixa capacidade cognitiva e que utilizam as legendas como atalhos, o pior escore em se tratando de partidários cognitivos e percentual apenas superior ao de Honduras no que tange aos eleitores mais próximos ao ideal democrático (DALTON, 2013).

Ainda que ocupe posição desprivilegiada dentre os países da região, ou especialmente por tal situação, é importante discutir a maneira como os distintos perfis de eleitores brasileiros se relacionam com a democracia. Nesse sentido, discorro, na sequência, sobre os efeitos de cada um destes perfis sobre o apoio manifestado ao regime, bem como sobre duas modalidades características das democracias e que representam distintas formas de relacionamento dos indivíduos com a política: o voto e o protesto.

Assim como verificado para o conjunto de países da América Latina no capítulo anterior, busquei identificar as relações existentes entre os tipos de eleitores e sua preferência pelo regime democrático. Para tanto, utilizei a posição churchilliana (recodificada em variável binária) e incluí os mesmos preditores expostos na Tabela 17, quais sejam: sexo, faixa etária, etnia e residência como variáveis de controle e

os perfis de eleitores como variável independente a ser analisada.

Dada a disponibilidade de dados do LAPOP para o período entre 2006 e 2014 entre os brasileiros, optei por realizar tal análise em três pontos do tempo: 2006, 2010 e 2014. Tal escolha foi permeada por dois aspectos específicos relacionados a tais anos: o primeiro trata de uma similaridade referente ao fato de que em tais anos ocorreram eleições majoritárias, enquanto o segundo destaque trata de uma diferença contextual dos períodos por conta do posicionamento crítico de parte do eleitorado com relação à política e aos políticos nos anos de 2005 e de 2013, em decorrência, respectivamente, do escândalo do “mensalão” e das manifestações que se iniciaram com a pauta pelo direito ao transporte público em grandes municípios e posteriormente se ramificaram tanto geograficamente quanto em se tratando de pautas reivindicatórias ou de contestação.

Ambas as situações – realização de pleitos majoritários e protestos – atraíram grande atenção da mídia, assim como se caracterizaram por contextos em que houve tendência de maior contato dos indivíduos com informações sobre política. A realização de testes, portanto, teve como expectativa identificar se em períodos posteriores àqueles em que atores e instituições políticas foram avaliados mais negativamente (2006 e 2014) há diferenciação ou permanência dos padrões de comportamento entre os eleitores, quando comparados com um cenário de menor desgaste político (2010)⁷⁵.

Dado o objetivo de, em termos empíricos, verificar a capacidade preditiva dos perfis do eleitorado sobre um indicador de uma postura pró-democracia entre os brasileiros, não me deterei às variáveis incluídas no modelo como controles, sobre as quais há uma série de trabalhos que já discutiram os efeitos, dentre os quais destaco os de Ribeiro (2007; 2008; 2010).

⁷⁵“A altíssima popularidade do governo Lula favoreceu a candidata Dilma, que, enquanto ministra da Casa Civil, era considerada o braço forte da administração federal. De fato, após a crise dos anos 1980 – a chamada década perdida – e da estagnação dos anos 1990, a economia brasileira passou por um processo de retomada do crescimento econômico. O período 2004-2008 é conhecido como o quinquênio virtuoso, pois a economia brasileira voltou a crescer acima da média desde a redemocratização, com redução da pobreza e das desigualdades. Embora tenha havido uma interrupção em 2009, o crescimento de 7,5% do PIB, em 2010, fez com que a primeira década do século XXI fosse melhor do que as duas anteriores” (ALVES, 2012, p. 24).

Tabela 22. Determinantes individuais da adesão à democracia no Brasil (2006 – 2010 – 2014)

	2008	2010	2014
Constante	2,211***	1.843*	1,056*
Sexo (masculino)	1,054	,997	1,016
Faixa etária	1,110	1,104*	1,029
Etnia (branco)	,988	1,091	,906
Residência (urbana)	,678	1,082	1,071
Perfis ^a			
Partidários rituais	1,319	1,042	,866
Partidários cognitivos	3,344	1,894*	1,268
Apartidários	1,698*	1,738*	1,892*
% de acertos	71,1	73,5	65,2

Onde: ***sig = ,000, **sig = ,001 e *sig ≤ ,050

^aReference category: Perfil [Independente apolítico].

Change category to Categorical covariate: Indicator.

Fonte: LAPOP (2006; 2010; 2014).

Em se tratando dos perfis, destaco inicialmente a coerência da distinção entre os grupos não identificados com partidos políticos, sendo que aqueles mais sofisticados apresentam maior propensão à manifestação de apoio ao regime do que eleitores alienados. Os resultados apontam a elevação da capacidade preditiva do perfil apartidário, no sentido de que enquanto em 2006 verificou-se que tinham 69,8% mais chance de ser democratas do que independentes apolíticos, tal percentual se elevou a 73,8% em 2010 e atingiu 89,2% na última onda de dados coletados pelo LAPOP. Em conjunto, essas taxas permitem inferir que os apartidários brasileiros se aproximam cada vez mais do ideal democrático exposto por Dalton (2013), ao mesmo tempo em que demonstra que seu nível de adesão não tem sofrido influências das crises políticas recentes, já que o apoio ao regime se elevou consecutivamente no período.

Ademais, a manifestação de preferência pela democracia entre os desafetos a partidos políticos que gozam de refinamento cognitivo permite também inferir que sua postura crítica com relação às instituições centrais não implica em desafeição ao regime, de modo que a ausência de laços partidários não estaria relacionada a uma crise de legitimidade ou ao questionamento da democracia por tais cidadãos. Nesses termos, o crescimento do número de brasileiros apartidários não

deve ser analisado como sinal de perigo à continuidade ou estabilidade do regime brasileiro.

Sobre os demais perfis, partidários rituais não destoam de independentes apolíticos com relação à adesão ao regime. Dado que ambos os perfis são dotados de baixa mobilização cognitiva e separados pela existência de laços partidários entre o primeiro grupo mencionado, é perceptível que a simpatia partidária não influenciaria o apoio à democracia, ao menos quando analisada conjuntamente à sofisticação política, já que entre os perfis menos sofisticados não há distinção.

Quanto aos partidários cognitivos, estes compõem o único perfil para o qual houve variações entre períodos posteriores a crises políticas e aquele de relativa estabilidade. Somente em 2010 foi verificada diferenciação significativa com relação aos independentes apolíticos e esta indica que o perfil que goza de simpatia por algum partido em combinação com alta mobilização cognitiva manifestava 89,4% maior possibilidade de declarar apoio ao regime. Desconsiderados outros efeitos individuais e de contexto, é plausível supor que, como afirmado anteriormente, os laços partidários estabeleçam frágeis vínculos com a adesão à democracia, uma vez que em períodos nos quais atores e instituições centrais ao regime foram questionados, os partidários cognitivos assumiram comportamento semelhante àquele dos perfis menos sofisticados.

O voto é considerado como mais tradicional modalidade de participação política desde o seminal estudo de Milbrath (1965). Nos últimos anos, as taxas de comparecimento eleitoral têm declinado em muitos países, o que, conforme explorado no segundo capítulo desta tese, pode ser indício negativo à democracia por conta do entendimento dos cidadãos de que as estruturas de representação são falhas e de que os partidos políticos não têm cumprido suas funções de canalização de demandas e de mediação entre sociedade e Estado.

Dentre os efeitos negativos do não comparecimento eleitoral, Ribeiro (2013) dialoga com argumentos explicativos de diferentes politólogos, os quais são resumidos em três aspectos. Primeiramente, cabe destacar que, considerados os distintos interesses de votantes e não votantes, em especial pela desigualdade de seus atributos sociais e econômicos, a não participação pode acarretar em representação deficitária de demandas e esta avançar rumo à invisibilidade de segmentos, uma vez que as elites políticas atuam em favor de grupos politicamente ativos (LJPHART, 1997). Em segundo lugar, a baixa participação eleitoral pode ser indício de descontentamento com o

funcionamento da democracia ou de pouca legitimidade conferida à escolha de representantes e à capacidade de influenciar a atuação das elites políticas (DAHL, 1997). Por fim, há ainda a redução do aprendizado democrático, tendo em vista o argumento baseado na clássica interpretação de Converse (1969) de que o comparecimento eleitoral teria potencial pedagógico por conta da aproximação, ainda que superficial, dos indivíduos com a política, com efeitos sobre o engajamento, o interesse e a busca por conhecimentos sobre assuntos políticos, por exemplo.

Sobre a importância do voto no caso brasileiro, cabe ainda observar que

Pode-se duvidar da afirmação simplista de que é “votando que se aprende a votar”, mas é inegável que o voto obrigatório pode se constituir em único instrumento capaz de fazer parte expressiva da população de um país a estabelecer algum tipo de contato, ainda que efêmero, com o mundo da política. Sobretudo em nações como a nossa, com curta experiência democrática, baixos níveis de interesse por política e persistente desigualdade social, a obrigação do comparecimento continua desempenhando papel fundamental na redução das assimetrias na representação (RIBEIRO, 2013, p. 46).

Diante de tais considerações, estimei os efeitos dos perfis dos eleitores sobre o comparecimento eleitoral no Brasil, conforme exposto nos modelos constantes da Tabela 23. Os resultados relacionados ao comparecimento eleitoral são pouco homogêneos no que se refere aos perfis dos eleitores brasileiros com alta mobilização cognitiva, ao passo que partidários rituais se destacam consideravelmente do perfil aproximado do alienado. Nos três períodos analisados há efeitos positivos nesta comparação, os quais permitem inferir que entre indivíduos pouco sofisticados faz diferença a existência de laços partidários como estímulo ao comparecimento eleitoral. Em termos de intensidade do efeito, é perceptível que em 2006 partidários rituais dispunham de quase o dobro de chance que independentes apolíticos de ter votado nas eleições anteriores (97%), relação essa que se manteve positiva em 2010 e 2014, ainda que em medida cambiante de 51,2 e 71,7%, respectivamente. Tomados os percentuais em comparação, os dados corroboram a expectativa de que há efeitos diferenciados sobre a

participação eleitoral desses indivíduos com poucos recursos cognitivos e identificados com partidos, uma vez que em anos posteriores a crises políticas seu comparecimento às urnas tendeu a ser maior do que no período político “estável”.

Tabela 23. Determinantes individuais do comparecimento eleitoral no Brasil (2006 – 2010 – 2014)

	2006	2010	2014
Constante	2,683**	1,073	,237***
Sexo (masculino)	,705*	,927	,735*
Faixa etária	1,400***	2,056***	3,450***
Etnia (branco)	1,297	,968	1,005
Residência (urbana)	,744	,785	,888
Perfis ^a			
Partidários rituais	1,970**	1,512*	1,717*
Partidários cognitivos	4,116*	2,408*	1,513
Apartidários	1,102	1,444	1,893*
% de acertos	84,5	83,0	85,3

Onde: ***sig = ,000, **sig = ,001 e *sig ≤ ,050

^aReference category: Perfil [Independente apolítico].

Change category to Categorical covariate: Indicator.

Fonte: LAPOP (2006; 2010; 2014).

Como explicação para esta variação, minha hipótese é de que os efeitos verificados em 2006 e 2014 decorram, em grande medida, do fato de tal eleitorado se identificar majoritariamente com o PT, legenda mais enraizada junto aos brasileiros e que tem mobilizado parcela crescente do eleitorado com menores renda e escolaridade (VEIGA, 2011). Se tomado em consideração que o partido foi o maior alvo das críticas e dos movimentos contestatórios tanto em 2005 quanto em 2013, seria plausível que seu eleitorado se envolvesse de maneira mais comprometida nos processos eleitorais em que houvesse ameaças à sua manutenção no poder, especialmente pelo fato de que uma das características de partidários rituais, segundo Dalton (2013), seria o caráter tradicional do voto.

Entre eleitores com alta mobilização cognitiva, os resultados apontam que em 2006 e 2010 partidários cognitivos gozavam de pré-disposição expressivamente maior de votar do que independentes apolíticos (311,6 e 240,8%, respectivamente), enquanto em 2014 apenas

apartidários esboçaram mais chance de participar de eleições do que o perfil mais alienado (89,3%).

Entre partidários cognitivos, os resultados de Dalton (2013) afirmam que, diante de condições em que o candidato ou as propostas do partido com o qual simpatizam não sejam as melhores segundo sua avaliação, eleitores com o referido perfil podem não comparecer às urnas ao invés de votar em um candidato que não avaliam positivamente, de escolher um político de outro partido, de votar em branco ou anular o voto. Em que pesem as distinções com relação ao contexto brasileiro, em especial o multipartidarismo e a obrigatoriedade do voto, a ausência de capacidade preditiva deste perfil sobre o comparecimento eleitoral em 2014 pode se relacionar ao desempenho do governo petista, tido como menos positivo com a gestão Dilma do que no período presidencial de Lula.

Por fim, a diferenciação entre partidários e independentes apolíticos, ainda que verificada somente em 2014, deve ser analisada de maneira otimista. Se, anteriormente, indivíduos com maior sofisticação política votavam tanto quanto aqueles alienados, o indicativo de que tal situação está se alterando permite projeções sobre efeitos benéficos à democracia, caso persista a distinção. Ainda que se trate de pequena parcela do eleitorado, este perfil desafeto a partidos e mobilizado teria demonstrado maior interesse no voto, o que corrobora o efeito verificado com relação ao apoio à democracia: o afastamento dos cidadãos altamente sofisticados com relação às legendas não está associado a uma crise do regime, uma vez que tal grupo não rejeita a modalidade tradicional de participação.

Em contrapartida ao voto, considerada forma de participação, por excelência, de indivíduos que apoiam a democracia, o protesto político se enquadra no rol de atividades desenvolvidas por aqueles que contestam seu funcionamento, seja com relação aos atores que ocupam os postos de poder ou às próprias instituições. Nesses termos, os partidos políticos são grandes alvos de manifestações.

Sobre o envolvimento dos cidadãos em protestos após a redemocratização, Hernandes (2012) analisou dados coletados pelo WVS em 1990 e 2005 e identificou a redução da participação dos brasileiros em atividades contestatórias de modo generalizado, efeito semelhante ao verificado por Okado (2013), a partir de bancos de dados do Latinobarômetro referentes aos anos de 1995, 2000 e 2005.

Na última década, o caso do “mensalão”, em 2005, desencadeou protestos que, ainda que centrados majoritariamente no PT, alcançaram

os partidos políticos de modo geral, a ponto de refletir na redução da identificação partidária com todas as legendas, como destacado na seção anterior deste capítulo. Já em junho de 2013, após o momento em que as manifestações estiveram direcionadas à luta pela manutenção das tarifas do transporte público e à pauta da gratuidade (capitaneadas pelo Movimento Passe Livre – MPL), um amplo conjunto de pautas tomou as ruas, dentre as quais discursos contrários aos partidos e até mesmo à permanência do regime democrático (MARICATO, 2013; ROLNIK, 2013; SINGER, 2013).

A variável dependente contemplada nos modelos constantes na Tabela 24 questionou os brasileiros acerca de sua participação em manifestações ou protestos públicos nos últimos 12 meses. Cabe mencionar a elevação do número de *protesters* no último ano (7,7%) com relação aos períodos imediatamente anteriores, uma vez que em 2010 e em 2012 tal resultado girou em torno de 5%.

Tabela 24. Determinantes individuais do protesto no Brasil (2006 – 2010 – 2014)

	2006	2010	2014
Constante	,830	,034***	,118
Sexo (masculino)	1,536	1,104	,773
Faixa etária	,699*	,818*	,608***
Etnia (branco)	,696	,950	,927
Residência (urbana)	,345*	1,881	1,966
Perfis ^a			
Partidários rituais	1,057	1,839*	1,521
Partidários cognitivos	4,594*	5,603***	7,123***
Apartidários	2,649	3,865***	3,612***
% de acertos	84,3	94,5	92,0

Onde: ***sig = ,000, **sig = ,001 e *sig ≤ ,050

^aReference category: Perfil [Independente apolítico].

Change category to Categorical covariate: Indicator.

Fonte: LAPOP (2006; 2010; 2014).

Consideradas as significâncias dos preditores de perfis dos modelos acima, destaco inicialmente que eleitores com baixa mobilização cognitiva pouco se diferenciam com relação ao protesto. Os dados demonstram que apenas em 2010 os partidários rituais se revelaram mais propensos à contestação do que os independentes

apolíticos, sendo que o primeiro grupo apresentou propensão 83,9% maior a tal participação que o segundo. Dado que os demais períodos foram de instabilidade política, é possível inferir que partidários rituais se afastam da política em períodos de crise, nos quais se assemelham aos alienados, ao menos em se tratando de protestos.

De maneira mais expressiva, é perceptível a capacidade explicativa dos perfis com alta mobilização cognitiva com relação ao envolvimento em protestos. Nos três períodos analisados, partidários cognitivos esboçaram maiores chances de participarem de atividades contestatórias que independentes apolíticos, com crescentes e expressivas taxas de 359,4, 460,3 e 612,3%, respectivamente, o que significa que eleitores dotados de ambos os recursos – mobilização cognitiva e simpatia partidária – são muito mais propensos à contestação do que aqueles alienados. Para 2010 e 2014 verificam-se efeitos no mesmo sentido entre apartidários, ainda que com magnitude menor e pequena redução da chance de protestar, reduzida de 286,5% em 2010 para 261,2% em 2014, quando comparados com independentes apolíticos.

Tendo em vista os resultados referentes aos perfis que gozam de maior refinamento cognitivo, é possível inferir que, entre os brasileiros, o protesto se constitui como repertório de ação política utilizado majoritariamente por portadores de recursos caros ao desenvolvimento democrático, independente da existência de vínculos partidários, aspecto em que o eleitorado nacional encontra-se alinhado ao argumento de Opp (2009).

Considerados de maneira conjunta, os resultados dos modelos de regressão expostos nesta seção demonstram, por um lado, a relevância dos tipos de perfis de eleitores estabelecidos por Dalton (2013) para a compreensão da relação dos brasileiros com a democracia e com distintas formas de participação política. Por outro lado, apontam peculiaridades nas maneiras como grupos com perfis diferentes atuam politicamente.

Os partidários rituais se distinguem de independentes apolíticos majoritariamente através do voto. Sua adesão ao regime não é significativamente discrepante daqueles indivíduos alheios à política e a chance de seu envolvimento em protestos se manifestou apenas em um período em que não houve grandes ondas de movimentos contestatórios.

Os grupos com maior mobilização cognitiva se destacam, já que aqueles mais sofisticados, independente de manterem ou não laços partidários, têm maior prospecção de envolvimento com o regime. Porém, também entre esses grupos há diferenças a serem

destacadas. Partidários cognitivos pouco se diferenciam dos grupos com menor mobilidade cognitiva com relação à adesão ao regime, apresentaram maior tendência ao comparecimento eleitoral em 2006 e 2010 e gozam de razão de chance expressiva ao protesto.

Já os apartidários são destacadamente o grupo que demonstra maior apoio ao regime. Além disso, tem tendência à elevação da diferenciação dos alienados por sua participação eleitoral e esteve envolvido em protestos nos últimos períodos, o que não se verificara em 2006.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em diálogo com os resultados de trabalhos mencionados nas considerações iniciais desta tese, destaco o cenário atual do envolvimento dos cidadãos de democracias consolidadas com a democracia: o engajamento convencional tem se reduzido, ao passo que se elevam o ativismo contestatório e o conjunto de cidadãos que atuam por meio de repertórios de ação política. Dado o diagnóstico recorrente de afastamento do eleitorado com relação aos partidos, a discussão está centrada nos possíveis efeitos de tal desalinhamento aos regimes democráticos.

Entre democracias em processo de consolidação, cenário em que se encontra boa parte dos países da América Latina, ainda são escassos e pouco conclusivos os estudos dedicados ao partidarismo, de modo que estes se concentraram, até o momento, em investigar os determinantes da identificação partidária na região, em evidenciá-la como aspecto da institucionalização dos sistemas partidários e em discutir a existência do fenômeno do desalinhamento partidário entre as unidades nacionais. Contudo, grosso modo, pouco foi postulado sobre as consequências da evolução de tal indicador aos regimes democráticos.

Considerada minha hipótese de que a identificação partidária tem determinantes individuais e estruturais entre o eleitorado latino-americano, bem como de que os efeitos do apartidarismo não refletem necessariamente um distanciamento daqueles indivíduos com relação à política, dialoguei com amplo conjunto de pesquisas, especialmente aquelas cujo foco empírico esteve concentrado entre novos regimes do sul da Europa e da América Latina, a fim de compreender a conformação dos distintos padrões no que tange à identificação partidária, ao partidarismo e a adesão à democracia.

Nesse sentido, debrucei-me inicialmente sobre a literatura

recente relacionada à temática e verifiquei a recorrência de críticas à aplicação de modelos teóricos desenvolvidos no âmbito das democracias consolidadas da Europa Ocidental e dos Estados Unidos ao contexto de novos regimes. Tendo em vista encontrar os determinantes da identificação partidária entre os latino-americanos, reuni aspectos testados tanto no contexto estadunidense e europeu quanto da América Latina e constatei que as variáveis que denotam a centralidade social do indivíduo – como sexo, idade, etnia e área de residência – têm menor capacidade explicativa do fenômeno do partidarismo do que a sofisticação cognitiva e política dos cidadãos, uma vez que, diante do segundo conjunto de atributos, características sociodemográficas não apresentam caráter explicativo sobre a identificação partidária na região.

Ademais, a utilização de modelos hierárquicos e a adoção da análise em dois pontos do tempo permitiu inferir que, diante da persistência do regime democrático, a engenharia institucional de seu funcionamento deixa de ser relevante ao estabelecimento de laços partidários, ao passo que o próprio indicador da experiência com o regime se torna explicativo, ou seja, não apenas o tempo de vivência sob um regime democrático influencia o estabelecimento do partidarismo, como tal relação se estabelece ao longo do tempo.

Tendo em vista que dados descritivos permitiram verificar a volatilidade nas taxas de identificação partidária nas unidades nacionais latino-americanas e que os modelos hierárquicos demonstraram (dentre outros efeitos) que o passar dos anos influencia positivamente as taxas de partidarismo, tem-se aí os primeiros indícios de que não seria possível tratar do desalinhamento entre os países latino-americanos.

Carreras, Morgenstein e Su (2013) contribuíram sobremaneira à discussão em pauta com seu modelo de classificação dos sistemas partidários da região. Por outro lado, também foram alvos de algumas críticas, tecidas ao longo do capítulo 3 desta tese, em que propus uma classificação distinta da relação entre eleitores e partidos, baseada em aspectos relacionados aos sistemas político, eleitoral e partidário, a condições históricas e de desenvolvimento político das unidades nacionais e à medida de simpatia partidária desagregada, que considerou nuances da relação eleitor-partido.

Tal processo de classificação adotou quatro categorias, nas quais 22 unidades nacionais foram distribuídas conforme a intensidade e concentração/dispersão da identificação com as legendas –alinhamento, alinhamento parcial, não alinhamento parcial e não alinhamento –, de modo que apenas em cinco casos foi constatado que os eleitores estão se afastando dos partidos em geral ou que sequer se estabeleceram relações

estáveis entre tais cidadãos e legendas partidárias.

Assim, a afirmação de que os partidos políticos estão em crise na América Latina é, ao mesmo tempo, equivocada e generalista. Ainda que haja países nos quais os eleitores estejam se distanciando das referidas instituições com o decorrer dos anos, na maioria das unidades nacionais latino-americanas nunca houve um período em que os partidos gozassem de forte manifestação de sentimentos positivos por parte do eleitorado, como simpatia partidária e confiança institucional, o que denota a relevância da verificação de vínculos fortes e crescentes em cerca de metade dos países analisados, onde as legendas têm se enraizado na sociedade.

Diante de tal resultado, busquei qualificar a discussão, com o intuito de entender em que medida o afastamento dos partidos pode trazer consequências negativas ou positivas ao regime e o quanto ser partidário colabora para o fortalecimento das democracias na região. Tendo em vista a ausência de estudos relacionados à tese da mobilização cognitiva para o conjunto de países latino-americanos, apliquei a metodologia aos dados de *survey* e constatei o quão pouco sofisticado são os cidadãos da região, tanto em se tratando de refinamento cognitivo quanto em termos de laços partidários. Nesse sentido, o problema residiria no alto percentual de indivíduos alienados dos processos políticos, majoritário até o momento.

Testei ainda a capacidade preditiva da tipologia dos perfis de eleitores de Dalton (2013) sobre a posição churchilliana presente dos questionários do LAPOP. Uma vez que os resultados foram satisfatórios por corroborarem a expectativa do autor estadunidense quanto aos distintos efeitos de cada tipo sobre o apoio manifestado à democracia, verifiquei as variações nos percentuais de independentes apolíticos, de partidários rituais, de partidários cognitivos e de apartidários nos países da região, o que me permitiu estabelecer prospecções sobre como os diferentes conjuntos de indivíduos podem contribuir para a consolidação do regime ou afastar-se dele, em virtude de seu refinamento cognitivo e política ou de sua apatia ou alienação.

Dado que a análise de mais de duas dezenas de unidades nacionais colabora para a construção de modelos explicativos robustos, mas dificulta, em contrapartida, maior detalhamento sobre aspectos dos contextos nacionais, debrucei-me sobre o Brasil no quinto capítulo desta tese. Tal intento permitiu não apenas qualificar a avaliação acerca da maneira como os brasileiros apoiam a democracia, mas também verificar em que medida tal adesão está relacionada à atuação política desses indivíduos.

Em se tratando especificamente do caso brasileiro, o conhecimento acumulado nesta tese demonstra que a relação do eleitorado com os partidos é de não alinhamento parcial, já que a manifestação de laços partidários é decrescente e encontra-se concentrada em um único partido, o PT (capítulo 3). A ausência de partidarismo está desproporcionalmente distribuída entre independentes apolíticos, que correspondem a mais de dois terços do eleitorado nacional e representam um problema ao desenvolvimento democrático por sua baixa capacidade de atuação do campo da política, e apartidários, cujo afastamento foi verificado em escala crescente nos últimos anos (capítulo 4), o que é positivo à democracia na medida em que entre tais eleitores, com alta sofisticação política e que não se utilizam de vínculos partidários para se posicionar e atuarem no campo político, o afastamento das instituições representativas não implica no alheamento da política, conforme demonstram os testes acerca do envolvimento dos brasileiros por meio do comparecimento eleitoral e de protestos (capítulo 5).

Tais resultados apontam ainda que não apenas o perfil mais próximo ao ideal democrático (DALTON, 2013) tem mais chance de participar de ações políticas que aquele que combina afastamento dos partidos com baixa mobilização cognitiva (os independentes apolíticos), mas também que indivíduos mais críticos apoiam de maneira mais consistente o regime.

Para além dos avanços desta tese, é preciso destacar uma série de pontos a serem melhor investigados por pesquisas posteriores, de modo que me dedico também a contribuir para a agenda de pesquisas sobre o relacionamento dos eleitores com os partidos políticos entre as democracias em processo de consolidação na América Latina.

Nesse sentido, é preciso avançar na análise dos contextos nacionais, a fim de qualificar com maior rigor os aspectos que permeiam as relações dos eleitores com os partidos e a maneira como tais laços se apresentam estáveis ou voláteis. Como destacado ao longo do texto, ao mesmo tempo em que Brasil e Uruguai, por exemplo, são amplamente analisados em termos de partidos, sistemas partidários, eleitorado e desenho institucional democrático, há também um grupo de países sobre os quais a Ciência Política pouco produziu até o momento. Ademais, o uso sistemático de dados eleitorais e a consideração dos percentuais absolutos de simpatia partidária (e não apenas do sentido de sua variação) também devem contribuir para o refinamento da classificação proposta.

Além disso, é necessário avançar também na própria operacionalização do que Dalton (1984; 2013) definiu como mobilização cognitiva, apesar do autor ter validado a tipologia dos perfis entre democracias consolidadas e dos resultados desta tese corresponderem à expectativa teórica. É relevante considerar os apontamentos de Alaminos e Penalva (2012), mas faz-se mais salutar a reflexão sobre a transposição do referido índice para as democracias em processo de consolidação na região, caracterizadas pelo baixo percentual de indivíduos com alta escolarização.

Especificamente com relação ao capítulo que tratou do caso brasileiro, a discussão pode ser incrementada com outra dimensão da relação entre identificação partidária e voto, qual seja: a decisão sobre em quem votar. Tal aprofundamento contribuirá tanto para a interpretação da maneira como se comportam os eleitores simpáticos a partidos políticos no que tange às escolhas nos pleitos quanto para a verificação da relevância do partidarismo à forma mais efetiva de participação política tradicional.

Em se tratando de aspectos exteriores a esta pesquisa, ressalto um aspecto anteriormente mencionado nesta tese, de que em meio ao processo de distanciamento dos eleitores com relação aos partidos, há que se considerar a organização dos indivíduos em grupos, entidades ou movimentos sociais, bem como as diversas iniciativas de participação institucional empreendidas em muitos países da região.

Por um lado, há substancial conhecimento produzido sobre tais mecanismos, como os conselhos comunais na Venezuela (MENDES, 2013), os conselhos de coordenação local no Peru (ARROYO; IRIGOYEN, 2008), a lei de participação popular na Bolívia (FORERO-PIÑEDA, 2001) e os conselhos gestores (TATAGIBA, 2002; PIRES, 2011; ALMEIDA; CAYRES, 2011; ALMEIDA; TATAGIBA, 2012; LÜCHMANN; ALMEIDA; GIMENES, 2015) e os orçamentos participativos (OPs)⁷⁶ no Brasil⁷⁷ (LÜCHMANN, 2002; FEDOZZI,

⁷⁶ O primeiro OP foi estabelecido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em Porto Alegre (RS) em 1989 (FEDOZZI, 2007). Com o passar dos anos, a experiência do OP foi estendida a outros municípios no Brasil e no exterior, sendo que Avritzer e Wampler (2008), por exemplo, contaram mais de 200 localidades onde o OP fora implementado entre 2005 e 2008. Há que se destacar que os OPs assumem distintas configurações institucionais nos municípios onde funcionam (BORBA; LÜCHMANN, 2007) e ainda que, mais recentemente, tal diversidade atingiu a internet, com o surgimento do e-OP, versão digital dos orçamentos participativos, em funcionamento em diversas cidades brasileiras e também estrangeiras (SAMPAIO, 2014).

⁷⁷ O Brasil se destaca dentre as demais jovens democracias da América Latina por apresentar inúmeras inovações democráticas nas últimas décadas, dentre as quais Gohn (2011) destaca, além dos instrumentos destacados no texto, as conferências nacionais, as câmaras e fóruns de

2008; ANDRADE, 2010; ROMÃO, 2010; HEREDIA *et al*, 2012), sendo esta última a iniciativa de participação institucional mais replicada em outros países, tanto da América Latina (GUGLIANO, 2006; GONZÁLEZ, 2011; SINTOMER; TRAUB-MERZ; HERZBERG, 2012; BLOJ, 2013; YÁÑEZ, 2013; LARA, 2013; McNULTY, 2013; GARCÍA, 2013; VENEZIANO; SÁNCHEZ; 2013; SAMPAIO, 2014) quanto da Europa (SINTOMER; TRAUB-MERZ; HERZBERG, 2012; SINTOMER *et al*, 2013; RUESCH; WAGNER, 2013; GANUZA; FRANCÉS, 2013; ALLEGRETTI; STORTONE, 2013; DIAS, 2013; LANGLET; ALLEGRETTI, 2013), África (SINTOMER; TRAUB-MERZ; HERZBERG, 2012; KANOUTE, 2013; OLIVEIRA, 2013; NGUEBOU; NOUPEOU, 2013; MBERA; ALLEGRETTI, 2013; NGUENHA, 2013), Ásia (FUNG; WRIGHT, 2000; SINTOMER; TRAUB-MERZ; HERZBERG, 2012; SINTOMER *et al*, 2013; HE, 2013; CABANNES; ZHUANG, 2013) e Oceania (HARTZ-KARP; WALKER, 2013).

Por outro lado, poucos estudos se dedicaram à relação entre tais instituições participativas e os partidos políticos sob a perspectiva do comportamento político. Nessa linha de investigação, destaco Ribeiro e Borba (2015a), que ressaltaram a importância da identificação com o PT e a *Frente Amplio* entre os participantes dos OPs de Porto Alegre e de Montevidéu, respectivamente.

Ademais, aponto a necessidade de intensificar a produção e a coleta de dados de opinião pública, bem como promover estudos que se utilizem de métodos e técnicas complementares aos *surveys*, que possuem limitação com relação à identificação de causalidades ou de processos constitutivos de determinados valores, comportamentos e atitudes políticas. Nesse sentido, técnicas observacionais, experimentos, entrevistas, painéis e grupos focais são algumas possibilidades analíticas que podem contribuir com os estudos sobre a relação dos eleitores com os partidos políticos, de modo que, ainda que seus resultados não possam ser extrapolados a conjuntos populacionais por conta da ausência de representatividade amostral, podem fornecer importantes indícios para investigações e mesmo à formulação de novas hipóteses a serem testadas posteriormente.

Por fim, destaco que o comportamento político também pode

participação e um amplo conjunto de políticas sociais. Contudo, a autora destaca que, em diversos países da região, atores da sociedade civil têm se articulado não apenas em movimentos sociais, mas também em organizações não-governamentais (ONGs), projetos sociais e entidades do Terceiro Setor.

ser explorado por vertentes ainda pouco usuais na Ciência Política, como a interface com a Psicologia, por meio de investigações sobre a relação entre traços de personalidade (GOLDBERG, 1990; COSTA; McCRAE, 2003) e as distintas modalidades de engajamento político. Nesse sentido, alguns trabalhos foram produzidos a partir de estudos sobre democracias consolidadas, com vistas à análises de atividades relacionadas ao momento eleitoral (MONDAK; HALPERIN, 2008; GERBER; GREEN; LARIMER, 2008; VECCHIONE; CAPRARA, 2009; GERBER *et al*, 2010; MONDAK *et al*, 2010) e a atividades contestatórias (MONDAK, 2010; GALLEGO; OBERSKI, 2012), mas pouco se sabe sobre tal relação no contexto de jovens democracias, para as quais destaco a pesquisa sobre protesto político de Ribeiro e Borba (*mimeo*), cujos resultados apontam para a relevância das diferenças psicológicas individuais sobre a contestação entre os cidadãos latino-americanos.

REFERÊNCIAS

ALAMINOS, A.; PENALVA, C. *The cognitive mobilization index: crises and political generations*. **Sage Open**. Disponível em <<http://sgo.sagepub.com/content/early/2012/02/28/2158244012440437>>. Acesso 27 mai. 2012.

ALBALA, A. VIEIRA, S. M. *¿Crisis de los partidos en América Latina? El papel de los partidos políticos latinoamericanos en el escenario reciente*. **Política – Revista de Ciência Política**, v. 52, n. 1, 2014. p. 145-170.

ALCÁNTARA SÁEZ, M. *Elecciones en América Latina: un análisis comparado*. In: ALCÁNTARA SÁEZ, M.; TAGINA, M. L. (Coords.). **Elecciones y política en América Latina, 2009-2011**. Cidade do México: Instituto Federal Electoral, 2013. p. 9-70.

ALCÁNTARA SÁEZ, M.; TAGINA, M. L. (Coords.). **Elecciones y política en América Latina, 2009-2011**. Cidade do México: Instituto Federal Electoral, 2013.

ALCÁNTARA SÁEZ, M.; FREIDENBERG, F. Partidos políticos na América Latina. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 137-157, out. 2002.

_____. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. 3. ed. New York: Sage, 1989 [1963].

ALLEGRETTI, G.; STORTONE, S. Os OP em Itália reconfigurando um panorama desmoronado. In: _____ (Org.). **Esperança democrática: 25 anos de orçamentos participativos no mundo**. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 311-322.

ALMEIDA, C. C. R.; CAYRES, D. C. Perfil da produção acadêmica sobre os conselhos gestores de políticas públicas no Brasil. In: Encontro

Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 36., 2012, Águas de Lindóia, SP. **Anais...** Águas de Lindóia, SP: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2012.

ALMEIDA, C. C. R.; TATAGIBA, L. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, n. 109, jan./mar. 2012. p. 68-92.

ALMOND, G. A., VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. 3. ed. New York: Sage, 1989 [1963].

ALVES, J. E. D. Diferenças sociais e de gênero nas intenções de voto para presidente em 2010. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: Associação Brasileiro de Ciência Política/secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. p. 21-46.

AMARAL, O. Adaptação e resistência: o PT no Governo Lula entre 2003 e 2008. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, p. 105-134, jul./dez. 2010.

AMES, B. **Os entraves na democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

AMES, B.; POWER, T. J. *Parties and governability in Brazil*. In: WEBB, P.; WHITE, S. *Party politics in new democracies*. New York: Oxford University, 2007. p. 179-212.

AMORIM, M. S. S. de. Democracia e cultura política em perspectiva comparada: Brasil e Paraguai. In: BAQUERO, M. (Org.). **Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. p. 119-140.

ANASTASIA, F.; NUNES, F.; MEIRA, J. F. A margem do meio da política: as coligações entre PT e PSDB em eleições majoritárias. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad Adenauer/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2010. p. 245-273.

ANDRADE, I. A. L. de. Participação política não eleitoral ou partidária: associações, conselhos e orçamento participativo. In: MARTINS, C. B. (Coord.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política**. São Paulo: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2010. pp. 377-400.

ANGELO, V. A. de; VILLA, M. A. (Orgs.). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006):** uma história revisada. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2009.

ANRIA, S. *Bolivia's MAS: between party and movement.* In: CAMERON, M.; HERSHBERG, E. (Eds.). **Latin America's left turn: politics, policies & trajectories of change.** Boulder: Lynne Rienner, 2010. p. 101-125.

ARAÚZ, H. B. *Panamá: la continuidad del cambio en las elecciones de 2009.* In: ALCÁNTARA SÁEZ, M.; TAGINA, M. L. (Coords.). **Elecciones y política en América Latina, 2009-2011.** Cidade do México: Instituto Federal Electoral, 2013. p. 139-162.

ARROYO, J.; IRIGOYEN, M. **Desafíos de la democracia participativa local en la descentralización.** *Una lectura a partir de doce experiencias.* Lima: CARE, 2005.

AVELAR, L. Participação política. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. **Sistema político brasileiro:** uma introdução. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/UNESP, 2004.

AVRITZER, L.; WAMPLER, B. (Coord.). **The expansion of participatory budgeting in Brazil: an analysis of the successful cases based upon design and socio-economic indicators.** *Research Report.* Belo Horizonte: Banco Mundial, 2008. Disponível em <http://pria-academy.org/pluginfile.php/347/mod_resource/content/1/m2-case-Expansion-PB-Brazil.pdf>. Acesso em 23 nov. 2014.

BADILLO, M. J.; VIVERO, I.; BÁEZ, C. *México.* In: ALCÁNTARA SÁEZ, M.; FREIDENBERG, F. (Coord.). **Partidos políticos de América Latina.** *Centroamérica, México y República Dominicana.* Cidade de México, México: Fondo de Cultura Económica, 2003. p. 377-477.

BAKER, A.; SOKHEY, A. E.; AMES, B.; RENNÓ, L. R. **The dynamics of party identification when party breeds change: the case of the Workers Party in Brazil.** 2015 (*mimeo*).

BALBACHEVSKY, E. Identidade partidária e instituições políticas no Brasil. **Revista Lua Nova**, n. 26, p. 133-165, 1992.

BAQUERO, M. **Qual democracia para a América Latina?** Capital social e empoderamento são a resposta? Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

_____. Identificação partidária e comportamento eleitoral. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em

Ciências Sociais, 36., 2012, Águas de Lindóia, SP. **Anais... Águas de Lindóia, SP: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2012.**

_____. Padrões de constituição da cultura política na América Latina no século XXI. *In: _____* (Org.). **Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

_____. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

BAQUERO, M., LINHARES, B. de F. Democracia, desigualdades, capital social e cultura política no Brasil. *In: Seminário Nacional/Seminário Internacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia;* 3./1., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, p. 797-809, 2010.

BAQUERO, M.; PRÁ, J. R.A **democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

BARGSTED, M.; MALDONADO, L. *Social change and political identification in contemporary Chile.* Working paper, nov. 2013. Disponível em <http://www.imd.cl/uc/images/stories/investigacion/apc_party_id_chile.pdf>. Acesso em 25 jan. 2015.

BARNES, S; KAASE, M. *Political Action: mass participation in five western democracies.* Beverly Hills, Sage, 1979.

BARRACHINA, C. *The 2013 elections in Honduras: end of the two party systems?* **International Journal of Business and Social Research (IJBSR)**, v. 4, n. 6, jun. 2014. p. 109-122.

BEZERRA, H. D.; MUNDIM, P. S. Qual foi o papel das variáveis midiáticas na eleição presidencial de 2010? **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 17, p. 452-476, 2011.

BLAIS; A.; RUBENSON, D. *The source of turnout decline: new values or new contexts?* **Comparative Political Studies**, v. 46, n. 1, 2012. p. 95-117.

BLOJ, C. E. Os OP na Argentina: balanço de um processo em expansão. *In: _____* (Org.). **Esperança democrática: 25 anos de orçamentos participativos no mundo.** São Brás de Alportel, Portugal: Associação In

Loco, 2013. p. 133-150.

BOHN, S.; PAIVA, D. A volatilidade eleitoral nos estados: sistema partidário e democracia no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 33, 2009. p. 187-208.

BOIX, C.; STOKES, S. C. *Endogenous democratization*. **World Politics**, v. 55, n. 4, 2003. p. 517-549.

BONIFÁCIO SILVA, R. Corrupção e participação política nas Américas e no caribe: 2004-2012. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciência Política (UFMG), 2014.

BONIFÁCIO SILVA, R.; RIBEIRO, E. A. Corrupção e participação política no Brasil. In: 1º Seminário Nacional sobre Comportamento Político e Opinião Pública, Florianópolis 2014.

BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Participação convencional e não convencional na América Latina. In: BAQUERO, M. (Org.). **Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 95-118, 2011.

BORBA, J.; FURRIEL, W. O.; GIMENES, E. R.; RIBEIRO, E. A. Partidarismo no Brasil: análise longitudinal dos condicionantes da identificação partidária. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 38., 2014, Caxambú, MG. **Anais...** Caxambú, MG: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2014.

BORBA, J; GIMENES, E. R.; RIBEIRO, E. A. Os determinantes do ativismo partidário na América Latina. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, n. 5, 2015a.p. 13-47.

_____. Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, n. 101, mar. 2015b. p. 27-55.

BORBA, J.; LÜCHMANN, L. H. H. (Orgs.). **Orçamento participativo: análise das experiências desenvolvidas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2007.

BOTELHO, J. C. A. A instabilidade democrática na América Latina do século XXI: os casos da Argentina e da Venezuela. **Revista Mediações**, v. 10, n. 2, jul./dez. 2005. p. 11-23.

BRAGA, M. do S. S. A agenda dos estudos sobre partidos políticos e sistemas partidários no Brasil. **Revista Agenda Política**, v. 1, n. 1, 2013. p. 1-25.

_____. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistemas partidários institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, p. 43-73, jul./dez. 2010.

_____. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)**. São Paulo: Humanitas, 2006.

BRAGA, M. do S. S.; FUKUSHIMA, K. A. Avaliando o grau de responsividade de governos de esquerda em países da América Latina. *In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*; 9., 2014, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Associação Brasileira de Ciência Política, 2014.

BRAGA, M. do S. S.; PIMENTEL JUNIOR, J. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 271-303, 2011.

BRAGA, M. do S. S.; RODRIGUES-SILVEIRA, R. *Organización, territorio y sistema partidario: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidario en Brasil*. **América Latina Hoy**, v. 62, 2012. p. 15-45.

BRICEÑO, H. Mudanças no comportamento eleitoral e no sistema de partidos na Venezuela (1958-2010). *In: TELLES; H.; MORENO, A. (Orgs.). Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina: o eleitor latino-americano*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. p. 301-347.

BRINGEL, B. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 16, n. 2, p. 185-215, 2011.

BUQUET, D.; PIÑERO, R. *La consolidación de un nuevo sistema de partidos en Uruguay*. **Revista Debates**, v. 8, n. 1, jan.;abr. 2014. p. 127-148.

CABANNES, Y.; ZHUANG, M. Mudança de escala nos OP na China: a experiência de Chengdu. *In: _____ (Org.). Esperança democrática: 25 anos de orçamentos participativos no mundo*. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 267-297.

CAMARGO, M. B. Economia e voto: Fernando Henrique *versus* Lula. *In: TELLES, H. de S.; LUCAS, J. I. P. (Orgs.). Das ruas às urnas: partidos e eleições no Brasil contemporâneo*. Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul, 2003. p. 115-144.

CAMPBELL, A.; CONVERSE, P. E.; MILLER, W. E.; STOKES, D.

E. *The American voter*. New York: Wiley, 1960.

CARLIN, C. *The Young vote: engaging America's youth in the 2008 elections and beyond*. In: DALTON, R. S. (Org.). **Engaging youth in politics: debating democracy's future**. New York: Idebate, 2011. Disponível em <http://www.brookings.edu/~media/research/files/papers/2007/12/04-voting-carlin-opp08/pb_youth_vote_carlin.pdf>. Acesso em 23 jan. 2015.

CARNEIRO, G. P.; MOISÉS, J. Á. Sobre o enraizamento dos partidos políticos na sociedade brasileira. **Revista Interesse Nacional**, a. 7, n. 28, jan.-mar. 2015. p. 20-37.

CARREIRÃO, Y. de S. O sistema partidário brasileiro: um debate sobre a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n 14, mai.-ago. 2014. p. 255-295.

_____. Opiniões públicas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 319-351, 2008.

_____. *Relevant factors for the voting decision in the 2002 presidential election: an analysis of the ESEB (Brazilian Electoral Study) Data*. **Brazilian Political Science Review**, v. 1, n. 1, p. 70-101, 2007.

_____. Eleições e sistema partidário em Florianópolis: 1982-2004. **Revista de Ciências Humanas**, n. 40, out. 2006. p. 385-401.

_____. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis/Rio de Janeiro: Universidade Federal de Santa Catarina/Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CARREIRÃO, Y de S.; BARBETTA, P. Um modelo de decisão de voto nas eleições presidenciais de 2002 na Grande São Paulo. In: KINZO, M. D. G.; BRAGA, M. do S. S. (Orgs.). **Eleitores e representação partidária no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2007. p. 47-79.

CARREIRÃO, Y. de S.; KINZO, M. D. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002). **Revista Dados**, v. 47, n. 1, p. 131-168, 2004.

CARRERAS, M.; MORGENSTERN, S.; SU, Y.-P. *Refining the theory of partisan alignments: evidence from Latin America*. **Party Politics**, jul. 2013. p. 1-15. Disponível em <<http://ppq.sagepub.com/content/early/2013/07/11/1354068813491538.full.pdf+html>>. Acesso em 13 dez. 2014.

CASALECCHI, G.; DAVID, F.; QUARESMA, G. Qualificando a adesão à democracia no Brasil. *In: Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política - COMPOLÍTICA*; 5., 2013, Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba, PR: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2013.

CASTRO, M. M. M. de. **Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política.** 1994. 293 f. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

CATTERBERG, G. *Evaluations, referents of support, and political action in new democracies.* **International Journal of Comparative Sociology**, Thousand Oaks, v. 44, p. 173-198, jun. 2003.

CAVAROZZI, M. *El sentido de la democracia en la America Latina contemporánea.* *In: GARRETÓN, M. A. (Ed.). Los partidos y la transformación política de America Latina.* Córdoba: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 1993. p.17-28.

CAVLAK, I. Aspectos do desenvolvimento político e econômico da Guayana. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2014. p. 237-256.

CERVI, E. U. **Quando filiação partidária representa outra coisa que não interesse autônomo por política.** Disponível em <[http://www.blogempublico.com/?s=filia%C3%A7%](http://www.blogempublico.com/?s=filia%C3%A7%27)

_____. **Opinião pública e comportamento político.** Curitiba: Ibpex, 2010.

CLARKE, H. D.; STEWART, M. C. *The decline of parties in the minds of citizens.* **Annual Reviews Political Science**, v. 1, p. 357-378, 1998.

COLEN, C. M. L. As covariantes da confiança política na América Latina. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 1-27, 2010.

CONVERSE, P. E. Os sistemas de crenças. *In: CARDOSO, F. H.; MARTINS, C. E. (Orgs.). Política e sociedade*, v. 2. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1983. p. 144-151.

_____. *The nature of belief systems in mass publics.* *In: APTER, D. A. (Org.). Ideology and discontent.* New York: The Free, 1964.

CORLETO, D. B.; RODRÍGUEZ, R. P. *Elecciones uruguayas 2009-2010: la consolidación de un nuevo sistema de partidos.* *In: ALCÁNTARA SÁEZ, M.; TAGINA, M. L. (Coords.). Elecciones y política en América Latina, 2009-2011.* Cidade do México: Instituto

Federal Electoral, 2013. p. 197-234.

CORRAL, M. *Partidos políticos y representación en América Latina. Perspectivas desde el barómetro de las Américas*, n; 36, 2010. Disponível em: <<http://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/I0836es.pdf>>. Acesso em 23 jun. 2013.

CORTEZ, R. de P. S. **Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário-eleitoral brasileiro (1989-2006)**. 163 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

COSTA, P.; McCRAE, R. *Personality in adulthood. A Five-Factor Theory perspective*. New York: Guilford, 2003.

COUTO, C. G.; ABRUCIO, F. L.; TEIXEIRA, M. A. C. As eleições municipais de 2012 e seus efeitos nacionais. **Cadernos Adenauer**, v. 14, n. 2, p. 193-207, jun. 2013.

COX, G. W. *Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems*. Cambridge: Cambridge University, 1997.

CUNHA, I. F.; FIGUEIRAS, R. Os *media* e as eleições em Portugal. Representações de partidos, candidatos e candidata. In: TELLES; H.; MORENO, A. (Orgs.). **Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina: o eleitor latino-americano**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. p. 531-565.

DAHL, R. A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

DALTON, R. J. *Independents and American elections*. In: HERSHEY, M. (Ed.). **CQ Guide to Political Parties**. Washington, DC: CQ, 2014a. p. 262-270.

_____. *Interpreting partisan dealignment in Germany*. **German Politics**, 2014b. p. 1-11.

_____. *Partisan dealignment and voting choice*. In: PADGETT, S. et al. **Developments in German Politics IV**. Londres: Macmillan, 2014c. p. 57-77.

_____. **The apartisan American: dealignment and changing electoral politics**. Washington, DC: Sage, 2013.

_____. **The good citizen: How a younger generation is reshaping American politics**. Washington: CQ, 2009.

_____. *Citizen politics: public opinion and political parties in advanced industrial democracies*. 5. ed. Washington, DC: CQ, 2008.

_____. *Partisan mobilization, cognitive mobilization and the changing American electorate*. **Electoral Studies**, n. 26, p 274-286, 2007.

_____. *Citizenship norms and political participation in America: the good news is... the bad news is wrong*. **Occasional Paper Series**, n. 1, 2006.

_____. *The decline of party identifications*. In: DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University, 2002.

_____. *Political support in advanced industrial democracies*. In: NORRIS, P. (Ed.). **Critical citizens: global support for democratic government**. Oxford: Oxford University, 1999. p. 57-77.

_____. *Cognitive mobilization and partisan dealignment in advanced industrial democracies*. **Journal of Politics**, n. 46, p. 264-284, 1984.

DALTON, R. J.; FARRELL, D.; McALLISTER, I. **Political parties and democratic linkage**. Oxford: Oxford University, 2011.

DALTON, R. J.; FLANAGAN, S.; BECK, P. (Eds.). **Electoral change in advanced industrial democracies**. Princeton: Princeton University, 1984.

DALTON, R. J.; McALLISTER, I.; WATTENBERG, M. P. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. **Revista Análise Social**, v. 38, n. 167, p. 295-320, 2003.

DALTON; R. J.; SICKLE, A. V.; WELDON, S. *The individual-institutional nexus of protest*. **British Journal of Political Science**, n. 40, 2009. p. 51-73.

DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. **Parties without partisans: political change in advanced industrialized democracies**. Oxford: Oxford University, 2002.

DALTON, R.; WELDON, S. *Partisanship and party system institutionalization*. **Party Politics**, v. 12, n. 2, 2007. p. 179-196.

DANTAS, H. **Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004**. 176 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DELLA PORTA, D. **Introdução a Ciência Política**. Lisboa: Estampa,

2003.

DIAMOND, L. *Democracy in developing countries*. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1999.

DIAS, N. Uma década de OP em Portugal: um percurso sinuoso mas clarificador. In: _____ (Org.). **Esperança democrática: 25 anos de orçamentos participativos no mundo**. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 323-350.

DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York: Harper Row, 1957.

DURAND-PONTE, V. M. *Ciudadanía y cultura política: México 1993-2001*. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 2004.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980 [1951].

EASTON, D. *A re-assessment of the concept of political support*. **British Journal of Political Science**, Cambridge, v. 5, n. 4, p. 435-457, 1975.

FEDOZZI, L. J. **O eu e os outros**. Participação e transformação da consciência moral e cidadania. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2008.

_____. **Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliação e expectativas. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007.

FILGUEIRAS, F. Corrupção e cultura política: a percepção da corrupção no Brasil. In: TELLES, H.; MORENO, A. (Orgs.). **Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina: o eleitor latino-americano**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. p. 221-258.

FINLAY, A.; WRAY-LAKE, L.; FLANAGAN, C. *Civic engagement during the transition to adulthood: developmental opportunities and social policies at a critical juncture*. In: LERNER, R. M.; STEINBERG, L. (Eds.). **Handbook of adolescent psychology**. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2010. p. 721-746.

FIORINA, M. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven: Yale University, 1981.

FLANAGAN, C. A. *Teenage Citizens: The Political Theories of the Young*. New York: Harvard University, 2013.

FONSECA, F. Mídia e eleição na transição democrática brasileira: aspectos conceituais e empíricos da vitória eleitoral do presidente Collor

de Mello. In: TELLES, H.; MORENO, A. (Orgs.). **Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina**: o eleitor latino-americano. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. p. 459-498.

FORERO-PIÑEDA, C. *Participatory democracy in Latin America – a comparative analysis*. Disponível em <<http://www.isnie.org/ISNIE01/Papers01/forero-pineda.pdf>>. Acesso em 13 out. 2011.

FREIDENBERG, F. *Elecciones y cambio de sistema de partidos en Ecuador 2009*. In: ALCÁNTARA SÁEZ, M.; TAGINA, M. L. (Coords.). *Elecciones y política en América Latina, 2009-2011*. Cidade do México: Instituto Federal Electoral, 2013. p. 101-137.

FREIRE, A. Identidades ideológicas e partidárias na Europa: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparada. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 47, 2005. p. 11-33.

_____. **Modelos do comportamento eleitoral**: uma breve introdução crítica. Oeiras, Portugal: Celta, 2001.

FUKS, M.; CASALECCHI, G.; RIBEIRO, E. A. Os condicionantes individuais e contextuais da coesão do sistema de crenças democrático. In: Seminário Nacional sobre Comportamento Político e Opinião Pública, 1., Florianópolis, SC. *Working paper*. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

FUNG, A.; WRIGHT, E. O. *Deepening democracy: innovations in empowered participatory governance*. **Politics and Society**, n. 29, 2000. p. 5-42.

GALLAGHER, M. *Election indices*. Disponível em <http://www.tcd.ie/Political_Science/staff/michael_gallagher/ElSystems/Docts/ElectionIndices.pdf>. Acesso em 23 abr. 2015.

GALLEGO, A.; GUILLEM, R.; ANDUIZA, E. *Disproportionality and voter turnout in new and old democracies*. **Electoral Studies**, v. 31, n. 1, p. 159-169, mar. 2012.

GALLEGO, A.; OBERSKI, D. *Personality and political participation: the mediation hypothesis*. **Political Behavior** [online], n. 33, p. 1-27, mai. 2011.

GANUZA, E.; FRANCÉS, F. A marca dos participantes no OP: panorâmica sobre as experiências espanholas. In: _____ (Org.). **Esperança democrática**: 25 anos de orçamentos participativos no

mundo. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 299-310.

GARCÍA, F. J. República Dominicana: 14 anos de gestão local participativa. In: _____ (Org.). **Esperança democrática: 25 anos de orçamentos participativos no mundo.** São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 213-218.

GARRETÓN, M. A. (Ed.). **Los partidos y la transformación política de América Latina.** Santiago: CLACSO/FLACSO, 1993a.

_____. *Transformaciones socio-políticas en América Latina, 1972-1992.* In: _____. (Ed.). **Los partidos y la transformación política de América Latina.** Córdoba: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 1993b. p. 3-15.

GARRETÓN, M. A.; CAVAROZZI, M.; CLEAVES, P. S.; GEREFFI, G.; HARTLYN, J. **América Latina no século XXI: em direção a uma nova matriz sociopolítica.** SIMPSON, X. (Trad.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

GERBER, A. S.; GREEN, D.; LARIMER, C. W. *Social pressure and voter turnout: evidence from a large-scale field experiment.* **American Political Science Review**, v. 102, n. 1, 2008. p. 33-48.

GERBER, A. S.; HUBER, G. A.; DOHERTY, D.; DOWLING, C. M.; HA, S. E. *Personality and Political Attitudes: Relationships across Issue Domains and Political Contexts.* **American Political Science Review**, Cambridge, v. 104, n. 1, fev. 2010. p. 111-133.

GIMENES, E. R.; BORBA, J.; CARREIRÃO, Y. de S.; RIBEIRO, E. A. Determinantes individuais e de contexto da simpatia partidária na América Latina. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 39., 2015, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2015.

GOHN, M. da G. Participação de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina. **Revista Política & Sociedade**, v. 10, n. 18, abr. 2011. p. 223-244.

GOLDBERG, R. L. *An alternative 'description of personality': the Big-Five Factor Structure.* **Journal of Personality and Social Psychology**, n. 59, 1990. p. 1216-1229.

GOLDFRANK, B. *The left and participatory democracy: Brazil, Uruguai, and Venezuela.* In: LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. (Eds.). **The**

ressurgence of the Latin American left. Baltimore: Johns Hopkins, 2011. p. 162-183.

GOLOSOV, G. V. *The effective number of parties: a new approach*. *Party Politics*, v. 16, n. 2, 2010. p. 171-192.

GONZÁLEZ, R. S. Cultura política, qualidade da democracia e interrupção de mandatos presidenciais na América Latina. *In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*; 9., 2014, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Associação Brasileira de Ciência Política, 2014.

_____. Democracia, cultura política e experiências participativas na América Latina. *In: BAQUERO, M. (Org.). Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 47-68, 2011.

GONZÁLEZ, R.; MANZI, J.; SAIZ, J. L.; BREWER, M.; TEZANOS-PINTO, D.; TORRES, D.; ARAVENA, M. T.; ALDUNATE, N. *Interparty attitudes in Chile: coalitions as super ordinate social identities*. *Political Psychology*, n. 29, v. 1, 2008. p. 93-118.

GREEN, D.; PALMQUIST, B.; SCHICKLER, E. *Partisan hearts & minds. Political parties and the social identities of voters*. New Heaven: Yale University, 2002.

GUGLIANO, A. A. Participação cidadã e gestão pública: experiência da cidade de Montevideú. **Revista Barbarói**, n. 24, 2006. p. 55-70.

GUNTHER, R.; DIAMOND, L. (Eds.). *Political parties and democracy*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University, 2001.

HARTZ-KARP, J.; WALKER, I. Designs diferentes para diversos problemas e oportunidades. *In: _____ (Org.). Esperança democrática: 25 anos de orçamentos participativos no mundo*. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 367-377.

HE, B. Compromisso cívico através de OP na China: três lógicas diferentes de acção. *In: _____ (Org.). Esperança democrática: 25 anos de orçamentos participativos no mundo*. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 253-266.

HEIDAR, K. *Party membership and participation*. *In: KATZ, Richard S.; CROTTY, William. Handbook of party politics*. Londres: SAGE, 2006. p. 301-315.

HEREDIA, B. M. A.; BARREIRA, I.; BEZERRA, M. O.; PALMEIRA, M.; CORADINI, O. L. **Política, governo e participação popular**. Conselhos, orçamentos participativos e outras experiências. Rio de

Janeiro: 7 Letras, 2012.

HERNANDES, N. S. (2012) **Protesto no Brasil: como, quem e por quê?** Um estudo das bases individuais da participação política não convencional no Brasil, nos anos de 1991 e 2006. 2012. 192 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

HIGHTON, B.; WOLFINGER, R. E. *The first seven years of the political life cycle. American Journal of Political Science*, 2001. p. 202-209.

HOCHSTETLER, K.; FRIEDMAN, E. J. Representação, partidos e sociedade civil na Argentina e no Brasil. **Caderno CRH**, v. 21, n. 52, jan./abr. 2008. p. 47-66.

HUNEEUS, C. *Chile, un país dividido*. Santiago: Catalonia, 2003.

HUNTER, W.; POWER, T. *Rewarding Lula: Executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006. Latin American Politics & Society*, Spring, v. 49, n. 1, p. 1-30, 2007.

HUNTINGTON, S. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University, 1990.

_____. *The renaissance of political culture. American Political Science Review*, v. 82, n. 4, p. 1203-1230, 1988.

_____. *The silent revolution*. Princeton: Princeton University, 1977.

INGLEHART, R.; CATTERBERG, G. *Trends in political action: the development trend and the post-honeymoon decline. International Journal of Comparative Sociology*, Thousand Oaks, v. 43, n. 3-5, p. 300-316, out. 2002.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009.

JEHÁ, P. R. **O processo de degeneração dos partidos políticos no Brasil**. 2009. 427 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

KANOUTE, M. B. OP: visão geral, ganhos e desafios de um processo de promoção da cidadania e construção da democracia local em África. In: _____ (Org.). **Esperança democrática: 25 anos de orçamentos**

participativos no mundo. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 77-86.

KARP, J. A.; BANDUCCI, S. A. *Party mobilization and political mobilization in new and old democracies*. **Party Politics**, v. 12, n. 2, 2007.p.217-234.

KATZ, R.; MAIR, P. *Changing models of party organization and party democracy*. *The emergency of the cartel party*. **Party Politics**, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

KECK, M. *The Workers' Party and democratization in Brazil*. New Haven: Yale University, 1992.

KEY, V. O. *Politics, parties and pressure groups*. New York: Crowell, 1964.

KINDER, D. R. *Politics and the life cycle*. **Science**, v. 312, n. 5782, 2006. p. 1905-1908.

KINZO, M. D. G. Os partidos no eleitorado: percepções políticas e laços partidários. In: KINZO, M. D. G.; BRAGA, M. do S. S. (Orgs.). **Eleitores e representação partidária no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2007b. p. 19-45.

_____. Partidos, deputados estaduais e a dimensão ideológica. In: KINZO, M. D. G.; BRAGA, M. do S. S. (Orgs.). **Eleitores e representação partidária no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2007a.p. 139-158.

_____. *La elección presidencial de 1989: el comportamiento electoral en una ciudad brasileña*. **Revista de Estudios Políticos**, n. 74, oct./dez. 1991. p. 257-275.

_____. O quadro partidário e a Constituinte. In: LAMOUNIER, B. (Org). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré, 1990. p. 105-134.

_____. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciência Política**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 23-54, 2004.

KINZO, M. D. G.; BRAGA, M. do S. S. Introdução. In: _____ (Orgs.). **Eleitores e representação partidária no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2007. p. 7-15.

KIRCHHEIMER, O. *The transformation of the Western European party systems*. In: LA PALOMBARA, J.; WEINER, M. (Orgs.). **Political parties and political development**. Princeton: Princeton University, 1966. p. 177-200.

KLEIN, C. **O desafio da reforma política**. Consequências dos sistemas eleitorais de listas aberta e fechada. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

KLINGEMANN, H. *Mapping political support in the 1990s: a global analysis*. In: NORRIS, P. (Ed.). **Critical citizens: global support for democratic government**. Oxford: Oxford University, 1999. p.31-56.

LAAKSO, M. TAAGEPERA, R. “Effective” number of parties: a measure with application to West Europe. **Comparative Political Studies**, v. 12, n. 1, 1979. p. 3-27.

LAGOS, M. A máscara sorridente da América Latina. **Revista Opinião Pública**, v. 6, n. 1, 2000. p. 1-16.

_____. *The Latinobarometro: media and political attitudes in South America*. In: *Meeting of the American Political Science Association*, 1996, San Francisco (EUA). Working paper.

LAMOUNIER, B. **Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

LAMOUNIER, B.; KINZO, M. D. G. Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945-1978. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB**, n. 19, 1978. p. 11-32.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LANGLET, L.; ALLEGRETTI, G. Orçamento Participativo na Suécia: uma história contada em câmara lenta. In: _____ (Org.). **Esperança democrática: 25 anos de orçamentos participativos no mundo**. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 351-363.

LARA, C. Participação democrática na Colômbia. In: _____ (Org.). **Esperança democrática: 25 anos de orçamentos participativos no mundo**. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 187-200.

LAVAREDA, A. **A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1991.

_____. Governos, partidos e eleições segundo a opinião pública: o Brasil de 1989 comparado ao de 1964. **Revista Dados**, v. 32, n. 3, p. 341-362, 1989.

LAVAREDA, A.; TELLES, H. de S. **Como o eleitor escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais**. Rio de Janeiro:

Fundação Getúlio Vargas, 2011.

LATIN American Public Opinion Project. **Banco de dados**. 2014.

_____. **Banco de dados**. 2012.

_____. **Banco de dados**. 2010.

_____. **Banco de dados**. 2008.

_____. **Banco de dados**. 2006.

LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. *Conclusion: Democracy, development, and theft*. In: _____ (Eds.). *The resurgence of the Latin American left*. Baltimore: Johns Hopkins, 2011. p. 399-428.

LIJPHART, A. *Unequal participation: democracy's unresolved dilemma*. *American Political Science Review*, v. 91, n. 1, 1997. p. 1-14.

_____. *Democracies: patterns of majoritarian and consensus government in twenty-one countries*. New Haven: Yale University, 1984.

LIMA, M. R. S. de; CHEIBUB, Z. B. Instituições e valores. As dimensões da democracia na visão da elite brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 31, p. 83-110, 1996.

LIMA JUNIOR, O. B. de. Partidos, eleições e Poder Legislativo. In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na Ciência Social brasileira: Política**. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 13-57.

_____. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LIMA JUNIOR, O. B. de; SCHMITT, R. A.; NICOLAU, J. M. Produção brasileira recente sobre partidos, eleições e comportamento político: balanço bibliográfico. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB**, n. 34, 1992. p. 3-66.

LINHARES, B. de F.; BAQUERO, M. Credibilidade de instituições na América Latina – uma avaliação da antipolítica e do antipartidarismo. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política; 8., 2012, Gramado, RS. **Anais...** Gramado, RS: Associação Brasileira de Ciência Política, p. 1-20, 2012.

LISI, M. The sources of mass partisanship in newer democracies: Social identities or performance evaluations? Southern Europe in comparative perspective. **International Political Science Review**, v. 35, n. 5, 2014.p. 505-522.

LUCAS, K.; SAMUELS, D. A “coerência” ideológica do sistema

partidário brasileiro, 1990-2009. In: POWER, T.; ZUCCO JUNIOR, C. (Orgs.). **O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira**. Belo Horizonte: Universidade LUNA, J. P. *Representación política en América Latina: El estado de la cuestión y una propuesta de agenda. Política y gobierno*, v. 14, n. 2, jul./dez. 2007. p. 391-435.

LÜCHMANN, L. H. H. **Possibilidade e limites da democracia deliberativa: a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre**. 225 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

LÜCHMANN, L. H. H.; ALMEIDA, C. C. R.; GIMENES, É. R. Gênero e representação política nos Conselhos Gestores no Brasil. In: Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, 33., 2015, San Juan, Porto Rico. **Anais...** San Juan, Porto Rico: Associação de Estudos Latino Americanos, 2015.

LUPU, N. *Partisanship in Latin America*. In: CARLIN, R. E.; SINGER, M. M.; ZECHMEISTER, E. J. (Eds.). **The Latin American voter: pursuing representation and accountability in challenging contexts**. Ann Arbor: Michigan University (no prelo). Disponível em <<http://www.noamlupu.com/partisanshipLAV.pdf>>. Acesso em 23 jan. 2015.

_____. *Brand dilution and the breakdown of political parties in Latin America*. **World Politics**, v. 66, n. 4, oct. 2014. p. 561-602.

MADRID, R. *Bolivia: origins and policies of the Movimiento al Socialismo*. In: LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. (Eds.). **The resurgence of the Latin American left**. Baltimore: Johns Hopkins, 2011. p. 239-259.

MAINWARING, S. *From representative democracy to participatory competitive authoritarianism: Hugo Chávez and Venezuelan politics*. **Perspectives on Politics**, v. 10, n. 4, 2012. p. 955-967.

_____. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/Fundação Getúlio Vargas, 2001.

MAINWARING, S. P.; SCULLY, T. **Building democratic institutions: party systems in Latin America**. Stanford: Stanford University, 1995.

MAINWARING, S. P.; TORCAL, M. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, out. 2005b. p. 249-286.

_____. *La institucionalización de los sistemas de partidos y la teoría del sistema partidista después de la tercera ola democratizadora. Revista América Latina Hoy*, v. 41, 2005b. p. 141-173.

MAINWARING, S.; ZOCO, E. *Political sequences and the stabilization of interparty competition. Party Politics*, v. 12, n. 2, 2007. p. 155-178.

MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. **Revista Análise Social**, v. 38, n. 167, p. 277-293, 2003.

_____. Há um futuro para os partidos? **Revista Política Democrática**, Brasília, ano 1, n. 0, p. 147-160, out./dez. 2000.

MAIR, P.; VAN BIEZEN, I. *Party membership in twenty European democracies. Party Politics*, n. 7, v. 1, p. 5-21, 2001.

MAROCO, J. **Análise estatística com utilização do SPSS**. 3. ed. Lisboa: Silabo, 2007.

MALERBA, J. **A História na América Latina: ensaio de crítica historiográfica**. 1. reimp. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University, 1997.

MARENCO, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, jun. 2007. p. 93-113.

MARICATO, H. (2013) É a questão urbana, estúpido! *In: MARICATO, H. et al. Cidades rebeldes*. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior. p. 19-26.

MARRERO, S. G. *Las elecciones guatemaltecas de 2011: más de lo mismo*. *In: ALCÁNTARA SÁEZ, M.; TAGINA, M. L. (Coords.). Elecciones y política en América Latina, 2009-2011*. Cidade do México: Instituto Federal Electoral, 2013. p. 603-629.

MAYORGA, R. A. *Bolivia: metamorfosis del sistema de partidos*. **Revista Íconos**, n. 16, may. 2003. p. 96-105.

MBERA, E.; ALLEGRETTI, G. OP e processo orçamental na Província do Kivu Sul. *In: _____ (Org.). Esperança democrática: 25 anos de orçamentos participativos no mundo*. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 105-124.

McNULTY, S. Participação obrigatória: explorando a Lei do OP do

Peru. *In*: _____ (Org.). **Esperança democrática: 25 anos de orçamentos participativos no mundo.** São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 201-212.

MELO, C. R. F. de. Conferência na Sessão Especial “Democracia e Novos Partidos: reacomodação das elites e sistema partidário no Brasil”. *In*: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política; 9., 2014, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Associação Brasileira de Ciência Política, 2014.

_____. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. *In*: MELO, C. R.; ALCÁNTARA SÁEZ, M. (Orgs.). **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. p. 267-302.

MELO, C. R. F. de; CÂMARA, R. Estrutura de competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. **Revista Dados**, v. 55, n. 1, 2012. p. 71-117.

MENDES, V. A. Democracia e participação: os conselhos comunais na Venezuela. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 1, n. 1, 2013. p. 14-32.

MENEGÓZ, G. Questões políticas e partidárias do Brasil de hoje. **Revista Política Democrática**, Brasília, a. 1, n. 0, p. 95-118, out./dez. 2000.

_____. As bases do apoio ao regime democrático no Brasil. *In*: MOISÉS, J. Á.; MENEGUELLO, R. (Orgs.). **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. p. 93-120.

MENEGUELLO, R. *Electoral Behavior in Brazil: the 1994 Presidential Election.* **International Social Science Journal**, n. 146, 1995.

MERVIN, D. *The News media and democracy in the United States.* *In*: RANDALL, V. (Ed.). **Democratization and the media.** London: Frank Cass, 1998. p. 6-22.

MESQUITA, N. C. Mídia e apoio político à democracia no Brasil. *In*: MOISÉS, J. Á.; MENEGUELLO, R. (Orgs.). **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. p. 147-173.

MIGUEL, L. F.; MACHADO, C. De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008). *In*:

KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad Adenauer/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2010. p. 345-371.

MILBRATH, L. *Political Participation: How and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally, 1965.

MILLER, W. *Party identification, realignment and party voting: back to basics*. *American Political Science Review*, n. 85, 1991. p. 557-568.

MOISÉS, J. A. Os significados da democracia segundo os brasileiros. In: MOISÉS, J. Á.; MENEGUELLO, R. (Orgs.). **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. p. 51-91.

_____. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. In: _____. (Org.). **Democracia e confiança: porque os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. p. 77-121.

_____. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, fev. 2008. p. 11-43.

_____. A desconfiança nas instituições democráticas. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.

_____. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Elections, political parties and political culture in Brazil: changes and continuities*. *Journal of Latin American Studies*, v. 25, n. 3, oct. 1993. p. 575-611.

MOISÉS, J. A.; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil. **Revista Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 1-42, jun. 2008.

MONDAK, J. J.; HIBBING, M. V.; CANACHE, D.; SELIGSON, M. A.; ANDERSON, M. R. *Personality and civic engagement: an integrative framework for the study of trait effects on political behavior*. *American Political Science Review*, v. 104, n. 1, 2010. p. 85-110.

MONDAK, J. J.; HALPERIN, K. D. *A framework for the study of personality and political behavior*. *British Journal of Political Science*, n. 38, 2008. p. 335-362.

MORALES, L. *¿Existe una crisis participativa? La evolución de la*

participación política y el asociacionismo en España. Revista Española de Ciencia Política, n. 13, p. 51-87, out. 2005.

MORENO, A. Partidarismo e ideologia nos eleitorados latino-americanos. In: TELLES, H.; LAVAREDA, A. (Orgs.). **Voto e estratégia de comunicação política na América Latina**. Curitiba: Appris, 2015. p. 41-59.

_____. *El votante mexicano. Democracia, actitudes políticas y conducta electoral*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

MORENO, A.; MENDIZÁBAL, K. Y. O uso das redes sociais e o comportamento político no México. In: TELLES, H.; MORENO, A. (Orgs.). **Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina: o eleitor latino-americano**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. p. 397-435.

MUSZYKSKI, J.; MENDES, A. M. T. Democratização e opinião pública no Brasil. In: LAMOUNIER, B. (Org). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré, 1990. p.61-80.

NEWTON, K. *Political support: Social capital, civil society and political and economic performance. Political Studies*, v. 54, n. 4, 2006. p. 846-864.

NGUEBOU, J. D.; NOUPEOU, A. Experiência de OP nos Camarões. In: _____ (Org.). **Esperança democrática: 25 anos de orçamentos participativos no mundo**. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 99-104.

NGUENHA, E. J. A experiência moçambicana de OP. In: _____ (Org.). **Esperança democrática: 25 anos de orçamentos participativos no mundo**. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 125-131.

NICOLAU, J. M. Tendências/Debates: Tentando entender nulos, brancos e abstenções. **Folha de São Paulo**, 25 out. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/1174730tendenciasdebates-tentando-entender-nulos-brancos-e-abstencoes.shtml>>. Acesso em: 28 out. 2012a.

_____. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012b.

_____. *An analysis of the 2002 presidential elections using logistic regression. Brazilian Political Science Review*, v. 1, n. 1, p. 125-135,

2007.

_____. **Dados eleitorais do Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 1998.

_____. **Multipartidarismo e democracia.** Um estudo sobre o Sistema partidário brasileiro (1985-94). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

NORRIS, P. *Democratic deficit.* New York: Cambridge University, 2011.

_____. *Political activism: new challenges, new opportunities.* In: BOIX, C.; STOKES, S. C. *The Oxford handbook of comparative politics.* Oxford: Oxford University, 2007. p. 628-652.

_____. *Electoral engineering: voting rules and political behavior.* New York: Cambridge University, 2004.

_____. *A virtuous circle: political communications in postindustrial societies.* Cambridge: Cambridge University, 2000.

_____. *Critical citizens: global support for democratic governance.* Oxford: Oxford University, 1999.

_____. (Ed.). *Elections and voting behavior: new challenges, new perspectives.* Aldershot: Dartmouth, 1998.

NUNES, E. C. C. Bolívia: crise do tradicional sistema de partidos e novas pautas de funcionamento do sistema político. **Revista Agenda Política**, v. 3, n. 1, 2015. p. 31-48.

OKADO, L. T. A. **Juventude e participação política no Brasil:** efeitos de ciclos de vida ou geração? 102 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

OLIVEIRA, O. P. de. As dinâmicas da difusão do OP na África subsaariana: de Dakar a Maputo. In: _____ (Org.). **Esperança democrática: 25 anos de orçamentos participativos no mundo.** São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 87-97.

OLIVEIRA, R. A. de. **Cultura política e gênero na América Latina:** estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-representação feminina. 81 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

OPP, K. D. *Theories of political protest and social movements: a multidisciplinary introduction, critique, and synthesis.* Londres: Routledge, 2009.

PATERSON, T. *Time and news: the media's limitations as an instrument of democracy*. *International Political Science Review*, v. 19, n. 1, 1998. p. 55-67.

PAYNE, J. M. Party systems and democratic governability. In: PAYNE, J. M.; ZOVATTO G. D.; DÍAZ, M. M.; ZAVALA, A. A.; CARRILLO-FLÓREZ, F.; ECHEBARRÍA, K.; FREIDENBERG, F.; IARQUÍN, E. **Democracies in development**. Politics and reform in Latin America. Washington, D. C.: Inter-American Development Bank/International Institute for Democracy and Electoral Assistance/David Rockefeller Center for Latin American Studies/Harvard University, 2007. p. 149-177.

PEREIRA, F. B. A estabilidade e a efetividade da preferência partidária no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 13, abr. 2014. p. 213-244.

_____. *¿Por qué hay más partidarios en algunos países que en otros? Perspectivas desde el Barómetro de las Américas*: 2012, n. 71. Nashville, TN: Vanderbilt University, 2012. Disponível em <http://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/IO871es_v2.pdf>. Acesso em 23 jan. 2013.

PEREIRA; F. B.; FUKS; M.; CASALECCHI, G. Sofisticação política e voto para presidente no Brasil. In: BONIFÁCIO, R.; CASALECCHI, G.; DEUS, C. de. (Orgs.). **O voto para presidente no Brasil: 1989 a 2010**. Condicionantes e fatores explicativos. Curitiba/Teresina: Ithala/Universidade Federal do Piauí, 2014. p. 93-126.

PEREIRA DA SILVA, F. Onda rosa latino-americana: uma tipologia. *Revista Latin America - Integração & Desenvolvimento*, ano 1, n. 1, nov. 2015. p. 06-08.

PÉREZ LIÑAN, A. *¿Juicio político o golpe legislativo? Sobre las crisis institucionales en los años noventa*. *Revista America Latina Hoy*, n. 26, 2000. p. 67-74.

PHARR, S. J.; PUTNAM, R. (Ed.). *Disaffected democracies: what's troubling the trilateral countries?* Princeton: Princeton University, 2000.

PIMENTEL JUNIOR, J. Disposições afetivas e laços partidários. In: KINZO, M. D. G.; BRAGA, M. do S. S. (Orgs.). **Eleitores e representação partidária no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2007. p. 81-113.

PIRES, R. (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília: Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada, 2011.

PITKIN, H. *The concept of representation*. Berkeley: University of California, 1967.

POWER, T. J. Presidencialismo de coalizão e o design institucional no Brasil: o que sabemos até agora? *In*: SATHLER, A.; BRAGA, R. (Orgs.). **Legislativo pós-1988: reflexões e perspectivas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. p. 15-46.

POWER, T.; GONZÁLEZ, J. Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. **Revista de Sociologia e Política**, n. 21, 2003. p. 51-69.

POWER, T. J.; JAMISON, G. D. Desconfiança política na América Latina. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 64-93, 2005.

POWER, T. J.; ZUCCO JUNIOR, C. *Estimating ideology of Brazilian Legislative parties, 1990-2005: a research communication*. **Latin American Research Review**, v. 44, n. 1, 2009. p. 219-246.

PRZEWORSKI, A.; ALVAREZ, M.; CHIEBUB, J. A.; LIMONGI, F. O que mantém as democracias? **Revista Lua Nova**, n. 40/41, 1997. p. 113-135.

PUTNAM, R. D. (Org.). *El declive del capital social*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003.

_____. *Solo en la bolera. Colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2002.

_____. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAUDENBUSH, S.W.; BRYK, A.S. **Hierarchical linear models**. Applications and data analysis methods. New York: Sage, 2002.

REIS, F. W. Engenharia e decantação. *In*: BENEVIDES, M. V.; VANUCCHI, P.; KERCHE, F. (Orgs.). **Reforma política e cidadania**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 13-32.

_____. Sociologia Política, Ciência Política e “escolha racional”. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 37-55, set. 2002.

_____. **Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

_____. Governabilidade, instituições e partidos. **Revista Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 41, p. 125-151, 1995.

_____. **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro.** São Paulo: Símbolo, 1978.

REIS, F. W.; CASTRO, M. M. M. de. Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 26, p. 81-131, 1992.

RENNÓ, L. R. Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 260-282, nov. 2007.

_____. Os militantes são mal informados? Desigualdade e informação política nas eleições de 2002. **Revista Opinião Pública**, v. 12, n. 2, nov. 2006. p. 329-347.

_____. A estrutura das crenças de massa e seu impacto na decisão do voto. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 51, p. 85-103, jan./jan. 2001.

RENNÓ, L.; CABELLO, A. As bases do Lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, p. 39-60, 2010.

RIBEIRO, E. A. Voto compulsório: a desigualdade na participação política. **Revista Em Debate**, v. 4, n. 4, out. 2013. p. 41-48.

_____. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil.** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011.

_____. Desconfiança política e legitimidade democrática na América Latina. *In*: Congresso Latino-Americano de Opinião Pública, 3, Queretaro, 2010. **Anais...** WAPOR: 2010.

_____. As dimensões da legitimidade democrática no Brasil. **Revista Teoria e Sociedade**, n. 16, v. 1, jan.-jun. 2008. p.120-143.

_____. Bases da legitimidade democrática no Brasil: adesão a valores e avaliação de desempenho. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 1, jun. 2007. p. 74-96.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. **Participação política na América Latina.** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015a.

_____. Protesto político na América Latina: tendências recentes e determinantes individuais. **Revista Opinião Pública**, v. 21, n. 1, abr. 2015b. p. 188-216.

_____. **Personalidade, atitudes políticas e participação em protesto: efeitos diretos de fatores psicológicos sobre o ativismo político (mimeo).**

RIBEIRO, E. A.; CARREIRÃO, Y. de S.; BORBA, J. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 333-368, nov. 2011.

RIBEIRO, P. J. F. Velhos e novos companheiros: coligações eleitorais nos municípios do “G79” (1996-2008). In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Orgs.). **Coligações eleitorais na nova democracia brasileira**: perfis e tendências. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-Adenauer Stiftung/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2010. p. 301-323.

_____. Acordos partidários nacionais, reflexos locais: o presidencialismo de coalizão enquanto fator estruturante das alianças eleitorais municipais. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 29., 2010, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2005.

RIBEIRO, P. J. F. Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos. **Revista Sociologia e Política**, n. 22, p. 25-43, jun. 2004.

_____. O PT sob uma perspectiva sartoriana: de partido anti-sistema a legitimador do sistema. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 3, p. 45-70, out. 2003.

RICO, G. *La formación de identidades partidistas en Europa: más allá de la teoría de Converse*. In: TORCAL, M. (Ed.). **La ciudadanía europea en el siglo XXI. Estudio comparado de sus actitudes, opinión pública y comportamiento políticos**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2010. p. 143-174.

RIZ, L. de. *Los partidos políticos y el gobierno de la crisis en Argentina*. In: GARRETÓN, M. A. (Ed.). **Los partidos y la transformación política de América Latina**. Córdoba: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 1993. p. 37-53.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social**: Um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

RODRÍGUEZ, L. M. R. Oferta partidária e comportamento eleitoral na América Latina. In: TELLES; H.; MORENO, A. (Orgs.). **Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina**: o eleitor latino-americano. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. p. 25-52.

ROKEACH, M. *Beliefs, attitudes and values*. São Francisco: Jossey-Bass, 1968.

ROLNIK, R. (2013) Apresentação – As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, H. *et al.* **Cidades rebeldes**. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior. p. 7-12.

ROMÃO, W. de M. **Nas franjas da sociedade política**: estudo sobre o orçamento participativo. 235 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RUESCH, M. A.; WAGNER, M. OP na Alemanha: cidadãos na qualidade de consultores. In: _____ (Org.). **Esperança democrática**: 25 anos de orçamentos participativos no mundo. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 285-298.

SADEK, M. T. A interiorização do PMDB nas eleições de 1986 em São Paulo. In: _____ (Org.). **Eleições 1986** – História eleitoral do Brasil. São Paulo: IDESP/Vórtice, 1989.

SAMPAIO, R. C. **Orçamentos participativos digitais**: um mapeamento mundial das experiências já realizadas e suas contribuições para e- participação e e-democracia. 363 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SAMUELS, D. J. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. **Revista Dados**, v. 40, n. 3, p. 493-533, 1997.

SAMUELS, D. J.; ZUCCO JUNIOR, C. *The power of partisanship in Brazil: evidence from survey experiments*. **Social Science Research Network**, out. 2012. Disponível em <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1903312>. Acesso em 23 jun. 2013.

SANDES-FREITAS, V. E. V. de. Alianças contextuais ou nacionalizadas? Análises das coligações nas eleições para prefeito em 2012. **Cadernos Adenauer**, v. 14, n. 2, p. 147-165, jun. 2013.

SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro/Brasília: Zahar/Universidade de Brasília, 1982.

SCARROW, S. E.; GEZGOR, B. *Declining memberships, changing members? European political party members in a new era*. **Party Politics**, v. 16, n. 6, p. 823-843, 2010.

SCHATTSCHEIDER, E. E. *Party government*. New York: Holt, Reiner and Turner, 1942.

SCHOENSTER, L. **Clãs políticos no Congresso Nacional**. Disponível em: <<http://www.excelencias.org.br/docs/parentes.pdf>>. Acesso em 23 jul. 2014.

SELIGSON, M. *The impact of corruption on regime legitimacy: a comparative study of four Latin American countries*. **The Journal of Politics**, v. 64, n. 2, may. 2002. p. 408-433.

SELIGSON, M. A.; BOOTH, J. A. GÓMEZ, M. Os contornos da cidadania crítica: explorando a legitimidade democrática. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 1-37, abr./mai. 2006.

SEYD, P.; WHITELEY, P. British party members: an overview. **Party Politics**, v. 10, n. 4, 2004. p. 355-366.

SILVA, R. F. de C. e. Mudanças no sistema partidário e as eleições nacionais de 2009 no Chile. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 5, n. 2, 2011. p. 51-68.

SILVEIRA, F. **A decisão de voto no Brasil**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998.

SIMÕES REIS, G. A social-democracia do MAS boliviano. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 48, dez. 2013. p. 67-83.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Revista Novos Estudos Cebrap**, n. 97, nov. 2013. p. 23-40.

_____. **Os sentidos do lulismo**. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. **Revista Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 88, p. 111, 2010.

_____. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

SINTOMER, Y.; HERZBERG, C.; RÖCKE, A.; ALLEGRETTI, G. *Transnational models of citizen participation: the case of participatory budgeting*. **Journal of Public Deliberation**, v. 8, n. 2, 2012.

SINTOMER, Y.; TRAUB-MERZ, R.; HERZBERG, C. *Introduction: participatory budgeting: a global view*. In: SINTOMER, Y.; TRAUB-MERZ, R.; ZHANG, J. (Org.). **Participatory budgeting in Asia and Europe: key challenges of participation**. New York: Palgrave Macmillan, 2013, p. 1-26.

SNIJDERS, T. A.; BOSKER, R. J. **Multilevel Analysis: An Introduction to Basic and Advanced Multilevel Modeling**. London: Sage, 1999.

SPECK, B. W. Nem ideológica, nem oportunista: a filiação partidária no contexto pré-eleitoral no Brasil. **Cadernos Adenauer**, v. 14, n. 2, p. 37-60, jun. 2013.

TAROUCO, G. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, 2010. p. 169-186.

_____. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: notas de pesquisa. In: Seminário Nacional de Ciência Política, 1., 2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

TAVARES, J. A. G. **Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 45-105.

TAYLOR, L. *Politicians without parties and parties without politicians: the foibles of the Peruvian political class, 2000-2006*. **Bulletin of Latin American Research**, v. 26, n. 1, 2007. p. 1-23.

TCACH, C. *El torno al “catch-all party” latinoamericano*. In: GARRETÓN, M. A. (Ed.). **Los partidos y la transformación política de América Latina**. Córdoba: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 1993. p. 29-33.

TELLES, H. de S. A construção do terceiro mandato de Lula da Silva: a transferência de prestígio nas campanhas presidenciais brasileiras de 2010. In: *Congreso Latinoamericano de Opinión Pública*, 5., 2012. **Anais...** Bogotá: *World Association for Public Opinion Research*, 2012.

_____. O PT e as eleições: da liderança programática à base programática. In: TELLES, H. de S.; LUCAS, J. I. P. (Orgs.). **Das ruas às urnas: partidos e eleições no Brasil contemporâneo**. Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul, 2003. p. 15- 47.

TELLES, H. de S.; MORENO, A. Conclusões: Apoio eleitoral, comunicação política e redes sociais na América Latina. In: _____ (Orgs.). **Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina: o eleitor latino-americano**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. p. 567-581.

TELLES, H.; MUNDIM, P. S.; LOPES, N. Internautas, verdes e pentecostais: novos padrões de comportamento político no Brasil? *In*: TELLES; H.; MORENO, A. (Orgs.). **Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina**: o eleitor latino-americano. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. p. 152-220.

TEMKIN, B.; SOLANO, S.; TRONCO, J. *Explorando el “apartidismo” en México: ¿apartidistas o apolíticos?* **América Latina Hoy**, v. 50, dez. 2008. p. 119-145.

TORCAL, M.; MONTERO, J. R. (Orgs.). **Political disaffection in contemporary democracies: social capital, institutions and politics**. Londres: Routledge, 2006.

TORRICO, M. *Bolivia: nuevo sistema electoral presidencial y coordinación política de los partidos*. **Perfiles Latinoamericanos**, n. 43, 2014. p. 77-102.

TRIBUNAL Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais**. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>>. Acesso em 25 mai. 2015.

VAN BIEZEN, I.; MAIR, P., POGUNTKE, T. *Going, going,... gone? The decline of party membership in contemporary Europe*. **European Journal of Political Research**, n. 51, 2012. p. 24-56.

VECCHIONE, M.; CAPRARA, G.V. Personality determinants of political participation: the contribution of traits and self-efficacy beliefs. **Personality Individual Differences**, n. 46, 2009. p. 487-492.

VEIGA, L. F. O partidarismo no Brasil (2002/2010). **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 400-425, nov. 2011.

_____. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 340-365, nov. 2007.

VENEZIANO, A.; SÁNCHEZ, I. Os OP no Uruguai: reflexão sobre casos de Montevideu e Paysandú. *In*: _____ (Org.). **Esperança democrática**: 25 anos de orçamentos participativos no mundo. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 219-237.

VENTURI, G. PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária. Impacto nas eleições de 2010. **Revista Perseu: História, Memória e Política**, ano 4, n. 5, p. 196-214, 2010.

VERBA, S.; NIE, N. H. *Participation in America*. Chicago: University of Chicago, 1972.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Harvard University, 1995.

VILLAGRA, S. P. C.; DELGADILLO, J. M. S. *La reinvenção del dinosaurio: entre la nostalgia y el pragmatismo del Partido Colorado en Paraguay*. *Revista Debates*, v. 8, n. 1, jan./abr. 2014. p. 189-219.

VITULLO, G. **Teorias da democratização e democracia na Argentina**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

WANG, C.-H. *The effects of party fractionalization and party polarization on democracy*. *Party Politics*, v. 20, n. 5, set. 2014. p. 687-699.

WARREN, M. E. *Democracy & trust*. Cambridge: Cambridge University, 1999.

WATTENBERG, M. P. *Electoral turnout: the new generation gap*. *British Elections & Parties Yearbook*, v. 13, n. 1, 2003. p. 159-173.

WEBB, P. *Introduction: political parties in advanced industrial democracies*. In: WEBB, P.; FARRELL, D.; HOLLIDAY, I. *Political parties in advanced industrial democracies* (Eds.). Oxford: Oxford University, 2002. p. 1-14.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Fundamentos da Sociologia compreensiva, v. 2. 4. ed. 3. reimpr. Brasília: Universidade de Brasília, 2012 [1922].

WEISBERG, H.; GREENE, S. *The Political Psychology of party identification*. In: MACKUEN, M.; RABINOWITZ, G. (Eds.). *Electoral democracy*. Ann Arbor, MI: University of Michigan, 2003. p. 83-124.

WELZEL, C.; INGLEHART, R.; DEUTSCH, F. S. *Social capital, voluntary associations and collective action: Which aspects of social capital have the greatest 'Civic' Payoff?* *Journal of Civil Society*, London, v. 1, n. 2, p. 121-146, set. 2005.

WITHELEY, P. *Is the party over? The decline of party activism and membership across the Democratic World*. *Party Politics*, v. 17, n. 21, 2011.

WITHELEY, P. F.; SEYD, P. **High intensity participation: The dynamics of party activism in Britain**. Ann Arbor, MI: University of

Michigan, 2002.

_____. *The dynamics of party activism in Britain: a spiral of demobilization?* **British Journal of Political Science**, v. 28, n. 1, p. 113-137, jan. 1998.

YÁÑEZ, P. P. Análise dos OP no Chile: um reflexo da evolução da política pública nacional? In: _____ (Org.). **Esperança democrática: 25 anos de orçamentos participativos no mundo**. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013. p. 175-186.

ZUCCO JUNIOR, C. *Estabilidad sin raíces: institucionalización de sistemas de partidos en Brasil*. In: TORCAL, M. (Ed.). **Los problemas de la institucionalización de los sistemas de partidos en América Latina**. Madrid, Espanha/Buenos Aires, Argentina: Anthropos/Siglo XXI, 2014. Disponível em <www.fgv.br/professor/cesar.zucco/files/Capitulo%204-StabilityWithoutRoots.pdf>. Acesso em 23 out. 2014.

ZUCCO JUNIOR, C.; SAMUELS, D. **Petismo and anti-petismo**. In: Seminário Nacional Partidarismo, Militantismo e Comportamento Eleitoral no Brasil, 1., 2015, Florianópolis (*mimeo*).